

DOSSIÊ EDUCAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dedival Brandão da Silva
Breno Rodrigo de Oliveira Alencar
Edson de Jesus Antunes Corrêa
Homero Vilar Correa
Lucielma Lobato Silva
Carlos Alberto Pereira Souto
Roseane Bittencourt Tavares e
Hilton Pereira Silva
Rosenildo da Costa Pereira

RESENHA

Vivian da Silva Lobato

ARTIGOS

Afonso Welliton de Sousa Nascimento e
Edinéa Bandeira Ribeiro
Eliana Campos Pojo, Lina Gláucia
Dantas Elias e Maria de Nazaré Vilhena
Gilson Laone Pereira
Benedita das Graças Sardinha da Silva e
Marinilda Correa Sardinha
Emídio Júnior Santos Bahia
Viviane Caminhas Santana

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Vivian da Silva Lobato e
Graciete Costa dos Santos
Waldir Ferreira de Abreu e
Damião Bezerra Oliveira



Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA

Margens

Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação
do Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA

ISSN – 1806-0560

Vol. 8 N. 11 Ago/2014

Dossiê Educação, Cultura e Desenvolvimento Regional

Dossiê Educação, Cultura e
Desenvolvimento Regional

Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação
do Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA

Vol. 8 N. 11

Margens

Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação
Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA
ISSN – 1806-0560 Vol. 8 N. 11 Ago/2014

Dossiê Educação, Cultura e Desenvolvimento Regional

Equipe Editorial

Benilton Cruz

Dedival Brandão da Silva

Jadson F. Garcia Gonçalves

Joyce Otânia Seixas Ribeiro

Vivian da Silva Lobato





Margens

Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do
Campus Universitário de Abaetetuba/ Baixo Tocantins/Universidade
Federal do Pará

Editora Responsável

Vivian da Silva Lobato

Equipe Editorial

Benilton Cruz (Letras /UFPA)
Dedival Brandão da Silva (Educação/UFPA)
Jadson F. Garcia Gonçalves (Educação)
Joyce Otânia Seixas Ribeiro (Educação/UFPA)
Vivian da Silva Lobato (Educação/UFPA)

Conselho Editorial

Alex B. Fiúza de Mello - Ciências Sociais/UFPA
Antônio Otaviano V. Junior - História/UFPA
Benilton Cruz - Letras/UFPA
Bruno Pucci - Educação/UNIMEP/Piracicaba
Cristina Donza Cancela - Antropologia/UFPA
Damião Bezerra de Oliveira - Educação/UFPA
Dedival Brandão da Silva - Educação/UFPA
Divino J. da Silva - Educação/UNESP/Pres.Prudente
Eduardo Pellejero - Universidade de Lisboa/Portugal
Eurípedes Funes - História/UFC
Flávio Bezerra Barros - Biologia/UFPA
Flávia Cristina Silveira Lemos/Psicologia/UFPA
Germana Maria Araújo Sales - Letras/UFPA
Gilmar P. da Silva - Educação/UFPA
Isabel Lucena - Educação/UFPA
Olgaídes Cabral Maués - Educação/UFPA
Olga Von Simson - Ciências Sociais/UNICAMP
Jadson Fernando G. Gonçalves - Educação/UFPA
Jaime Ginzburg - Letras/USP
Josenilda Maria M. da Silva - Educação/UFPA
Joyce O. S. Ribeiro - Educação/UFPA
Kênia Rios - História/UFC
Ligia T.L. Simonian - NAEA
Mara Rita Duarte de Oliveira - Educação/UFPA
Mardônio Silva Guedes - História/Arq. Pub. Ceará
Márcio Danelon - Filosofia/PUC/Campinas
Mário José Henchen - Educação/UFPA
Nilza Brito Ribeiro - Letras/UFPA
Pablo Esteban Rodriguez - Universidad de Buenos
Aires/Argentina
Raimundo N. de O. Falabelo - Educação/UFPA
Rafael Chambonleyron - História/UFPA
Sandra Mara Corazza - Educação/UFRGS
Sinésio F. Bueno - Educação/UNESP/Marília
Sílvio Gallo - Educação/UNESP/Campinas
Sylvia Maria Trusen - Letras/UFPA
Tânia Sarmento-Pantoja - Letras/UFPA
Vivian da Silva Lobato - Educação/UFPA
Waldir Ferreira de Abreu - Educação/UFPA
Walter Omar Kohan - Educação/UERJ

Universidade Federal do Pará

Reitor:

Carlos Edilson de A. Manescky
Coordenador do Campus:
Eliomar Azevedo do Carmo

DPPG - Divisão de Pesquisa
e Pós-Graduação do Campus
Universitário de Abaetetuba/Baixo
Tocantins/UFPA
Tel.: (91) 3751 11 31/Ramal 27
e-mail:dppg@ufpa.br

Coordenador:

Marcos Allan Leite dos Reis

Projeto Gráfico

Edilaine Pamplona/Lia Prado

Ilustração da capa

Roni Cordeiro

Revisão

Maria de Nazaré Nogueira
Edson de Freitas Gomes

Impressão

Gráfica UFPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UFPA, Belém/PA

Margens - Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação/
Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA - v. 8, n. 11
(Ago/2014) Abaetetuba/PA: UFPA, 2014.

Semestral.

Organizadores: Vivian da Silva Lobato; Joyce Otânia Seixas Ribeiro

Publicado em edições temáticas; v. 8, n. 11: Educação, cultura e desenvolvimento regional. Ambiental.

ISSN – 1806-0560.

Periódicos brasileiros. I. Universidade Federal do Pará (Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins).

CDD:21 ed.056.9

APRESENTAÇÃO

O segundo volume do Dossiê Educação, Cultura e Desenvolvimento Regional consolida a vocação interdisciplinar da Revista Margens, haja vista que, tratar da problemática do desenvolvimento regional em bases sustentáveis pressupõe considerar as relações entre sociedade, natureza, cultura e educação. Por conseguinte, requer-se o estabelecimento do diálogo entre as diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento. Nesse sentido, é necessário reconhecer que o debate sobre as temáticas do desenvolvimento regional, inerentes à vida em sociedade, é complexo e contém ambivalências. Além de evidenciar as relações entre educação, cultura e desenvolvimento regional, o presente número da revista traz uma noção multicêntrica, vários olhares dos autores, várias escalas de espaço e tempo e diversidade, o que indica a necessidade da interdisciplinaridade.

Dessa maneira, compõem o dossiê artigos com temáticas como as manifestações culturais, como o carnaval, e as políticas públicas de cultura em Abaetetuba; o noivado como um rito de passagem historicamente datado que evoluiu desde as promessas de casamento do direito romano até a sua manifestação na classe média; discussão sobre as formas de transmissão do saber local no ofício dos construtores de embarcações de madeira na região do Baixo Tocantins/PA; a representação social das áreas verdes, com ênfase no Bosque Rodrigues Alves; a interdição feminina na tradição religiosa afro-paraense Mina Nagô; a gestão sustentável da pesca, da agricultura e da economia solidária; educação em saúde em comunidades quilombolas do Pará; o cotidiano da juventude do campo do assentamento agroextrativista da reforma agrária São João Batista no município de Abaetetuba.

Na seção dos artigos, há uma incursão em trabalhos produzidos sobre o pensamento filosófico e educacional durante o século XIX; os ‘saberes das águas’ a partir das representações dos moradores, seus modos de viver e estar no espaço-tempo dos rios, furos, igarapés e florestas; modos de vida dos “soldados da borracha”,

isto é, soldados brasileiros que atuaram na segunda guerra mundial e foram recrutados pelo governo para trabalhar na extração do látex; a práxis dos docentes que participaram do Programa de Formação Continuada Pró-Letramento, ocorrido nos anos de 2011 e 2012, no município de Abaetetuba Pará; a dicotomia universal/local na literatura (cultura) da Amazônia, constitutiva de um processo de miscigenação; o discurso moral e religioso e a vivência da sexualidade no ocidente medieval.

Por fim, este número da revista encerra-se com a resenha do livro *Ética, indisciplina & violência nas escolas* e dois artigos de iniciação científica, o primeiro discute a relação família-escola no contexto educacional brasileiro, o segundo discute a importância do lúdico no desenvolvimento da criança e apresenta algumas atividades lúdicas desenvolvidas com as crianças das escolas dos rios Quianduba e Ajuai, em uma oficina. Esperamos que os escritos aqui publicados se materializem em debates acadêmicos e que estes possibilitem a construção do conhecimento sobre o local/regional, com o aporte da educação e da cultura. Encerramos com um convite à leitura.

Profa. Dra. Vivian da Silva Lobato

Setor de Publicação/DPPG/Campus U. de Abaetetuba

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ EDUCAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Estado e cultura: manifestações culturais tradicionais e as políticas públicas de cultura	
Dedival Brandão da Silva	11
Tradição e modernidade: o noivado como rito de passagem em Belém do Pará	
Breno Rodrigo de Oliveira Alencar	27
Formas de transmissão do saber local e precariedade no trabalho do ofício dos construtores de embarcações de madeira do Baixo Tocantins (PA)	
Edson de Jesus Antunes Corrêa	49
A representação social de áreas verdes em cidades: o caso Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia	
Homero Vilar Correa	70
Tabu e poder político: um estudo da interdição feminina na tradição religiosa afro-paraense Mina Nagô	
Lucielma Lobato Silva	89
Economia solidária e gestão sustentável da pesca e da aquicultura: uma análise da abordagem econômico-solidária em políticas públicas de pesca e aquicultura no Brasil	
Carlos Alberto Pereira Souto	111
Educação em saúde e ambiente em comunidades quilombolas do Pará/Brasil	
Roseane Bittencourt Tavares e Hilton Pereira Silva	131
Sexo, casamento e família: o cotidiano da juventude do campo de Abaetetuba/Pará	
Rosenildo da Costa Pereira	145

ARTIGOS

Educação e sociedade: um olhar sobre a obra pedagógica de Durkheim	
Afonso Welliton de Sousa Nascimento e Edinéa Bandeira Ribeiro	159

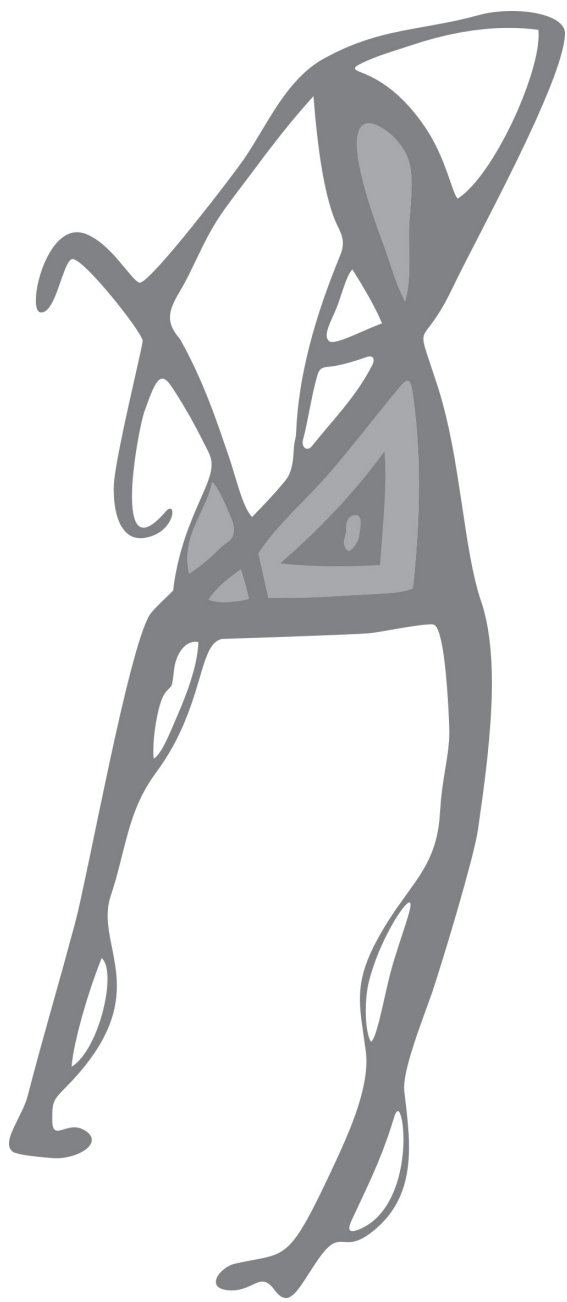
As águas e os ribeirinhos – beirando sua cultura e margeando seus saberes	
Eliana Campos Pojo, Lina Gláucia Dantas Elias e Maria de Nazaré Vilhena	176
“Soldados da Borracha” – esquecidos ou não lembrados?	
Gilson Laone Pereira	199
Programa pró-letramento em Abaetetuba: avanços no ensino da matemática significativa	
Benedita das Graças Sardinha da Silva e Marinilda Correa Sardinha	218
Mas afinal, o que é mesmo universal?: sobre o entre-lugar da literatura (da cultura) da Amazônia em tempos de culturas híbridas	
Emídio Júnior Santos Bahia	234
Dogmas e prazeres: o discurso moral religioso em torno da vivência da sexualidade no ocidente medieval	
Viviane Caminhas Santana	254

RESENHA

PEDRO-SILVA, Nelson. Ética, indisciplina & violência nas escolas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.	
Vivian da Silva Lobato	271

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Subsídios teóricos e reflexivos sobre a relação família-escola no contexto educacional brasileiro	
Vivian da Silva Lobato e Graciete Costa dos Santos	277
A ludicidade no desenvolvimento da criança: uma experiência de iniciação científica	
Waldir Ferreira de Abreu e Damião Bezerra Oliveira	297



DOSSIÊ EDUCAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



ESTADO E CULTURA: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Dedival Brandão da SILVA¹
Universidade Federal do Pará/UFPA
dedivalbs@ufpa.br

Resumo: *Este artigo tem por objeto de estudo a situação crítica existente entre poder público e as culturas populares no que diz respeito à (in)existência de políticas públicas na área de manifestações tradicionais como o carnaval, em Abaetetuba. Apresenta como proposta de análise do problema examinar a noção de cultura popular enquanto produto e enquanto processo, apontando a necessidade de reconhecer sua dimensão social; em seguida, descreve aspectos do carnaval da cidade marcando qual tem sido o olhar do poder público em relação a essa prática social. Finalmente, aponta a inexistência de políticas públicas orgânicas no Município para tratar dos fatos da cultura tradicional do carnaval, indicando ser este o fator de desmobilização dos movimentos populares em detrimento dos movimentos da indústria cultural das micaretas. No plano metodológico, a concepção teórica da abordagem recaiu na perspectiva da teoria antropológica da cultura, com base em dados etnográficos. Tal procedimento permitiu concluir que existe uma compreensão reificada da cultura pelo poder público, que em vez de tratá-la enquanto sistema de representação a considera apenas no nível do senso comum, em cuja perspectiva ela corresponderia apenas a expressões culturais como produto a ser exibido, gerando a desimportância dessas práticas.*

Palavras-Chave: *Culturas populares. Escolas de samba. Políticas públicas. Indústria cultural.*

Abstract: *This article aims to study the existing critical situation between government and popular cultures with regard to the (in) existence of public policies in the area of traditional events like Carnival in Abaetetuba. Presents as proposed problem analysis to examine the notion of popular culture as a product and as a process, highlighting the need to recognize the social dimension; then describes aspects Town Carnival checking what has been the eye of the government in relation to this social practice. Finally, it addresses the lack of*

¹ Professor da Faculdade de Educação e Ciências Sociais – FAECS/Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA, Área de Antropologia e Educação.

organic public policy in the City to address the facts of the traditional culture of the carnival, indicating that this factor demobilizing popular movements rather than the movements of the cultural industry of micaretas. At the methodological level, the theoretical conception of the approach fell from the perspective of anthropological theory of culture, based on ethnographic data. This procedure allowed us to conclude that there is a reified understanding of culture by the government, rather than treat it as a representation of the system only considers the level of common sense, on whose perspective it would only match the cultural expressions as a product to be displayed, generating the unimportance of these practices.

Keywords: Popular culture. Samba schools. Public policy. Cultural industry.

Introdução

Segundo observei em outro estudo², as relações existentes entre as culturas populares e o poder público sempre foram críticas. Tais dificuldades podem assumir duas dimensões: ora o Estado não participa de suas dimensões políticas ao lidar com elas e quando as trata o faz procurando sempre negar a dimensão social da própria cultura, passando esta a ser compreendida tão-somente enquanto produto. Ou seja, um trabalho morto produzido e deixado pelo homem em vez de tratá-las sob o ponto de vista de sua processualidade histórica.³

Este fato tem trazido como resultado o desencadeamento de um processo caracterizado pelo esvaziamento de algumas manifestações culturais tradicionais como é o caso do quadro que o carnaval assumiu na cidade de Abaetetuba no último decênio (2004-2014).

A proposta deste artigo é tomar por baliza a situação crítica apontada e destacar alguns pontos que possam esclarecer aquelas duas situações, bem como avaliar de que maneira elas podem ser

² Cf. *Migalhas do carnaval*. Escolas de samba, educação e patrimônio etnográfico em Abaetetuba. 2014, cap. 2.

³ Cf. Brandão, C. Rodrigues. Cultura, estado e sociedade. In: *O Ardil da Ordem*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1983. p. 52-53.

tradutoras ou não do *modus operandi* de políticas públicas voltadas às culturas populares na cidade. Parte-se, inicialmente, de uma concepção de cultura popular e, em seguida, ao retratar a experiência do carnaval de Abaetetuba em um período de dez anos, avalia o olhar do poder público sobre ela; finalmente, busca-se apontar algumas implicações que a ausência de políticas públicas de cultura trazem à cidade assim como ao carnaval tradicional avaliando suas implicações político-ideológicas.

1 Culturas populares: do produto ao processo

Num importante estudo, o antropólogo Antônio Augusto Arantes (1995), observa de que forma a cultura popular assume visões valorativas contribuindo à reificação do processo cultural. Para o autor, esta seria apresentada como suporte de um não saber, como algo desprovido de significado, dando margem a especulação que “o povo não tem cultura”; ora ela apresentar-se-ia como suporte de tradição, porém, está sendo considerada como algo imutável no tempo.

Nesse quadro, as culturas populares equivaleriam ao folclore, porém, este identificado objetos, práticas, concepções religiosas, estáticas e tradicionais. Enfim, a cultura popular enquanto tradição equivaleria a uma outra cultura. A ideia de tradição traria em seu bojo o significado segundo o qual sua idade de ouro segundo afirma aquele autor, ocorrera no passado, as mudanças seriam deturpadoras e empobrecedoras, assim como a pesquisa equivaleria a simples listagem e classificação de objetos, textos e danças populares, cujo processo final é a reprodução do produto. Em ambos os casos, fica revelado seu caráter cristalizado e imutável face às transformações sociais.

Dessa forma, o autor propõe como alternativa um projeto de cultura segundo o qual o foco de atenção deveria ser sobre “o que as culturas efetivamente são, ou melhor, sobre como elas são produzidas, sobre os processos através dos quais elas se constituem e o que elas

expressam, e não sobre o que elas foram, seriam ou deverão ser” (ARANTES, *op. cit.* p. 57. Grifo no original).

Compartilhando dessa perspectiva no sentido de propor uma desnaturalização para a cultura, Alfredo Bosi em “Cultura como tradição” (1987), chama a atenção para a importância da concepção ergótica do processo cultural. Ou seja, a noção de cultura enquanto resultado de uma conquista, como ação e trabalho, imprimindo às práticas sociais uma dimensão mais humanista e democrática. Esta perspectiva desloca a ideia de mercadoria a ser exibida (típica da visão reificada de cultura), equivalente a um conjunto de coisas desfrutáveis, uma soma de objetos, para a ideia de trabalho a ser empreendido. Assim sendo, o que interessa na cultura seria o fazer em vez da aquisição de objetos. Ela não deve ser fetichista, dado que opera com significados. Tais noções vêm ao encontro de uma outra concepção antropológica de cultura segundo a qual a vida social é ordenada por meio de símbolos, organizada em sistemas. Ou, ainda, que a cultura não está em um nível próprio da vida social, e sim em todas as esferas do social; é o elo de significação que permite entender o que acontece ao redor dos indivíduos, como bem observou alhures o antropólogo americano Clifford Geertz, em seu clássico estudo “As interpretações da cultura” (1978).

Enquanto lugar de produção cultural, o “popular” e suas práticas ao ocorrerem na esfera do cotidiano, este assume uma dimensão política dado que é na dimensão cotidiana da vida social que indivíduos e grupos reordenam suas vidas, recriam suas possibilidades de existência e investem naquilo que acreditam dando assim sentido às suas práticas.

É possível inferir que a dimensão social da cultura não raro negada pelo Estado (restrição às formas de produção, limitação ao incentivo a projetos culturais, inexistência de planos municipais de cultura e de políticas públicas na área) ganha ali sua significância, porquanto detentora de um saber e, ao colocar em prática esses saberes,

exerce sua função social de humanização dos sujeitos, marcando o posicionamento de indivíduos e grupos na cena urbana. Assim, os valores e as significâncias das práticas construídas na teia das relações sociais e que estão presentes na dimensão social da cultura residem no fato que a mesma em sua dinâmica deve expressar-se como “processo de classe na sociedade desigual, como um envolvimento com sujeitos e grupos produtores de cultura (o ponto de vista da preservação do humano através da cultura) e não com os produtos da cultura (o ponto de vista da manipulação do humano através da indústria cultural”. (BRANDÃO, *op. cit.* p. 53)

Isto posto, não é difícil perceber a importância que as escolas de samba, como sendo esse lugar de produção cultural, e, como geradoras de conhecimentos que são, possam tornar-se em agências construtoras de subjetividades de indivíduos fazendo a inserção destes na linguagem, seja esta resultado da criação de um coletivo seja como mediadora do posicionamento político de novos sujeitos na cena urbana.

2 A experiência do carnaval de Abaetetuba, sob o olhar do poder público

Analisando a participação das escolas de samba de Abaetetuba no decênio 2004-2014, é revelador que o período tenha sido marcado pela oscilação com que o poder público municipal lidou com essa manifestação cultural. Tal oscilação, fosse ela marcada pela hegemonia desta ou daquela escola de samba, fosse pela não regularidade de uma política com que o poder público destinou a essas agremiações, fosse, ainda, mais recentemente, pela emergência de novos sujeitos na cena urbana do carnaval, o período em questão tornou-se significativo por vários aspectos.

No primeiro caso, no início da década (2001-2010), observava-se, ainda, a hegemonia de algumas escolas, tais como a

“Unidos da Praça”, “Amigos da SOCIA” e “Acadêmicos do PSINTI”, acompanhados pela presença de outras agremiações de porte mediano; por volta da metade da década, das três apenas duas permaneciam em atividade. A partir de 2006, apenas uma.

Este fato explica, por exemplo, de um lado, que tais mudanças podem estar diretamente vinculadas às políticas destinadas ao carnaval das escolas de samba e, por outro, à desmobilização ocorrida entre os produtores de carnaval os quais, percebendo a inviabilidade de seus respectivos projetos face a nova realidade carnavalesca que se lhes apresentava, optaram pelo encerramento de suas atividades. Um fator que contribuiu para o agravamento do quadro com que se deparavam as agremiações foi o descrédito e/ou desconfiança com que as mesmas passaram a ser olhadas pelo poder público e os munícipes, face a qualidade dos desfiles apresentados na avenida, sobretudo por agremiações de pequeno porte. Além disso, a falta de prestação de conta dos valores concedidos pelos cofres públicos destinados às agremiações, não chegavam a ser cobrados *a posteriori*, fato que gerava inúmeros problemas como a falta de transparência nos repasses. Este fato contribuiu para que a política de subvenção municipal assumisse sentido mais doméstico e clientelístico do que orgânico. Como decorrência desse processo, e da inoperância da Liga Independente do Carnaval Abaetetubense (LICA), criada em 2004, tais fatos corroboraram para que nos anos seguintes as entidades carnavalescas fossem afetadas mais ainda face ao desapoio municipal. Nos governos seguintes, as subvenções que porventura ocorreram passaram as ser vistas como meras despesas, em vez de investimentos na área social da cultura.

As experiências vivenciadas pelas escolas de samba no período aqui considerado (2004-2014), refletem dois projetos políticos sob os quais as agremiações carnavalescas estiveram adstritas. Em 2004, foi o último ano do mandato do Prefeito Francisco Maués Carvalho. Por tratar-se de fim de mandato, acredita-se que pelos registros coligidos devido à falta de recursos a serem destinados às escolas de samba e a ausência no desfile de agremiações como o “Acadêmicos

do PSINTI” configurou-se como sendo um ano atípico. Assim, dadas as particularidades que o carnaval assumiu nesse ano⁴, tais fatores acabaram permitindo a emolduração de um novo cenário ditado agora pelas micaretas. A tradicional escola de samba “Amigos da SOCIA” ainda desfilara naquele ano com o enredo “60 anos viva Nina Abreu”, arrebatando o título; o mesmo acontecendo no ano seguinte, quando defendeu o título com o enredo “SOCIA 10 anos de carnaval”.

Em 2005, iniciara-se um novo período de governo, o do Sr. Luiz Gonzaga Leite Lopes, o qual se estenderia até 2008. Nesse período mereceu destaque o carnaval do primeiro ano. Marcado por pressão popular para que houvesse o desfile das escolas de samba, fato que se consubstanciou por meio de modesto subsídio às escolas e pela ausência de políticas públicas na área da cultura do carnaval o que permitiu a consolidação de outros projetos de “carnaval” como o dos “blocos de micaretas”, iniciando-se a decadência do carnaval das escolas de samba. Nos anos seguintes, era visível a fragilidade das agremiações. Ainda em 2008, por tratar-se de ano eleitoral novas pressões foram feitas com vistas à promoção do carnaval. Nesse ano, já não mais participaria a campeã de 2005 uma vez que nos dois anos seguintes desestruturara-se, não tendo condições de organizar seu projeto de carnaval. Entre tais problemas, estavam os de ordem administrativa interna.

Na segunda fase do decênio aqui considerado (2009-2012), vige no Município outro projeto político-ideológico. Ele caracteriza-se pela relativa austeridade e racionalidade, pela negação à dimensão

⁴ Existem inúmeros relatos acerca do encaminhamento do carnaval nesse ano: a falta de subvenção para geri-lo, o que teria provocado a criação do carnaval sob a forma de micareta, porém com o consentimento dos representantes das escolas à época, fato que não é confirmado por alguns deles. Em outros relatos, fica visível o interesse pela “economia da cultura” do carnaval e, nesse caso, já estava desenhado naquele processo a inserção das micaretas no espaço do carnaval tradicional, não passando a situação de manobras políticas por parte de agentes públicos com vistas à implantação da micareta como expressão válida e representativa do “carnaval” da cidade.

social da cultura do carnaval, motivadas sobretudo pelo que aqui denomino de “*desapoio municipal*”. Definitivamente, as escolas de samba foram relegadas a segundo plano nas programações da Prefeitura, quando não abolidas. A subvenção às escolas não ocupou mais espaço na agenda municipal. Uma vez desarticuladas e sem incentivos regulares que justificassem a elaboração de projetos orgânicos vinculados ao carnaval, viram-se obrigadas a abandonar suas pretensões.

Em 2011, ainda resistia a escola de Samba “Acadêmicos do PSINTI”, que participaria do desfile naquele ano de forma modesta: uma ala de baianas, alguns destaques, antigos parceiros da escola e de velhos carnavais, o casal de mestre-sala e porta-bandeira e alguns colaboradores, além da bateria, cuja indumentária fora dada como parceria pelo Bloco Carnavalesco “Mocidade Independente “Acadêmicos do Samba”, criado em fevereiro daquele ano.⁵ O grupo de brincantes apareceria na programação da Prefeitura com a denominação de “Bloco Carnavalesco do PSINTI” e era conduzido na avenida por Orlando Cardoso Vilhena Júnior, presidente, puxador e autor do samba “Ele é nossa raiz”. A letra do samba era um verdadeiro libelo ao público presente e às autoridades presentes naquele sábado de carnaval. Um protesto real e simbólico do sambista contra as condições a que chegara o carnaval das escolas de samba na cidade.

A experiência do carnaval de Abaetetuba no biênio 2013/2014 corresponde ao que denomino de “Reinscrição liminar da política de subvenção controlada”.⁶ Tal experiência está vinculada às ações-piloto geradas a partir da implementação do projeto de pesquisa “Cultura e educação: Carnaval, cotidiano e processos educacionais em Abaetetuba” (1980/2011). O objetivo de tal projeto era fazer um estudo acerca dos processos educacionais na cultura do carnaval da

⁵ O bloco parceiro, no ano seguinte, transformou-se na Escola de Samba “Acadêmicos de Samba Abaetetubense (A.S.A.) sendo atualmente a única escola a participar da programação de carnaval da Prefeitura Municipal da cidade.

⁶ Cf. cap. 2 do estudo “Migalhas do carnaval. Escola de samba, educação e patrimônio etnográfico em Abaetetuba. 2014.

cidade. Com isso, visava-se construir além do seu perfil o processo produtivo dessa prática, bem como elaborar estudo descritivo dos materiais produzidos por meio do carnaval enquanto patrimônio etnográfico e instância de resistência e de valorização da cultura local.

Entre tais ações, destacamos a realização de dois seminários ocorridos em 2011 (“Diálogos, experiências e resistência”), e 2012 (“Memória, patrimônio cultural e carnaval: Um diálogo necessário”). Eles serviram de substrato junto ao poder público, por meio de agentes públicos ligados à esfera da cultura no sentido de chamá-los a participar das discussões sobre a temática. Disso resultou que, a despeito da inexistência de projetos mais orgânicos por parte do poder público em relação a manifestações desenvolvidas por agremiações de carnaval, criou-se por parte da Fundação Cultural Abaetetubense, possibilidades ainda que incipientes, do reinteresse por uma nova forma de carnaval mediada pela regularidade, compromisso social e a participação de alguma forma com a comunidade, retirando, assim, os vícios de épocas passadas. Esta experiência é mais detalhada em outro trabalho (SILVA, 2014), no qual são apontadas as necessidades de políticas e de projetos na área da cultura tradicional como o carnaval. Segundo demonstrou o estudo, as agremiações ou escolas de samba tidas como associações lúdicas e espontâneas ou como processo de identificação social que são, representam canais de diálogos da sociedade civil com o Estado. Dessa forma, dada a função social importante que assumem, as mesmas não podem de todo ser ignoradas. Além disso, a exclusão das associações carnavalescas do horizonte de expectativas do poder público revelam, de forma incontestável, que as políticas públicas na área da cultura precisam ser valorizadas como condição da participação plena da sociedade.

3 A “economia da cultura” ou da ausência de políticas orgânicas ao “projeto do mercado”

Observa-se no primeiro tópico deste estudo, de que maneira a cultura enquanto sistema de representação assume sua propriedade de instrumento de saber, de comunicação e maneira de se articular

com o mundo. Opondo-se a essa perspectiva, porém, sem que isso represente uma ruptura ou excludência, e sim tão-somente complementaridade, a cultura também pode ser apreendida enquanto expressão política do poder dimensão na qual é identificada como uma categoria de forças entre categorias individuais. Ou, como bem observou Sérgio Miceli, “como um instrumento de poder, isto é, de legitimidade da ordem vigente” (MICELI, 1987, viii). A perspectiva tratada a seguir reflete um pouco dessa argumentação.

Os blocos de micareta na cidade de Abaetetuba que tradicionalmente concorrem a um calendário de festa conhecido como “carneval fora de época” assumiram, a partir de 2005, durante o período momesco, o espaço destinado às escolas de samba. Os efeitos dessa mudança teve um significado político na produção do carnaval. Embora a emergência dos grupos micareteiros tenha sido gradual como mostramos em outro estudo (SILVA, 2012, 2014), a verdade é que a partir daquele ano houve uma espécie de consolidação desses grupos, em especial com a criação do “Bloco “Eq. do seu Dodô” que participara da programação oficial naquele ano, com mais de mil brincantes, estimulando a criação de outros, bem como assimilando segmentos das próprias escolas de samba. Isto se deveu entre outros aspectos ao fato de o trabalho que até então era desenvolvido pelas agremiações carnavalescas e mediado por relações de parentesco e de amizade, ancorados numa solidariedade de grupo, cedeu lugar a relações de trabalho assalariado, mediado pelo lucro imediato, advindo com as micaretas.

Assim, no momento que a especulação acerca do processo produtivo daquele modelo de “carnaval” começou a ganhar força por conta de novas formas de brincar o período de momo, e da influência da indústria cultural, exigindo menos envolvimento da comunidade e dando mais ênfase ao produto comercializado, nesse momento, como bem observou José Ramos Tinhorão (1997), as escolas de samba perderam seu referencial maior:

“... estará destruído o princípio básico da solidariedade de grupo que repousa na gratuidade da manifestação

da cultura popular representada pelas escolas de samba. As escolas de samba estarão mortas e perderão a sua raiz folclórica, subindo ao céu da arte erudita e da promoção comercial ante as palmas da classe média – como um balão de gás...”. (TINHORÃO, op. cit. p. 97).

Há que se reconhecer que é a ausência de políticas orgânicas destinadas às manifestações tradicionais como o carnaval que permitirá a desmobilização das agremiações pela perda dos referenciais tradicionais (O samba, por exemplo). Segundo aponta Salles (2000), ao discorrer sobre em que condições a indústria cultural pode gerar o colonialismo interno “braço direito do colonialismo externo”, ou a lacuna acima referida, o autor aponta entre outros fatores a construção de um projeto de “degradação cultural” porquanto “corrompe valores éticos e estéticos, destrói a memória e destrói a própria identidade cultural de um povo” (p. 8).

O cientista político Machado em “Notas sobre política cultural no Brasil (1984), escrevendo na década de 1980 observa de que forma nesse período predominou a baixa visibilidade social da política cultural no país, propondo:

retirá-lo do limbo em que se encontrava”. Em tal estudo fez referência sobre a atuação das agências de fomento da área cultural as quais segundo ele eram mediadas ora por suas ações clientelísticas, ora por seu caráter assistencial, com reflexos diretos sobre o teatro (...), as manifestações das artes plásticas, e do chamado folclore em geral.

Assim, a admitir que o fato folclórico abrange as culturas populares, embora o conceito de cultura popular nem sempre abrange o folclore (SALLES, *op. cit.* p. 5), podemos inferir que o carnaval carrega também consigo aspectos dessa “raiz folclórica”.

Ao discorrer sobre a importância da “arte como expressão das capacidades criadoras de um povo”, o autor acima referido observa de forma categórica que “a cultura popular [e o carnaval] na sua maior

parte é menosprezada e assim aparece como uma outra expressão artística degradada” (Idem, p. 5). Com isso ele quer demonstrar que no âmbito das culturas populares, estas estão condenadas ao processo de higienização cultural permanente fazendo com que só adquira valor aquilo que o mercado de bens simbólicos e culturais considera como legítimo. Colocado nesses termos, uma pergunta se impõe: este não teria sido um dos motivos da implantação das micaretas em Abaetetuba em detrimento do carnaval tradicional, por julgar-se aquele a representação do novo, do moderno e este o símbolo da tradição cristalizada, do velho, do arcaico, tendo na base disso a lógica imposta pela linguagem dos capitalistas da indústria cultural? A propósito, veja-se o fragmento a seguir. Ele revela, paradoxalmente, de que forma a falta de políticas orgânicas por parte do Estado na área das manifestações culturais tradicionais, é compensada pela construção do “projeto de mercado”, ou seja, ditado pela indústria cultural, que chama para si a responsabilidade de gerir o mesmo, apoiado pelo Estado.

A dimensão cultural ganha espaço com o empresariado cultural, com os fabricantes de festivais e carnavais extemporâneos, que avançam no bolso do trabalhador, muitas vezes com o apoio do poder público. Um dos resultados mais danosos da ação promíscua do poder público com o poder econômico, no caso da cultura popular** ... leva a massa a se desfazer de parte de seus salários na compra dos chamados quites, além do pagamento de ingressos, largo consumo de bebidas, o fumo de variado sabor e entorpecentes. Muitas pessoas se rendem facilmente. É exigido apoio do Estado, no que diz respeito ao espaço e sua adequação e, em especial, à segurança pública, sabendo-se que os grupos mais organizados só se movimentam com seus próprios esquemas de som, transporte, hospedagem, serviços de boca e de segurança” (SALLES, op. cit. p. 6. *grifos meus; ** grifos no original).*

As observações acima servem de parâmetro para avaliar que no plano da cultura há que se reconhecer o processo de apropriação cultural. No caso referido, à medida que se constata a fragilidade na

implementação de políticas públicas na área de cultura, em especial às práticas tradicionais das escolas de samba, reconfiguram-se propostas sobre estas práticas, que são colocadas na arena política, visando uma suposta homogeneização cultural. O caso da montagem dos projetos de carnaval para a cidade de Abaetetuba nos últimos anos, nele é visível o nivelamento feito com base nas micaretas como se constata neste fragmento.

O que se objetiva é a execução de um projeto no qual não há espaço à promoção social de incentivo à cultura e à diversidade dos movimentos populares, bem como à memória de sua preservação como grupos emolduradores da tradição e sim tão-somente a um conjunto normativo de regras contratuais com vistas a assumir um sentido significativamente mercadológico entre as partes envolvidas. Neste reduto construído a diversidade cede lugar à padronização cultural (SILVA, 2014).

Entretanto, se é possível implantar projetos cimentadores e hegemônicos com vistas a reforçar o *status quo*, também, da mesma forma, acredita-se ser possível resistir a essa padronização de valores. Nesse sentido, a experiência vivida pela escola de samba Acadêmicos de Samba Abaetetubense (A.S.A.), nos dois últimos anos (2013-2014) demonstrou que a despeito daquele projeto hegemônico conseguiu implantar seu projeto de carnaval baseado numa filosofia de valorização da história e da cultura local. Isto permitiu sua inserção no programa oficial de carnaval da Prefeitura da cidade com *status* de escola de samba⁷.

⁷No carnaval de 2014, não obstante participar das reuniões que antecedeu o desfile, e comunicar que participaria do mesmo, a escola de samba A.S.A. não teve seu nome inscrito na programação organizada pela Fundação Cultural Abaetetubense. Segundo se apurou, o problema fora gerado pela inabilidade de uma pessoa que por conta de mudanças na edição do material tenha retirado o nome da escola. Mas a escola não fora avisada com antecedência do problema.

Isto posto, pode ser avaliado como um indicador que serve para desconfigurar a ideia de um universalismo cultural como ideologia dominante, e sinaliza o fato que a singularidade cultural resiste à globalização, e nessa condição, como localismo crítico que é, pode se transformar em instância de resistência cultural. A experiência cultural e trajetória das práticas carnavalescas desenvolvidas pela escola de samba A.S.A. acima referida dá sinais dessa resistência.

Considerações finais

Um dos graves problemas na relação Estado-Cultura reside na incompreensão por parte do poder público, no caso aqui tratado, do que venha a ser cultura e suas propriedades em sua dimensão antropológica. Não raro, ela é interpretada no nível do senso comum, ou seja, como se fosse constituída apenas das expressões culturais, transformadas em espetáculos ou produto a ser exibido. Este aspecto tem guindado a realidade cultural a uma visão reificada à medida que não se consegue interpretá-la enquanto um sistema de representação.

Essa experiência é atualizada de forma recorrente no âmbito do poder público local. Talvez, isso tenha servido de escudo na relação Estado, sociedade civil e a realidade cultural. Se de um lado ocorrem lacunas no âmbito das políticas públicas direcionadas às manifestações culturais tradicionais como o carnaval, isso se deve ao fato da desimportância que tem sido dado a ela e a outras formas culturais por conta daquela incompreensão. Além disso, a análise feita permite apontar que na base do problema está, também, a dificuldade de ordem política que faz com que o poder público municipal não consiga articular ações que estão na base da própria dinâmica dos serviços e agendas da política cultural a nível nacional, como é o caso da necessidade de criação de seu Plano Municipal de Cultura.

A despeito das implicações acima apontadas, tal fato gerou a transferência para a sociedade civil de competências que

originariamente eram suas, ou concedendo aos empresários da indústria cultural a possibilidade de explorar a “economia da cultura” e, ao compartilhar dela, acabou gerando uma espécie de “degradação cultural”. Em contraposição, contudo, a prática política do cotidiano tem mostrado que o universalismo cultural como ideologia dominante não se sustenta diante da singularidade cultural, que aposta no local da cultura como forma de resistência.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

AUGRAS, Monique. **O Brasil do samba-enredo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura, Estado e Sociedade. In: **O Ardil da ordem**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1983.

BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, G. et al. (Org.). **Cultura brasileira**. Tradição/Contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; FUNARTE, 1987.

MACHADO, Mário Brokmann. Notas sobre política cultura no Brasil. In: MICELI, Sérgio. (Org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre.

A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SALLES, Vicente. Colonialismo e indústria cultural. In: **Jornal Lúcio Flávio Pinto/Agenda Amazônica**, Belém, 2000.

SILVA. Dedival Brandão da. Carnaval em Abaetetuba. História, apropriação cultural e resistência. In: Bricio, Vilma Nonato de;

Sarmiento-Pantoja, Augusto; _____. (Org.). **Cultura, educação e Pesquisa na Amazônia**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2012.

_____. **Migalhas do Carnaval**. Escolas de samba, educação e patrimônio etnográfico em Abaetetuba. 2014.

TINHORÃO, José Ramos. **Música popular**: um tema em debate. São Paulo: Editora 34, 1997.

TRADIÇÃO E MODERNIDADE: O NOIVADO COMO RITO DE PASSAGEM EM BELÉM DO PARÁ

Breno Rodrigo de Oliveira **ALENCAR**¹
Museu Paraense Emílio Goeldi
brodrigo@museu-goeldi.br

Resumo: *O presente artigo analisa os tradicionais preparativos de casamento, com ênfase no rito do noivado. Com o objetivo de compreender sua adaptação à sociedade moderna, o noivado é aqui considerado um rito de passagem historicamente datado que evoluiu desde as promessas de casamento do direito romano até sua manifestação na classe média belenense. Foi adotada a metodologia de revisão bibliográfica com foco em fontes históricas e etnográficas, assim como a participação em cursos preparatórios de casamento e a convivência com os noivos frequentadores destes. Os resultados obtidos apontam para mudanças e continuidades nos cenários das relações amorosas, com vistas ao casamento, entre essas mudanças, o interesse pelo casamento religioso entre não-praticantes, o pedido de casamento realizado pelas mulheres e a longa duração dos noivados.*

Palavras-chave: *Noivado. Ritos de passagem. Casamento.*

Abstract: *This article analyzes the traditional wedding preparations with emphasis on the rite of betrothal. With the objective to understand their adaptation to modern society characterize it as a rite of passage historically dated that has evolved from the promised marriage of Roman law to its manifestation in the middle class belenense. We adopted the methodology of literature review focusing on historical and ethnographic sources, as well as participation in marriage preparation courses and living with the couple frequented of the same. The results obtained point to changes and continuities in scenarios of relationships with a view to marriage, including the interest in religious marriage between non-practitioners, the marriage proposal made by women and the long duration of engagements.*

Keywords: *Engagement, Rites of passage, Marriage.*

¹ Mestre em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFPA (2011). Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfé Moreira, Professor e Pesquisador. Museu Paraense Emílio Goeldi, Etnógrafo. brenoedai@yahoo.com.br

Introdução

Conforme analisa Del Priore (2011), as mudanças enfrentadas pela sociedade brasileira, no que diz respeito às suas experiências íntimas, alteraram significativamente o destino de diferentes gerações, ao longo dos últimos séculos. O noivado tem parte importante neste processo, pois, originário de um sistema patriarcal assentado na manutenção do poder econômico entre as famílias, adaptou-se, com o advento do individualismo metodológico, à maleabilidade das relações amorosas modernas. Tem lugar, assim, a análise de um fenômeno cuja característica elementar é expressar diante da coletividade a decisão de partilhar com *um* outro, de sua própria escolha, a vida conjugal.

Neste sentido, este artigo pretende contribuir para uma compreensão histórica e etnográfica do noivado em nossa cultura, visto que a análise de sua dimensão simbólica se faz em paralelo com sua evolução na sociedade brasileira.

O artigo pretende, portanto, apresentar considerações sobre o estado atual dos preparativos para o casamento na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Para isso se divide em três partes. A primeira delas analisa o noivado como fenômeno histórico, atentando para sua concepção desde o direito romano até sua “cristianização” com o advento do domínio litúrgico católico. Em seguida, se faz uma incursão pela bibliografia etnográfica, buscando identificar a origem de sua manifestação no Brasil. Por fim, são apresentados os resultados das observações a respeito das experiências pessoais dos vinte e quatro noivos que colaboraram com o trabalho.

1 O noivado e sua maleabilidade histórica

O noivado, embora associado ao catolicismo, é de origem laica e tem raiz no antigo direito romano, no qual constituía uma etapa fundadora do casamento e não somente o anúncio de um casamento futuro (como é considerado hoje). Situando-se no final

das conversações que selavam o tratado, o noivado anunciava o casamento e comprometia toda a família dos envolvidos, pois tinha efeito de promessa e funcionava como uma garantia de que a aliança iria se realizar. Segundo Del Priore:

Variando regionalmente, segundo tradições e culturas dos povos europeus, os ritos matrimoniais espelhavam sempre uma aliança que atendia, antes de tudo, a interesses ligados à transmissão do patrimônio, à distribuição de poder, à conservação de linhagens e ao reforço de solidariedades de grupos. Simplificando, diríamos que eles mais eram associação entre duas famílias – diferentemente de hoje, que é associação entre duas pessoas – para resolver dificuldades econômicas e sociais, sem padre nem altar. Mais importante do que as uniões abençoadas eram as “promessas de casamento” feitas pelo homem à família da noiva – os chamados sponsais ou desponsórios. Comemorados com grandes festas e troca de presentes, eles autorizavam aos olhos da comunidade a coabitação dos futuros cônjuges. A intervenção eclesiástica nesse processo tornou-se crescente a partir do século XIII, mas se adaptou, em geral, aos costumes de cada lugar (DEL PRIORI, 2007, p. 122).

Tal interpretação pode ser encontrada também em Gaudemet (1987), Molin e Mutembe (1974), que consideram o noivado uma promessa de casamento, às vezes com intervalo de vários anos. Ainda no mundo greco-romano era comemorado com suntuosidade e chegava a envolver crianças ainda por nascer, com a mesma faixa etária ou com diferentes idades, privilegiando sempre os homens que chegavam a casar com pré-púberes vinte anos mais jovens.

A esta promessa se dava o nome de *sponsalia*, que facilmente poderiam ser rompidos sem nenhum prejuízo jurídico para as partes. Com o passar do tempo, e a importância adquirida pelo patriarcado agrário na Alta Idade Média, isso se tornou mais difícil. Em particular, com o advento da Igreja Católica e o aumento de sua influência no

cenário privado tornou-se fundamental assegurar a sua publicidade e solidez, não se admitindo mais sua ruptura por qualquer motivo. O noivado passava, assim, a ser acompanhado da entrega de um anel, de presentes e, depois do século IV, de um depósito de noivado – o que posteriormente deu origem ao *dote* –, os quais confirmavam a promessa e serviam de garantia para o casamento.

Durante todo o início da Idade Média, o casamento, por etapas, dominava tanto na teoria como na prática. Até o século X, os canonistas não utilizavam sequer a expressão *sponsalia*. Referiam-se antes ao equivocado termo *de sponsatio*, sem deixar claro se consideravam isso a promessa de um futuro casamento ou a conclusão de um acordo matrimonial. É só no século XII, durante a elaboração da doutrina matrimonial, que os teólogos franceses reavivam a *sponsalia* romana. Estas simples promessas de casamento, batizadas por Pierre Lombard (*apud* Gaudemet, 1987) como *verbo de futuro*, não criavam mais um *matrimonium inchoatum*; representavam apenas o anúncio de um casamento.

Embora rejeitada pelos teólogos italianos, esta concepção de noivado e casamento termina por se impor no século XIII; doravante, o noivado, simples compromisso de casamento, não deixasse de ser obrigatório. Sugeria, contudo, um tempo para que os futuros cônjuges refletissem sobre as obrigações e a indissolubilidade da sua união.

Entretanto, se a evolução das regras que cercam o noivado é bem conhecida, não se pode dizer o mesmo do seu real lugar no desenrolar do casamento na Idade Média, dada a importância de seu funcionamento, papel e significado no conjunto de relações que envolviam a nobreza e a igreja. Segundo Ribordy (2001), os casamentos da nobreza francesa, ao mesmo tempo muito preocupada em respeitar as prescrições da Igreja e extremamente ligada aos seus rituais matrimoniais tradicionais, refletiam as tensões entre dois tipos de casamento: o laico e o eclesiástico. Após séculos de luta com a Igreja, nos quais esta procurou impor os seus princípios de monogamia, de indissolubilidade e exogamia, a nobreza do fim da

Idade Média conservava ainda o seu próprio modelo matrimonial. E é justamente desse conflito entre os valores da nobreza e a doutrina católica que nasce a concepção de que o noivado é um ritual flexível e menos importante durante a modernidade. Para Coulmont (2002), essa característica se deve à “maleabilidade histórica” que é intrínseca ao noivado e que também pode ser descrita por meio do conflito entre as concepções jurídicas e litúrgicas após a Revolução Francesa. Vê-se, por exemplo, que, do ponto de vista jurídico, os noivados desaparecem do direito no meio do século XIX para reaparecerem perto de seu final. Após a Revolução Francesa, os noivados não são mais amparados pela legislação interna do Estado. Ficam fora do código civil e são declarados “nulos e sem efeito” pelo Tribunal da Cassação em 1838 – a jurisprudência francesa ratificava, assim, a nulidade das promessas de casamento. Mas, perto do fim do século XIX e no início do XX, pode-se ler em certas teses de direito uma re-espiritualização dos noivados, uma insistência sobre o seu caráter religioso, que se deve principalmente ao fato de o direito canônico não ser mais percebido como anti-moderno, mas como uma das inspirações do próprio direito moderno. No campo jurídico, nasce, portanto, o interesse em se codificar as relações de compromisso. Um número considerável de teses de direito e de artigos são consagrados ao noivado (e mais particularmente ao problema da ruptura do noivado) na virada do século XIX para o XX. Algumas teses mostram, por exemplo, que os noivados “continuam a ser produzidos”, ou que eles são produto da “natureza humana” ou que são “o prelúdio obrigatório” e necessário para a realização do casamento. O noivado é, então, reintroduzido no Código Civil Francês de 1912.

No domínio litúrgico, tende-se a observar estes mesmos fenômenos de desaparecimento e reaparecimento. Os rituais diocesanos – nos quais eram dadas bênçãos ao noivado – desaparecem na segunda metade do século XIX, quando do ritual romano. Até meados do século XIX, uma parte dos rituais diocesanos inclui uma “ordem para a comemoração do noivado”. O ritual usado pela Diocese de Mans, em 1798, descreve, por exemplo, o comportamento

e os gestos do celebrante: “O padre, vestindo uma estola branca, após ajoelhar-se em oração, deslocou-se às partes que estão de pé, o rapaz que está à direita da menina, fez uma breve exortação e em seguida seu pedido...”. A unificação litúrgica, do meio do século XIX, faz rapidamente desaparecer estes rituais diocesanos em proveito do ritual romano, que não possui agenda para a celebração dos noivados.

Por volta dos anos 1860, portanto, os compromissos católicos se tornaram uma cerimônia sem ritual, um rito sem suporte escrito oficial, o que de alguma maneira encarna o Código de Direito Canônico de 1917.

A ausência do noivado no ritual romano – doravante utilizado em toda a França –, não faz desaparecer o rito do compromisso. Numerosos são os sinais que indicam um uso real, porém raro. Vários discursos de casamento, conservados na Biblioteca Nacional de Paris, fazem menção aos compromissos no fim do século XIX, num quadro religioso. Lá está escrito, por exemplo, que o noivado desfruta da “simpatia” da igreja. E se certos manuais de *savoir-vivre* (etiqueta) julgam esta prática fora de moda, é um sinal da sua utilização.

Progressivamente, graças ao seu desaparecimento e sua reaparição, o noivado é reinvestido de sentidos: é doravante objeto percebido como *quase* desaparecido, raro, mas que pode ser reformulado para ser adaptado à modernidade. Os compromissos podiam, por exemplo, ajudar no casamento, lutar contra o divórcio, ajudar no repovoamento da França. A partir do início do século XX, se desenvolve, assim, a ideia de que os compromissos – compreendidos como uma prática tradicional – são a essência da modernidade. Albert Robida (1892) publica, por exemplo, um pequeno texto intitulado *Viagem de noivado*, no auge dos anos 1900, no qual os compromissos serviam para valorizar a ideia de que o futuro casal de jovens é uma entidade autônoma, a fusão de duas individualidades, fusão que necessita de um tempo de preparação.

Atualmente, com o declínio e proporção do número de casamentos católicos, em comparação com casamentos civis, dois

eventos simultâneos têm lugar: (1) o enfraquecimento do caráter católico do casamento, e (2) a folclorização do que resta dos casamentos católicos. Dois movimentos parecem se combinar: ao mesmo tempo uma baixa do número de casamentos católicos e um grande número de casamentos na Igreja que não são casamentos católicos, mas casamentos de não-praticantes e não-crentes. A resposta de uma parte da Igreja foi assimilar o casamento a uma demanda crente e fazer dele um modo de ressocialização religiosa (por meio de pastorais familiares e cursos de noivos). Assim, o caráter sacramental do casamento católico não se encontra mais na cerimônia, mas no que a precede.

Sendo assim, o noivado católico, pouco sujeito a codificações jurídicas e litúrgicas, permanece como um rito frouxo², pouco ritualizado, de existência incerta, o que torna possível sua adaptação permanente às mudanças sociais. E por ser percebido como uma “tradição”, é que seu caráter “histórico” (ou “antigo”, por assim dizer) não é questionado, tornando certas transformações sociais (podendo ser consideradas aberrações modernas), como coabitação, sexo antes do casamento, escolha individual (e não mais familiar) do/da noivo/a, sejam imaculadas pelo noivado e aceitas pelos grupos sociais.

2 Uma tradição moderna: o noivado como passagem

Noivos sempre são considerados estranhos. Em certas comunidades de Portugal, por exemplo, o processo de aceitação do noivo, ainda hoje, se dá por meio de ritos expiatórios que tem como finalidade punir o noivo por “retirar” a noiva de seu círculo familiar. Um rito muito comum é o “pagamento da cabrita”, em que o pretendente é retirado de casa por rapazes da vila onde mora e submetido aos mais criativos métodos de tortura, incluindo

² O termo frouxo é o que mais se aproxima da definição de Coumoult (2003) no que se refere à *maleabilidade* do rito do noivado: “*ritemou*”. Cf. Avolio (2002): mou: *adj.* mole, fofo, flácido, frouxo. *n pop* molenga.

afogamentos, agressões físicas e verbais. Numa vila, em particular, ele é laçado por um coxo, geralmente celibatário. Segundo Lages:

antigamente o coxo avançava sozinho, ficando os demais rapazes escondidos a alguma distância. Estes só se juntavam ao manco depois de ele ter lançado a corda, em grande algazarra, quer para acompanhar o noivo e o coxo, quer para ajudar na luta, quando era caso disso (LAGES, 1983, p. 647).

Tradicionalmente, este cerimonial era cumprido apenas por ocasião do pedido da noiva em casamento, ou seja, quando já não houvesse dúvidas de que o enlace se faria. Em Vila Cova-a-Coelheira, quando um rapaz de fora do lugarejo casava na localidade, tinha de pagar o *carrolo*, o qual era constituído por vinho, pão, bacalhau e sardinhas. *Carrolo* se referia, mais especificamente, a “três agulhadas de pão (da altura do noivo, que lhe eram colocadas uma de cada lado e a outra de trás). Na agulhada eram, pois, enfiados bolos de trigo até atingirem a altura do rapaz” (LAGES, 1983, p. 649).

Na cultura brasileira o fenômeno do noivado sempre esteve associado a ritos de passagem de forma muito semelhantes aos encontrados em países latinos, como Portugal. Sendo uma condição fundamental para o estabelecimento de um casamento, em vista do que Vainfas afirma ser “um ideal a ser perseguido, uma garantia de respeitabilidade, segurança e ascensão a todos os que o atingissem” (VAINFAS, 1989, p. 93), nos tempos da colônia, por exemplo, o noivado era tido como um dispositivo que regulava o processo de escolha, tornando-o uma importante moeda de troca entre as elites metropolitanas e coloniais. E, embora o registro oficial da recorrência desse fenômeno seja de natureza diversa daquelas relativas aos casamentos, em razão do tipo de registro (não há registros oficiais de noivados, diferente do que ocorre com o casamento³) e da

³ Embora os registros de casamento civil sejam mais recentes, datando do período de Proclamação da República, podem-se consultar os Livros de Casamento ou Livros de Matrimônio das Igrejas, documento que se tornou obrigatório após o Concílio de Trento (ver FERNANDES, 1995).

pompa (festas de noivado sempre se restringiram aos núcleos familiares envolvidos), o imaginário em torno do noivado contribuiu significativamente para elaborar o conceito de cônjuge que perdura ainda nos dias de hoje. Assim, apesar da secularização da maioria dos ritos católicos (recordados apenas em feriados) parte deles ainda ostenta a imponência dos ritos do passado. No caso do casamento, isso é ainda mais evidente.

Embora se tenha verificado, na pesquisa, que alguns dos casais que se preparavam para casar na Igreja não eram frequentadores assíduos desta, muitos deles afirmavam fazer questão de celebrar os votos em frente ao altar e com consentimento sacerdotal. Mas, afinal, quais as razões que levam as pessoas a noivarem? E por que ele ainda é considerado entre muitos casais uma condição indispensável para a união conjugal, se na atualidade o próprio casamento depende muito pouco das regras e das tradições que o envolviam em épocas anteriores?

Em primeiro lugar, o noivado é condição obrigatória para o casamento religioso e, devido ao fato de que uma parcela significativa de casais em primeiras núpcias deseja oficializar o compromisso em cerimônias católicas, noiva-se para poder participar dos Cursos de Noivos oferecidos nos centros paroquiais das inúmeras igrejas espalhadas pelo Brasil. São cursos de curta duração que ocorrem em um final de semana de cada mês. Neles, o casal paga uma taxa de inscrição e é obrigado a participar de palestras sobre Código Canônico, Reprodução Humana, Sacramento Matrimonial etc. Todavia, embora seja obrigatório para o casamento católico, a maioria dos casais não noivam com esse fim.

Por outro lado, como afirmam os noivos – mais especificamente as noivas, não sem algum ressentimento –, alguns noivados ocorrem após o parceiro ver suas inúmeras investidas sexuais frustradas. Ocorre que geralmente o parceiro masculino pede “a mão da noiva interessado”, segundo afirmou Samara, “no resto do corpo”. Para ela, que se ressentiu de um noivado de longa duração, o noivado com o seu parceiro significou acesso a relações sexuais consentidas pela família,

já que o noivado significava um passo mais sério que o namoro na relação. Sua frustração com o noivado se deve, no entanto, não ao interesse sexual do parceiro, mas ao tempo em que já se encontra neste estágio de seu relacionamento (nove anos). E aí está outro ponto importante da análise sobre o noivado.

Assumir o compromisso de casar não significa, portanto, assegurar a realização da cerimônia de casamento. Assim, além de noivar com interesse em relações sexuais consentidas, muitos casais assumem tal compromisso movidos pelo interesse em garantir estabilidade ao relacionamento, evitando, assim, possíveis investidas de terceiros junto ao parceiro. De fato, a simples troca de alianças, condição indispensável para assegurar o noivado tradicional, garante, com certa margem de segurança, que as investidas sexuais de outros interessados sejam atenuadas. Por outro lado, em se considerando a situação socioeconômica do casal, o noivado pode se prolongar mais do que o normal (um a dois anos em média)⁴, chegando a durar mais que o próprio casamento. Nesses casos é muito comum observar noivas insatisfeitas exercendo uma pressão considerável para que o matrimônio se realize o quanto antes. E isto ocorre não porque elas temam a opinião pública – tal como suas avós o fariam –, mas porque se sentem contrariadas quando, em condição de fazê-lo, o parceiro alega adiar o casamento por não estar preparado, econômica e afetivamente, para oficializar a união, mesmo que ela própria, a noiva, se ofereça para arcar com as despesas da cerimônia, da festa, da lua-de-mel ou a compra da casa etc.

Em alguns casos, os noivados podem durar anos, deixando de ser uma *fase* para se transformar em um estado permanente do relacionamento. Assim ocorre quando os noivos não querem ou não

⁴ Entre conhecidos de meu círculo social conheci o caso interessante de uma irmã de minha colega de mestrado que está noiva há cerca de 10 anos. Alegando “esperar a situação econômica do parceiro melhorar” para poderem casar, considera que sua relação é séria e, mesmo com as brigas e desentendimentos em torno do assunto, prefere esperar seu “*namorido* do que morrer na praia”.

têm condições de organizar um casamento e arcar com suas despesas⁵. Esses noivados geralmente são um prelúdio à intenção de “se juntar”, muito comum entre noivos que ora desejam sair da casa dos pais para adquirir liberdade pessoal, ora procuram nessa experiência uma alternativa para avaliar se estão fazendo a escolha certa. Em todo caso são alternativas que fogem ao padrão socialmente instituído por esse rito em que normalmente se exige dos noivos o estabelecimento de um vínculo oficial propriamente dito. Para eles, mais do que ir morar junto, esse vínculo, tão comum quanto casar no cartório ou na igreja, é uma alternativa aos nossos costumes que atuam impositivamente na vida de um casal. A rigor, noivos que passaram a morar juntos ou mantêm tal vínculo por vários anos, consideram que “não é preciso casar de papel passado para ser feliz”.

A leitura que se depreende das características destes noivados de “longo prazo”, seja por interesse ou contingências afetivas e/ou econômicas, se revela ajustada à ideia aqui proposta acerca da maleabilidade do noivado, de tal modo que para ele ser um ritualizado deve, primeiramente, atender às expectativas pessoais dos diversos atores envolvidos.

Como afirmado anteriormente, o uso da aliança tem papel fundamental neste processo, não apenas porque sinaliza a existência de um compromisso, mas também porque marca e institucionaliza uma alteração de *status*, permitindo e obrigando o sujeito a encenar um novo papel social. Para os noivos, ela é considerada, aliás, um objeto indispensável no processo de oficialização do compromisso. Por essa razão, normalmente se considera que a intenção de trocar alianças está condicionada à situação socioeconômica dos noivos e ao tempo de namoro. Essa observação leva em conta o fato de que há –

⁵ As despesas com o casamento variam de acordo com a posição social do casal. De todo modo, há valores fixos como, por exemplo, o aluguel da Igreja. Em Belém os valores desse aluguel variam de paróquia para paróquia. Assim, um casamento na Igreja de Santo Alexandre, na Cidade Velha, chega a custar mais de R\$ 4.000,00; na Basílica de Nazaré cerca de R\$ 3.000,00. Em Nossa Senhora da Conceição, na Pedreira, e São Pedro e São Paulo, no Guamá, cobram mais barato, mas, mesmo assim, uma celebração não sai por menos de R\$ 500,00. (Observação: todos os valores excluem despesas com decoração, ornamentação e, obviamente, a festa – recepção).

segundo afirmam as noivas – um momento certo e oportuno em que o pedido de noivado é coerente com a *situação*⁶ do casal.

Fora o noivado condicional, geralmente ocasionado por uma gravidez não planejada, o casal estabelece o momento ideal para noivar cerca de quatro anos após o início do namoro, conforme atesta a tabela abaixo:

Tabela 3: Tempo de namoro e de noivado antes do casamento

Nome ⁷	Tempo de Namoro (anos)	Tempo de Noivado (anos)
Renata & Luiz	6,6	1,2
Monica & Victor	2,1	1,0
Danielle & Rafael	10,3	0,5
Ana & Erick	3,4	1,0
Samara & Carlos	1,0	0,4
Bruna & Mychel	4,6	0,8
Jean & Maria	5,5	3,0
Glauce & João	1,0	1,4
Marcela & Marlos	2,9	2,5
Michela & Ricardo	2,6	0,2
Tarcila & Fábio	7,0	1,0
Greice & Odilon	0,4	0,6
Média	4,0	1,1

Fonte: formulário de entrevista

⁶ Não encontrei entre os noivos uma definição objetiva do que seria esta “situação”. Boa parte deles, sem distinção de gênero, relaciona este termo à situação financeira, outros à situação afetiva – intensidade do sentimento, qualidade do relacionamento – destacando sempre que o mais importante é não estarem brigando e se envolvendo em desentendimentos ocasionados por traição ou mentiras. O carinho e a atenção dedicados ao/a parceiro/a são sempre o “termômetro” – nas palavras de uma noiva – dessa *situação do casal*.

⁷ Alguns dos noivos contatados não preencheram o formulário utilizado nesta pesquisa. Outros responderam, mas não o devolveram. Na tabela em questão encontram-se os dados referentes aos casais ou noivos que, individualmente, forneceram dados para a pesquisa. Ou seja, quando aparecem os nomes do casal é porque ambos preencheram o formulário. Caso contrário, quando aparece apenas um dos nomes, seja masculino ou feminino, é porque somente um dos parceiros devolveu o formulário preenchido.

É após esse período que eles se sentem “preparados” para passar de fase, ou seja, para assumir um compromisso mais sério. A noção de seriedade numa relação envolve geralmente a maturidade do casal, a idade, a aceitação seguida da cobrança por parte dos familiares, e, sobretudo, as conquistas pessoais que, segundo afirmam os noivos, têm a ver com o nível de instrução e a estabilidade financeira. Após o noivado o casamento demora cerca de um ano para ocorrer.

Constatou-se que a origem do pedido de noivado se dá quando a parceira questiona o parceiro sobre seus objetivos pessoais e sua percepção em relação ao *futuro* do casal. Esta afirmação leva em conta o fato de que as noivas declaram haver um “tempo de vida útil” do namoro, algo como “validade” (outro termo utilizado pelos casais) do relacionamento e que, portanto, exige dele uma superação de fase, referendando a noção de ritual presente neste fenômeno.

Até o casamento é possível afirmar, resumidamente, que as fases do relacionamento entre duas pessoas que desejam casar se subdividem em três: 1. Flerte ou “fica”, em que ocorrem os primeiros contatos e um período de avaliação ou reconhecimento do parceiro⁸; 2. Namoro, em que pode ou não haver o pedido de namoro seguido de um longo processo de convívio e aproximação sócio-afetiva; e 3. Noivado.

O namoro é a mais longa das três fases e é nele que se define o tipo de cônjuge ideal (ou cônjuge preferencial), portanto é a partir dele que se origina o noivado. Segundo Azevedo (1986), o namoro pode ser considerado como a manifestação inicial da tendência biológica à formação de pares por atração sexual, que se desenvolve no homem a partir das mudanças orgânicas da adolescência e da

⁸ Ficar é, segundo Heilborn (2006), uma forma de não-compromisso codificado e agregado à classificação das formas de engajamento das pessoas no aprendizado da sexualidade, que começa a ser instituída no final dos anos de 1980. Para Lago (2002), seria a menor forma possível de relacionamento amoroso entre duas pessoas.

puberdade⁹. A tomada de consciência acerca das diferenças físicas e de personalidade entre as pessoas de um e outro sexo ocasionariam, por essa razão, as primeiras tentativas de sedução e de estimulação afetiva recíproca. Contudo, essa é uma divisão meramente didática, posto haver uma sobreposição entre o namoro e o noivado, que pode ser denominada como *fase de compromisso*. É nessa fase que o anel de noivado surge como tema central do relacionamento.

Na fase de compromisso, embora seja a mulher quem dá início à discussão sobre os “objetivos” do relacionamento – entenda-se futuro da relação –, é o homem quem deve assumir o papel de pedi-la em noivado. Neste sentido, a fase que estou denominando como compromisso é entendida pelos noivos como um momento de noivado extraoficial em que os noivos dão início ao processo de constituição do noivado que se concretizará com a troca de alianças. A fase de compromisso não deve ser confundida com a já difundida *troca de anéis de compromisso*, pois do ponto de vista dos frequentadores dos cursos de noivos, a relação estabelecida neste contexto faz parte do namoro.

A fase de compromisso pode significar uma fase dramática na vida dos homens, pois é costume se afirmar que eles são os principais responsáveis pelo noivado acontecer. São eles que devem cumprir com o protocolo de comprar a aliança, convidar as famílias para fazer o anúncio – quando isso se faz necessário, pois muitas das vezes o pedido é feito privativamente, em celebrações de datas que marcam o relacionamento (aniversário de namoro, aniversário da mãe de algum dos namorados, casamentos de familiares etc.).

Os preparativos para o noivado começam com a escolha do anel, que, segundo as noivas, deve ser metálico, a rigor, dourado – seja ele maciço ou folheado – ou de um tipo que está na moeda

⁹ O padrão “moderno” de namoro, tal como o conhecemos hoje – o contato íntimo e, bem mais recentemente, a paquera e o “fica” – se acentuou com a crise nos costumes, instalada depois da Segunda Guerra Mundial e com a divulgação ocasionada pelas rádios, cinema, por viagens, pelo contato com outros povos e costumes, pelo modo de vida urbano mundial (ver LEVY, 2009, p. 122).

em diferentes joalheiras, o “ouro branco” (obviamente mais caro). Alguns casais afirmam ter usado anéis de prata ou de outros materiais, mas a grande maioria quer ter uma aliança de ouro. É desejável que o mesmo possua as características da aliança que será utilizada na cerimônia de casamento, uma vez que essa deve ser a finalidade da troca de alianças no noivado: servir de fase preliminar para a troca de alianças na cerimônia do casamento.

Escolher o material que compõe a aliança, contudo, é apenas detalhe neste processo que pode durar dias ou meses. É necessário ainda saber a circunferência dos dedos anelares, o peso e formato do anel, que varia em gramas e espessura, podendo o mesmo ser quadrado, curvo, enfeitado ou simples, além, é claro, o seu preço. Segundo os joalheiros, o peso do anel compromete o formato do mesmo e, conseqüentemente, seu tempo de vida útil, uma vez que quanto mais leve o mesmo for menos resistente será a choques e eventuais deformidades. Porém o seu peso também determina o formato e o preço. Atualmente existem diversos formatos de aliança, desde as que possuem brilhantes até as compostas, nas quais várias alianças são entrelaçadas ou sobrepostas. Contudo, a *tradicional* segue sendo a mais utilizada entre os noivos. Esse tipo de aliança não recebe preenchimento de nenhum tipo de brilhante e se destaca na preferência dos noivos pela simplicidade e elegância. Ela também é a mais barata.

Para uma das entrevistadas, a aliança tem um significado especial. Glayce considera que as características da aliança – forma e peso – além de indicarem o *status* social da noiva, indicam a condição de classe do noivo. Segundo ela, podemos saber com “quem” a noiva está se casando pelo tipo de aliança que ela usa. Seu prestígio, poder e a posse de recursos financeiros podem ser identificados em alianças largas, boleadas e grossas, de ouro (ou ouro branco) cravejado de diamantes. Para Glayce, a posse desses tipos de alianças e o perfil social de quem a usa servem também como referência para identificar o que ela chama de “golpe”. Seria um tipo de análise que chama atenção para a redefinição de uma nova posição de classe por meio

do casamento. Nesse cenário, são identificadas mulheres jovens com baixo poder aquisitivo, dotadas de corpos vistosos e “sexualmente atraentes” que usam destes elementos para ascender socialmente por meio de união com homens mais velhos, cujo padrão de vida e situação financeira são um “trampolim” para uma vida melhor. Para a entrevistada, as mulheres que apresentam esse perfil são também conhecidas como “pistoleiras”¹⁰.

Entre os homens, a aliança adquire outro significado, visto caracterizá-los como sujeitos ambíguos: não se é namorado/a, mas ao mesmo tempo não se é esposo/a. No mercado matrimonial, do ponto de vista masculino, isto significa sair de circulação (embora na avaliação de um considerável público isso predisponha o noivo ou a noiva a outro tipo de relação: o desafio, que na concepção e certas pessoas se caracteriza em romper o obstáculo que a aliança impõe). Disto resulta que muitos noivos veem a aliança como uma algema e consideram as convenções em torno do seu uso um verdadeiro cárcere.

Esta representação está relacionada ao conjunto de valores e comportamentos a que se submetem, impedindo-os de agir conforme o padrão corrente anterior ao noivado: frequentar espaços públicos desacompanhados da parceira, como festas, boates, shows etc., andar em companhia de parceiros do sexo oposto, isoladamente ou em grupo, sem o consentimento da noiva, desde que faça parte do círculo de amigos, familiar e profissional de ambos. Entre os noivos, é muito comum e convicta a interpretação de que usar a aliança, no caso dos homens, indica sua posse e controle por parte da parceira. “Virou

¹⁰Infelizmente não foi possível obter de forma precisa, na pesquisa de campo, o significado do termo “pistoleira”, mas foi possível notar, a partir de discussões com as namoradas e noivas de amigos, que essa personagem não se confunde com o serviço prestado por homens visando ao assassinato de desafetos políticos ou comerciais. A pistolagem para os homens é um serviço ainda largamente solicitado por comerciantes, fazendeiros e políticos em cidades do sul e nordeste paraense, aliás, bastante retratados nos diversos meios jornalísticos em razão do alto índice de assassinatos no campo. Entre as mulheres, este não é um serviço muito comum, mas não deixa de ocorrer em casos de infidelidade conjugal ou vingança familiar.

canoas”, “agora tá usando um bambolê de otário”, “tá amarrado”, “tá na coleira”, “ei teleguiado”, “*game over* pra ti”. Aliás, nas grandes cidades, são muito comuns camisetas contendo frases ou desenhos representando a posição do homem em frente do casamento.



Figura 1. Modelo de camiseta com referência ao casamento.

No caso feminino, apesar de semelhante conotação, há um prestígio deliberadamente maior pelo seu uso, indicando ser um artefato que eleva suas qualidades pessoais e valores morais.

Disto resulta pensar que o noivado se caracteriza por redefinir o papel e o *status* do indivíduo na sociedade, pois, ao mesmo tempo, denuncia uma escolha pessoal, dirigida a um sujeito socialmente determinado, assim como a um conjunto de comportamentos e atitudes característicos de um *ethos* particular: o do indivíduo comprometido com a união conjugal e suas representações num universo de hierarquias e padrões sociais. Significa dizer que estar na condição de noivo, usando uma aliança e comprometido com a observação de suas regras indica a posição do indivíduo na sociedade e em que etapa de seu itinerário social/ritual ele está localizado.

Essa interpretação encontra fundamento tanto na conclusão das noivas sobre a intenção do pedido de sua mão em casamento, quanto nas conclusões a que chegam os noivos ao optarem por esse pedido. Diante de uma sociedade machista como a nossa, o pedido

de casamento sofre com comentários jocosos (vagamente disfarçados de conselho) que essa escolha impõe ao sujeito. Em geral, deve-se “tomar cuidado com essa escolha”, fazer uma avaliação considerando os custos e os benefícios de um casamento a esta ou àquela altura da vida. Em geral, a crítica sobre a *escolha* não se dirige à noiva, mas ao compromisso. Parte dos noivos que possuem entre 25 e 30 anos afirmam serem alvos de constantes repreensões dos amigos mais próximos e parentes que já passaram pelo que consideram ser o “constrangimento de uma péssima escolha”, em que a causa de seus infortúnios foi ter “pouca experiência” no casamento, ou seja, serem jovens demais na época em que se casaram.

Em relação às noivas, o sentido atribuído à escolha aparece mais como passivo, no sentido de que elas é que se sentem alvo de uma escolha para o casamento. Sendo assim, cabe aos os homens “pedir” as noivas em casamento. Mas diferentemente do que nossas gerações anteriores relatam, eles são cada vez mais impelidos a fazer isso pela parceira, e não apenas por sua família. Verifica-se, pois, que em 65% dos casos, os noivos relatam que o pedido de casamento foi uma iniciativa do parceiro do sexo masculino. Isto reflete uma concepção ainda corrente de que é o homem que deve assumir o compromisso de pedir a mulher em noivado.

Considerações Finais

Observando os últimos dados disponibilizados pelo IBGE (2010) e IPEA (2012) acerca da estrutura da família brasileira, pode-se observar que a ascensão social tem produzido um fenômeno bastante controverso: a valorização de ritos considerados tradicionais, entre eles o casamento e, por conseguinte, seus preparativos¹¹. O noivado

¹¹ De acordo com dados do IBGE e IPEA, de 1999 a 2008, observou-se o aumento das taxas de nupcialidade legal. Em 1999, para a população de 15 anos ou mais de idade, as taxas variaram de 6,6% a 5,6%; de 1999 a 2002 e, a partir daí, cresceram até 6,7%, em 2008, a maior taxa registrada no período. Em 2008, o total de casamentos registrados foi de 959.901, cerca de 5% superior ao número observado em 2007.

ocupa um papel fundamental neste cenário, visto ser um rito elementar no processo que leva um casal ao altar. Em parte movidos pelo ideal de consumo, esses novos casais passaram a adotar estilos de vida antes comuns a uma parcela de nossa sociedade, o que os tornou conhecidos como a “nova classe média” brasileira.

Herdeiros de um período de disciplina econômica, cuja poupança e crédito são referências de conquista pessoal, esses novos personagens sociais se caracterizam por uma mentalidade de planejamento e avaliação, a médio e longo prazo, de suas vidas pessoais. Neste cenário, os afetos que se julgam adequados para uma vida estável estão fortemente atrelados a valores que se materializam na pessoa por meio do seu grau de instrução, da posse de um plano de saúde, do tipo de emprego ou mesmo do número de lugares que conhecem ou pretendem conhecer.

Desse modo, a concepção de escolha e noivado presentes em nossa sociedade, longe de ser resultado de um dado objetivo, é fruto de um processo sociológico que se baseia em trajetórias individuais culturalmente inculcadas pelo advento de um novo modelo social de casamento. Portanto, o noivado contemporâneo se caracteriza por uma autodeterminação pessoal em decidir para si o destino sobre sua vida conjugal, sem deixar de considerar em sua avaliação do parceiro o tipo ideal que se encontra determinada pelo sistema de gostos, perfis e valores produzidos e reproduzidos por nossa cultura.

O noivo em potencial¹² é, pois, resultado de gostos e preferências e, mais que um ideal de classe, é a representação de práticas sociais indicativas das escolhas coletivas e individuais que fazemos, tal como sistemas de disposições (e pré-disposições) à prática, nos mesmos termos de um *habitus* condicionado por

¹² A concepção de cônjuge preferencial à qual me refiro se fundamenta na análise de Lévi-Strauss, ou seja, baseada no princípio de reciprocidade, a noção de escolha presente em seus escritos é delimitada automaticamente por um grupo de parentes (“classe de parentes”) ou pela “determinação de uma relação, ou de um conjunto de relações, que permitem dizer em cada caso se o cônjuge considerado é deseável ou excluído” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 159). Para mais detalhes ver Alencar (2011).

condutas regulares (BOURDIEU, 1986). Ou seja, os indivíduos, na singularidade de suas experiências, se servem de aparelhos de produção e reprodução simbólica que os ajudam a constituir suas linguagens e representações amorosas, de modo que elas possam, assim, ganhar uma realidade própria por meio de escolhas bem acertadas e segundo procedimentos performativos característicos de determinados grupos.

Alguns dos noivos interrogados na pesquisa se admiravam com o caráter performativo dos seus noivados. O casal Ana e Erick destacou, por exemplo, ter percebido que muita coisa havia mudado no intervalo de algumas semanas entre dois casamentos realizados pela família da noiva – que à época ainda era namorada. Erick, o até então namorado, não havia sido convidado para o primeiro casamento, uma vez que até o presente momento eles ainda não estavam noivos, mas foi convidado para o segundo, já que haviam noivado dias antes do mesmo ocorrer. Para Erick o noivado foi uma “entrada” na família de sua noiva, e o convite a participar da cerimônia de casamento era a prova.

Em parte, a legitimação dos noivos como casal é um aspecto muito importante no processo de escolha do cônjuge, e ser aceito é algo fundamental. Uma rejeição ou manifestação de desagrado por parte dos familiares dos pretendentes pode comprometer seguramente o relacionamento. Em nossa sociedade, todavia, homens e mulheres diferem quando da aceitação pelos parentes do noivo. A pesquisa realizada comprovou que ainda é um padrão desejado que o homem assuma o papel de pedir a mulher em namoro, noivado e casamento e, a partir desse ato, a avaliação de sua proposta pelos parentes da noiva vai depender do grau de envolvimento e do tempo de relacionamento dos noivos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Breno. **Entre a regra e as estratégias**: uma abordagem antropológica do processo de escolha do cônjuge. 259 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Belém: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Pará, 2011.
- AVOLIO, Jelssa. **Michaelis**: dicionário escolar francês: francês-português, português-francês. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- AZEVEDO, Thales de. **As regras do namoro a antiga**: aproximações socioculturais. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. Habitus, code et codification. **Actes de la recherche en sciences sociales**. 64, 1: 40-44, 1986.
- COULMONT, Baptiste. Politiques de l'alliance: les creations d'un rite des fiançailles catholiques. **Archives de sciences sociales des religions**, Paris, 119: 5-27, 2002.
- DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.
- FERNANDES, Maria de Lurdes. **Espelhos, Cartas e Guias: Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica (1450-1700)**. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- FREYRE, Gilberto. **Vida social do Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2008.
- GAUDEMET, Jean. **Le mariage en Occident**. Les moeurs et le droit. Paris: Cerf, 1987.
- HEILBORN, Maria Luiza. **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz, 2006.
- IPEA. **Comunicado n. 142**: Coabitação familiar e formação de novos domicílios nas áreas urbanas brasileiras. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Brasília, 2012.

LAGO, Syane de Paula. **Namoro pra casar?** Namoro pra escolher (com quem casar). 122 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Belém, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2008..

LEVY, Maria Stella. A escolha do cônjuge. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro, 26, 1: 117-133, 2009.

MOLIN, Jean-Baptiste; MUTEMBE, Protais. **Le rituel du mariage en France du XIIe au XVIe siècle**. Paris: Editions Beauchesne, 1974.

PNAD. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

RIBORDY, Genevieve. Les fiançailles dans le rituel matrimonial de la noblesse française à la fin du Moyen Age: tradition laïque ou création ecclésiastique? **Revue Historique**, Paris 4, 620: 885-911, 2001.

ROBIDA, Albert. **Voyage de fiançailles au XXe siècle**. Paris: Librairie Conquet, 1982.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FORMAS DE TRANSMISSÃO DO SABER LOCAL E PRECARIEDADE NO TRABALHO DO OFÍCIO DOS CONSTRUTORES DE EMBARCAÇÕES DE MADEIRA DO BAIXO TOCANTINS (PA)

Edson de Jesus Antunes **CORRÊA**¹
NAEA/UFPA
edson.antunes@hotmail.com

Resumo: *Este trabalho discute as formas de transmissão do saber local e precariedade no trabalho do ofício dos construtores de embarcações de madeira do Baixo Tocantins (PA). O ofício da construção naval artesanal é uma prática cultural secular que consolidou uma categoria de trabalhadores da construção naval artesanal, que, conforme a estrutura funcional do setor, apresenta três segmentos: carpinteiros navais, calafates e pintores. Os mestres são detentores de um acervo intelectual tácito para a construção de embarcações, que conseguem suprir importante parcela da demanda naval, destinadas à produção pesqueira, transporte de frutas e passageiros. Nesse sentido, o presente ensaio busca refletir sobre a reprodução social dos construtores de embarcações de madeira na Amazônia, ofício que, pela memória social coletiva de reprodução do saber local, é passado de geração a geração.*

Palavras-chaves: *Formas de transmissão. Precariedade do trabalho. Ofício dos construtores de embarcações de madeira. Memória Social Coletiva.*

Abstract: *This paper discusses the ways of transmission of local knowledge and job insecurity of wooden boat builders of the Lower Tocantins (PA). The occupation of shipbuilding craft is a cultural practice that has established a secular cultural practice of workers in the shipbuilding craft, which according to the functional structure of the sector has three segments: marine carpenters, caulkers and painters. The masters are holders of an intellectual tacit collection for the construction of watercraft, which can supply a significant parcel of shipbuilding demand, destined for the fishing production, fruits and passenger transportation. Therefore, the present essay aims to reflect on the social reproduction of the builders of wooden boats in the Amazon, occupation*

¹Graduado em Ciências Sociais/UFPA Mestre em Planejamento do Desenvolvimento NAEA/UFPA e doutorando do PPGCS/Sociologia/UFPA. Discendente do PPGCS/ DOUTORADO/UFPA.

that by the social collective memory of reproduction of local knowledge is passed from generation to generation.

Keywords: *Ways of transmission. Job insecurity. Occupation of the builders of wooden boats. Social Collective Memory.*

Introdução

O novo e amplo processo de reestruturação do capital é cada vez mais excludente e destrutivo, em vez de se ter a expansão democrática dos benefícios da concorrência, da produtividade e do crescimento, tem-se um processo de dominação por países representantes do capital. “O espaço econômico mundial está dominado por oligopólios, com plena liberdade de movimento, protegidos da concorrência, fora do controle nacional e operando setores inteiros, produzindo grandes deslocamentos industriais” (CHESNAIS, 1999). A “desterritorialização do capital, presente em todo o planeta, acelera as desigualdades sociais e a concentração de renda nas mãos de poucos”. Assim, o capital se apresenta em suas várias formas: geral, singular e particular. Em sua forma geral, ele polariza países e regiões. Em sua forma singular setores dos países, e em sua forma particular, países são dependentes econômica e politicamente independentes (SANTOS, 2000; IANNI, 1992).

Nesse atual contexto, o Brasil, e em particular a Amazônia, vive um intenso processo de globalização de sua economia e de sua sociedade, globalizam-se os mercados, integram-se as economias e as culturas, e por outro lado se amplia a exclusão social, a miséria, a pobreza, a proletarização, precariedade e precarização do trabalho.

Atualmente, a memória social ressurgue em virtude da emergente “amnésia social”, ocasionada pelas grandes transformações ocorridas na sociedade com o processo de aceleração da globalização. Esse processo vem modificando profundamente as formas de trabalho, de conceber o tempo, o espaço, a identidade, enfim os processos culturais das sociedades humanas. Hoje, mas do que nunca, busca-se compreender os novos estilos de vida, a produção de memória, a

história oral, para a reprodução de saberes e dos modos de fazer as coisas, em novas e velhas práticas, e toda a distinção social. Por fim, tem se buscado nas *lembranças* a reconstrução de uma memória social, de uma memória coletiva. (POLLAK, 1992).

Espera-se contribuir, neste artigo, com a análise das formas de transmissão do saber local e da precariedade no trabalho do ofício dos construtores de embarcações de madeira, fundamento do desenvolvimento endógeno do Baixo Tocantins (PA), considerando a pesquisa concluída em 2009 pelo autor², no sentido de refletir sobre a reprodução social dessa atividade produtiva tradicional da Amazônia, ofício que pela memória social coletiva de reprodução do saber local é passado de geração a geração.

1 Formas de precariedade do trabalho na construção naval artesanal da Amazônia

Ao longo da história da humanidade, o *trabalho* veio passando por diferentes formas, até chegar ao trabalho assalariado, forma elementar da sociedade capitalista. Marx (2008), a partir de categorias particulares, explica os fundamentos do modo capitalista de produção, no qual a *mercadoria* é a sua forma elementar; pois é por meio da acumulação de mercadoria, fundamento global do capital, que se dá a riqueza das sociedades capitalistas. Assim, a mercadoria pode ser considerada sob dois fatores: valor-de-uso e valor (substância e quantidade de valor), tendo um valor-de-uso de diferentes modos, pela utilidade, e podendo ser quantificadas a partir de medidas socialmente aceitas. O caráter de valor-de-uso da mercadoria constitui o seu conteúdo material da riqueza e não depende da quantidade de trabalho empregada para obter suas qualidades úteis, e sim de suas propriedades materialmente inerentes a ela. No entanto este valor-de-uso só se realiza com a utilização e/ou o consumo.

² CORREA, Edson de Jesus Antunes. O arranjo produtivo dos construtores de barcos artesanais: fundamentos para o desenvolvimento endógeno do Baixo Tocantins. Dissertação de mestrado. Belém, UFPA/NAEA, 2009.

Nesse sentido, trabalho abstrato está para valor-de-troca assim como trabalho vivo está para valor-de-uso, sendo um independente do outro. O que determina a grandeza do valor é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso. Para se transformar em mercadoria, é preciso dar valor-de-uso social; o produto tem que ser transferido como valor-de-uso por meio de troca. (nenhuma coisa pode ser valor se não for objeto útil e não puder ser contado como trabalho vivo). A partir dessa relação entre valor de troca, há necessidade de uma mercadoria como equivalente geral, que é o dinheiro. O motivo da eficiência da mercadoria dinheiro se concretiza devido à possibilidade de ser mutuamente permutável.

Na mesma direção, no processo de expansão da acumulação capitalista, a jornada de trabalho é composta por um tempo de trabalho necessário à reprodução para sobrevivência de todos os trabalhadores e da sua família que é o tempo correspondente ao salário do trabalhador que, por definição, é aquele que pode garantir ao trabalhador e à sua família a alimentação, o vestuário, a moradia, o estudo, a locomoção etc. Mas é parte da jornada de trabalho um tempo de trabalho que excede o necessário, como tempo não pago pelo capitalista. É exatamente esse tempo excedente não pago pelo capitalista que está valorizando a mercadoria, que transforma o dinheiro investido pelos capitalistas em capital.

Na nova divisão internacional do trabalho, “são crescentes os países excluídos desse movimento de reposição dos capitais produtivos e financeiros e do padrão tecnológico necessário, o que acarreta repercussões profundas no interior desses países, particularmente no que diz respeito ao desemprego e à precarização da força humana de trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 35).

O capital é um dos principais fatores da acumulação capitalista, com a *dominação* do capital centralizada na mão do *patrão*³. Este impõe

³ Termo utilizado pelos trabalhadores da construção naval artesanal aos seus “clientes” que compram as suas produções de embarcações sempre em forma de encomenda.

as condições de preço real aos *construtores de embarcações de madeira*, levando à menor renumeração do trabalho, apropriando-se dos rendimentos gerados no processo produtivo e causando incapacidade de incorporar capital na atividade. Assim, a utilização do diferencial de capital tem levado a uma assimetria de poder do *patrão*, que submete cada vez mais os trabalhadores do ofício da construção naval artesanal na Amazônia à precariedade e à precarização do trabalho, no que concerne à perda de direitos conquistados ao longo da história e às condições do trabalho:

o sócio-metabolismo do capital no Ocidente se impôs sobre outros padrões civilizatórios, promovendo-se a colonização do mundo, seja em sua dimensão territorial, através do colonialismo, imperialismo ou globalização; seja em sua dimensão sistêmica, através da constituição de sociabilidade estranhadas e de relações sociais baseadas no poder e no dinheiro. Enfim, o capital como relação social tornou-se agente de racionalização do mundo, aparecendo como um processo social contraditório cujo essencial caracterizou-se por um lado, pela constituição do processo de precarização como forma de desenvolvimento civilizatório e por outro, pela instauração de precariedade social como “condição humana.” (ALVES, 2007, p. 112).

No século XXI, em meio à crise estrutural do capitalismo global, a “classe trabalhadora, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada”. Essa nova fase de reestruturação do capital global, em sua dimensão sistêmica, apresenta-se “através da constituição de sociabilidades estranhadas, alienada, desiguais e de relações sociais baseadas no poder e no dinheiro”, o que tem ao longo dos anos acarretado inúmeras perdas de direitos e sentidos (ANTUNES & ALVES, 2004; ALVES, 2007).

A precariedade do trabalho é uma condição histórico-ontológica do trabalho vivo, sob as condições do capital, e se manifesta

de forma diferenciada no decorrer do desenvolvimento histórico da modernidade burguesa. Assim, a precariedade e a precarização do trabalho “assumiu formas complexas que exige tratar de novas (e complexas) formas de estranhamento e fetichismo social, postas pelo capitalismo em sua fase de cooperação complexa e de mundialização do capital”. Nesse sentido, a precarização do trabalho refere-se a um modo de reposição sócio-histórica da precariedade; a precariedade é uma condição, a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho.

Deste modo, ao dizermos precariedade, tratamos de uma condição sócio-estrutural que caracteriza o trabalho vivo e a força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são possuídos do controle dos meios de produção das condições objetivas e subjetivas da vida social. A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social (ALVES, 2007, p. 113).

A flexibilização do mundo do trabalho é ainda mais destrutiva e desigual em sociedades de capitalismo tardio, como no caso brasileiro, no qual o Estado social demorou a chegar e se reproduzir. Pois, “a precarização atinge os proletários sujeitos de direitos e que hoje são vítimas da “flexibilização do trabalho”, sendo usurpados pelo poder das coisas ou pelas leis de mercado.” É ainda mais danoso e impactante em regiões como a Amazônia, que historicamente tem sido pautada mundialmente devido à sua natureza e sociedade pelo capital:

Na Amazônia, as dinâmicas econômicas hegemônicas e homogêneas constituem um modelo de desenvolvimento baseados em processos produtivos que tem levado a uma

progressiva depreciação da mão de obra local, a um esgotamento acelerado da base de recursos naturais e a uma degradação ambiental contínua dos ecossistemas, em que os paradigmas e padrões de relação com a natureza e a natureza dos paradigmas organizacionais consolidam práxis e atitudes profundamente distintas – dos sujeitos da produção material entre si e entre esses e os sujeitos da formação e do controle do conhecimento (COSTA, 2009, p. 38-40).

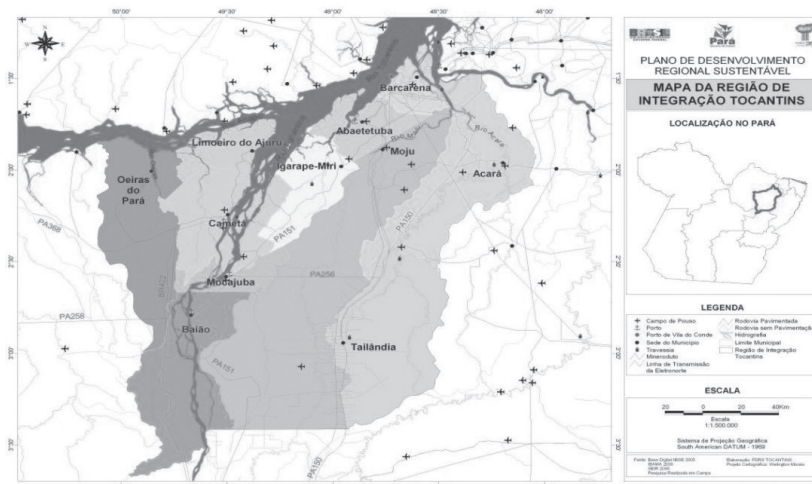
A particularidade, a singularidade e a especificidade da região questionam a compreensão da dinâmica da acumulação do capital global e sua crise estrutural na Amazônia. Esse desafio tem impactado fortemente as condições de trabalho de atividades tradicionais, a exemplo do ofício dos construtores de embarcações de madeira, em que o capital tem se apropriado da riqueza gerada por trabalhadores. Há, portanto, conflitos de projetos civilizatórios a serem refletidos.

2 Formas de transmissão do saber local no ofício dos construtores de embarcações de madeira do Baixo Tocantins (PA)

O ofício dos mestres da construção naval artesanal na Amazônia tem sua origem histórica no saber tradicional de herança indígena e no desenvolvimento da técnica portuguesa, a partir da escola de arte náutica “Escola de Sagres”, que proporcionou o avanço da navegação fluvial no mundo, na época das grandes descobertas. A condição de ser a maior bacia hidrográfica do mundo, sob o regime das águas, a navegação fluvial e marítima como forma de transporte dominante na Amazônia, o principal meio de locomoção na região desde a colonização até a modernidade, o barco é ainda hoje um dos meios de transporte mais utilizados na região, tanto para a locomoção das pessoas quanto para a circulação dos bens materiais. Ademais é a navegação que dita as possibilidades de acesso da população.

A construção naval artesanal, atividade produtiva tradicional da Amazônia, está localizada em regiões históricas, a exemplo do Baixo Tocantins, uma das áreas mais antigas da ocupação europeia no Estado (a Vila de Santa Cruz de Cameté é a segunda cidade mais antiga do Pará, fundada em 1633, no século XVI), sendo formada por extensas áreas de várzeas (arquipélago de mais de 100 ilhas interligadas pelas águas do Rio Tocantins) e por áreas de terra firme ocupadas ao longo das vias de acesso, que cortam todo o território (SOUSA, 2000; PDRS/SEIR, 2009). Veja o mapa da Região de Integração Tocantins, na figura 1 abaixo:

Figura 1: MAPA DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO TOCANTINS (RI)



Fonte: PDRS/SEIR, 2009

A região pertence a microrregião de Cameté e a mesorregião do nordeste Paraense. Encontra-se numa zona de fronteira, entre a Amazônia Central e a Amazônia Oriental, por onde passa a bacia do rio Araguaia-Tocantins, considerada a segunda mais importante do

país, superada apenas pela bacia do rio Amazonas. O rio Tocantins faz parte do complexo do estuário amazônico, comunica-se com o rio Pará e o rio Guamá, que se juntam na foz do rio Amazonas. Portanto, a região do Baixo Tocantins é composta de populações tradicionais ribeirinhas, de forte relação com o rio, em especial, quanto à sua interação funcional de circulação fluvial, herança de uma prática e saber local, oriunda da tradição dos antepassados da população *cabocla*, em sua peculiaridade e particularidade da sociedade amazônica, a partir do saber indígena:

A tradição e riqueza do saber indígena, do mestre artesão na arte de navegar e na arquitetura naval, correspondem a um conjunto de fatores econômicos e culturais. As embarcações ainda são um dos mecanismos que determinam as relações de tempo e espaço de nossas sociedades locais, ditando as distâncias, a locomoção das pessoas e as possibilidades de circulação dos bens materiais e acesso às diversas instituições. É uma constante a necessidade de inventariar em toda a sua riqueza de detalhes o saber aplicado na construção de embarcações, que os índios dominavam e repassavam oral e praticamente aos seus descendentes. Esse ofício, passado de geração em geração, foi incorporado pela população cabocla, que utiliza tais informações e práticas, reproduzindo-se social e biologicamente com base em conhecimentos milenares tribais, mais do que em contributos gerados nos centros do saber civilizado [...] Da mesma forma que o produto deste ofício milenar, as embarcações de madeira não é algo isolado em si ou desvinculado do meio ambiente e do contexto sociológico da região. O transporte de passageiros e carga, o trabalho na pesca (ambientes ribeirinhos, lacustres e/ou costeiros), cuja vida social e econômica assenta-se nas relações haliêuticas, é um instrumento indispensável em seu cotidiano, revestindo-se de uma função que merece reflexões (XIMENES, 1992, p. 02).

Essa atividade produtiva dos construtores de embarcações de madeira tem um papel essencial na vida dos homens e mulheres da região:

Neles, no movimento das ondas e do trabalho humano, esses barcos dotados de significação, compõem e recompõem incontáveis galerias naturais de arte amazônica. Com isso, perde-se o barco de uma história de experiências acumuladas. Inclusive porque, na Amazônia, as embarcações sempre foram centros de convivência cultural de bubuia em nossos rios (LOUREIRO, apud XIMENES, 1992, ix-x).

Para se ter uma dimensão mais precisa da importância e da relevância da construção naval artesanal para a região, é necessário reconstituir brevemente as características peculiares específicas dessa atividade. Essa atividade cultural secular e tradicional consolidou uma categoria de trabalhadores, “os construtores de embarcações de madeira”, que, conforme a estrutura funcional do setor, apresenta três segmentos: carpinteiros navais⁴, calafates⁵ e pintores⁶.

⁴ Trabalhador que utiliza a madeira beneficiando-a e moldando-a em peças de forma artesanal para construção de barcos.

⁵ Trabalhador que atua após o barco está montado e emparedado, necessitando de calafeto, ou seja, de uma vedação que é feita com algodão, óleo de linhaça e zarcão em toda a estrutura da embarcação, vedando e obstruindo a entrada de água.

⁶ Trabalhador responsável pelo toque final da beleza do barco, que é pintado com diversas cores e identificado com um nome; em sua maioria de origem regional, cunho religioso ou familiar.



Fotografia 1: Carpinteiro Naval da Construção Naval Artesanal de Vila Maiauatá-Igarapé Miri.

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).



Fotografia 2: Pintor da Construção Naval Artesanal do bairro Jatuíra na Cidade de Igarapé-Miri.

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).



Fotografia 3: Mestre Calafate da Construção Naval Artesanal de Vila Maiauatá – Igarapé Miri.

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

A estrutura hierárquica deste *ofício* é composta por: *mestres*, *artesãos* e *aprendizes*. Os mestres são proprietários de pequenos estaleiros, os artesãos são trabalhadores autônomos e os aprendizes são trabalhadores que estão iniciando na atividade, que, em sua maioria, são familiares dos mestres proprietários.



Fotografia 4: Mestre Agenor, ensinando um aprendiz no bairro Tucumã na Cidade de Igarapé Miri.

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

Os mestres conservam, junto aos seus aprendizes e trabalhadores do estaleiro, impressionante respeito, admiração, prestígio e *status*, não só porque são os proprietários das unidades produtivas, mas, sobretudo, por serem detentores de um acervo intelectual tácito na construção de embarcações, que consegue suprir importante parcela da demanda naval, principalmente por embarcações fluviais destinadas à produção pesqueira, ao transporte de frutas e passageiros, com grandes possibilidades para a geração de renda e emprego local e regional.

Esse processo de reprodução social do saber tradicional da arte naval é difundido no local de trabalho dos construtores navais, que são os estaleiros. Estes são instalados nos bairros onde as famílias artesãs residem e que seus antecessores já residiam e lhes deixaram o legado da artesanaria naval. Os artesãos fazem parte da historicidade do próprio bairro, do local onde vivem, nasceram e cresceram e hoje são integrantes das próprias relações sociais que ali se estabelecem entre todos os aspectos tangíveis e intangíveis do território. Em sua maioria, os construtores de barcos herdam os estaleiros, terrenos à beira mar e a casa de morada de seus antepassados. Assim, convivem diariamente com seus familiares (pai, mãe, irmãos, filhos, tios, primos, sobrinhos, netos) e seus vizinhos, cunhados, amigos e demais moradores do bairro. Essa relação familiar entre mestres, artesãos e aprendizes, durante séculos, sempre se deu e ainda hoje continua sendo realizada de forma dominante no setor, o que referenda a própria continuidade, permanência e reprodução da atividade, mesmo em frente aos problemas e entraves encontrados. Na maioria dos estaleiros, pode-se verificar a continuidade de várias gerações, como é o caso do estaleiro “*Dom Manoel*”, unidade produtiva criada por mestre Manduca e hoje herdado por seu filho Tio Dó e seu neto Jair, conforme fotografia a seguir:



Fotografia 5: Trabalhadores do estaleiro “*Dom Manoel*” (da esquerda para direita) Tio Dó (filho do mestre Manduca), Nanico, Faustão, Mário Júnior (primo do Jair) Jair (filho do Tio Dó e neto do mestre Manduca) e Manoel Cameté.

Fonte: Pesquisa de Campo (2011).

É importante destacar o processo contínuo de criação de novos estaleiros, pelos próprios filhos ou pelos trabalhadores que aprenderam o ofício de construtores de embarcações de madeira, com os mestres artesãos. Se considerarmos o ano de fundação dos estaleiros na cidade de Igarapé Miri, das 11 unidades produtivas existente no município no final do ano de 2009, verificou-se que seis (54,55%) unidades foram criadas nos anos 1990, demonstrando a continuidade na atividade de geração em geração dos mestres fundadores da construção naval artesanal, conforme a tabela 01, abaixo:

Tabela 01: Número de unidades por ano de fundação

Ano de Fundação	Estaleiros	%
Até 1950	1	9,09
De 1950 a 1960	1	9,09
De 1960 a 1980	2	18,18
De 1980 a 1990	6	54,55
De 1990 a 2000	1	9,09
Total	11	100.00

Fonte: Pesquisa de campo 2008/2009.

Portanto, o ofício da construção naval artesanal tem fundamentos sólidos baseados em relações familiares e de territorialidade, no saber local dos mestres artesãos detentores de conhecimento tácito passado de geração em geração, em seu processo de reprodução social, capaz de gerar uma cadeia de benefícios de crescimento econômico para um desenvolvimento endógeno da região. As relações prevalecentes de território, família e vizinhança são capazes de reproduzir saber local tradicional em sociedade que exige cada vez mais de seus indivíduos o uso de um saber científico, técnico e especializado. Esses argumentos explicam a solidez com que este ofício se mantém e se reproduz diante de uma sociedade centrada por relações de trabalho cada vez mais flexível, fragmentada e precária.

2.1 Mestre Manduca: uma vida dedicada ao ofício de fazer barcos

Nascido no rio Santo Antônio, área limítrofe das léguas de terras que dá origem ao município e local no qual existia maior quantidade de engenhos de cana-de-açúcar no período áureo da economia de Igarapé-Miri. Mestre Manduca, aprendeu o “ofício de construtor de embarcação de madeira” com seu pai Julião Ferreira, que também transmitiu o ofício aos seus outros filhos, garantindo a

construção de identidade e memória social coletiva da localidade. O rio Santo Antônio passou a ser um celeiro de “mestres da construção naval artesanal”.

A partir do estudo da vida individual e coletiva dos principais atores das populações locais, no caso em particular, tem-se observado que, no dia a dia do ofício dos construtores de embarcações de madeira, os mestres são o centro da produção e da reprodução da identidade e memória social coletiva desse ofício. É o que podemos observar na história de vida do mestre Manduca (fotografia 6), um dos mestres mais antigos de Igarapé-Miri, que mantém certo “*status social*”, “*prestígio*”, perante os trabalhadores do ofício da construção naval artesanal em Igarapé Miri, município onde nasceu e reside até hoje:



Fotografia 6: Mestre Manduca, sua esposa Dona Enedina Fonseca Nonato (Tia Bebê) e uma de suas netas em sua casa no bairro do Jatuíra, na Cidade de Igarapé Miri.

O Sr. Manoel Ferreira da Fonseca, conhecido como “*Mestre Manduca*”, tem hoje 85 anos de idade, nasceu no dia 26 de julho de 1927 (dia da festa de Nossa Senhora Sant’ana padroeira de

Igarapé Miri), na comunidade do rio Santo Antônio, local onde havia inúmeros engenhos de cana-de-açúcar da família Leão. Seu pai era o mestre Julião Ferreira da Silva, que aprendeu o ofício de construtor de embarcação de madeira consertando os barcos que eram utilizados para transportar cana-de-açúcar para a fabricação de *cachaça* e *mel*, nos engenhos da localidade. Mestre Julião se casou com Dona Emília Cardoso, ao todo, o casal teve sete filhos e filhas, sendo seis homens e uma mulher: Raimundo Ferreira (Caboco), Manoel Ferreira (Manduca), João Ferreira, Lisomar, Júlio, Santana e Joana (que hoje mora em Macapá/AP). Todos os homens, filhos do Mestre Julião, trabalhavam com o pai no ofício da construção naval artesanal, mantendo uma tradição de transmissão do ofício:

eu comecei a trabalhar no rio Santo Antônio, no engenho do Caetano Leão com meu pai. Fizemos vários barcos pro Camilo Cardoso, Cici Costa, Tifita... Depois arrumei família, fiquei independente e vim trabalhar com meu cunhado, o Siroca. Eu parei por causa da vista e entreguei pro meu filho, Tio Dó, o estaleiro equipado com tudo. Eu trabalhei nos engenho Recreio do Acácio Leão e Pará, do Caetano Leão, fazia casa pro pessoal morar, eu morava numa casinha minha construída no terreno do Caetano. Vim trabalhar com o Siroca e com o Levindo, eles já moravam aí na Marambaia, e vim trabalhar com eles. O Levindo alugou pra mim a ilha em frente de onde ele morava, do Eládio Lobato, que era compadre dele, pra mim trabalhar, depois fui morar no Canal, daí meu filho, Tio Dó, começa a estudar e eu voltei pra cidade, trabalhava comigo o Anilo, que hoje é meu genro⁷.

Ao longo de sua vida afetiva, mestre Manduca teve dois relacionamentos, sendo pai de dez filhos e filhas. De sua primeira

⁷ Entrevista realizada com mestre Manduca, em 06/09/2011.

união com Dona Domingas nasceram seis filhos: Pedro, Moacir, Julião, Manoel, Antônio, Dinho e Camilo, e três filhas: Marta, Maria José e Neneca. De seu segundo relacionamento com Dona Enedina Fonseca Nonato (Tia Bebê) (fotografia 6), teve apenas um filho, o Tio Dó.

Antes eu tinha um terreno no rio Mamangal que era meu estaleiro, daí eu sentei olaria e vendi o estaleiro, depois vim pra cidade trabalhar com o Levindo. Hoje vivo de minha aposentaria, e quando meu filho pode me ajuda. Fiz muitos barcos, fiz o primeiro barco pro Namor Costa, ele sempre é bom amigo, na hora que precisava nunca me negou. Fiz também pro Caboquinho, Nicanor Corrêa, Zizi Costa, Anilo Corrêa, Didi, Pai do Zigó, eu trabalhava do outro lado defronte do Namor. O Levindo era compadre do Eládio e me localizou aqui. O Siroca foi pra Macapá, daí comprei o resto de casa, e um terreno de lá vendi pro Dinoca; a casa de lá, e fui pra Boa Esperança. E do canal voltei pra cá, e hoje estou aqui e vou me acabar aqui. Já fiz barcos pra pessoas do Marajó, Moju, da cabeceira à boca. Já trabalharam comigo o Anilo, Nafulema, Djalma, Raimundo, Mamorte, Filho do Zebino, Iran, Tio Dó, Távico, irmão do Benedito, filho do Adolfo...ainda hoje fiz duas armações que estão aí⁸.

O “mestre” em fazer barcos de madeira começou a trabalhar muito cedo no ofício da construção naval artesanal. Foram muitos anos de trabalho dedicado ao seu ofício e à sua família. Hoje, já com idade avançada, não possui grandes bens materiais, vive com saúde debilitada, tendo dificuldade em conseguir assistência pública. Sua principal renda é uma aposentaria, benefício da Previdência e Seguridade Social do “Estado social”. Esse mesmo Estado interventor,

⁸ *Idem.*

capaz de alterar significativamente o destino do trabalho no sistema do capital, a partir da precariedade e precarização do trabalho.

Considerações finais

No Brasil, a elevada burocracia para promoção e financiamento do setor da construção naval artesanal, no qual se reproduzem os mestres artesãos, é manifestação da ausência de políticas públicas, por parte do Estado, para abertura de linhas de crédito, para a implantação de programas de acesso à informação (produção, tecnologia, mercados etc.) e para outras políticas de incentivos fiscais que auxiliem no custo ou na falta de capital de giro, para compra de máquinas e equipamentos ou aquisição de instalações para o fortalecimento da atividade.

É importante salientar que os trabalhadores, “*sujeito de direitos*”, do “ofício dos construtores de embarcações de madeira” do Baixo Tocantins, Estado do Pará, como parcela de dezenas de construtores de barcos artesanais da Amazônia, ainda hoje, na atual fase do capitalismo global, “*vivem ao acaso*” do Estado social promissor.

Os trabalhadores da construção naval artesanal trabalham em regime de diárias ou são donos de pequenos estaleiros e não possuem capital de giro para a produção de barcos para pronta entrega; trabalham por encomendas e com adiantamento de parte do valor da venda da produção. Em sua maioria, é o mesmo comerciante/empresário/patrão que financia o trabalhador, que compra a sua produção e vende a terceiros como sendo sua, conseguindo ganhos bem mais altos que os próprios trabalhadores. Isso significa que, mesmo com o aumento da produção e o valor bruto da produção, há ainda uma menor remuneração do trabalho, mediante uma assimetria de poder do comprador, “*patrão*”, que impõe as condições de preço real ao mestre construtor e a todos os seus familiares, trabalhadores e aprendizes de seu estaleiro.

Mesmo diante dos limites e dos desafios encontrados nessa atividade tradicional da Amazônia, os construtores de embarcações

de madeira produzem, de forma autônoma, em estaleiros de cidades ribeirinhas, garantindo a reprodução social do ofício, dentro do sistema do capital contemporâneo.

Por fim, o que se observa diante da exploração do trabalho vivo neste ofício é a manutenção da transmissão do saber tradicional a novas gerações, como podemos analisar na história de vida de “mestre manduca”, um construtor que herdou de seu pai o ofício e passou a seus filhos. Dando continuidade, seu filho, Tio Dó, que hoje toma conta do estaleiro “*Dom Manoel*”, segue na transmissão dos ensinamentos do ofício ao seu filho Jair e aos demais aprendizes, reproduzindo a manutenção do saber local de geração em geração.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed., Editora Praxis: Londrina, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 10ª Ed., São Paulo: Biotempo Editorial, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n.87, p.335-351, maio/ago, 2004. Disponível: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo Xamã, 1999, Cap. I-VI.

CORRÊA, Edson Antunes de. **O arranjo produtivo local dos construtores de barcos artesanais:** fundamentos para o desenvolvimento endógeno do Baixo Tocantins (PA). 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: UFPA/NAEA, 2009, 102 p.

COSTA, Francisco de Assis. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovações** (RBI), Rio de Janeiro, FINEP, 2009, p. 35-86.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1992.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Volume. I. Crítica à economia política. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins**. Belém, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANTOS, M. O Território do Dinheiro e da Fragmentação, In: SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**. São Paulo: Record. 2000.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Modalidade do crédito, organizações coletivas e reprodução camponesa na história de Cametá**. 2000. 222 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Universidade Federal do Pará, 2000.

XIMENES. Tereza (Org.). **Embarcações, homens e rio na Amazônia**. Belém: UFPA, 1992.

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ÁREAS VERDES EM CIDADES: O CASO BOSQUE RODRIGUES ALVES - JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA

Homero Vilar **CORREA**¹
Universidade Federal do Pará
homero@ufpa.br

Resumo: O presente estudo direcionou-se a abordar a representação social de áreas verdes, enfatizando o caso do Bosque Rodrigues Alves. Assim, tomando por base a pesquisa realizada ressaltam-se as representações sociais que os frequentadores do Bosque atribuem a este logradouro de grande relevância paisagística, ambiental, patrimonial e histórica para a cidade de Belém. No caso específico desse estudo, o foco da pesquisa concentra-se no papel social exercido pelo Jardim Botânico, em especial o Bosque Rodrigues Alves, Jardim Botânico da Amazônia, e sua representação social para os moradores da cidade de Belém. No que se refere à pesquisa desenvolvida, ressalta-se que esta apresenta cunho descritivo e também explicativo, esclarecendo os fatores contributivos e interferidores, condicionantes da questão estudada.

Palavras-chave: Representação Social. Áreas Verdes. Bosque Rodrigues Alves.

Abstract: This study was directed toward addressing the social representation of green areas, emphasizing the case of the Bosque Rodrigues Alves. Thus, based on a survey we emphasize the social representations that the patrons of the Grove Street address to attach to this very important landscape, environmental, heritage and history to the town of Belem. In the specific case of this study, the focus of research focuses on the social role played by the Botanical Gardens, especially the Bosque Rodrigues Alves, Botanical Garden in the Amazon and its social representation to residents of the town of Bethlehem With regard to research developed, it is emphasized that it presents a descriptive and explanatory as well, clarifying the contributing factors and jammers, affecting the issue studied.

Keywords: Social Representation. Green Areas. Bosque Rodrigues Alves.

¹ Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará.

Introdução

As cidades representam as mais profundas e radicais intervenções humanas sobre a superfície do planeta. Elas refletem os diferentes ambientes culturais e as variadas estruturas econômicas que envolveram a sua produção. Por isso, pode-se dizer que as cidades são frutos de contextos sociais e caracterizam-se também pelas relações de uso e apropriação dos espaços construídos, estabelecidas pelos usuários dos cenários urbanos. Dessa forma, a cidade configura-se em uma fonte geradora de estímulos perceptivos para quem habita, entendendo por percepção basicamente a capacidade de gerar informação nova e diferenciada a partir dos elementos percebidos. O espaço pode ser compreendido a partir das informações que se têm sobre ele, o que gera uma relação de interdependência entre o espaço e a informação.

Tomando por referência a explanação acima, destaca-se, no cenário em foco, que o espaço urbano traduz a atividade laboral humana. Ele congrega o imaginário e as representações de gerações, que tomaram parte no processo de construção da fixação de homens e mulheres na terra. De um lado, as fantasias das gerações mais recentes convivem com as gerações antigas: a cidade preserva a memória do seu passado. De outro, outras fantasias são erguidas sobre as ruínas daquelas que permanecem submersas, num movimento contínuo de construção e reconstrução.

O espaço produzido, especialmente o urbano, reflete intencionalidades, ideias e representações. Também o espaço, designado como natureza, junto ao conhecimento advindo dele, historicamente, expressa as ações socioculturais. Assim, considerou-se pertinente realizar um estudo sobre a representação social de áreas verdes em cidades, uma vez que a evolução das estruturas arquitetônicas da cidade, decorrente das ações sociopolítico-econômicas, fez parecer que o verde foi cedendo o seu lugar para a construção de pedras sobre pedras, alterando as condições ambientais da vida urbana. Os riscos ambientais decorrentes das novas formas de

produção é presente na vida dos cidadãos, assim como o surgimento de novos espaços de lazer, como os *shopping centers*, atrai um número significativo de moradores da cidade, na medida em que os apelos midiáticos enfatizam muito mais o consumo do que seus efeitos sobre a sociedade.

Neste estudo intitulado “As representações sociais de áreas verdes em cidades: o caso Bosque Rodrigues Alves”, busca-se investigar as diversas representações sociais que os frequentadores do Bosque atribuem a este logradouro de grande relevância paisagística, ambiental, patrimonial e histórica para a cidade de Belém.

Ressalta-se que o problema formulado para a presente investigação, indaga: Quais são as representações sociais que os frequentadores do Bosque Rodrigues Alves – Jardim Botânico da Amazônia possuem sobre esta área verde?

Com relação aos objetivos do trabalho, destaca-se como objetivo geral: identificar as representações sociais dos frequentadores do Bosque sobre esta área verde; e como objetivos específicos: contextualizar o surgimento do Bosque Rodrigues Alves na cidade de Belém; identificar a importância do Bosque Rodrigues Alves para os seus frequentadores; caracterizar as imagens e sentidos partilhados e/ou consensuais sobre o Bosque Rodrigues Alves pelos seus frequentadores. No caso específico desse estudo, o foco da pesquisa concentra-se no papel social exercido pelo Jardim Botânico, em especial o Bosque Rodrigues Alves, Jardim Botânico da Amazônia, e sua representação social para os moradores da cidade de Belém.

No que se refere à pesquisa desenvolvida, ressalta-se que esta apresenta cunho descritivo e também explicativo, esclarecendo os fatores contributivos e interferidores, condicionantes da questão estudada. Quanto aos meios, a pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em materiais coletados no decorrer do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e, ainda, em outras fontes disponíveis no acervo, principalmente livros e artigos científicos, sejam estes de leitura corrente ou de referência, que possibilitaram a obtenção de informações referentes ao tema em questão, considerando que a

pesquisa aqui desenvolvida se propôs a diversas verificações e análises de disposições acerca de um mesmo problema.

1 Revisão da literatura

1.1 A sustentabilidade nas cidades brasileiras e a realidade do Bosque Rodrigues Alves: “Jardim Botânico da Amazônia”

Tomando por base as colocações de Ferreira (2004), é possível afirmar que o crescimento das cidades encontra-se interligado ao alto índice de migração, responsável pelo “inchaço” populacional e, conseqüentemente, pela deterioração da qualidade de vida. Para tanto, de modo a manter um equilíbrio entre índice populacional e qualidade de vida, torna-se necessário a realização de uma reorganização urbana, fato que já é uma preocupação em alguns locais que implementaram iniciativas de gerenciamento integrado das atividades urbanas com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população e preservar o equilíbrio ambiental.

Desse modo, as cidades passaram a se defrontar com uma situação grave que exige intervenções ágeis em áreas que extrapolam as tradicionais políticas na área urbana. Trata-se de amplos projetos de infraestrutura, políticas sociais, programas de emprego e políticas ambientais, envolvendo inclusive estratégias locais de dinamização das atividades econômicas. Os municípios situam-se na linha de frente dos problemas, mas estão no último escalão da administração pública. Há um deslocamento generalizado dos problemas para a esfera local, enquanto as estruturas político-administrativas continuam centralizadas. Esse processo criou um tipo de impotência institucional que dificulta dramaticamente qualquer modernização da gestão local. Com o processo de urbanização, os problemas se deslocaram, mas não o sistema de decisão correspondente.

Neste processo, avaliando o espaço urbano de Belém, em sua formação, observa-se que ele apresentava, em sua composição,

instituições de controle e reprodução social, como: praças ajardinadas, edifícios da administração pública, várias escolas, hospitais, asilos e cadeia. Junto a este conjunto, estavam as indústrias, as casas bancárias e as firmas seguradoras, com inúmeros serviços e atividades, fora as companhias de serviços urbanos, tais como: telégrafos, telefonia, linhas de bonde e estradas de ferro. E, em prol da melhoria do espaço urbano de Belém, seja em relação à estética ou ao saneamento básico, o governador elegeu, à época, uma comissão que apresentasse propostas otimizadoras para tais fins.

Assim, foram construídos pontilhões, abertas e reabertas as valas, concluídos passeios, iniciados calçamentos, reparados edifícios municipais e projetados outros. Os lagos foram ajardinados, os calçamentos de madeira foram substituídos por granitos. Foi ordenada a abertura de inúmeras ruas e travessas no bairro do Marco, e promovido o melhoramento do perímetro urbano. “A iluminação pública foi substituída por eletricidade, os carros puxados a boi foram substituídos por bondes elétricos. E não podemos deixar de falar na preocupação de Lemos pelas áreas verdes da cidade” (TOCANTINS, 1987 *apud* MATOS, 1999, p. 7).

Antônio Lemos, intendente/governador, preocupado com o embelezamento da cidade, providenciou reformas em logradouros públicos para que se tornassem mais atraentes. Aliado a isso, o município sistematizou mecanismos contra a ação predatória dos cidadãos em direção às áreas verdes e aos rios, pois a arborização da cidade era uma maneira de demonstrar uma qualidade de vida saudável, ligada à natureza, com ar puro renovado pelo processo de fotossíntese; amenização do clima tropical, além da própria beleza de uma cidade arborizada.

Abordando as modificações de cunho paisagístico, vale ressaltar que no governo de Augusto Montenegro, Belém foi ornamentada com jardins e bosques. Segundo Brasil (1995 *apud* Matos, 1999) o arquiteto naturalista Antônio Landi, em 1780, numa tentativa de amenizar a falta da vegetação natural, estudava a introdução na região da mangueira, pois ela oferecia ampla e perfeita sombra,

onde a população poderia fugir do sol ardente da cidade. Nesse contexto, os grupos urbanos da cidade passaram a ter um estreito relacionamento com a natureza, frequentando, constantemente, sítios, parques e bosques, o que gerou uma revalorização do Bosque Municipal, já existente, considerado um dos marcos da modernidade belenense. É importante frisar que o ciclo da borracha ou economia da borracha, que tantas riquezas propiciou à região amazônica, de forma específica às capitais Manaus e Belém, foi o grande motivador das transformações urbanas e da consolidação da cidade de Belém como metrópole.

1.2 O Bosque Rodrigues Alves: histórico e caracterização

Fundado no final do século XIX, em meio à ebulição cultural e econômica favorecida pela extração da borracha, o Bosque Rodrigues Alves foi projetado para ser uma espécie de reserva ambiental da região, além de ser uma das medidas tomadas pela administração do intendente Antônio Lemos para garantir o embelezamento visual da cidade. Como já retratado, nesse período, Belém era o centro da reprodução do capital e da acumulação de riquezas pela burguesia internacional; vivia a “Belle Époque”; e precisava se adequar às necessidades dessa elite, adquirindo características de uma sociedade europeia, com seus hábitos e costumes. Nesse sentido, O Bosque Municipal tem sua criação interligada aos ideais progressistas do século XIX, que valorizavam a natureza como expressão de progresso e higiene. Localizado no periférico bairro do Marco da Légua, região para onde a cidade começou a se expandir, conforme as formulações urbanísticas promovidas por Antônio Lemos; o Bosque foi criado pela Lei n.º. 624, de 22.09.1870, assinada pelo Sr. Abel Graça, 4º Vice-Presidente da Província do Grão Pará, que determinava a figura e extensão de um terreno destinado para esse fim na Estrada de Bragança.

Se para a elite local, a Europa era o espelho de toda e qualquer modernização, conseqüentemente, os valores estéticos e ideológicos

européus, especialmente os franceses, foram importados pela sociedade amazônica. A urbanização então foi baseada nas concepções “*cidade jardim*” e Paris *hausmaniana*. O governador Augusto Montenegro e o intendente Antônio Lemos, porta-vozes deste projeto, recriaram uma Belém com ornamentos de jardins e bosques, abrindo grandes artérias verdes. Reproduz-se os amplos *boulevards* franceses.

Visando interligar Belém com o interior do Estado, especificamente com a zona bragantina, é construída a estrada de ferro Belém-Bragança. A ferrovia surgiu em decorrência do acentuado crescimento da exportação do látex do interior do Estado para a capital, o que exigia um sistema de transporte mais moderno para o escoamento da produção, bem como para o transporte de pessoas. Sua construção foi iniciada em 1883 e inaugurada em 1908, nascendo no atual bairro de São Braz. Assim, a malha ferroviária começou a penetrar o interior e as novas áreas abertas, a partir do Marco da Léguas, foram ocupadas.

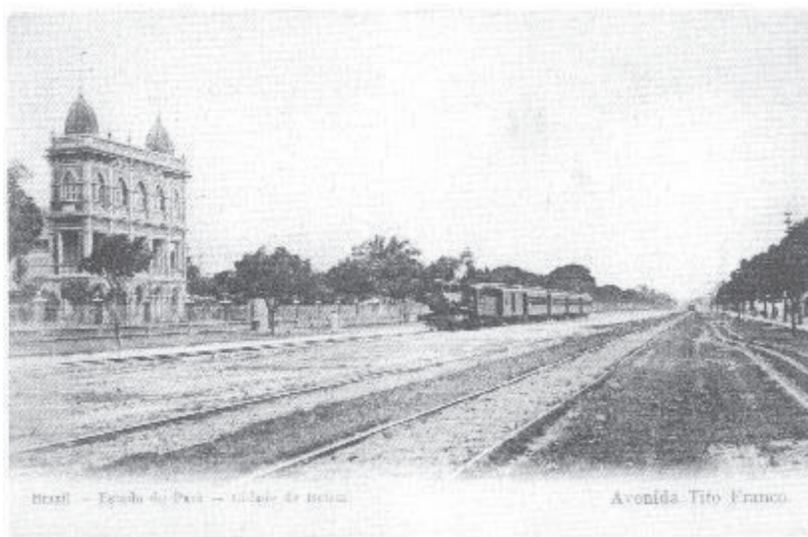


Figura 1: Trem de Carga. Estrada de Ferro de Bragança

Fonte: Álbum do Pará, 1899.



Figura 2: Estrada de Ferro de Bragança.
Fonte: Álbum do Pará, 1899.

Na margem da estrada, nas cercanias do Bosque Municipal, belas edificações públicas e particulares foram construídas. Essa ocupação na zona periférica da cidade era o retrato do isolamento das famílias ricas, que buscavam nessas áreas o descanso do agitado centro urbano da cidade.

1.2 Um estudo sobre representação social e seus conceitos

A representação social, sujeita às influências de condições econômicas e culturais, estabelece a interface entre o social e o psicológico. No cotidiano, o sujeito elabora, individual e coletivamente, imagens e conceitos, que podem ser recebidos por um só indivíduo e/ou de forma coletiva. Nesse sentido, a representação social é formada e compartilhada socialmente sobre coisas, pessoas e objetos existentes em um dado espaço, uma vez que sua construção se dá na relação dos sujeitos entre si e com objetos, sendo que não há representação social sem objeto e sem sujeito social, coletivo ou individual, pertencente a um determinado grupo. (JODELET, 2001).

A representação social é, portanto, uma forma de conhecimento, construída e compartilhada com uma intenção prática, que coopera na formação de uma realidade comum a um dado conjunto social. Isso ocorre em decorrência da sua importância na vida social e do esclarecimento possibilitador dos processos cognitivos e das interações sociais. Tanto que a representação tem o termo “social” ligado a seu nome porque se configura como uma espécie de conhecimento popular com funcionalidade na elaboração de comportamentos e no estabelecimento de comunicação entre indivíduos.

Para Moscovici (2001), a representação é constituída de informação, atitude e campo de representação ou imagem. A informação se refere à organização dos conhecimentos que um dado grupo absorve sobre um objeto; atitude diz respeito à organização global sobre o objeto e age sobre este na perspectiva de uma possível teorização; enquanto que o campo envolve a ideia de imagem, de modelo social, do conteúdo das proposições acerca de um aspecto específico do objeto. Vale ressaltar que estas três dimensões estão em permanente processo de articulação.

De acordo com Jodelet (2001), as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, descobrimos diversos elementos (alguns, às vezes, estudados de modo isolado): informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Contudo, esses elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade.

Segundo a autora, geralmente, considera-se que as representações sociais norteiam e organizam as condutas e as comunicações sociais, pelo fato de se consubstanciarem como sistemas de interpretação que regem as relações do indivíduo com o seu espaço circundante e com aqueles que o rodeiam. Na mesma intensidade, elas são responsáveis por intervenções nos mais variados processos, como: a propagação e a absorção dos conhecimentos; o crescimento individual e coletivo; a definição das identidades pessoais e sociais; a expressão dos grupos e as transformações sociais.

Além do mais, ao se configurarem como fenômenos cognitivos, abarcam a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamentos, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligadas. Desse ponto de vista, as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade.

2 Metodologia

Neste tópico, é abordado o percurso metodológico, no sentido de responder ao problema central que nos convocou a esta trajetória, qual seja: quais são as representações sociais dos moradores da cidade de Belém com relação ao Bosque Rodrigues Alves? A teoria da representação social não especifica um método próprio de investigação. Sua elaboração depende do objeto de estudo e do pesquisador, sem desconsiderar que o método eleito terá o desafio de apreender a construção complexa e dinâmica das representações sociais. Utilizando-nos de uma linguagem figurada, é como se no meio da mata tivéssemos que encontrar um caminho de saída, e para isto elegemos uma trilha que pensamos ser coerente com nossos objetivos (FARR, 1993 *apud* SÁ, 1998).

Vale ressaltar que o estudo foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa que, por um lado, permite compreender, a partir do estudo qualitativo, “as representações de determinado grupo sobre temas específicos” (MINAYO; MINAYO, 1994), e, por outro, “explicar os dados”, apoiados na tabulação destes. Isso permite maior aproximação do objeto deste estudo, como também maior rigor às inferências sobre o caleidoscópio que configura o objeto de estudo em tela.

O objeto de pesquisa desse trabalho são as representações sociais do Bosque Rodrigues Alves, situado em Belém do Pará, uma

das principais capitais da região Norte. O espaço verde se entrelaça ao espaço construído. Os bancos de concretos, situados logo após a entrada do Bosque, e outros mais no seu interior, são convidativos para a contemplação de árvores centenárias, que nem por isso perderam seu viço e deixaram de seduzir quem adentra esta “mata urbana”. A existência de um lago dá ao bosque uma sinergia, com o verde, a fauna e a arquitetura, que remonta aos áureos tempos da cidade.

O critério de escolha deste objeto de estudo, o Bosque Rodrigues Alves, deu-se por ser este uma das áreas verdes situada em determinada região da cidade de Belém que corresponde a uma das entradas e saídas principais dessa cidade.

O número de sujeitos obedeceu à seguinte lógica: em função do número de frequentadores, entre os meses de janeiro e fevereiro (26.000 pagantes), determinamos a amostra a ser investigada com uma margem de 95% de erro. Mediante o resultado do cálculo, a amostra determinada foi de 394 sujeitos.

Foi utilizado, como instrumento de pesquisa o questionário, traduzido como importante ferramenta neste estudo, além do levantamento bibliográfico pertinente para elaboração deste trabalho. A construção do(s) questionário(s) visa possibilitar não apenas a descrição das representações sociais, mas também situar cada objeto de representação e cada tema abordado em relação às correntes teóricas definidas, permitindo indicar o interesse de cada questão para definir o objeto da representação social. Além da caracterização dos sujeitos, foram construídas questões abertas e fechadas.

Para alcançar estes objetivos, o questionário foi construído com base em categorias elaboradas que facilitasse a identificação da representação do Bosque para os seus frequentadores. As categorias elaboradas foram: caracterização dos sujeitos, entendimento do Bosque, Percepção do tempo passado, presente e futuro do Bosque e Atitudes em relação à conservação do Bosque.

A validação do instrumento de coleta de dados foi assegurada pela aplicação de um pré-teste dos questionários a amigos e familiares, a fim de se aperfeiçoar o instrumento de pesquisa, o aumento à

margem de confiabilidade dos dados coletados. Os dados coletados foram tabulados no software Excel, com simultânea construção de tabelas para auxílio na compreensão de sua interpretação. Após a tabulação dos questionários, foi possível estabelecer as respostas mais frequentes dentro das categorias temáticas. Para realizar a análise dos dados coletados, tomou-se como base: A análise interpretativa do questionário, entendida como *um conjunto de técnicas de análise das comunicações* (BARDIN, 1977, p. 31). Seu objetivo é a inferência de novos conhecimentos que fundamentam a compreensão sobre os significados consensuais dos sujeitos da amostra sobre o Bosque Rodrigues Alves. A dimensão cognitiva, a dimensão temporal e afetiva e a dimensão tendência positiva ou negativa à conservação do Bosque funcionarão como temáticas macro, que agruparão as respostas dos sujeitos da amostra. Estas dimensões revelarão as imagens e sentidos consensuais que os sujeitos deste estudo possuem sobre o Bosque.

3 As representações sociais do Bosque Rodrigues Alves - Jardim Botânico da Amazônia - pelos seus frequentadores

O Bosque constitui um espaço muito utilizado para reunião e realização de cultos religiosos. Em vários dias, durante a coleta de dados, muitos cultos foram realizados e alguns sujeitos foram encontrados regularmente tentando levar visitantes para suas igrejas. Com relação ao estado civil dos frequentadores, constatou-se que 75% são solteiros; 2% são viúvos; 6% possuem um outro estado civil, não contemplado nas alternativas; 2% são desquitados, divorciados, separados judicialmente e 15% são casados. A maior parte dos sujeitos que compuseram a pesquisa é oriunda da cidade de Belém, sobressaindo-se o Distrito Administrativo do Entroncamento, o qual abrange os seguintes bairros: Águas Lindas, Aurá, Castanheira, Curió-Utinga, Guanabara, Mangueirão, Marambaia, Souza, Val-de-Cães, Barreiro, Maracangalha, Miramar, Pedreira, Sacramento e Telégrafo.

Traçando uma análise comparativa com a época do surgimento do Bosque, por meio do trabalho de Sarges (2002), pode-se perceber que o perfil dos frequentadores mudou sensivelmente. No período do surgimento do Bosque, esse perfil consistia na classe elitista da cidade, atrelada à economia da borracha naquele momento. Esses frequentadores eram compostos pelas famílias mais abastadas da cidade, elite de fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais e grandes seringalistas, oriundos do antigo centro do comercial da cidade. A região onde hoje se localiza o Bosque, no início do século passado ainda era considerada periferia.

Também foi indagado aos sujeitos da pesquisa quais informações históricas estes possuíam sobre o Bosque, em que 41% responderam que têm conhecimento de que o Bosque surgiu em decorrência do ciclo da borracha na Amazônia, no fim do século XIX; 35% assinalaram não ter nenhuma informação sobre o histórico do Bosque; 8% sabem que em 1906 o Bosque Municipal do Marco da Légua, passou a denominar-se Bosque Rodrigues Alves, em homenagem ao Presidente da República; 6% sabem que o atual Bosque Rodrigues Alves - Jardim Botânico da Amazônia, foi criado inicialmente com o nome de Bosque Municipal do Marco da Légua; 5% têm conhecimento que o Chalé de ferro pertencia à sociedade Beneficente Portuguesa; 4% sabem que o Bosque foi inspirado pelo “Bois Bolonge”, um tradicional logradouro parisiense; apenas 1% dos entrevistados disse ter outras informações sobre o histórico do Bosque.

Muitos entrevistados comentaram, no ato desta questão, sobre o pouco conhecimento a respeito da história da Amazônia, problematizando a educação básica regional. Foi deixado claro que, apesar de a história da Amazônia fazer parte do conteúdo programático aplicado no ensino fundamental e médio, a atenção direcionada a esta temática, na região, ainda é tratada com bastante displicência pela Secretária de Educação do Estado e Município, no aspecto macro e nas escolas no âmbito micro. Contudo, outra problemática que emergiu com a pesquisa foi a observação de que o próprio Bosque

negligencia aos seus visitantes informações sobre sua história. No Bosque, não é possível encontrar nenhum guia para acompanhar os frequentadores, apresentar o espaço, falar de sua flora, fauna e de sua história. A maior parte das atividades que a instituição desenvolve é para o público infantil, enquanto a maior parte dos seus visitantes, que é formada por adolescentes e adultos, não dispõe de atividades para sua faixa etária.

Com relação à importância do Bosque para a cidade de Belém, a alternativa de maior ocorrência assinalou que o Bosque é um espaço de lazer, 26%; 24% pensam que o Bosque é importante por ser um espaço de preservação do verde; 13% consideram-no um espaço de descanso/passatempo/reflexão; 12% consideram o bosque importante por ser um patrimônio histórico; 5% concordam que o Bosque é importante por ser um espaço cultural; 5% acreditam ser ele importante por ser um espaço turístico; 5% acreditam ser um importante espaço de preservação animal; 3% acham-no importante por ser um espaço educativo; 1% pensa que é uma floresta sem utilidade; 1% acha um importante local de pesquisa; 1% considera importante por ser um espaço religioso; 1% opinou ser importante no auxílio ao controle de poluição do ar; 1% pensa ser um importante espaço de diversão; 1% acredita ser importante na diminuição do calor; 1% afirma que o espaço é importante para decoração da cidade; 0% acha importante por auxiliar no controle do vento; 0% acha importante por oferecer oportunidade de trabalho e 0% atribuiu outro elemento que torna o Bosque importante para a cidade de Belém.

Pode-se perceber, com os dados desta questão, que grande parte dos sujeitos da pesquisa considera o Bosque um importante espaço de lazer, além de representar um espaço de preservação do verde. Com relação a este último dado, mesmo constatando que os sujeitos acreditem que o Bosque é importante na preservação da flora, foram observadas várias formas de maus-tratos que esta sofre por boa parte dos frequentadores, como lixo atirado entre as plantas, pessoas caminhando sobre os canteiros, pisoteando a vegetação mais baixa.

Durante a coleta de dados, foi possível examinar diferentes formas de visualização e percepção da natureza, por meio da heterogeneidade de comportamentos observados. Também foi possível constatar, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, que metade dos entrevistados não possui nenhum conhecimento sobre o histórico do Bosque, assim como a maior ocorrência de sujeitos atribui como importância do Bosque para a cidade de Belém o fato de ele ser um local de lazer. No momento do surgimento do Bosque, a criação de áreas verdes como esta buscava uma vida saudável, com objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas e intensificar a relação entre o homem e a natureza. A criação do Bosque e de outros parques, naquele momento, funcionava como instrumento que dificultasse a ação predatória do homem sobre a natureza. Segundo Matos (1999), havia uma preocupação, por parte dos dirigentes locais, de melhorarem o conforto ambiental urbano. Neste momento, já era possível perceber que a natureza não poderia ser compreendida como matéria mensurável, passível apenas de análise quantitativa, mas passava a adquirir um valor subjetivo, uma vez que materializavam também representações culturais e históricas.

Considerações finais

O presente estudo buscou incorporar a problemática ambiental aos estudos urbanos, a partir de uma vertente teórica, representação social à luz da psicologia social. As representações, ou modos de pensar, atravessam a sociedade exteriormente aos indivíduos isolados e formam um complexo de ideias e motivações que se apresenta a eles já consolidado. Neste cenário, vale ressaltar que as representações individuais não podem ser ampliadas para a coletividade, mas sim o contrário.

No caso do estudo em foco, a partir da hipótese central das representações sociais que os frequentadores do Bosque Rodrigues Alves possuem sobre este espaço, buscou-se caracterizar as imagens e os sentidos deles sobre essa área verde. O instrumento de pesquisa

aplicado teve por objetivo registrar as representações dos visitantes sobre o Bosque e posteriormente compará-las entre si, procurando identificar os sentidos comuns e, em contrapartida, enfatizar a diversidade de representações encontradas entre os sujeitos da pesquisa.

Assim, de acordo com a pesquisa elaborada, tornou-se possível abstrair conclusões relevantes sobre o perfil dos frequentadores do Bosque e que sentido eles atribuem a este espaço. Primeiramente, com relação ao perfil dos visitantes, percebeu-se que a maior parte deles são homens, na faixa etária entre 15 e 18 anos, estudantes, que se consideram de cor parda/morena, de religião católica, com escolaridade de nível médio, de baixa renda, a maioria pertencente à cidade de Belém, com maior ocorrência de visitantes oriundos do Distrito Administrativo do Entroncamento.

Desde o seu “nascimento”, o Bosque Rodrigues Alves sofreu inúmeras alterações no seu espaço físico. A cobertura vegetal foi plantada, exibindo espécies que inexisteriam na vegetação original. Estas transformações fazem com que fantasias e memórias engremem num movimento contínuo de destruição e reconstrução, preservando inclusive a memória do passado da cidade.

Foi constatado também que uma grande representatividade, metade dos sujeitos, não possui sequer nenhum conhecimento do histórico do Bosque. Num primeiro momento, esses dados levam a criticar severamente a estrutura de ensino oferecida pelas escolas. Todavia, deve-se ressaltar que, antes de qualquer outro órgão, o próprio Bosque é responsável pela apresentação do espaço. As atividades que são desenvolvidas possuem como público-alvo as crianças, quando na verdade quem mais frequenta o Bosque são adolescentes e adultos. Quando há panfletos, estes são distribuídos de forma econômica, e o Bosque não dispõe de nenhum guia para mostrar o espaço. Às vezes os próprios guardas desempenham esta função.

A ineficiência na estratégia de divulgar as atividades desenvolvidas no Jardim Botânico e de estabelecer vínculos mais sólidos com os frequentadores faz com que o visitante acabe por

estabelecer relações de cunho emocional com este espaço, e não racional, no que diz respeito à conscientização ambiental. Também, a falta de compromisso com a questão ambiental, pôde ser observada por meio de atos de alguns visitantes, como jogar lixo em local impróprio e caminhar em lugares inapropriados. O lazer por lazer, a distração, a reflexão e a construção de laços afetivos (pais e filhos, namorados etc. fazem com que a preocupação com a preservação da natureza não seja uma das prioridades dos visitantes. Esta realidade faz com que seja bem interessante a realização de um estudo da representação social do Bosque para os seus frequentadores, para se entender que tipo de relações sociais ocorre nesse espaço, que se constitui como “espaço de convívio”, uma vez que diferentes “grupos sociais” frequentam o lugar com as mais diversas intenções. As reformas feitas com longas lacunas de tempo leva a deduzir que as políticas ambientais de preservação são utilizadas apenas como instrumento na tática eleitoral.

Atualmente, a urbanização é um modo de vida, com diferentes territorialidades que revelam mobilidades, deslocamentos, reflexos da produção, do consumo, dos movimentos sociais, das ideias etc. A natureza, na análise ambiental, e o urbano são considerados de forma fragmentada ou segmentada, quase sempre não articulados com a produção e o consumo. Nesse processo de interferência do homem no espaço, a criação de parques e demais áreas verdes protegidas ganham destaque dentro do processo de urbanização.

Assim, no caso específico do Bosque Rodrigues Alves, considera-se de grande importância a realização de um estudo sobre a representação social desse espaço para os seus frequentadores, em que se destacaria o reconhecimento e a importância da cultura e da memória impregnada em cada fragmento físico desse lugar, que, direta ou indiretamente, contribuiu para a significação daquele espaço para as pessoas que moram na cidade, refletindo inclusive na sua vida social, como frequentar ou não o Bosque, ter boas ou más lembranças do espaço etc. Os efeitos da intervenção humana, em especial a construção de áreas verdes em cidades, além da intervenção física que se provoca no ambiente, possuem significativos reflexos no padrão de

comportamento das pessoas, assim como interferem diretamente na formação cultural e histórica de um grupo social.

A proposta desse trabalho foi fazer uma investigação sobre a representação da natureza e da paisagem, mostrando seu percurso no decorrer da história, buscando caracterizar as significações da natureza, muito utilizada na contemporaneidade como “espaço de convívio”, sempre na perspectiva da relação homem-natureza, considerando-se as necessidades ambientais e o tipo de relação que o homem vem construindo no tempo e no espaço com o meio ambiente e o posicionamento das políticas públicas neste processo.

Sendo assim, ressalta-se a necessidade de que seja iniciada, no âmbito das políticas públicas, uma reflexão centrada no descaso com o qual as áreas verdes de Belém vêm sendo tratadas e o reflexo negativo que este descaso traz ao comportamento e à qualidade de vida da população urbana da cidade.

A temática ambiental tem caráter político. Por isso, no âmbito das políticas públicas, a temática ambiental deve ser tratada com mais seriedade, uma vez que estas reflexões transmitem modelos de vida, de trabalho, de relacionamento, de condutas. Neste sentido, a comunicação deve atuar como ferramenta para despertar o interesse por parte do poder público e de entidades privadas, para promover novos tratos com a questão ambiental. No domínio das políticas públicas, a abordagem integrada dos problemas urbanos, enfocados sob a ótica do meio ambiente, vem aos poucos ganhando espaço, podendo gerar uma nova agenda de questões a ser contemplada no planejamento e na gestão das cidades, que hoje, quando ocorre, é de maneira ineficiente.

O Poder Público tem que ocupar as áreas desprotegidas e viabilizar os parques e as praças já existentes, dotando-os de infraestrutura, de segurança e de serviços que aproximem a comunidade dessas áreas, no sentido de protegê-las e preservá-las para melhorar a qualidade de vida das cidades. O desenvolvimento de pesquisas na área social pode ajudar a compreender as dimensões humanas de manejo de áreas verdes em cidades, contribuindo para

o desenvolvimento de um turismo com sensibilidade ecológica e incorporar as necessidades e as preocupações das comunidades locais, assim como gerar informação como estes grupos afetam os recursos naturais. A informação derivada da pesquisa pode ser usada para educar a população acerca de seu impacto sobre os recursos naturais e também acerca do impacto que uma área de conservação pode ter sobre o seu modo de vida.

A ocupação urbana, adequada à preservação das áreas verdes em cidades, somente poderá ser conduzida de modo eficaz se os agentes sociais perceberem os recursos naturais renováveis, dentro de um quadro de escassez, como elementos indissociáveis de padrões de qualidade mínimas e sensíveis ao dinamismo das atividades sociais, bem como compreenderem as relações entre o ser humano e a natureza.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

DAMATTA, Roberto. **Conta de mentirosos**: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO, M. O conceito das representações sociais na sociologia clássica. In: CORENDA, Pedrinho (Org.). **Textos sobre representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma história. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

TABU E PODER POLÍTICO: UM ESTUDO DA INTERDIÇÃO FEMININA NA TRADIÇÃO RELIGIOSA AFRO-PARAENSE MINA NAGÔ

Lucielma Lobato SILVA¹
SEDUC/PA
lucielmalobato@hotmail.com

Resumo: *Muito já foi estudado pela Historiografia e pela Antropologia afro-religiosa a respeito do importante papel exercido pelo gênero feminino, em que este gênero pode, em igual patamar que seu sexo oposto, administrar os espaços sagrados como sacerdotes ou sacerdotisas (SILVA, 2009). Por outro lado, na religião Mina Nagô, tradição afro-paraense, é criado, em seus intramuros, o tabu menstrual, em que a mulher é interdita durante este período. Dessa forma, este artigo busca analisar este tabu em casas de santo de Mina Nagô, do município de Abaetetuba-PA, onde este elemento simbólico é ultrapassado para o social (DOUGLAS, 2010) e se torna um importante meio de interdito do feminino, o qual fica restrito às funções políticas e administrativas, durante este período. Assim, o tabu menstrual tem a função de diminuir ou abafar o poder político do feminino no interior da referida religião em que a mulher também pode ser o importante pilar.*

Palavras-Chave: *Gênero. Tabu Menstrual. Poder Político.*

Abstract: *Much has been studied for history and anthropology african-religious about the important role played by women, where it can on equal footing with their opposite sex administer the sacred spaces as priests or priestesses (SILVA 2009). On the other hand, Religion in Mina Nago tradition african-Para, is created on the intramural their menstrual taboo, where women are banned during this period. Therefore, this article seeks to analyze this taboo*

¹ Graduada no curso de Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2009), Especialista em Educação para Relações Etnicorraciais pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA/2011). Mestra em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará (UEPA/2011). Atualmente dedica-se ao estudo da religião de tradição afro-paraense Mina Nagô, gênero e poder. Professora efetiva da Secretaria de Estado de Educação do Pará, trabalhando com a disciplina História. Tem experiência na área de História. Atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, religiosidade, gênero e religião afro-brasileira.

in houses of the holy city of Mina NagôAbaetetuba-PA, where this symbolic element is passed to the social (DOUGLAS, 2010), and is an important means of forbidden female, which is restricted political and administrative functions during this period. Thus, the menstrual taboo serves to lessen or muffle the political power of women within the religion that the woman can also be an important pillar.

Keywords: *Gender. Menstrual Taboo. Political Power.*

Introdução

O tabu é o guardião do espaço do poder [...] Poder mágico implica também poder político. E, sob esse prisma, o tabu ganha novo colorido (AUGRAS, 1989, p. 45).

A relação entre religião e política é muito tensa, apesar de ambas estarem filiadas e caminharem em pares bastante unidos. A combinação da política como aparelho de dominação do Estado e religião Mina Nagô não é algo comum no município de Abaetetuba-PA, ambas estão separadas, não se vê nenhum indivíduo desta religião ocupando cargos públicos, apesar de os integrantes religiosos estarem presentes no interior dos diversos partidos políticos.

Por outro lado, a tradição religiosa afro-paraense Mina Nagô é substancial no que concerne ao poder político em seu interior, uma vez que este é demarcado pela intensa formulação de tabus restritivos. Augras (1989) salienta que o tabu é um importante mecanismo de manutenção da ordem política e social, já que ao serem criados há a forte incumbência mental de que se o indivíduo transgredir a regra, imenso será seu prejuízo. Vários são os tabus que estão presentes na religião Mina Nagô, mas o hierárquico e o menstrual é quem vão nortear este estudo.

O tabu é revertido por um papel primordial na interdição do gênero feminino, o qual apesar de estar presente como o comando religioso, isto é, sacerdotisa/mãe de santo, ou como filha de santo ou ainda como participante e adepta da religião (SILVA, 2009), ainda

assim é afastado de seu poder religioso e político no intramuros dos terreiros, pois “uma mulher menstruada não pode entrar na casa de santo, não pode tocar em instrumentos ou objetos sagrados e nem em seus pais de santo”².

Isso denota que a mulher, apesar de ser importante nas religiões afro-brasileiras, mesmo assim o patriarcalismo social se transfere da sociedade para tais religiões e, em especial, à Mina Nagô. E, de maneira velada, consegue interditar o gênero feminino devido à sua condição biológica, que lhe é própria e incontável (DOUGLAS, 2010). Dessa forma, este trabalho tem por objetivo analisar o tabu menstrual como um importante meio de controle político em que a mulher não controla, mas é controlada, mesmo quando detém o poder do sagrado. Isso porque a menstruação é fonte potencial de perigo e poder.

Souza (2011) assinala que estudar religião e gênero é uma combinação duas vezes marginal, primeiro o é para a academia, e segundo, para a religião, que em sua maioria são excludentes, quando se pensa nas posições do feminino. Por isso, este estudo ratifica sua importância, pois na religião Mina Nagô as mulheres são muito importantes, é o mesmo *locus* onde estas são segregadas, pelo menos nos períodos de fluxo do sangue menstrual. Como metodologia da pesquisa, foi utilizada pesquisa de campo e bibliográfica com abordagem qualitativa e modelo de investigação etnográfico/participativo (SEVERIO, 2009; TRIVIÑOS, 1987).

Assim, este trabalho apresenta primeiramente o *Tabu e poder político*, em que é analisada a formulação das restrições dos tabus como importante meio para a detenção e o controle do poder religioso, o qual no intramuros da Mina Nagô é reelaborado como poder político. Em seguida, será demonstrado *O tabu menstrual: Importante mecanismo de interdição do feminino na religião Mina Nagô*; e nesse momento será abordado o tabu como forte meio de controle

² Entrevista no Centro de Manifestações Mediúnicas Oshalufã, com o sacerdote Daniel de Oshalufã, no dia 15/05/2011.

e interdição do gênero feminino, mesmo quando esta é dona do espaço sagrado. E, por último, *A menstruação: como poder feminino na religião Mina Nagô*, em que se afirma que a menstruação é na verdade um elemento que emana poder, pois uma mulher menstruada tem seu poder multiplicado, e por isso é abafada, interditada por seu sexo oposto, devido ao temor à menstruação, pois é um momento em que a mulher é comparada à natureza, por estar mais perto das funções dos animais (SARDENBERG, 1994).

2 Tabu e poder político

A palavra *tabu* tem seu significado totalmente marcado ou ainda discriminado por ser algo proibido em razão de possuir poder que se estabelece em certos casos no sagrado, e por isso se torna perigoso e proibido. É por essa razão que os conceitos de sagrado, perigoso e proibido estão estritamente conectados (TEDLOCK, 2008). Para Freud (1950) em sua importante obra *Totem e Tabu: O significado de 'tabu'*, diverge em dois sentidos contrários. Para nós significa, por um lado, 'sagrado', 'consagrado', e, por outro, 'misterioso', 'perigoso', 'proibido', 'impuro' (FREUD, 1950, p. 18).

Porém o tabu não designa apenas o caráter de sagrado/perigoso, de uma pessoa ou de uma coisa, mas também os dispositivos montados para lidar com ele, apontando para a presença do dito poder e para a dimensão da realidade a qual este está engajado (AUGRAS, 1989). Estes dispositivos, por sua vez, são organizados pelos homens, dentro de religiões ou no cerne da sociedade para controlar outros homens e a eles próprios. Nesse sentido, o tabu permite lidar com o poder sem risco de destruição, mas demonstrando a realidade por meio das interdições.

O poder dessa dita realidade, ao emitir ameaça aos que detêm o controle social, político, religioso ou econômico, no sentido de uma possível perda de hierarquia, torna-se alvo da criação (pelos controladores da sociedade) das teses “tabulísticas”, ou seja, da formulação de diversos tabus restritivos para abafar o poder dos

“marginais”, isto é, dos que estão à margem, os quais poderiam inclusive substituí-los no comando da sociedade, uma vez que detêm o dito poder.

Nessa perspectiva, o tabu ganha uma face de ambiguidade por lidar com contradições e estranhezas, pois o perigo, segundo Douglas (2010), marca justamente o estado de transição de pessoas ou coisas (objetos, comidas, animais, vegetais etc.) que não estão em um estado anterior e nem no seguinte, é algo indefinível.

A isso Turner (1974) denomina liminaridade, ou ainda fase liminar, que, segundo o autor, é a fase intermediária entre o distanciamento e a reaproximação, em que as características do indivíduo que está transitando são ambíguas, misturando sagrado e profano, por exemplo, (ELIADE, 1992). Turner demonstra a existência de espaços bem definidos de sagrado e profano, em que os ritos de passagem se dão com uma simples ida para o estado sagrado e, posteriormente, com a volta ao estado profano original.

Nas religiões afro-brasileiras, o tabu se faz fortemente presente em diversas categorias religiosas e, principalmente, nas mitologias, uma vez que vários são os deuses que possuem quizilas³ com outros deuses, e, por essa razão, não podem manter muito contato. Um exemplo claro é demonstrado entre os filhos de Iansã, a deusa da tempestade, que tem quizila com Oxum, pois ambas são esposas de Xangô; e assim os filhos de ambas têm geralmente problemas de relacionamento; além disso, os tabus alimentares são frequentes: um indivíduo filho de Oxalá, por exemplo, um dos principais orixás do panteão afro, não pode, de forma alguma, comer caramujo, pois o mito diz que, quando Oxalá foi jogado no rio, o caramujo o matou, assim, cada orixá tem suas proibições específicas (AUGRAS, 1989).

Na tradição religiosa afro-paraense Mina Nagô, a construção do tabu se reverte como um importante mecanismo de controle social, em que um iniciado não pode, de forma alguma, arriscar as normas do tabu e transgredi-lo, pois sabe que se assim o fizer grande

³ Tabus na linguagem afro-brasileira (AUGRAS, 1989).

será o seu prejuízo, sob a pena de levá-lo à morte ou de passarem por muito sofrimento físico ou mental. Assim, esse indivíduo permanece no seu devido lugar, sem grandes questionamentos, pois sabe que o tabu é muito mais do que uma simples regra ou lei, é uma proibição simbólico/ritual; ele tem um caráter de proteção contra o perigo que este ser está exposto se transgredir a ordem. Essa proteção é feita pelos sacerdotes devidamente responsáveis pelo sagrado, que darão o amparo a seus iniciados, uma vez que se dirigir ao sagrado emana um sério perigo e somente um conhecedor nato pode realizar tal proeza. Desse modo, segundo Augras (1989):

O povo, por sua vez, é fortalecido na convicção de que os tabus constituem eficaz dispositivo de proteção contra todos aqueles que detêm o dúbio privilégio de relacionar-se diretamente com os poderes sobrenaturais [...]. No fim das contas, os tabus, constituem a garantia de que o mundo é mesmo como dizem os que detêm a exclusividade do acesso ao poder: há seres e coisas das quais é proibido aproximar-se (AUGRAS, 1989, p. 47).

Dessa maneira, somente um sacerdote pode realizar certos rituais, uma vez que, se um iniciado ou leigo o fizer, as penas a serem pagas são de um preço altíssimo; é o que o povo de santo chama de “peia”, momento em que as entidades castigam o ser que transgrediu a ordem ou o tabu pré-estabelecido. Tal situação é exemplificada na fala de Leonardo de Ogum⁴, o qual explica o caso de um determinado filho de santo de sua casa, o qual é seu irmão de santo, que esteve enfrentando “peia de santo”:

Bom o Y está na “peia”, isso por que ele resolveu realizar trabalho (ritual) de grande complexidade na porta do cemitério [...]. Só que este tipo de atividade só

⁴ Filho de santo do Centro de Manifestações Mediúnicas Oshalufã, situado no município de Abaetetuba e tem como sacerdote Daniel de Oxalufã.

pode ser feita pelo pai de santo da nossa casa não por ele que é um mero iniciado [...], que ainda não conhece nada, isso é um desrespeito a hierarquia religiosa, não se pode passar na frente do pai de santo [...]. Isso não poderia ser feito [...] É por isso que o Y está na “peia”, você viu até mãe dele já desencarnou (morreu), o pai de santo acredita que não tem haver com o desrespeito, mas seu Zé Pelintra já disse a próxima será pior, e eu acredito que o desrespeito contribuiu para a morte (grifo meu)⁵.

Outro caso que demonstra a maneira pela qual o tabu passa a ser um forte controle social, é que na casa de Pai Paulo de Iansã, um filho de santo X, resolveu cortar os animais para seu orixá sem os devidos consentimento ou conselhos de seu pai de santo, pois resolveu adentrar à magia negra:

A minha filha a coisa é seria. O X não poderia realizar trabalho do jeito que fazia sem a minha permissão [...] nós das religiões afro primamos justamente a hierarquia, o respeito pela hierarquia, você vê que até as entidades têm hierarquia, e esse tipo de desobediência me afeta, mas afeta principalmente as entidades que não aceitam e passam a maliná-lo. Veja como ele está [...] está com problemas mentais [...] dizem que é depressão, mas na verdade isso é quizila das próprias entidades dele [...].⁶

O tabu como controle social é introjetado entre os filhos de santo, isso pode ser visto na fala Mãe Bena de Yemanjá, onde ela relata o mesmo caso acima:

Olha o X sabia dos perigos que é mexer com esse tipo de coisa que ele estava mexendo (magia negra), o nosso

⁵ Entrevista com Leonardo de Ogum, filho de santo do Centro de Manifestações mediúnicas Oshalufano dia 07/07/2011.

⁶ Entrevista com o Sacerdote Paulo de Iansã, zelador do Templo Cristão Afro de Nagô Oxóssi Urucáia, situado em Abacetuba-PA, no dia 15/08/2008.

pai não nos ensinou isso! Ai ele agora está assim [...] com problemas mentais, dizem que é depressão. Mas na verdade ele ficou louco, sente fortes dores de cabeça e quando dói muito ele bate a cabeça na parede [...]. Isso é peia de santo, é claro! Ninguém deve desobedecer a hierarquia! Acredito que ele não demora muito a desencarnar (morrer).⁷

Além dos tabus de interdição por hierarquia religiosa, há na Mina Nagô, e em muitas tradições afro-religiosas, um importante tabu ligado ao ciclo biológico feminino, isto é, a menstruação, que, por ser algo incontrolável e estar no nível de liminaridade, passa a ser revertido de perigo, pois segundo o Sacerdote Daniel de Oshalufã “*uma mulher menstruada não pode nem entrar na minha casa, [...] e mais, uma filha de santo em plena consciência não deve se quer se aproximar de mim*”⁸. Dessa maneira, esta mulher passa a ser um ser interdito diante do poder político, principalmente no período de seu fluxo menstrual.

A menstruação para Mãe Maria José não é tabu, porém é um período de restrição às demais filhas de santo quando menstruadas, uma vez que segundo ela é necessário saber lidar com esse sangue, uma vez que ele emana uma explosão de energia que uma simples iniciada não sabe lidar, e por essa razão ela é interdita, e nas suas próprias palavras:

Durante as 24 horas do início da menstruação os médiuns não podem vir na casa e não podem tocar em nada, se vierem não podem se envolver na corrente tem que ficar do lado de fora da corrente, porque o sangue atrai muitos espíritos para a casa, muitas más influências para a casa, e quando um médium está menstruado dentro da corrente esta fica pesada

⁷ Entrevista com Mãe Bena de Yemanjá, filha de santo do Templo Cristão Afro de Nagô Oxóssi Urucáia, situado em Abaetetuba-PA, no dia 20/08/2008.

⁸ Entrevista com Sacerdote Daniel de Oshalufã, zelador do Centro de Manifestações Mediúnicas Oshalufã, no dia 02/07/2011.

[...] Bom, mas há casos e comigo já aconteceu de um início de trabalho, e um trabalho muito importante a menstruação descer [...], então a entidade segura o fluxo, parando o fluxo, e quando terminava o ritual a menstruação voltava [...].”⁹ (meu grifo)

Assim, a construção dos tabus nas religiões afro-brasileiras, e em especial na Mina Nagô, é demarcada por um forte princípio moral e hierárquico, em que, na verdade, demarca a quem pode ser reservado o poder político-ritual. Essa situação ratifica e conserva o poder do sagrado, que fica centralizado nas mãos dos sacerdotes e sacerdotisas, os quais, munidos do sagrado, controlam o poder político nos intramuros dos templos ou terreiros de Mina Nagô. Então, um filho de santo recém-iniciado na religião e mulheres passíveis à menstruação vivem à margem do processo político-religioso.

3 O tabu menstrual: importante mecanismo de interdição do feminino na religião Mina Nagô

Em várias sociedades, a menstruação é construída, segundo Douglas (2010), sob forte elaboração simbólica. Em algumas, o sangue é tido como causador de nojo, aversão e horror, nas quais, para uma mulher menstruada, significa extrema vergonha. Essa construção social da menstruação lança seus raios para o plano do simbólico, agindo então como um forte elemento poluidor, dotado de impurezas, o qual tem função de gerar o mal aos que estão em redor. Por essa razão, a simples presença de uma mulher menstruada denota perigo em potencial. Na religião Mina Nagô esse perigo fica claro, quando Mãe Silvia afirma: “Na nossa religião o sangue menstrual é um sério problema! Ele pode acabar com a força da entidade, pode

⁹ Entrevista na Tendo Espírita de Oxum, com a sacerdotisa Mãe Maria José, no dia 29/05/2011.

acabar com ritual! Não uma filha de santo menstruada só prejudica, ela nessa condição não deve nem vir na casa!”¹⁰

E dessa forma, elas (as mulheres menstruadas) devem ser afastadas da sociedade quando tomadas por seus fluxos biológicos, por acreditarem que sua presença pode ser maléfica e perigosa. Esse tabu esteve presente, de acordo com Sardenberg (1994)¹¹, desde as sociedades ditas primitivas até hoje, como entre os judeus ortodoxos, em diversos níveis: o afastamento, a interdição alimentar e sexual, interdição às tarefas ritualísticas e de trabalho no seio da comunidade.

Para Douglas (2010), o tabu da menstruação nas sociedades primitivas é sedimentado a partir da:

Crença que, sem uma contra magia apropriada, o contacto com o sangue de uma mulher menstruada adoenta o homem, provoca-lhe vômitos prolongados, “mata”, o seu sangue de tal maneira que este enegrece e corrompe os seus sucos vitais. A sua pele ensombra-se, amolece e engelha-se à medida que a carne definha. Tal contacto entorpece irremediavelmente o seu entendimento e traduz-se mais cedo ou mais tarde por um lento declínio e pela morte. (DOUGLAS, 2010, p. 108).

Esse mesmo tabu foi também visualizado pela antropóloga paraense Angélica Maués (1993), em Itapuá, uma comunidade de pescadores situada no município de Vigia, onde este tabu se eleva do natural (biológico) para o social (simbólico), fazendo com que o gênero feminino seja excluído de diversas funções, o que é justificado pela sociedade itapuense como algo normal, pois a mulher menstruada é, de acordo com informações de pessoas da comunidade, instrumento de impureza, poluição e veneno que, em

¹⁰ Entrevista no Terreiro da Cabocla Mariana de Mina Nagô, com a sacerdotisa Mãe Silvia, no dia 20/07/2011.

¹¹ SARDENBERG, Cecília M. B. De sangrias, tabus e poderes: A menstruação em uma perspectiva sócio-antropológica. Rio de Janeiro. Estudos Feministas, n. 2, 1994.

contato com os outros seres (homem), pode ser o fator de panema (azar). Tal condição, na análise da autora, ratifica o *status* de sujeição feminino em Itapuá. E nas palavras de Angélica Maués (1993):

A mulher, particularmente, por sua especificidade e ambiguidade em poder mover-se continuamente entre dois domínios distintos, o da cultura e o da natureza, a ocupação social que ela ocupa, reflete exatamente esse modo de perceber as coisas. Ela se difere ou se opõe ao homem pela sua participação em processos naturais que impedem de uma interferência social direta, uma vez que eles não podem ser controlados por influencia humana. Como esse controle rigoroso não pode ser feito, entra em jogo, então os artificios criados pela própria sociedade que, através das regras culturais em vigor para essa situação, realiza uma interferência que de outro modo não é possível conseguir. (MOTTA, 1993, p. 103).

Dessa maneira, Maués (1993) afirma que o ciclo biológico feminino em Itapuá é o forte elemento que restringe o feminino de atuar em diversas funções sociais, culturais e rituais. O mais impressionante é que essa situação é ratificada por elas mesmas (mulheres itapuenses) como algo absolutamente normal, pois nesse período poderiam causar o mal a todos os que as rodeiam, e, em especial, o seu sexo oposto; é por essa razão que estas mulheres devem ser afastadas. É nessa perspectiva que Frazer (1950) firma que se um negro australiano, descobrir que sua mulher menstruada deita em sua esteira, pode até matá-la, e assim, é necessário afastar a mulher pelo perigo “vermelho”.

Segundo Augras (1989), o ato de afastar o feminino ainda se vê na sociedade brasileira, quando do chamado resguardo alimentício que é transpassado para o momento em que o fluxo menstrual está presente, é o período em que não se pode comer:

comida temperada, couve ou repolho, porque são verduras carregadas, que causam dores e inflamações.

Quiabo faz com que o menstruo fique escorregadio, viscoso. Batata doce e ovo tornam o fluxo catamenial fedorento. Jerimum também não é bom. (AUGRAS, 1989, p. 19).

Essas restrições são importantes para que a mulher não seja perigosa a ela mesma e aos outros. Uma mulher se torna perigosa a ela mesma “quando resolve ir para a guma menstruada, porque as entidades malinam, [...] machucam. Ai fica difícil porque esse ato só faz mal a ela mesma, se de repente resolver ir no trabalho nesse estado.”¹²

De acordo com a tradição brasileira, uma mulher, quando menstruada, não pode passar por cima de uma espingarda ou de qualquer instrumento de um caçador, pois jamais funcionará; não pode igualmente passar em cima de redes de pesca, pois estas jamais apanharão peixes, pois estará panemada. Também não pode pegar o leite fresco, porque este se tornará azedo. (AUGRAS, 1989; MAUÉS, 1993). Essas restrições ou tabus são responsáveis pelo afastamento do gênero feminino do convívio social e das determinações políticas. Assim, Mãe Raimundinha de Ogum menciona: “Uma filha de santo quando menstruada, não pode tocar em nada, não toca no tambor, não entra no roncó (quarto sagrado), não entra na casinhola do exu, se de repente precisar de algo do roncó deve pedir a alguém que não esteja impuro!”¹³

Assim, o interdito do feminino, devido ao seu ciclo biológico, não é verificado apenas em sociedades patriarcais, no interior das religiões afro-brasileiras, e no tocante à Mina Nagô, em que a participação e a administração do posto sacerdotal são tarefas de ambos os sexos, já que mulheres e homens podem receber entidades, bem como se tornarem donos dos espaços sagrados, isto é, pais ou mães de santo (SILVA, 2009). Nessa tradição religiosa o feminino é

¹² Entrevista com Mãe Raimundinha, sacerdotisa do Terreiro de Mina Nagô de Ogum Elegbade, no dia 30/07/2011.

¹³ Entrevista com Mãe Raimundinha, sacerdotisa do Terreiro de Mina Nagô de Ogum Elegbade, no dia 30/07/2011.

interditado devido às regras mensais. E segundo o sacerdote Daniel de Oshalufã:

A mulher sujeita à menstruação é um ser que todo mês fica impura! E não tem jeito! Por isso que na minha casa muitas coisas políticas quem faz sou Eu ou o Léó. Primeiro por causa da hierarquia, e segundo devido à menstruação, que poderia trazer maus fluidos para o jogo de decisão da casa.¹⁴

Na Mina do Pará, as mulheres menstruadas não podem começar sua feitura de santo na religião e nem participar de rituais críticos de iniciação. Se alguém da hierarquia religiosa lhe perguntar se está menstruada, e se a resposta for positiva, esta deverá imediatamente sair do espaço sagrado. Essa questão pode ser ratificada pela própria pesquisadora:

Em várias observações no interior da Mina Nagô, quando na posição de pesquisadora, fui chamada para observar uma importante feitura de santo ou iniciação no Templo Cristão Afro de Nagô Oxóssi Urucaria em Abaetetuba-PA, antes da entrada no quarto sagrado, local em que a nova mãe de santo estava sendo preparada, o sacerdote Paulo de Oxóssi perguntou, sem meio tom, se estava menstruada, a resposta foi positiva, então Elson de Iansã (já falecido), me convidou a sair daquele espaço sagrado¹⁵.

Mãe Maria José ao tratar da menstruação afirma que em sua casa, deixa bem claro que:

Uma mulher envolvida por seu fluxo menstrual não pode vir na casa de santo e principalmente no período de obrigações (festas de santo), porque elas

¹⁴ Entrevista com Sacerdote Daniel de Oshalufã, zelador do Centro de Manifestações Mediúnicas Oshalufã, no dia 02/07/2011.

¹⁵ Diário de bordo da pesquisadora Lucielma Lobato Silva, dia 20/08/2009.

vão se prejudicar em suas evoluções espirituais. Esse prejuízo é por causa do Exu, que gosta de sangue, e então ele se aproxima com mais força daquela mulher, muitas vezes estas não consegue nem ficar de pé, e o que deveria ajudar a matéria daquela pessoa, a impede de progredir na sua espiritualidade [...] veja a cada obrigação as energias ajudam os médiuns a evoluírem ainda mais [...]. Se ela entra em guma para perder energia é melhor nem aparecer aqui!¹⁶.

Nessa perspectiva, Augras(1989) demonstra que nas religiões afro-brasileiras acredita-se que tudo o que acontece é devido ao importante fluxo de energia, o qual percorre o mundo inteiro, chamado de axé. O axé é uma força mágico-sagrada que está presente em todos os seres, sejam estes homens/mulheres, animais, objetos e natureza. A intensidade da força do axé pode diminuir ou aumentar, com o tempo vai se desgastando e por isso são necessários os rituais de obrigação que têm a função de recarregar o axé da comunidade. Porém, as transgressões, os tabus e a própria entrada de uma mulher menstruada no espaço sagrado abala negativamente o recarregar das forças do axé. É nesse sentido que o sacerdote Daniel de Oshalufã explica:

Uma mulher menstruada está com uma energia negativa, impura [...] sua força leva o esvaziamento das energias positivas que nós chamamos de axé. É por isso que, eu, ao entrar em contato com uma mulher menstruada, esse estado certamente diminuirá a minha energia, o meu axé, justamente porque ela está em uma fase de perigo, de impureza, carregada de negatividade. Mas a minha energia positiva não vai pra ela.¹⁷

Essa mesma questão foi levantada na assertiva de Mãe Silvia:

¹⁶ Entrevista na Tendo Espírita de Oxum, com a sacerdotisa Mãe Maria José, no dia 29/05/2011.

¹⁷ Entrevista com Sacerdote Daniel de Oshalufã, zelador do Centro de Manifestações Mediúnicas Oshalufã, no dia 02/07/2011.

Uma médium quando visitada (menstruada), não pode vir na casa de santo e se tiver trabalho muito menos!! Ela vai com esse fluxo retirar a força do trabalho e o axé das entidades, as coisas não são as mesmas, tem trabalhos que não dão certo por causa disso.¹⁸

Dessa forma, a construção sociorreligiosa do tabu na religião Mina Nagô se estabelece como um importante meio de interdição para o gênero feminino, a qual possui poder hierárquico, como mãe de santo, filha de santo ou participante/adepta da religião, mas está sempre presa por seu próprio ser, pois “lidar com mulher é lidar com tabus. É ter que se proteger de incríveis ambiguidades. [...] A mulher é marginal por si só, já que ela assume, mais claramente do que o homem, a dupla característica de ser humano e animal” (AUGRAS, 1989, p. 40). Então, devido ao próprio corpo feminino e sua fisiologia, a mulher está fadada à servidão da espécie, devido ser poderosa e por isso perigosa, e então não deve ser tocada, não pode entrar em rituais e nem realizá-los, mesmo quando sacerdotisa. Por essa razão, o tabu menstrual é um eficaz mecanismo do gênero masculino para interditar o feminino, inclusive nos espaços onde elas (as mulheres) têm poder hierárquico.

4 A menstruação: como poder feminino na religião Mina Nagô

Os tabus ligados à menstruação, para Douglas (2010), estão na categoria de sujeira/perigo, pois podem afetar negativamente a sociedade, e é por essa razão que esta delimita, no seio social, a pessoa passível a tal estado. O universo é dividido entre coisas e ações sujeitas a restrições e outras que não o são; entre as restrições, algumas pretendem proteger a divindade contra a profanação, e

¹⁸ Entrevista com Sacerdotisa Mãe Sílvia, zeladora do Terreiro da Cabocla Mariana de Mina Nagô, no dia 20/07/2011.

outras, proteger o profano contra a intrusão perigosa da divindade (DOUGLAS, 2010; AUGRAS, 1989). O feminino é visto como causador da desordem, pelo fato de estar propenso à sujeira – o sangue – que abala a ordem.

É nessa perspectiva que Roberto da Matta (1977) aponta o gênero feminino como forte causador da perturbação da ordem social, que, quando menstruada ou de parto, emitem má sorte, justamente por operar em seu corpo algo que não é controlado ou não está nos padrões sociais. Dessa maneira, a mulher transcende a sociedade humana para o desconhecido, para o sujo e para o que está fora da ordem. Sardenberg (1994) menciona que a posição feminina de inferioridade ou subalternidade nas sociedades ocidentais era justificada pelo seu ciclo biológico menstrual que as aproximava da natureza, ou seja, familiarizava a mulher do mundo animal em geral, por isso elas deveriam ser a costela de Adão.

Por outro lado, Bárbara Tedlock (2008), em seu importante livro *A mulher no corpo de Xamã*, chama atenção ao demonstrar que no xamanismo mexicano, de influência Maia, a mulher tem destaque consideravelmente importante, e justamente devido seu fluxo menstrual, que a torna ainda mais poderosa, mais importante para a realização de suas tarefas ritualísticas, pois o sangue é energia que a possibilita realizar rituais com mais eficácia. “Os hormônios têm papel crucial nas habilidades xamânicas das mulheres, logo, durante o período da menstruação, a mulher exerce com mais vigor seus poderes de cura e de profecia” (TEDLOCK, 2008, p. 177). Segundo esta mesma autora e na mesma obra:

Na Austrália, entre o povo yolngu, as primeiras menstruações de uma menina são consideradas tão benéficas e poderosas que as mulheres mais velhas guardam um pouco de seu sangue para usar mais tarde durante os rituais que marcam a maturidade (TEDLOCK, 2008, p. 183).

No cerne da religião Mina Nagô, esse poder feminino munido da menstruação é visto na fala de Mãe Maria José, que demonstra

a menstruação como um período em que ela realizava rituais importantíssimos e seu poder redobrava. Em suas próprias palavras:

Mas tem certo ponto que a menstruação pode deixar a pessoa mais poderosa, porque são duas energias ali, a positiva em contato com a negativa que faz com que este médium tenha mais poder, mais força [...] eu já senti [...] um dia eu realmente não tive como parar o trabalho, menstruei e tive que aguentar e até certo ponto em que a entidade não estava encaixada eu estava sentido uma força muito forte, fora do normal, e no momento em que a entidade de cabeça se apoderava e ela, nesse dia, veio com mais força, com mais poder.¹⁹

Tedlock (2008) afirma que, em diversas sociedades, a menstruação foi vista pelos estudiosos, erroneamente, como tabu restritivo, que deveria ser evitado para não contaminar os que estivessem próximos; e o principal prejudicado seria o homem. Por outro lado, as mulheres xamânicas, quando menstruadas, passavam a ser excluídas, haja vista serem ao mesmo tempo consideradas perigosas e sagradas. Perigosas somente aos outros e não a elas mesmas, uma vez que seu poder emana o sagrado com mais força e poder.

Essa situação na Ceara Lar de Maria de Mãe Mariana é entendida da seguinte maneira:

A menstruação é símbolo da mulher, eu, na minha casa, não tenho contraindicação, mesmo menstruada vou realizar trabalho, tenho uma guia apropriada [...], só não mexo com coisa mais sensível, mais fina, como fazer a pessoa deitar para o seu anjo de guarda, arriar obrigação [...]. Mas eu posso benzer, dá passe,

¹⁹ Entrevista na Tendo Espírita de Oxum, com a sacerdotisa Mãe Maria José, no dia 29/05/2011.

*jogar cartas, essas coisas... Mas o fino mesmo eu não posso fazer.*²⁰

Koss (2004) menciona que o fluir do sangue menstrual tem o efeito de colocar a mulher em uma situação diferenciada no grupo humano, pois é um período que emite poderes mágicos, uma vez que o indivíduo, quando neste estado, encontra-se fora da estrutura social, ligado à natureza, e principalmente à lua, devido à sua mudança de ciclo, o qual emana poder em potencial. De acordo com Mãe Conceição:

*A lua tem um papel importante na combinação menstruação e poder, porque quando a menstruação combina com uma lua boa, essa mulher fica poderosa! Cheia de poder, porque é a lua quem lhe emana mais poder ela, a lua, mexe com tudo, com a maré com os ventos e com a nossa regulação sanguínea. No período de lua cheia sai de perto! A gente fica poderosa! E muito ranzinza.*²¹

Assim, a menstruação é revestida de poder ao proporcionar ao gênero feminino mais capacidade de lidar com o sagrado. Porém a religião Mina Nagô criou, em seu interior, a forte noção de que este poder é na verdade perigo que deve ser evitado e excluído. Isso se fez devido ser uma religião de característica patriarcal, em que o gênero feminino, apesar de se fazer presente e importante, é seriamente interdita de suas funções políticas e ritualísticas no interior de sua própria casa.

Algumas considerações

Na religião Mina Nagô, assim como nas demais religiões afro-brasileiras, o gênero feminino se faz presente e com grande

²⁰ Entrevista na Ceara Lar de Maria, com a sacerdotisa Mãe Mariana, no dia 28/07/2011.

²¹ Entrevista com Sacerdotisa Mãe Silvia, zeladora do Terreiro da Cabocla Mariana de Mina Nagô, no dia 20/07/2011.

importância. Ele constitui, com o seu sexo oposto, o pilar de sustentação desta religião, ambos se complementam. Porém, à mulher não é reservado todo espaço na organização religiosa, apesar de ela ser a grande mãe, dona do terreiro, mesmo assim é interdita, devido à sua fisiologia, isto é, à menstruação.

O período em que o feminino se encontra em liminaridade não é um estado anterior e nem o seguinte (DOUGLAS, 2010). Assemelham-se ao mundo animal (AUGRAS, 1989) e, devido aos seus ciclos mensais, advindo pela menstruação, torna-se instável e a ponto de explodir, quando não explode (AUAD, 2003), ameaçando então todo o grupo social.

Suárez (1995), em seu artigo intitulado “*Enfoques feministas e antropológicos*”, afirma, nas análises de parentesco de Morgan, que o poder político feminino só foi eficiente em sociedade menos avançadas, pois nas sociedades mais civilizadas o poder passa a ser do masculino, devido à sua capacidade de manter o comando político por muito tempo.

Na esfera do culto Juremeiro, de acordo com Luzuriaga (2001), existem momentos sagrados de grande relevância, como o sacrifício do animal oferecido à entidade, em que a presença feminina é vetada. Mesmo quando a casa é dirigida por uma mulher, esta deve recorrer a um padrinho externo que sempre é convocado especificamente para a realização de certos preceitos. A proibição do acesso feminino às esferas fundamentais do culto, como a musical, em relação aos ilús, e ao sagrado, como o sacrifício, pode ser de certo modo concebida como o veto ao corpo feminino.

Este é um corpo que ‘sangra’ e, por isso, pode tanto estar numa condição ‘impura’, diante das entidades, como também de ‘abertura’ e suscetibilidade a energias que podem ser maléficas para a própria mulher, exigindo assim o seu ‘resguardo’. No entanto, as restrições ocorrem independentemente da mulher estar menstruada ou não naquele período, mas pelo fato de ela menstruar. São várias as “configurações socioculturais” ou “ordens prático- simbólicas” em

torno da menstruação, assim como são também diferentes as experiências femininas, pois “pode-se afirmar que, embora ‘sangrar todo mês’ seja destino de toda mulher, a experiência vivida da menstruação será significativamente diferente para mulheres situadas em diferentes contextos históricos, culturais e sociais”, caso da jurema (SARDENBERG, 1994, p. 332).

Assim, apenas quando ela ‘deixa de ser mulher’, ou seja, quando não estiver mais em sua fase reprodutiva, na menopausa, é que pode atuar de forma mais intensa na manipulação do sagrado, o que dificilmente vai acontecer em relação à música, exceto por seu canto.

A questão construída sob o tabu menstrual é muito importante na Mina Nagô, pois, nos interiores das casas de santo, as mulheres são interditas nas diversas tarefas, e até mesmo de entrar em suas próprias casas, uma vez que:

quando eu menstruava eu não entrava na minha casa, tudo ficava esperando, todos os rituais já eram programados para que não coincidisse com a menstruação, quando eu era filha de santo eu não ia na casa de meu pai. Depois que construir a minha casa nela eu também não entro. É respeito pelas minhas entidades.²²

Dessa forma, o tabu menstrual é um importante elemento de interdição em que o gênero feminino é excluído em todos os sentidos da religião Mina Nagô. E assim todas as decisões políticas e administrativas são promulgadas pelos homens, mesmo em território femininos, pois estes não estão sujeitos ao fluxo e “têm mais capacidade de lidar com política interna do terreiro. Agente não manda muita coisa, eles são quem resolvem essa questão de dinheiro para uma festa de santo, quem

²² Entrevista com Mãe Raimundinha, sacerdotisa do Terreiro de Mina Nagô de Ogum Elegbade, no dia 30/07/2011.

*vai ser convidado...*²³ Então, a política interna dos espaços sagrados de Mina Nagô não são, em sua maioria, espaços dirigidos por ambos os sexos, pois o tabu menstrual se encarrega de eliminar a mulher de tais questões; mesmo assim ela luta por seu espaço, mas a maioria integrou este tabu e se autointerditou, pelo menos durante o fluxo.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniele. **Feminismo que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AUGRAS, Monique. **O que é tabu?** Rio de Janeiro: Coleção Primeiros Passos, 1989.

DA MATTA, Roberto. **Panema:** uma tentativa de análise estrutural. Ensaios de Antropologia Estrutural. Petrópolis: Vozes, 1977.

DOUGLAS, Mary. **Perigo e Pureza.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREUD, S. **Totem e Tabu e outros trabalhos.** Obras Completas. Volume XIII (1913-1914). São Paulo: Imago, 1950.

LUZURIAGA, José Martín Desmaras. **Jurema e cura.** Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Recife: UFPE, 2001.

MOTTA-MAUÈS, Maria Angélica. **“Trabalhadeiras” e “Camarados”:** relação de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1993.

²³ *Idem.*

SARDENBERG, Cecília M. B. “De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica”. **Revista Estudos Feministas**, v. 2. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 314-344.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed, São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Lucielma Lobato. **Mina Nagô do Pará: ainda matriarcado? um estudo dos 28 anos dessa tradição no município de Abaetetuba-PA (1980-2008)**. Trabalho de conclusão de curso. Belém: UFPA, 2009.

SOUZA, Sandra Duarte de. O gênero escrito na literatura evangélica: notas sobre a regulação religiosa do feminino. In: OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de; MORI, Geraldo de. **Religião e Educação para a Cidadania**. São Paulo: Paulinas; Belo Horizonte: SOTER, 2011.

SUÁREZ, Mireya. Enfoques Feministas e Antropologia. **Revista Série Antropológica**, n. 177, Brasília, 1995.

TEDLOCK, Bárbara. **A mulher no corpo de xamã: o feminino na religião e na medicina**. Rio de Janeiro: Rooco, 2008

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURNER, Victor W. **O processo ritual**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974. p. 116-159.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTÃO SUSTENTÁVEL DA PESCA E DA AQUICULTURA: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM ECONÔMICO-SOLIDÁRIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE PESCA E AQUICULTURA NO BRASIL

Carlos Alberto Pereira **SOUTO**¹
Ministério da Pesca e da Agricultura/Marabá
carlos.souto@mpa.gov.br

Resumo: *O trabalho tem por objeto de estudo a relação entre a Gestão Sustentável da Pesca e Agricultura e a Economia Solidária, a partir da análise da Abordagem Econômico-Solidária em Políticas Públicas de Pesca e Aquicultura no Brasil; com o objetivo de clarear ou revelar as relações presentes, e as possíveis, em gestão sustentável em pesca e aquicultura. A metodologia que guiará tal análise será a da Pesquisa Documentária e Bibliográfica, com inclinação interpretativa, fundamentada na historicidade do Setor de Pesca e Aquicultura e nas pretensões teórico-práticas do Campo da Economia Solidária como paradigma científico alicerçado em engenhosidade política. Os resultados materializam a síntese da reflexão, compreensão e racionalização obtidas na conclusão de que o processo do emprego da Abordagem Econômico-Solidária em Políticas Públicas de Pesca e Aquicultura é uma “construção histórica e paradigmática” que possibilita aos pescadores e aquicultores serem Protagonistas da gestão de Projetos do MPA.*

Palavras-Chave: *Gestão Sustentável. Pesca e Aquicultura. Economia Solidária. Políticas Públicas.*

Abstract: *This article studies the relation between Sustainable Management of Fishery and Aquaculture and Solidary Economy, using economic solidary approach in public policies for fisheries and aquaculture in Brazil. It aims to reveal present and possible relations in sustainable management of fisheries and aquaculture. The methodology that will guide this analysis is the interpretive*

¹ Graduado em Turismo pela Universidade Federal do Pará. Analista e técnico-administrativo do Ministério da Pesca e Agricultura.

Documentary and Bibliographic Research, grounded in the historicity of Fisheries and Aquaculture Sector and in the pretensions of theoretical and practical field of Solidary Economy as scientific paradigm based in political ability. The results materialize the synthesis of reflection, understanding and rationalization obtained in the conclusion that the process of Solidary Economy Approach employment in Public Policy for Fisheries and Aquaculture is a “paradigmatic and historical construction” which enables fishermen and fish farmers being Protagonists of MPA Projects.

Keywords: Sustainable management. Fisheries and Aquaculture. Solidary Economy. Public Policies.

Introdução

Neste artigo, procuramos contribuir com a compreensão de um *novo Paradigma* em Políticas Públicas de Pesca e Aquicultura no Brasil: o emprego da Abordagem Econômico-Solidária. Para tanto, primeiramente desenvolvemos uma reflexão sobre o Campo da Economia Solidária; em seguida estabelecemos o Conceito de Abordagem Econômico-Solidária a ser empregado no presente estudo; e, por fim, discutimos a interação da Economia Solidária, na perspectiva da Abordagem Econômico-Solidária, com as Políticas Públicas de Pesca e Aquicultura: a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; o Plano Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável e o Projeto dos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) do Ministério da Pesca e Aquicultura. Para enfim, na Conclusão, consubstanciarmos a síntese da compreensão e da racionalização obtidas a partir das abstrações, apreensões e reflexões feitas sobre a Abordagem Econômico-Solidária em Políticas Públicas de Pesca e Aquicultura no país.

1 A Abordagem Econômico-Solidária

A compreensão do que denominamos Abordagem Econômico-Solidária exige previamente a compreensão da Economia

Solidária (ECOSOL) em seu caráter integral e pleno, abrangendo o conhecimento dos seus antecedentes históricos; origens remotas; (res)surgimento recente; constituição como movimento; delineamento como teoria/doutrina acadêmica e pretensões como sistema alternativo de produção e vida em sociedade. Por essa razão, faremos a seguir uma digressão histórica sobre Economia Solidária.

Embora o processo histórico de constituição da Economia Solidária não tenha sido linear, por questões didáticas, neste trabalho será apresentado um encadeamento que segue esta lógica de relação na regressão histórica, por ser o mais adequado à compreensão almejada do Segmento.

Para alguns autores, os antecedentes históricos da Economia Solidária remontam ações de cooperação ainda na Idade Antiga; para outros, como Robert Putnam (2007 *apud* MIRANDA, 2009) remontam ao final da Idade Média com o surgimento de um grupo de cooperativas na Europa. Dessa forma, os antecedentes históricos da Economia Solidária coincidem com os antecedentes históricos do Movimento Cooperativista, em especial pela correlação de vários princípios balizadores.

Em decorrência, para a maioria dos autores, as origens remotas da Economia Solidária fundam-se nas formas de oposição, luta e resistência dos trabalhadores ao Modo de Produção Capitalista, associados em arranjos cooperativos de produção, crédito e consumo. Sobre o tema nos diz Maud:

*O movimento cooperativista surgiu na Europa onde, de forma quase simultânea, verificando-se três manifestações distintas de tronco comum. Na Inglaterra da revolução industrial, o proletariado urbano procurava melhoramento econômico e social através de cooperação e consumo. Na Alemanha – todavia, não industrializada – os camponeses e artesãos buscavam liberar-se da usura mediante as cooperativas de crédito. Na França, por fim, constituíram-se as cooperativas de produção para oferecer fontes de trabalho de acordo com os postulados revolucionários da época.” (MAUD, 2005 *apud* MIRANDA, 2009, p. 16).*

Dado às vinculações históricas no Brasil, quando do ressurgimento do Movimento Cooperativista – também chamado de *Novo Cooperativismo*, nas décadas de 1960/1970, (res)surgiu também a Economia Solidária, na década de 1980, como proposta agregadora de trabalhadores em arranjos cooperativos, para fazer frente as disfunções e mazelas do Modo de Produção Capitalista e assim dar respostas alternativas à gama de trabalhadores excluídos desse modelo econômico hegemônico e perverso em sua lógica interna. Sobre essa questão é bastante esclarecedor o entendimento de Schiochet:

No Brasil, a Economia Solidária ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos/as trabalhadores/as e comunidades pobres mobilizados socialmente frente a crise social provocada pela estagnação econômica a qual foram submetidas as sociedades periféricas no contexto das contradições da acumulação capitalista. No entanto, a Economia Solidária ganha visibilidade na década seguinte quando se incorpora de forma mais visível às potencialidades transformadoras expressas nas lutas populares. Assim, de uma resposta dos/as trabalhadores/as e comunidades empobrecidas a crise passa a ser reconhecida em seu caráter emancipatório (SCHIOCHET, 2011, p. 443 - 444).

Igualmente esclarecedor sobre o (res)surgimento da ECOSOL é o posicionamento de Benini e Benini (2011) que, ao ressaltarem que muito se fala em “ressurgimento” da Economia Solidária, destacam que isto se deve justamente à retomada dos princípios do cooperativismo, em especial à recuperação da essência que provocou a sua elaboração, isto é, a luta contra a exploração do trabalho por meio da auto-organização dos próprios trabalhadores.

Neste contexto, Nascimento (2011), ao tratar da questão, ressalta que o ressurgimento da Economia Solidária ocorreu com força em muitos países. E destaca, em alto-relevo, que, na verdade, a ECOSOL foi reinventada. Para ele, o que distingue este “*novo cooperativismo*” é o retorno aos princípios, o elevado valor atribuído à

democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

Portanto, para Nascimento, a reinvenção da Economia Solidária carrega em seu bojo “a ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral etc” (NASCIMENTO, 2011, p. 91). Porém agora, mobilizados para o enfrentamento das disfunções, contradições ou mazelas da etapa atual do Modo de Produção Capitalista (Globalização Financeira) representados pela desindustrialização crescente dos países centrais e periféricos; precarização do trabalho; desemprego estrutural em massa; perda da capacidade de luta dos sindicatos em defesa dos direitos dos trabalhadores; exclusão social e outros.

E essa premissa contextual está na base da constituição da Economia Solidária como Movimento Social, que, diverso em suas experiências e práticas, apresenta uma identidade própria e comum aos que se identificam nos seus princípios e se reconhecem nos seus valores.

Sobre o assunto, vale a pena trazer para discussão as assertivas de Benini (2011) de que, de certo modo, a Economia Solidária pode ser considerada como um movimento que se situa no contexto do trabalho associado e que também promove, sobretudo, múltiplas combinações e possibilidades. Porém, tal diversidade não é fortuita, sendo o resultado de constantes tentativas de desmercantilização do trabalho, por meio e dentro de novas relações de produção.

Assim, se atualmente a ECOSOL é um Movimento Social específico e altamente politizado, ela teve origem na interação de movimentos sociais diversos no processo histórico de desenvolvimento da questão social no Brasil. Sobre o tema nos diz Schiochet:

a Economia Solidária que surgiu dos movimentos sociais vai se constituindo como um movimento social específico. E, desta forma, vai politizando o próprio campo da Economia Solidária. Isto é, busca

dar visibilidade pública a certas identidades coletivas (por exemplo: empreendimento econômico solidário), traduzir as carências destes empreendimentos na forma de direitos, organizar em fóruns, redes, mobilizar e aglutinar os esforços na reivindicação de políticas públicas. Há uma busca pela institucionalização dos direitos próprios da Economia Solidária. (SCHIOCHET, 2012, p. 37).

E essa estruturação da ECOSOL enquanto movimento social chamou a atenção da Academia (Universidades) para a Economia Solidária, que passou a ser objeto de estudo, pesquisa e teorização como Campo Interdisciplinar das Ciências Socioeconômicas (Administração; Economia; Sociologia; Pedagogia; Serviço Social e outras); o que possibilitou a constituição de um corpo próprio de princípios, saberes e práticas que elevaram o Campo de Conhecimento da Economia Solidária ao *status* de Doutrina Acadêmica singular. Sobre o tema assevera Praxedes:

A Economia Solidária tem se constituído em objeto de análise de muitos pesquisadores do Brasil e de outros países, tendo em vista a sua erupção social nos últimos 20 anos como expressão da ação pública de diferentes segmentos sociais. (PRAXEDES, 2012, p. 446).

Cançado *et al.* (2012) buscaram construir uma alternativa de classificação científica para a Economia Solidária, desenvolvendo debate em torno de determinados paradigmas das ciências sociais. Assim, delinearão “os pressupostos segundo os quais a teorização sobre a engenhosidade política da Economia Solidária, em sua experiência brasileira, ganha ares de cientificidade”. E ainda asseveraram: “Trata-se, portanto, de tentativa de construção de determinada percepção de um possível processo de reflexão sobre a cientificidade da Economia Solidária” (CANÇADO *et al.*, 2012, p. 255).

E esses novos ares de cientificidade atribuída à teoria e/ou doutrina acadêmica da Economia Solidária acabaram por fortalecer

as correntes teóricas com aspirações de constituição de um sistema alternativo de produção e vida em sociedade, a partir da ECOSOL. Sobre o tema filosofa Benini, ao tratar do Sistema Orgânico do Trabalho:

o limite da Economia Solidária não está centrado nas dificuldades de se “praticar a autogestão no capitalismo”, mas sim, em não entender que autogestão implica em superar as mediações do capital, o que significa contrapor as instituições de dominação capitalista. (BENINI, 2011, p. 87- 88).

Ainda sobre o assunto, nos diz Fraga (2011) que a Economia Solidária, por meio da autogestão – seu principal fundamento –, torna possível a inscrição de um projeto de sociedade na prática cotidiana nas diversas esferas de produção e da reprodução da vida. É a concepção de ECOSOL como força emancipatória dos trabalhadores dos ditames e exploração do Capital.

Neste momento, encerramos a digressão histórica; uma vez que foram cumpridas a etapa de retomada dos elementos necessários e suficientes à compreensão ampla e integrada dos vários aspectos da Economia Solidária. E o desenvolvimento dessa compreensão abrangente da Economia Solidária nos permite agora estabelecer uma definição ou um conceito para o termo “Abordagem Econômico-Solidária”, que seja passível de compreensão e apropriação para aplicação nas análises da Política, Plano e Projeto do Ministério da Pesca e Aquicultura em destaque neste estudo; conforme abaixo apresentado.

Abordagem Econômico-Solidária: é o enfoque que permite o desenvolvimento, direto ou indireto, dos princípios do cooperativismo, solidariedade e autogestão, dos valores da democracia e igualdade dentro dos empreendimentos, dos saberes e das práticas do trabalho associado e da sustentabilidade socioambiental, na dinâmica da produção e da vida comunitária na perspectiva da Economia Solidária.

Assim, é essa concepção de “Abordagem Econômico-Solidária” que se adotará neste estudo, que tem por finalidade analisar a ocorrência, ainda que tácita (implícita) ou incidental (não-intencional), de elementos e/ou reflexos da Economia Solidária nas políticas, planos e projetos do Ministério da Pesca e Aquicultura.

2 A Intervenção Pública em Pesca e Aquicultura

Segundo a FAO (2006), a evolução histórica da intervenção institucional do Estado no Setor Pesqueiro no Brasil teve início com a atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, no período de 1955 a 1989, que foi instituída como autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura – MA. Esse período se caracterizou por uma política de grandes incentivos fiscais, fortes investimentos no setor e pela institucionalização da pesca como setor autônomo no âmbito da área de agricultura e abastecimento. Contudo, em 1989, em meio a uma crise institucional provocada por questões estruturais internas e conjunturais externas, a SUDEPE teve decretada a sua extinção.

Também, em 1989, em razão da mesma conjuntura externa e reorganização de prioridades do Poder Público Federal, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, vinculado ao Ministério do Interior, assumindo as atribuições de fomento e ordenamento da pesca até 1997. A gestão da atividade pesqueira pelo IBAMA teve foco principalmente na conservação e preservação dos recursos pesqueiros, com reduzidas ações de incentivo ao desenvolvimento e fomento da atividade.

Em 1997, é editada a Medida Provisória nº 1549-35, transformada, no ano seguinte, na Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que divide as competências relacionadas às atividades pesqueiras entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA/IBAMA e o Ministério da Agricultura e Abastecimento – MAA. O MMA/IBAMA manteve a competência de ordenamento ambiental pesqueiro, ou seja, a função de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais

pesqueiros; enquanto o MAA recebeu as atribuições de fomento e desenvolvimento da atividade pesqueira nacional.

O Ministério da Agricultura e Abastecimento – MAA, logo em seguida ao recebimento das novas competências, estruturou o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA) com o intuito de melhor realizar o fomento e o desenvolvimento da atividade pesqueira.

A atuação do DPA, conjuntamente com outros agentes/fatores que operavam no segmento, possibilitou uma considerável melhoria da atividade pesqueira no Brasil. Contudo, foi somente com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura que a intervenção pública em pesca e aquicultura atingiu o seu apogeu no Brasil.

3 O Ministério da Pesca e Aquicultura

Em 2003, já sob o Governo Social-Liberal do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com forte atuação sobre a temática socioeconômica, foi criada uma estrutura mais definitiva para a atuação do Estado no Setor, por meio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), criada pela Medida Provisória nº. 103, de 28 de maio de 2003 (posteriormente transformada na Lei n. 10.683) e ligada à Presidência da República - PR.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP/PR herdou funções e atribuições do extinto DPA/MAA, acrescidas de novas atribuições referentes à legislação ambiental. Assim, manteve-se a divisão de competências estabelecidas historicamente entre o MMA; o IBAMA e o DPA – este último agora substituído pela SEAP/PR.

Contudo em 2009, com a edição da Lei n. 11.958, de 26 de junho de 2009, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR, existente desde 2003, foi transformada no Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. O MPA tem por finalidade e competência institucional promover e desenvolver Políticas Públicas voltadas para ordenamento, gestão e fomento dos setores pesqueiro e aquícola, mantendo o compromisso

com a sustentabilidade ambiental no uso dos recursos pesqueiros no país.

4 Formas de Intervenção Pública

Conforme a contextualização histórica acima apresentada, não é de hoje que o Poder Público intervém em pesca e aquicultura: planejando, regulando, gerenciando e fomentando o segmento da Pesca e Aquicultura no país. No entanto, somente com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura o setor foi adequadamente dimensionado e devidamente alocado dentro das prioridades governamentais, alcançando posição de destaque no planejamento da intervenção estatal e na agenda governamental, com o intuito de atingir a plenitude do potencial pesqueiro e aquícola nacional.

Assim, é com tal finalidade que o Poder Público, por meio do MPA, intervém qualificadamente no Setor de Pesca e Aquicultura; desenvolvendo Políticas Públicas, elaborando Planos e implementando Projetos específicos junto aos atores do Segmento Pesqueiro e Aquícola Nacional, dentre os quais merecem especial destaque neste estudo: a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; o Plano Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável; e o Projeto dos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), pelo valor estruturante que estes promovem nas atividades pesqueiras e aquícolas nacionais, à luz da Abordagem Econômico-Solidária.

5 Analisando a Intervenção Pública à Luz da Abordagem Econômico-Solidária

5.1 Analisando a Política

Na perspectiva da Abordagem Econômico-Solidária, existe certamente uma interação entre a Economia Solidária e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

E a pedra fundamental dessa interação foi assentada ainda na Lei nº. 11.958, de 28 de junho de 2009 (que dispõe sobre a transformação da SEAP/PR em MPA, e dá outras providências), que incluiu entre as competências e atribuições do MPA, por meio das Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura nos Estados, o fomento e a promoção do “cooperativismo e associativismo de pescadores e aquicultores” (Art. 9º, Inc. V), e de suas comunidades, visando ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional em bases comunitária e local.

Dessa forma, nesse ponto há o entrelaçamento entre a Lei nº 11.958, de 28 de junho de 2009 (que dispõe sobre a transformação da SEAP/PR em MPA, e dá outras providências), e a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca e dá outras providências); uma vez que a competência e atribuição de fomentar e promover “o cooperativismo e associativismo de pescadores e aquicultores” (Art. 9º, Inc. V), prevista na primeira Lei, alinha-se perfeitamente aos objetivos últimos da segunda Lei, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que é, dentre outros, de promover: “o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura como fonte de alimento, emprego, renda e lazer, com a otimização dos benefícios econômicos decorrentes” (Art. 1º, Inc. I) e “o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades” (Art. 1º, Inc. IV). Abrindo assim, um enorme espaço para a atuação da Economia Solidária no Segmento da Pesca e Aquicultura.

Para além das questões técnicas registradas na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009), é notória a adequação dos ditames imperativos de seus principais Artigos, tais como: o Art. 3º (da sustentabilidade do uso dos recursos pesqueiros); o Art. 7º (formas de efetivação do desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira); e o Art. 28 (modos de organização da comercialização dos produtos pesqueiros dos associados das colônias de pescadores) aos

pressupostos princípios e valores da Economia Solidária; conforme abaixo se demonstrará.

O Art. 3º, da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, em síntese, assevera que, na regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira, compete ao Poder Público: “conciliar o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais” (*Caput*), devendo ainda “considerar no ordenamento pesqueiro as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais, de subsistência e da aquicultura familiar, visando a garantir sua permanência e sua continuidade” (§ 1º); o que cristalinamente se compatibiliza com os preceitos da Abordagem Econômico-Solidária anteriormente apresentada, em especial os da sustentabilidade ambiental e social dos pescadores, aquicultores e de suas comunidades.

Por sua vez, o Art. 7º, da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, estabelece as formas de efetivação do desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, dentre as quais destacamos: “a participação social” (Inc. III); pela plena adequação à Abordagem Econômico-Solidária que prima pela participação social proativa, democrática, igualitária e solidária.

Por último, o Art. 28 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que trata dos modos de organização da comercialização dos produtos pesqueiros dos associados das colônias de pescadores, estabelece que “a comercialização dos produtos pesqueiros poderão se dar diretamente pelas colônias ou por intermédio de cooperativas ou de outras entidades constituídas especificamente para esse fim” (Corpo); o que também se compatibiliza com os preceitos da Abordagem Econômico-Solidária, que tem no *associativismo* e no *cooperativismo* dois de seus principais fundamentos.

Portanto, vale esclarecer que, no que concerne à interação entre a Economia Solidária e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, o juízo que se faz é de *compatibilidade e adequação*; uma vez que não se trata de uma Política

Nacional específica de Economia Solidária. Entretanto, constitui-se numa Política Nacional que permite a inserção do Campo da ECOSOL, e de suas práticas, pela elevada aproximação de suas disposições normativas com os preceitos da Economia Solidária, na perspectiva da Abordagem Econômico-Solidária que guia este estudo.

5.2 Analisando o Plano

Há elementos e/ou reflexos de Economia Solidária, na ótica da Abordagem Econômico-Solidária, no Plano Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável, do Ministério da Pesca e Aquicultura, para o período: 2009 – 2015.

O Plano Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável é um Plano Setorial elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, com a participação do setor produtivo e da sociedade civil organizada, para as populações que vivem na região e que seguem as diretrizes do Plano Amazônia Sustentável (PAS), sendo que sua gestão se dá por meio do comitê gestor instituído no âmbito da comissão gestora do PAS.

Embora na configuração do Plano os elementos e/ou reflexos de Economia Solidária se apresentem integrando objetivos, diretrizes, ações e metas; tal integração se deve à introdução da doutrina de ECOSOL em momentos anteriores, que remontam há alguns anos, e cujo marco formal é a edição do Caderno: “Economia Solidária” – Série Formação e Valorização do Pescador, para a realização do Curso sobre Economia Solidária, em 2007, para pescadores artesanais e comunidades, quando do reordenamento da pesca da lagosta, sendo as práticas da Economia Solidária institucionalmente apropriadas e fomentadas pelo MPA no Projeto “Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), implantadas nos Estados e que é objeto de análise no tópico a seguir.

Portanto, o julgamento ou o juízo de valor que se faz aqui, também é de *compatibilidade e adequação* das disposições regulamentares

do Plano Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável às premissas e preceitos da Economia Solidária.

Desse modo, os objetivos do Plano de “apoiar o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades sociais, econômicas e territoriais de maneira alternativa às matrizes produtivas vigentes” são perfeitamente adequados, não só aos preceitos da Economia Solidária, mas também aos próprios objetivos da Economia Solidária, à luz da Abordagem Econômico-Solidária descrita neste trabalho.

Igualmente, as diretrizes do Plano de “promover o desenvolvimento com sustentabilidade e inclusão social; apoio à organização do setor e gestão pesqueira e aquícola, compartilhada e integrada ao desenvolvimento territorial”, nos termos nele especificados, são perfeitamente compatíveis com as premissas e preceitos da Economia Solidária; uma vez que visam à melhoria da renda e da qualidade de vida dessas populações (pescadores, pequenos e médios aquicultores e comunidades tradicionais), levando em conta sua diversidade ambiental, econômica, social, cultural e política na promoção, de forma participativa, do planejamento e da organização do Setor Pesqueiro, tendo no *associativismo* e *cooperativismo* importantes instrumentos para tal.

No que se refere às ações do Plano, merece especial destaque a ação: “fortalecimento do associativismo e do cooperativismo”, pela absoluta evidência de adequação de tal ação às premissas, aos valores, aos preceitos e às aspirações da Economia Solidária. É, pois, a ação na qual a Abordagem Econômico-Solidária encontra maior abrigo para o seu desenvolvimento gradual e crescente, em Programas e Projetos promovidos pelo MPA.

Quanto às metas estabelecidas no Plano, a meta de “incentivo ao associativismo e ao cooperativismo”, por meio de 100 organizações apoiadas até 2015, destaca-se sobre as demais pela perfeita compatibilidade com as premissas e preceitos da Economia Solidária; além de vir ao encontro dos anseios do Movimento de ECOSOL, por tratar da questão da organização social, visando, dentre outros, ao desenvolvimento da qualidade de vida, à melhoria da renda,

ao fortalecimento da economia familiar e à melhoria do acesso às políticas públicas disponíveis.

Assim sendo, a Abordagem Econômico-Solidária está compreendida no Plano Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável, mais precisamente nos elementos e/ou reflexos de Economia Solidária anteriormente mencionados, que servem de premissas ou pressupostos para a adoção, manutenção e desenvolvimento da Abordagem Econômico-Solidária em Programas e Projetos promovidos pelo MPA, tal qual o Projeto: Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), a seguir analisado em detalhes.

5.3 Analisando o Projeto

Primeiramente, vale destacar que é evidente o emprego da Abordagem Econômico-Solidária no Projeto: Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) do Ministério da Pesca e Aquicultura. Em especial, porque o Projeto CIPAR tem na forma de gestão: *a autogestão dos empreendimentos*, um dos principais, senão o principal, fundamento da Economia Solidária.

Além disso, segundo o próprio MPA, a prioridade consiste no desenvolvimento dos elos da cadeia produtiva da pesca artesanal e aquicultura familiar, com base na *autogestão dos empreendimentos* e no fomento do *cooperativismo* e do *associativismo*, **fundamentados nos princípios da Economia Solidária.**

Em resumo, os Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) são infraestruturas de pequeno e médio porte, destinadas a apoiar as atividades de movimentação, beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado que articulam, ou buscam articular, regionalmente, as Políticas Públicas do MPA para a pesca artesanal, focando e concentrando investimentos na infraestrutura da Cadeia Produtiva; no ensino e na qualificação profissional; no apoio à autogestão dos empreendimentos; na gestão compartilhada e no ordenamento pesqueiro local.

Vale ressaltar que as ações e os investimentos podem ser diferenciados em cada CIPAR, inclusive no mesmo Estado, a depender das características e condições locais, bem como das demandas específicas dos atores locais envolvidos; que são definidas por meio da aplicação de metodologias participativas junto às comunidades.

Dessa forma, o Projeto CIPAR pode incluir, com relação à infraestrutura da Cadeia Produtiva do Pescado, que vai da produção até a comercialização, uma variedade de ações e investimentos nos campos da: produção e distribuição de insumos (óleo diesel, fábrica de gelo, caminhões frigoríficos, estações de beneficiamento, kit feira do peixe etc.); embarque e desembarque (rampas trapiches ancoradouros e outros); beneficiamento e conservação do pescado (estruturas de recepção, lavagem e processamento, túnel de congelamento, câmaras frias etc.); manutenção e reparos navais (galpão de carpintaria, equipamentos para carpintaria, máquinas para reparos mecânicos e elétricos etc.).

Quanto ao apoio à autogestão dos empreendimentos, que se faz de modo continuado, o Projeto CIPAR pode incluir ações e investimentos variados, tais como: cursos de Economia Solidária, associativos e cooperativismo, elaboração de planos de negócios, planejamento da comercialização, acompanhamento técnico por incubadora de cooperativas e outros.

Por sua vez, no que tange à formação, à capacitação e à qualificação profissional, o Projeto CIPAR pode incluir ações e investimentos em: salas de aula e de reuniões, inclusão digital (Projeto Telecentros Maré), projetos de alfabetização de jovens e adultos (Projeto Pescando Letras) e cursos diversos de qualificação profissional (educação profissional, cursos de carpintaria e cursos técnicos).

Quanto aos mecanismos de apoio ao ordenamento pesqueiro local e gestão compartilhada, o Projeto CIPAR pode incluir ações e investimentos em: parcerias com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBIO

e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, apoio a projetos de educação ambiental, apoio ao monitoramento dos recursos pesqueiros (agentes ambientais voluntários e outros), elaboração de projetos de gestão compartilhada e constituição ou fortalecimento de fóruns de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros.

Além do mais, na escolha das áreas para a implementação do Projeto CIPAR nos Estados, são consideradas as demandas estaduais, territoriais e critérios que valorizem a relevância da pesca artesanal nos Estados (o número de pescadores no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP do MPA, produção de pescado, existência de outros empreendimentos do MPA etc.), a fim de subsidiar a elaboração de um Projeto que contemple as infraestruturas necessárias; formação e capacitação, apoio à gestão de empreendimentos e apoio ao ordenamento local e gestão compartilhada dos recursos pesqueiros. Para então realizar a visita técnica para a apresentação e a discussão da proposta de instalação de um CIPAR e levantamento de demandas preliminares, com emprego de metodologias participativas, para inclusão ou adequação de demanda visando garantir a legitimação do Projeto pela comunidade e promover os esclarecimentos necessários para que a decisão comunitária seja pela implantação do CIPAR.

Contudo, é fundamentalmente a proposta de forma de gestão do Projeto CIPAR: *a autogestão* – gestão pelos próprios integrantes das comunidades pesqueiras, que o insere na Abordagem Econômico-Solidária em Políticas Públicas em Pesca e Aquicultura. Outros princípios da Economia Solidária também são incorporados ao Projeto CIPAR, como: o *associativismo*, o *cooperativismo*, a *participação democrática* e a *sustentabilidade ambiental e social*, visando à promoção, à geração e distribuição de oportunidades de trabalho e renda àqueles que participam da cadeia produtiva do pescado, para garantir a melhoria de suas qualidades de vida.

Portanto, a despeito de eventuais falhas temporárias e/ou dificuldades de execução local, *o assessoramento continuado e a capacitação deverão fortalecer as bases da Autogestão, a mola mestra propulsora*

do Projeto CIPAR, e assim garantir a continuidade do principal Projeto da Abordagem Econômico-Solidária no Ministério da Pesca e Aquicultura.

Conclusão

O processo do emprego da Abordagem Econômico-Solidária em Políticas Públicas de Pesca e Aquicultura é uma construção histórica, ainda que contemporânea ou recente, e vai da introdução teórico-conceitual da Economia Solidária no Setor até a práxis ou experiência concreta em ECOSOL no Segmento de Pesca e Aquicultura, com o Projeto CIPAR.

A Abordagem Econômico-Solidária é um novo Paradigma em Políticas Públicas e, superado seu momento de construção, estamos entrando em uma nova fase de seu desenvolvimento, a fase expansionista, adequada ao seu caráter de tema transversal e multifacetado em Políticas Públicas no Brasil, em franca absorção pela agenda dos Estados e Municípios por ação do Movimento de ECOSOL.

Assim, dando fluência à fase expansionista da ECOSOL, o desenvolvimento do Projeto CIPAR possibilita a Espacialização da Abordagem Econômico-Solidária; pois, só na Amazônia, está prevista a instalação de 45 CIPARs até 2015, segundo o Plano Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, concluímos que a Abordagem Econômico-Solidária desponta entre as Abordagens em Políticas Públicas de Pesca e Aquicultura, em especial e no que lhe é particular, *pela concepção de desenvolvimento alicerçado na Construção Societária, com caráter transformador, por possibilitar aos pescadores e aquicultores serem Protagonistas da gestão e desenvolvimento de Projetos de Pesca e Aquicultura promovidos pelo MPA e não meramente coadjuvantes passivos da gestão dos mesmos, como acontecem em outras Abordagens em Políticas Públicas.*

REFERÊNCIAS

BENINI, E. A. Sistema Orgânico do Trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de economia solidária. In: BENINI, E. A.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2011, v.1, p. 71-90.

BENINI, E. A.; BENINI, E. G. Políticas Públicas e Economia Solidária: elementos para a agenda de uma nova rede de proteção social. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2011, v.1, p. 453-472.

CANÇADO, A. C.; OLIVEIRA, A.; PACÍFICO FILHO, M. Economia Solidária: uma representação científica por meio de três paradigmas das ciências sociais. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2012, v.2, p. 223-258.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Fortalecimento Institucional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca- SEAP/PR.** Projeto FAO TCP/BRA 3001. Brasil, 2006. Disponível: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Publicidade/FAO_Final_extrato_discussao.pdf>. Acesso: 20/06/2012.

FRAGA, L. S. Autogestão e Tecnologia Social: utopia e engajamento. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária.** São Paulo: Outras Expressões, 2011, v.1, p. 101-124.

MIRANDA, S. A. A. Análise de Hipóteses Jurídicas de Parcerias entre o Governo Federal e as Instituições Voltadas ao Apoio da Economia Solidária. **Cadernos Brasil Local: Desenvolvimento e Economia Solidária**, n. 2, p.15-37, 2009.

BRASIL. **Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca e da outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 122, p.1-3, 30/06/2009. Seção 1.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Amazônia Aquicultura e Pesca – Plano de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MPA, 2009b. 15p.

_____. **Projeto CIPAR – Centros Integrados da Pesca Artesanal**. Brasília: MPA, 2009c. 2p.

NASCIMENTO, C. A Autogestão e o “Novo Cooperativismo”. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v.1, p. 91-99.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v.2, p. 445-456.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v.1, p. 443-452.

SCHIOCHET, V. Da Democracia à Autogestão: economia solidária no Brasil. In: BENINI, E.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.) **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v.2, p. 17-44.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PARÁ/BRASIL

Roseane Bittencourt **TAVARES**¹
roseanebtavares@yahoo.com.br

Hilton Pereira **SILVA**²
Universidade Federal do Pará
hdasilva@ufpa.br

Resumo: *Há poucas iniciativas de educação em saúde e ambiente em quilombos no Pará. Neste artigo a educação é proposta como uma forma de contribuir para a minimização dos problemas de saúde nessas populações. O trabalho se baseia em dados de pesquisa de campo, realizada em quatro comunidades, e em informações bibliográficas. A metodologia incluiu um diagnóstico socioecológico das comunidades e a elaboração de um programa de educação em saúde, planejado para crianças entre 5 e 11 anos de idade, que foi implementado como piloto nas comunidades África e Laranjituba, por meio de exposição interativa sobre os temas diagnosticados (gripe, cáries, anemia, micoses e verminoses). Em seguida, para avaliar as atividades, foi distribuído um exercício didático criado especificamente para o programa. O teste mostrou que a maioria dos participantes (68%) absorveu o conteúdo desejado. Sugere-se essa abordagem como uma possível estratégia de ação, visando contribuir para melhorar a qualidade de vida dos quilombolas.*

Palavras-chave: *Amazônia. Doenças. Educação em Saúde e Ambiente. Quilombolas. Políticas Públicas.*

¹ Bolsista PIBIC/CNPq – Acadêmica do Curso de Ciências Biológicas Bacharelado (Universidade Federal do Pará/UFPA). Tecnóloga em Gestão Ambiental (Faculdade Ideal/FACI). Técnica em Saneamento (Instituto Tecnológico Federal do Pará/IFPA).

² Médico e Biólogo (UFPA), Mestre em Saúde Pública e Doutor em Antropologia/Bioantropologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UFPA). Laboratório de Antropologia Arthur Napoleão Figueiredo, Cidade Universitária José da Silveira Netto.

Abstract: *There are few initiatives about health and environment education in quilombos in Pará. In this article education is seen a way to contribute to the reduction of health problems in these populations. The research is based on data collected in field work in four communities and bibliographic information. The methodology included the socioecological characterization of the communities, and the creation of a health education program planed for children between the ages of 5 and 11 years, which was implemented as a pilot in the communities África and Laranjituba through an interactive discussion about the main themes identified (flu, dental cavities, anemia, mycoses and intestinal worms). Following, to evaluate the activities a didactic exercise created especially for the program was applied. The test showed that the majority of the participants (68%) apprehended the desired information. It is suggested that this approach be used as a possible strategy of action to contribute to the improvement of the quilombola's quality of life.*

Keywords: *Amazonia. Diseases. Health and Environment Education. Quilombolas. Public Policies.*

Introdução

O Brasil foi um dos países do continente americano que mais importou escravos africanos entre os séculos XVI e XIX, visto que este representou mais de um terço de todo o comércio negreiro (SALLES, 2005; IBGE, 2010). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a partir da segunda metade do século XIX, a população negra e mestiça começou a crescer, em função de políticas que incentivaram o reconhecimento da importância da ancestralidade africana no Brasil. Atualmente, o país é considerado o segundo do mundo com maior população negra, atrás apenas da Nigéria (ARENZ, 2012), sendo que praticamente metade da população se declara preta ou parda, representando a especificidade genética brasileira, proveniente do processo de miscigenação ocorrido no decorrer dos séculos entre africanos, portugueses e indígenas (BRASIL, 2001).

Quilombolas são as populações negras tradicionais do Brasil que surgiram no período colonial, a partir de movimentos que

representam expressões de luta organizada contra o sistema colonial-escravista (SIQUEIRA, S/D; SALLES, 2005). Esta foi uma forma de resistência coletiva, que se deu por meio da formação de grupos de escravos fugitivos que ficaram registrados na história como quilombos ou mocambos (FIGUEIREDO, 2009).

Atualmente os quilombos são conhecidos como Comunidades Remanescentes de Quilombos e, segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP, 2010), hoje existem aproximadamente 2000 comunidades em todo o território brasileiro. Estas tiveram seu direito à propriedade da terra reconhecido na Constituição Federal de 1988, no Título X, artigo 68. O decreto nº 4.887/2003 trata sobre os procedimentos para a identificação, reconhecimento, demarcação e titulação dessas terras (BRASIL, 2010).

O Governo Federal tem investido nessas comunidades por meio de várias ações de saneamento ambiental, como a implementação de sistemas de abastecimento de água, sistemas de coleta de esgoto e melhorias sanitárias domiciliares, na tentativa de melhorar a sua qualidade de vida. Porém a implementação dessas obras não garante melhorias imediatas. Faz-se necessária a participação da comunidade, sua conscientização, mudança de hábitos e atitudes, que podem vir também por meio de ações de educação ambiental e em saúde, buscando, assim, garantir efeitos duradouros quanto à melhoria da qualidade de vida, com a redução de situações de risco e de vetores de doenças, a disposição adequada do lixo e a conservação ambiental (FUNASA, 2010).

A educação em saúde é compreendida como o processo de transformação que desenvolve a consciência crítica das pessoas a respeito de seus problemas de saúde e estimula a busca de soluções coletivas para resolvê-los (BIS, 2004).

No Estado do Pará, existem aproximadamente 240 comunidades quilombolas, que estão situadas nas mesorregiões do Baixo Amazonas, Marajó, Nordeste e Metropolitana de Belém. A primeira comunidade a receber seu título de terra fica no município

de Oriximiná (PA); além disso, o Pará é o Estado com maior número de terras quilombolas tituladas (CPISP, 2010).

Para a realização deste projeto, foram estudadas comunidades paraenses vivendo em diferentes regiões ecológicas, nas quais foram analisadas questões relacionadas à saúde e ao meio ambiente, por meio de levantamento de dados antropométricos, biomédicos, econômicos, sociais e ambientais³. O projeto visa contribuir para o conhecimento da situação ambiental, de vida e saúde de populações quilombolas na Amazônia. O trabalho de sensibilização destas populações, por meio da promoção de atividades de educação sobre saúde e ambiente a partir do diagnóstico do projeto, é o foco deste artigo.

1 Materiais e Métodos

Os dados foram coletados em quatro comunidades quilombolas do Estado do Pará: Mangueiras, no município de Salvaterra, na ilha do Marajó; Santo Antônio, no município de Concórdia do Pará, na região Guajarina; e em África e Laranjituba, no município de Abaetetuba.

Para a realização do programa de educação em saúde e ambiente foram escolhidas duas comunidades contíguas (África e Laranjituba) como um piloto para as ações a serem efetivadas nas outras comunidades, futuramente. Elas estão localizadas na mesorregião Nordeste do Pará e possuem uma área de 118,04 ha; sendo que as terras foram tituladas pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará), em 2002 (CPISP, 2010).

³ Dados dos projetos “Corpo Presente: Representações de Saúde entre Quilombolas e Políticas Públicas” (MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT, Proc. n. 409794/2006-6) e “Determinantes Sócio-Ecológicos das Doenças Crônico-Degenerativas em Populações Tradicionais da Amazônia: Compreendendo a Ontogenia destas Epidemias em Populações Vulneráveis” (MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT, Proc. n. 409598/2006-2).

O acesso se faz por um grande corredor de estrada de chão batido, que os moradores chamam de ramal, localizado no Km 68 da Alça Viária, que tem início na BR 316 e dá acesso à Rodovia PA 150, a menos de um quilômetro do entroncamento, para o município de Abaetetuba (CAVALCANTE, 2011). Seguindo a estrada de chão, chega-se, primeiro, a Laranjituba, comunidade parecida em suas características com a comunidade vizinha África. As duas comunidades são fisicamente separadas por uma estrada e por um córrego, sobre o qual há uma ponte de madeira.

A partir do conjunto de informações coletadas e de discussões com a comunidade, desenvolveu-se um programa de educação voltado para crianças entre cinco e onze anos de idade. Percebeu-se que anemias e doenças infecciosas, como gripe, pneumonia, cáries, verminoses e micoses eram mais facilmente reconhecidas por essas comunidades e estavam entre as epidemiologicamente mais frequentes. Por isso, estas foram escolhidas e foi preparado um conjunto de exposições interativas sobre os sintomas, tratamento, formas de prevenção e interações ecológicas de cada uma delas.

O material utilizado para a exposição foi preparado em forma de apresentação por meio do *software Power Point*, sendo a apresentação total composta por 33 *slides*. A apresentação teve como título “Saúde da Criança”, e seguiu um roteiro desenvolvido pelos autores⁴ composto pelos seguintes tópicos: o que é saúde; cáries; cuidados para com os dentes; gripe, tratamento para quem está gripado, prevenção contra a gripe; pneumonia, verminoses; transmissão das verminoses; micoses; prevenção contra verminoses e micoses; anemia; sintomas da anemia; causas e a prevenção da anemia, seguindo a análise dos dados previamente coletados e outras bibliografias, como Amaral e Teixeira (2010).

⁴ A primeira autora é Tecnóloga em Gestão Ambiental (FACI), Técnica em Saneamento (IFPA) e acadêmica do curso de Ciências Biológicas-Bacharelado (UFPA), e o segundo autor é Médico, Biólogo (UFPA), Mestre em Saúde Pública e Doutor em Antropologia/Bioantropologia.

Dentro desses tópicos, foram utilizadas diversas imagens colhidas nas etapas prévias de campo e imagens de acervo livre da internet para que houvesse riqueza de informação visual sobre os temas abordados. Particularmente, nos intervalos dos tópicos, foram projetadas e discutidas algumas imagens das comunidades referentes à etapa de campo do projeto, como forma de relembrar aos participantes as atividades que deram referência para este trabalho.

Segundo Sardelich (2006), a pedagogia da imagem considera a produção de imagens como uma estratégia de promoção e desenvolvimento educacional, ou seja, as imagens informam ou ilustram, mas também educam e produzem conhecimento.

Para a realização do programa de educação em saúde e ambiente, primeiramente entrou-se em contato, via telefone celular, com os líderes das comunidades para discutir sobre a ida ao campo para a execução da atividade, para que estes pudessem fazer o convite às pessoas para estarem presentes no dia marcado.

Após a chegada às comunidades, o programa foi novamente apresentado e discutido com os líderes locais, e divulgado outra vez por meio de uma aparelhagem de som que estava na sede da igreja existente na localidade.

A atividade pedagógica foi realizada na Capela de São Sebastião, por ser o lugar com melhores condições de infraestrutura para a sua execução. A ação teve início com a apresentação dos membros da equipe e uma rápida memória sobre os projetos¹. Logo em seguida, foi realizada a exposição interativa desenvolvida sobre doenças de maior prevalência nas crianças e nos jovens da comunidade. A exposição foi criada em linguagem acessível a crianças e adolescentes, serviu como ponto de início dos diálogos com os participantes, e fluíu com apresentação dos temas, a recepção de perguntas e a produção de respostas aos questionamentos levantados, que durou cerca de 60 minutos.

Logo após, foi aplicado um exercício tipo pós-teste, composto por cinco questões, para avaliar se as informações que haviam sido apresentadas foram compreendidas e absorvidas pelos participantes.

E, para finalizar, foi entregue um material informativo a cada um dos participantes. O informativo distribuído após a exposição interativa foi adaptado de material de livre acesso retirado da internet (FARIAS, 2009), após extensa busca entre diversas fontes por informações técnica e culturalmente adequadas, e apresentam, por meio de desenhos e fotografias, os hábitos de higiene que se deve ter para manter a saúde.

Para a implementação do programa, foi utilizado um notebook, um projetor de multimídia (datashow), caixa amplificada e microfone, sendo que estes dois últimos pertenciam à própria comunidade. Adultos, adolescentes e crianças participaram, sendo contabilizados no piloto um total 23 participantes.

2 Resultados

A partir da caracterização das comunidades, foi possível obter um diagnóstico socioecológico sobre a situação delas em relação à saúde e ao meio ambiente, permitindo o melhor enfoque nos temas a serem abordados no programa de educação previsto.

Como em outras comunidades quilombolas paraenses (Oliveira *et al.*, 2011), a situação do saneamento nessas áreas merece particular atenção, visto que, por exemplo, a água utilizada pela maioria dos moradores não provém de fonte segura, e é tratada, em geral, apenas com hipoclorito de sódio, fazendo com que a população esteja sujeita a uma série de doenças de veiculação hídrica. A questão do escoamento do esgoto também é preocupante, visto que estes são lançados em buracos (fossa negra) ou a céu aberto; o que também é prejudicial à saúde devido às potenciais doenças transmitidas e a poluição do meio ambiente.

O lixo gerado por essas comunidades também é motivo de atenção, já que os resíduos sólidos servem como atrativo para organismos transmissores de doenças, e poluem o solo, o ar e as águas. A maioria dos moradores enterra ou simplesmente queima o lixo produzido (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

Além das doenças relacionadas à água, ao esgoto e ao lixo; existem também aquelas que, segundo a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (SEPPPIR, 2007), são mais comuns entre os afrodescendentes, como as geneticamente determinadas (anemia falciforme, deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase, foliculite); as adquiridas em condições desfavoráveis (desnutrição, anemia ferropriva, doenças do trabalho, DST/HIV/Aids, mortes violentas, abortos sépticos, sofrimento psíquico, estresse, depressão, tuberculose, transtornos mentais) e as de evolução agravada ou tratamento dificultado (hipertensão arterial, diabetes melito, coronariopatias, insuficiência renal crônica, câncer, miomatoses).

Segundo Amaral e Teixeira (2010), algumas doenças infecciosas são muito comuns em comunidades quilombolas e também são mais perceptíveis a esses, como, gripe, verminoses, micoses e pneumonia.

Em virtude da diversidade de doenças que prevalecem nessas comunidades, escolhemos para estruturar o programa de educação em saúde e ambiente, focar nas doenças infecciosas, visto que elas são as mais perceptíveis pelos grupos, e, por serem preveníveis com medidas simples, apresentam excelente possibilidade de redução via educação em saúde.

Durante a realização do programa houve intensa participação das comunidades e intervenções de membros da equipe de trabalho sobre noções de higiene pessoal, hábito de lavar as mãos e andar calçado, como armazenar o lixo e perceber se a criança está em processo de adoecimento, e anemias de ocorrência genética, principalmente sobre a Anemia Falciforme.

Logo após a exposição, perguntas e comentários finais, o público presente recebeu o exercício do tipo pós-teste, que tratava sobre os temas abordados na exposição. Todos responderam o exercício em cerca de 10 minutos. Enquanto o exercício estava sendo respondido, discutiu-se também sobre a importância de preservar a memória, a história e a identidade das comunidades quilombolas.

Como última etapa do programa, foi entregue aos participantes um material informativo sobre higiene pessoal, adaptado de Farias

(2009). Após a distribuição, foi realizada a leitura do material, com as pessoas que receberam o informativo, fazendo-se as devidas correspondências com as imagens representadas e a situação ambiental e de saúde quilombola, explicando uma a uma. Foi sugerido que as crianças poderiam realizar um trabalho de pintura nos desenhos existentes no material e que, logo após, que este fosse colocado em local visível de suas casas; por exemplo, na cozinha, onde este pudesse ficar exposto à vista de todos, de maneira que as pessoas pudessem observá-lo diariamente, sendo esta uma forma de lembrá-las sobre como manter hábitos de higiene e saúde.

Por meio da execução do programa de educação em saúde e ambiente, pode-se observar, primeiramente, a disposição das comunidades em participar da mobilização. Observou-se também o interesse dos comunitários, visto que houve forte interação entre o público e os expositores. Por fim, observou-se que houve a absorção do conteúdo apresentado, que pode ser aferido por meio da percentagem de acertos e erros do exercício de fixação (Tabela 1).

A maioria das respostas correspondeu corretamente ao que foi abordado. Segundo a liderança local, o número de participantes ao piloto não foi maior devido a falha na comunicação dentro da comunidade.

Tabela 1: Percentagem de acertos totais, parciais e erros no exercício.

Questão	Acerto Total	%	Acerto parcial	%	Erros	%	Não respondeu	%
1	18	78	5	22	0	0	0	0
2	15	65	7	30	0	0	1	4
3	12	52	6	26	5	22	0	0
4	16	70	1	4	0	0	6	26
5	17	74	6	26	0	0	0	0
Média		68		22		4		6

Discussão

Segundo Oliveira *et al.* (2011), são evidentes as desigualdades e necessidades em saúde das populações quilombolas paraenses. Algumas doenças mais frequentes nestas comunidades estão ligadas à falta de saneamento básico, falta de acesso à unidades de saúde, alimentação inadequada, moradia precária e baixa potabilidade da água disponível nas comunidades.

Por meio da análise dos dados coletados nas comunidades quilombolas e de pesquisas bibliográficas, foi possível caracterizar essas populações sob os aspectos bioantropológico e socioecológico. Foi possível também identificar as áreas de maior carência, observando os tipos de doenças mais comuns, os locais em que elas ocorrem com maior frequência, o que tem contribuído para isso etc.

O melhor conhecimento da situação de vida e saúde dos quilombolas propiciou as informações necessárias para o planejamento de um programa de educação em saúde e ambiente em sintonia com as reais necessidades das comunidades.

Para a construção do projeto, foi necessário buscar informações de várias áreas da ciência, como medicina, biologia, antropologia, pedagogia, história e geografia, visando construir um programa realmente interdisciplinar, em sintonia com os princípios da bioantropologia. As investigações mais detalhadas sobre as origens e a cultura das populações afrodescendentes também contribuíram para o desenvolvimento do programa de educação, visto que elas permitiram a compreensão das comunidades quilombolas brasileiras em geral, e em particular daquelas que participaram dos Projetos¹. As bibliografias que tratam de doenças genéticas informaram sobre os potenciais riscos decorrentes da ancestralidade africana dos grupos quilombolas. E as que tratam sobre as doenças de determinação socioambientais, apresentaram as situações que estão diretamente relacionadas ao modo de vida dessas populações, o meio ambiente em que vivem, sua situação econômica, estrutura familiar, entre outros fatores reconhecidamente responsáveis pela saúde dos indivíduos e

das populações (BRASIL, 2007a; KUZAWA *et al.*, 2009). Por meio destes estudos, formou-se um conhecimento sobre potenciais doenças de determinação genética e aquelas socialmente originadas nessas populações, permitindo que se tenha uma caracterização mais ampla do quadro de saúde dos quilombolas amazônicos.

O conhecimento sobre epigenética também contribuiu para o desenho do programa, pois esta estuda como fatores ambientais podem mudar a maneira como os genes são expressos, ou seja, de que forma o meio ambiente onde as populações quilombolas vivem pode influenciar no surgimento de doenças complexas (KUZAWA *et al.*, 2009).

A atividade piloto do programa cumpriu seu objetivo, visto que o público-alvo foi alcançado, e um número considerável de moradores das comunidades se fez presente, incluindo adultos, jovens e crianças. Apesar de ter como tema “Saúde da Criança”, a exposição interativa abrangeu tópicos importantes para todas as faixas etárias, propiciando a todos informações adequadas com relação a doenças infecciosas que constantemente atingem essas populações e seus aspectos ambientais e sociais.

O exercício do tipo pós-teste comprovou que o programa teve sucesso com relação à absorção do conteúdo apresentado. A maioria dos participantes respondeu corretamente as perguntas elaboradas, confirmando que a forma como foram abordados os temas foi eficiente para sensibilizar o público presente.

Considerando a precária situação de nutrição e saúde diagnosticada em populações quilombolas brasileiras, a partir da Chamada Nutricional Quilombola 2006 (BRASIL, 2007b), situação que é também prevalente no Pará (OLIVEIRA *et al.*, 2011), considere-se a educação em saúde e ambiente como uma via importante de intervenção para prevenir diversos problemas, que somada a outras atividades de educação, nas escolas e nas comunidades, pode colaborar para melhorar a condição de vida da população negra e reduzir os índices de doenças. Este trabalho se situa nesse marco teórico-prático, na perspectiva de contribuir para melhorar a situação

de saúde e educação dos quilombolas paraenses no que diz respeito aos principais agravos por eles relatados.

Conclusão

Atividades relativamente simples de serem implementadas, porém baseadas em dados de pesquisas sólidas, são capazes de contribuir para a saúde e o bem-estar das populações. Também podem contribuir para seu empoderamento, aumentando sua capacidade de demandar políticas públicas.

Embora a metodologia do programa aqui descrito possa ainda ser melhorada e ampliada, para que se possa abranger todas as faixas etárias, esta iniciativa representa um claro potencial de intervenção junto às comunidades quilombolas paraenses. É fundamental que os projetos realizados entre grupos vulneráveis, sempre que possível, incluam em seu planejamento formas de retornar os dados coletados de maneira aplicada às populações locais. Contribuir para o empoderamento das populações por meio da educação é fundamental para a redução das iniquidades sociais e para a promoção de políticas públicas eficientes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gustavo Gurgel do; TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues Teixeira. **Quilombolas de Jesus** – Vale do Rio São Miguel do Guaporé/Rondônia Porto velho/RO. São Paulo: Editora e Gráfica WB, 2010. 336p.

ARENZ, Karl Heinz. **Enfim a Liberdade**: a descolonização da África. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012.

BIS - **Boletim do Instituto de Saúde n. 34** - Dezembro, 2004. Disponível: <www.isaude.sp.gov.br/boletins/bis34.pdf>. Acesso: 2010.

BRASIL. **Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afro-descendente**/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. **Caderno de educação popular e saúde**. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007a.

BRASIL. **Chamada nutricional Quilombola 2006**: sumário executivo. Brasília: MDS, 2007b.

BRASIL. **Decreto n. 4.887, ()de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso: 2010.

CAVALCANTE, Inara Mariela da Silva. **Acesso e Acessibilidade aos Serviços de Saúde em Três Quilombos na Amazônia Paraense**: um olhar Antropológico. Dissertação de Mestrado. Belém: PPGSSE/UFPA/UFAM/FIOCRUZ, 2011.

CPISP. **Comunidades Quilombolas do Estado do Pará. Comissão Pró-Índio de São Paulo**. Disponível: <http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_pa.html>. Acesso: 2010.

FARIAS, Giselle. Blog Pedagógicos. Brasil, 2009. Disponível em: <<http://pedagogiccos.blogspot.com/2009/08/habitos-de-higiene.html>>.

FIGUEIREDO, Luciano. **A Era da Escravidão**. Coleção Revista de História no Bolso, 3. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FUNASA. **Saneamento ambiental em comunidades quilombolas**. Brasil: Ministério da Saúde - Fundação Nacional

da Saúde. Disponível: < http://www.funasa.gov.br/internet/vigSubIV_Q_impl2.asp>. Acesso: 2010.

IBGE. **População Negra no Brasil. Brasil:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível: < <http://www1.ibge.gov.br/brasil500/negros/popnegra.html>>. Acesso: 2010.

KUZAWA, C. W; SWEET, E. **Epigenetics of Race: Developmental Origins of US Racial Disparities in Cardiovascular Health. American Journal of Human Biology** 21:2-15 (2009). Vol. 21. Issue 1. January/February, 2009.

OLIVEIRA, A. S. J. et. al. **Quilombolas do Pará:** condições de vulnerabilidade nas comunidades de remanescentes de Quilombo. Assis. Triunfal Gráfica e Editora, 2011.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará, sob o regime da escravidão.** 3ª ed. Belém: IAP/Programa Raízes, 2005.

SARDELICH, Maria Emília. Leitura de Imagens, Cultura Visual e Prática Educativa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n.128, p.415-472, maio/agosto, 2006.

SEPPPIR - **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Brasília/DF, 2007.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Quilombos no Brasil e a singularidade de Palmares.** Disponível: < <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil>>. Salvador: Secretaria de Educação/ Prefeitura Municipal, s/d.

SEXO, CASAMENTO E FAMÍLIA: O COTIDIANO DA JUVENTUDE DO CAMPO DE ABAETETUBA/PARÁ

Rosenildo da Costa **PEREIRA**¹
SEMEC/Abaetetuba
rosenildocosta@bol.com.br

Resumo: *O presente texto é resultado de uma pesquisa que investigou o cotidiano da juventude do campo do Assentamento Agroextrativista da Reforma Agrária São João Batista, no município de Abaetetuba/Pará, abordando aspectos específicos, como: sexo, casamento e família. Como metodologia, foi utilizada a pesquisa de campo, a aplicação de questionário e a análise bibliográfica. A juventude do campo local, portanto, convive com a dicotomia de modelo de casamento, em que Mair (1969) define como preferencial e um segundo que denominamos de “por escolha própria”.*

Palavras-chave: *Sexo. Casamento. Família. Juventude do campo.*

Abstract: *The present text is the result of a study that investigated the daily life of youth in the field of Agrarian Reform Settlement Agroextrativista St. John the Baptist in the City of Abaetetuba/Pará by addressing specific issues such as sex, marriage and family. As methodology was used the field research, questionnaire and literature review. The youth of the local field, so live with the dichotomy model of marriage that Mair (1969) defines as a preferred and a second that we call “by choice”.*

Keywords: *Sex. Marriage. Family. Youth of the field.*

¹ Formado em Agroindústria pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Pará (IFPA) e em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) – Campus Universitário de Abaetetuba; Estudante do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da UFPA em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade do Campo na Amazônia Paraense. Atualmente é Assistente Administrativo Educacional do município de Abaetetuba. Membro da Coordenação de Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba. Integrante do Grupo de Estudo Sociedade, Estado e Educação: Ênfase nos governos municipais e Educação do Campo (GEPESSED) da UFPA.

Introdução

As discussões sobre a juventude do campo têm se tornado objeto de estudo de antropólogos, psicólogos, sociólogos e educadores, que buscam entender pontos específicos do cotidiano daqueles sujeitos.

O ponto de partida fundamental para a elaboração deste texto foi de analisar o cotidiano dos jovens ribeirinhos do Assentamento São João Batista no município de Abaetetuba-PA, tentando descobrir como funcionam as estruturas elementares que determinam as relações sociais nas famílias.

Sendo assim, o estudo assumiu o caráter da pesquisa antropológica, que buscou compreender como se dá as relações estruturais entre juventude campesina Abaetetubense e família, no que diz respeito à influência dos pais para com o processo de escolha do parceiro dos filhos.

1 Conceituando sexo, casamento e família numa perspectiva antropológica

Toda raça humana tem necessidades básicas de realização. Tais necessidades são impulsionadas pelo desejo e pelo sentimento de alguém sobre alguém ou de alguém sobre alguma coisa ou objeto. Nesse sentido, é que estamos empregando o conceito de sexo como sendo relacionado ao ato sexual impulsionado pelo desejo entre duas pessoas de sexos opostos.

Já o casamento é entendido, segundo a definição do dicionário Miniaurélio da Língua Portuguesa (2001, p. 137), como a “união solene entre duas pessoas de sexos diferentes, com legitimação religiosa e/ ou civil”. Como resultado, “o casamento cria novas relações sociais e direitos recíprocos entre os cônjuges, entre cada um deles e os parentes do outro, e estabelece quais são os direitos e *status* dos filhos quando êstes nascerem” (MAIR, 1969, p. 92).

O resultado das duas primeiras relações é que denominamos de família. Ela se compõe de pai, mãe e filhos, não tendo necessariamente um vínculo biológico entre si.

Para Mair (1969, p. 96):

O casamento assenta as fundações legais para a família, mas esta pode existir sem êle. Uma família é um grupo doméstico no qual pais e filhos vivem juntos e, em sua forma elementar, consiste num casal com os filhos, a que freqüentemente se dá o nome de família nuclear ou elementar.

2 Um pouco do cotidiano dos sujeitos do Assentamento Agroextrativista São João Batista no município de Abaetetuba/PA

A cidade de Abaetetuba, no Estado do Pará é constituída por dois espaços diferenciados. O espaço urbano e o rural. Este último possui um arquipélago de 72 exuberantes ilhas. Entre elas está a ilha Campompema em que se situa o Assentamento Agroextrativista da Reforma Agrária São João Batista, que foi o foco de nosso estudo.

Tal Assentamento, segundo o presidente da Associação Agroextrativista São João Batista, contempla atualmente um número, aproximadamente, de 223 famílias ribeirinhas, que são beneficiadas com projetos do governo federal. Não somente isso, pois desenvolvem no cotidiano diferentes formas de trabalho que lhes servem como meio de obtenção de alimentação para a subsistência, assim como meio de abastecer o comércio da cidade local.

Os meios de sobrevivência de grande visibilidade destas famílias são basicamente o artesanato, que é caracterizado pela produção de matapi, crochê, rede de pesca, paneiro, tipiti. Na atividade pesqueira do cotidiano encontram-se como principais espécies a pescada, a piaba, o mandii, o camarão e outros.

Ainda, na área da agricultura familiar, desenvolvem o cultivo de plantações do tipo açaí, manga, miriti, jambo e plantas medicinais, bem como a criação de pequenos animais como: o porco, a galinha, o pato etc.

Os meios de transportes mais utilizados pelas famílias para se locomoverem entre os rios e para se deslocarem para a cidade são: o barco, a conoa, a rabeta, o rabudo dentre outros. A maioria deles é construída no próprio contexto social do Assentamento.

Estudo realizado por Barros (2009, p. 161), que analisou aspectos específicos da “Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará”, explica, em uma das passagens de seu texto, a importância da utilidade dos rios e das florestas para a população local, principalmente para os ribeirinhos que:

No mesmo espaço onde as águas funcionam como estrada, alimento, vida e bálsamo para manter a vivacidade dos produtos agrícolas, estas mesmas águas, em interação com a floresta, geram a biodiversidade, que, transformada em sabores, cheiros, utensílios, remédios, comida e renda, reinventa cotidianamente a vida dos homens e mulheres desse ponto da Amazônia.

Portanto, a natureza é uma aliada constante dos ribeirinhos do então Assentamento, pois utilizam os rios como via de locomoção, assim como retiram dele os produtos essenciais para a sobrevivência cotidiana de cada família residente neste espaço específico da Amazônia.

3 Metodologia

As pesquisas desenvolvidas sobre o homem têm sido objeto de estudo da Antropologia Social. Na abordagem da pesquisa antropológica, Malinowski (1978) explica que o pesquisador é levado a se inserir no cotidiano do sujeito pesquisado, buscando aprender aspectos específicos do mundo deste.

A convivência cotidiana no Assentamento São João Batista, nos instigou a entender melhor como se dão as relações estruturais entre juventude e família, referente à influência dos pais em relação à vida sentimental dos filhos. Para isso, foi necessário fazermos aos jovens

o seguinte questionamento: seus pais decidem com quem você deve se casar? Ou sugerem quem gostariam de ter como genro ou nora?

O estudo assumiu o caráter da abordagem da pesquisa qualitativa, que é caracterizada por Chizzotti (2005, p. 79) como sendo:

parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito [...]. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A pesquisa de campo é embasada no princípio da inter-relação do sujeito pesquisador com os sujeitos pesquisados. Deste modo, o pesquisador selecionou uma amostragem de quatro jovens, incluindo homens e mulheres, pertencentes a três famílias ribeirinhas do então Assentamento.

Foi utilizada como técnica de coleta de dados a aplicação de questionário. Associando à pesquisa de campo, tivemos como suporte teórico-metodológico a análise de referencial bibliográfico, dos quais utilizamos autores como: Lévi-Strauss (1982), Mair (1969), Fox (1986), Malinowski (1978), dentre outros.

Gianfaldoni e Moroz (2002, p. 66) definem o questionário como:

O questionário é um instrumento de coleta de dados com questões a serem respondidas por escrito sem a intervenção direta do pesquisador. Normalmente anexa-se, no início, uma folha explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de que o sujeito responda de forma adequada às questões.

Os sujeitos a que este trabalho se propôs abranger foi a juventude do campo do Assentamento São João Batista do Rio Campompema. Os nomes dos entrevistados foram empregados de

forma fictícia no sentido de preservar a integridade dos informantes e posteriormente transcritas na íntegra para o corpo do texto, sem modificar, portanto, o conteúdo das informações repassadas pelos sujeitos entrevistados.

4 Sexo, casamento e família: a juventude do campo nessa relação

Sexo, casamento e família são expressões que denotam sentidos diferentes. Para muitas famílias ribeirinhas do campo da Amazônia paraense tais termos se complementam, visto que defendem a convicção de que só pode existir o sexo após o casamento que, por sua vez, é a construção de uma família.

Essa forma “tradicional” de pensamento se encontra presente, nos dias atuais, principalmente nas comunidades rurais-ribeirinhas, e mais especificamente do Assentamento Agroextrativista São João Batista, situado no município de Abaetetuba no Estado do Pará.

De acordo com a pesquisa realizada, constatou-se que este específico espaço geográfico da Amazônia paraense convive com a dualidade de modelo de casamento. O primeiro, que foi definido por Mair (1969, p. 89) como: “se fôr apenas considerado desejável que um homem deve encontrar uma espôsa numa determinada categoria de pessoas, dá-se-lhe o nome de casamento preferido ou preferencial”.

O segundo modelo que propomos é o de “casamento por escolha própria”, em que não há influência por parte da família em relação à vida amorosa dos filhos. Estes decidem com quem querem se casar. Eis o que dizem os jovens quanto à liberdade de escolha que é dada pela sua família, ao afirmarem que:

eles querem minha felicidade e para ser feliz precisamos ter nossas próprias escolhas (Roberto).

Os meus pais me falam que eu devo fazer as minhas escolhas, mas que eu tenho que ter cuidado e responsabilidade, porque casamento é coisa séria e de muita responsabilidade. (Maria).

Nos relatos desses jovens percebe-se que não há influência das famílias na opção feita pela escolha do parceiro que pretendem viver para o resto da vida. A liberdade de escolher, portanto, está nas mãos deles. Seus pais apenas se mostram preocupados, porém não interferem na decisão dos filhos, ou seja, estes têm total autonomia para decidir sobre o seu próprio futuro.

No entanto, as famílias vistas como sendo “tradicionais” dessa comunidade são favoráveis ao casamento preferencial para seus filhos. Não estamos nos referindo ao casamento preferencial entre membros familiares consanguíneos, mesmo porque estas famílias têm “aversão” a este modelo, mas sim à união com membros familiares de outras categorias sociais pertencentes, preferencialmente, à sua própria comunidade de origem. Muitas vezes, esse parceiro não é o pleiteado pela mulher ou pelo homem, mas estes “terão”, em alguns casos, que realizar o desejo de sua família e não o deles, nessa tarefa de escolher com quem querem se casar.

É bom lembrar que nem sempre o desejo da família em relação ao casamento preferencial é, de certa forma, realizado pelos jovens desta comunidade, pois, em alguns casos, o sentimento amoroso dos filhos é bem maior que o próprio querer dos pais.

Assim também destaca Castro (2005, p. 12):

Envolve a escolha de namorados e mesmo a proibição do namoro. Isto não é apenas características de um período, uma idade específica. O controle é exercido enquanto o 'jovem' estiver vivendo com os pais, principalmente no caso das filhas, o que reforça a 'saída' de casa e do assentamento como forma de alcançar autonomia.

Entretanto, a realidade de algumas famílias das jovens do Assentamento São João Batista é a de sugerir a elas qual homem realmente gostariam de ter como membro da família, como é possível se observar nos próprios discursos das jovens entrevistadas:

Meus pais não decidem com quem devo casar, mas já me sugeriram, várias vezes, quem deveria ser seu

genro. Por experiência própria, acredito que isso os faz optar por uma pessoa que eles “acham” que vá trazer felicidade e uma melhor qualidade de vida a mim (Joana).

às vezes eles comentam, para tomar cuidado, arrumar alguém que seja trabalhador e que seja conhecido que tenha uma família boa, para no futuro não sofrer (Madalena).

Constata-se, no discurso das jovens, a opção pelo referido modelo de casamento, no sentido da preocupação da família com o futuro delas, uma vez que essa forma de união pode trazer, embasado em si, toda uma estrutura familiar bem-sucedida do seu futuro esposo, ou esposa, quando se trata do jovem do sexo masculino, ou pelo fato dos(as) futuros(as) companheiros(as) se apresentarem em sua localidade como sujeitos responsáveis e comprometidos com a questão familiar em que estão inseridos, demonstrando que família se complementa com responsabilidade social.

Essa prática de sugerir com quem seus filhos “devem” se casar é repassado de geração em geração, em muitas famílias tradicionais existentes na região do campo da Amazônia paraense. Assim, é importante ressaltar o que Mair (1969, p. 87) destaca, ao afirmar que “A família é a instituição dentro da qual a tradição cultural de uma sociedade é transmitida à nova geração (pelo processo que no jargão técnico é chamado “socialização”)”.

Entendemos que por trás de toda essa escolha existem regras específicas que devem ser mantidas pelos membros que compõem determinado grupo familiar, como bem menciona Mair (1969, p. 85):

Toda sociedade humana tem regras que abrangem as relações sexuais e a procriação de filhos, mas de modo algum são idênticas em toda parte, da mesma forma que as regras que situam uma criança em determinado grupo de descendência diferem de uma sociedade para outra.

Analisando as sociedades contemporâneas do ponto de vista antropológico, consideramos que todas são constituídas de regras sociais próprios. Regras essas que determinam o que é certo em cada uma delas. A preferência, por exemplo, do esposo ou esposa para seus filhos é uma dessas regras vigentes em muitas famílias tradicionais pertencentes a determinadas sociedades.

Trata-se, muitas vezes, de buscar o parceiro em outra linhagem que não a sua. Segundo Fox (1986, p. 212), “nenhum homem deveria casar com qualquer mulher de seu próprio bando – ou antes, segundo a qual cada homem deveria casar com uma mulher de outro bando que não o seu”.

O modelo de casamento existente na realidade do Assentamento pesquisado não se diferencia tanto dos que já existiam em décadas passadas, pois buscar uma pessoa em outra linhagem que não a sua é fundamental para legitimar a união com outros grupos familiares como sendo uma forma de renovar o grupo. A esse respeito destaca Fox (1986, p. 25): “o casamento legitimado era necessário para providenciar descendentes legítimos que renovassem o grupo”. E finaliza Lévi-Strauss (1982, p. 111): “saberemos somente que um indivíduo não pode procurar o cônjuge no mesmo clã que o seu”.

Considerações Finais

A presente pesquisa proporcionou uma aproximação com o cotidiano da juventude do campo do Assentamento Agroextrativista da Reforma Agrária São João Batista, no município de Abaetetuba/Pará. Com ela, foi possível conhecer um pouco da realidade em que vivem os jovens deste contexto social da Amazônia, quanto à questão relacionada ao sexo, casamento e família.

Portanto, a realidade da juventude do campo de Abaetetuba se contrasta em relação à vida cotidiana, pois, enquanto de um lado temos o modo de vida mais liberal, que se caracteriza pelas famílias dar à juventude deste espaço geográfico da Amazônia paraense a liberdade de escolha de seus parceiros; de outro, o “tradicionalismo”,

em que é “imposto” a alguns jovens, que ainda vivem sob a tutela de seus familiares, o casamento feito pela seleção preferencial dos pais; são estes que “determinam” a união dos filhos, conservando até hoje esse tipo de casamento.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDESNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

BARROS, Flávio Bezerra. Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, p.152-161; mai/ago, 2009.

CASTRO, E. G. 2005. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural: contribuição para o debate. Disponível: [www. Alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf](http://www.Alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Elisa%20Guaran%C3%A1%20de%20Castro.pdf).

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da Língua Portuguesa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOX, Robin. **Parentesco e Casamento**: Uma perspectiva antropológica. Vega Universidade, 1986.

GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves; MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa**: iniciação. Brasília: Plano Editora, 2002.

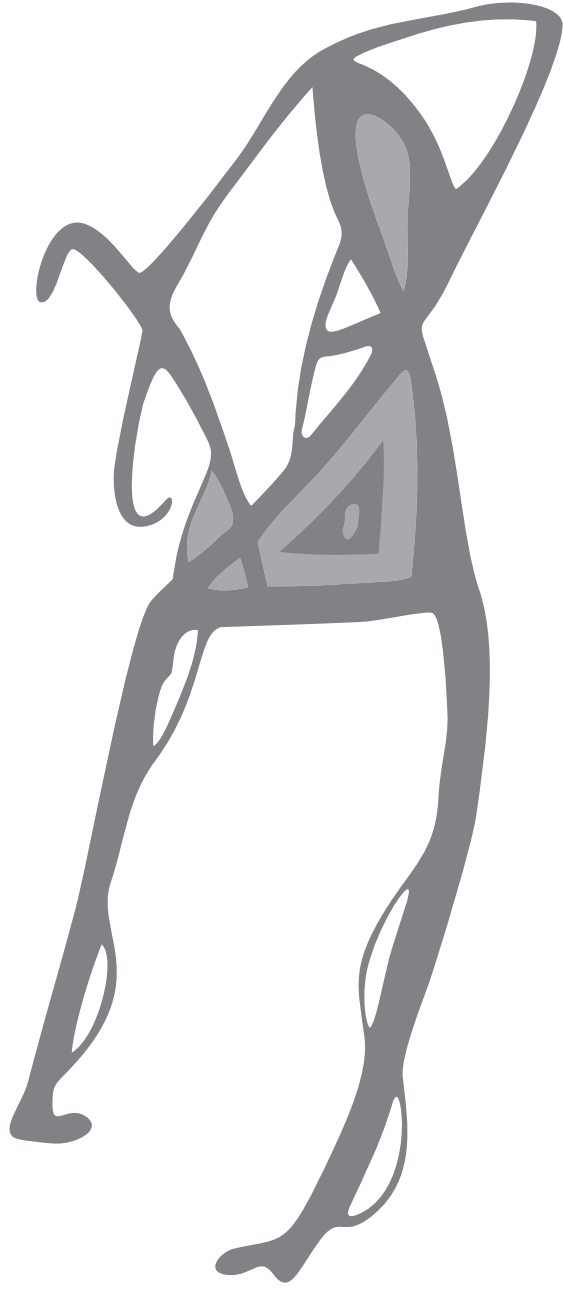
LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1996

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MAIR, Lucy. **Introdução à Antropologia Social**. Trad. Edmond Jorge. Zahar Editores; Rio de Janeiro - RJ, 1969.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo, 436p. Abril Cultural, 1978.





ARTIGOS



EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UM OLHAR SOBRE A OBRA PEDAGÓGICA DE DURKHEIM

Afonso Welliton de Sousa **NASCIMENTO**¹
Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA
afonsosn@ufpa.br

Edinéa Bandeira **RIBEIRO**²
SEMEC
edineabr@ig.com.br

Resumo: *O artigo reflete sobre o pensamento pedagógico de Durkheim. Inicialmente faz uma incursão no contexto da formação da sociedade moderna destacando o caráter utópico da construção do conhecimento humano referenciando-se no pensamento filosófico e educacional de Kant e Bacon, como construtores da ilustração científica do iluminismo. A seguir, caminha na influência da dupla revolução europeia, que determinou aspectos importantes no pensamento dos autores subsequentes do Século XIX. Reflete o pensamento de Comte e sua fundamentação teórica às concepções durkheimianas, centrando no caráter evolucionista e positivista de sua filosofia. Por fim, analisa os conceitos do pensamento funcionalista de Durkheim, seus aspectos sociológicos e educacionais e sua influência nas teorias educacionais atuais.*

Palavras-chave: *Modernidade. Iluminismo. Positivismo. Funcionalismo.*

Abstract: *The article reflects on the pedagogical thinking of Durkheim. Initially, a foray into the context of the formation of modern society highlighting the utopian character of the construction of human knowledge referencing the philosophical and educational thought of Kant and Bacon, as builders of scientific illustration of the Enlightenment. Then walks in the dual influence of European revolution, which led to important aspects in the thinking of subsequent authors of the XIX century. Reflects the thinking of Comte and its theoretical foundation to Durkheimian concepts, focusing on evolutionary and positivist character of his philosophy. Finally, it analyzes the concepts of functionalist thought of Durkheim, sociological and educational aspects and its influence on current educational theories.*

Keywords: *Modernity. Enlightenment. Positivism. Functionalism.*

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará/UFC.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará/UFPA.

Introdução

Os efeitos provocados pela dupla revolução europeia – a Industrial e a Francesa – trouxeram consequências econômicas e sociais profundas: o aparecimento da indústria e com ela a hegemonia burguesa na modernidade capitalista, o surgimento do trabalho assalariado e com ele o proletariado, assim como o fenômeno da urbanização desenfreada. Tais mudanças irão exigir dos pensadores formas científicas de entender a realidade presente, trazendo para além do universo filosófico, a perspectiva da ciência na compreensão do universo da economia e da sociedade.

Na verdade, davam-se efetivamente os olhares racionais traduzidos pelos iluministas, de um lado, a revolução científica, de outro, estado nacional firmava-se com a ideia do contrato social. Os princípios liberais de sociedade e indivíduo constituíam-se envolvidos no universo da hegemonia burguesa, mesmo que em si fossem contraditórios.

A utopia da modernidade e seus pensadores passavam pela formação do indivíduo culto e ilustrado, científico e racional e a educação como elemento componente deste projeto de sociedade do Século XVIII. Esta mesma mentalidade continuaria presente no pensamento do Século XIX, porém profundamente crítico aos desajustes sociais existentes com as consequências geradas pelo processo urbanização desencadeadas na sociedade europeia.

Cabia-lhes então, o papel essencial, de reestruturar a ordem social gerada com o início da modernidade, porém sem prescindir dos princípios que fundamentavam a racionalidade antropocêntrica do mundo ocidental. Contudo, acrescentariam novos elementos: ao lado do sujeito cidadão, incorporariam outra concepção centrada principalmente na racionalidade do mundo da economia e da divisão científica e técnica do trabalho.

É esse contexto de restauração e contradição que dará sustentabilidade ao pensamento sociológico durkheimiano. As necessidades prementes de compreensão dos fenômenos sociais em

voga servirão de elementos constitutivos de interpretação de sua concepção.

Seu funcionalismo definirá de forma organizada o papel da Sociologia como ciência na compreensão da sociedade e da educação como formadora do espírito racional da solidariedade orgânica presente na urbanidade do século XIX, no qual a nova ordem social científica se daria pelo fundamento solidário do altruísmo definido pela divisão social do trabalho, ou através da dimensão da solidariedade orgânica efetivada na urbanidade própria da dinâmica moderna e, conseqüentemente, da educação.

O artigo, então, estará em consonância com essa dinâmica acima exposta. Será dividido em duas secções, na primeira, partiremos do contexto que dá sustentabilidade a sua teoria: o caráter racional, urbano e industrial que funda o ambiente no século XIX e dimensiona o papel da educação.

E na segunda, o construto de sua concepção, apontados em sua compreensão evolucionista do sistema social. Caracterizados nos conceitos de fato social, solidariedade, altruísmo e divisão social do trabalho, conceitos que esses, que incidem sobre sua análise do papel da educação no mundo moderno.

Além disso, à guisa de conclusão, retomaremos essa análise a partir dos conceitos de evolução, equilíbrio, integração e estabilidade, para compreender como o olhar da teoria funcionalista de educação exerce influência nas interpretações sistêmicas da educação nos dias atuais.

1 Formação da sociedade moderna: da utopia de Kant e Bacon ao positivismo de Comte – os fundamentos das concepções durkheimianas

A realidade que dá sustentabilidade ao pensamento sociológico e educacional de Durkheim remonta períodos anteriores, que se estruturam a partir da constituição do que em voga conheceremos de modernidade. A transitoriedade do mundo medieval traz consigo

elementos outros que põem em destaque uma nova dimensão humana, de cultura, economia e sociedade.

Na verdade, compreender este momento nos faz desvelar o construto efetivo do saber no mundo ocidental moderno. Na própria mentalidade de formação de um novo processo civilizatório que se transformou nos Séculos XVI, XVII e XVIII e passaria pela superação do estado de menoridade social - característico da idade média cristã - e caminharia a uma nova realidade moderna capitalista centrada na autonomia do sujeito liberal, autônomo, racional e livre: o cidadão.

Se isto já se expressava de forma contundente nos princípios que traduziam os acontecimentos em curso, norteavam-se principalmente nos pensamentos filosóficos de pensadores como Descartes, Hegel e outros. E tornar-se-ia mais contundente no pensamento filosófico-político Kantiano, de superação da menoridade social e do surgimento da racionalidade própria da modernidade, com a construção da consciência social.

Segundo ele, inaugura-se um novo tempo - o tempo do esclarecimento - no qual somente o homem é capaz de superá-lo, depois de permitido que isso acontecesse somente ele pode superar a sua menoridade social; como ele diria:

É difícil, portanto, para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza. Chegou mesmo criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder. Preceitos e fórmulas, estes instrumentos mecânicos do uso racional, ou antes, do abuso, de seus dons naturais, são grilhões de uma perpétua menoridade. Quem deles se livrasse só seria capaz de dar um salto inseguro mesmo sobre o mais estreito fôss, porque não está habituado a este movimento livre. (KANT, 1985. p. 17)

Assim, ele afirma que ao encontrarem esse esclarecimento o caminho é sem volta e, portanto, inevitável:

Que porém um público se esclareça – aufkläre – a si mesmo é perfeitamente possível; mais que isso, se lhe for dada a liberdade é quase inevitável. Pois encontrar-se-ão sempre alguns indivíduos capazes de pensamento próprio, até entre os tutores estabelecidos da grande massa, que, depois de terem sacudido de si mesmo o jugo da menoridade, espalharão em redor de si o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo. (idem, 1985, p. 18)

Essa concepção que fundamenta seu pensamento social dá origem ao conceito de liberdade assumida pelo iluminismo. E traz também consigo a necessidade de uma nova dimensão educacional. Colocando na educação o papel de instrumento de construção da consciência social e de formação da racionalidade moderna. Para ele, somente o ser humano é capaz de superar o seu estado de menoridade social, pois diferentemente de outros seres existentes na terra é o único que não nasce pronto e acabado; e que precisa de cuidados, ou seja, que se constitui como infante.

Na verdade, Kant acaba por um lado de instituir na história de vida humana o conceito de infância, da necessidade efetiva de cuidado; e de outro fundar o caráter civilizatório da humanidade, por meio da educação. Segundo ele, é através da disciplina e da instrução que o ser humano irá superar o seu estado de selvageria e entrar no mundo do sujeito educado e racional, ou seja, com uma formação centrada na disciplina capaz de refrear o seu instinto de animalidade, e da formação moral pela instrução, a construção da racionalidade do sujeito civilizado. Como ele afirma,

O homem é a única criatura que precisa ser educada. Por educação entende-se o cuidado com a infância (a conservação, o trato), a disciplina e a instrução com a formação. Consequentemente, o homem é infante educando e discípulo. (KANT, 1990, p. 15)

E acrescenta:

O homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz. Note-se que ele só pode receber esta educação de outros homens, os quais a recebem igualmente de outros. Portanto, a falta de disciplina e de instrução em certos homens os torna mestres muito ruins de seus educandos. (idem, 1990, p. 16)

Em Kant, portanto, deu-se o início da formação da utopia moderna. Do que iria fundamentar fortemente a perspectiva de formação traduzida no pensamento iluminista, ou seja, do indivíduo ilustrado e consciente, o ser autônomo racional e livre.

Assim como em Kant, não iria diferir no pensamento de Bacon (1980). Agora não somente a autonomia do sujeito como indivíduo, mas na formação para a materialidade do mundo científico, i. e., voltado ao desenvolvimento da ciência e do progresso Industrial.

Segundo ele em o *Novum Organum* (idem, 1980), a superação dos ídolos, daquilo que dificultava o progresso humano, se resolveria com a formação de um novo instrumento, o método racional e científico, próprio das artes mecânicas, que daria um novo fundamento epistemológico à existência humana.

Mesmo que em Bacon não se encontre uma descoberta relevante, ele introduz no conhecimento ocidental uma nova atitude racional e metódica de desenvolvimento do saber e, ao mesmo tempo coloca no conhecimento humano, a necessidade premente de buscar por si mesmo o saber científico, e do mesmo modo apropriar-se da natureza. Inaugura-se então com ele a mentalidade do que conheceremos de progresso científico e/ou em sua origem, a linguagem da ciência e da tecnologia.

Com isto, fundam-se com Kant e Bacon, os princípios da educação e da dinâmica utópica do projeto racional e científico da modernidade, completa-se a prospecção do caminho que deveria trilhar a humanidade, ou seja, superando sua menoridade social/religiosa e penetrando na esfera da racionalidade científica e social, que então construiria o projeto de felicidade edificadora da humanidade posta no mundo da civilização moderna.

Da mesma forma, posiciona a necessidade do conhecimento científico como fundamento essencial do saber e do estudo humano, de estabelecer no indivíduo a superação religiosa e, conseqüentemente, o fundamentar-se por ações racionais centradas na ciência. Além disso, por entre os discursos, o compromisso social e a responsabilidade do estado com a formação desse novo sujeito, pautando-se o caráter laico do conhecimento e da invenção, do *locus* próprio da formação moderna em substituição a igreja, com a fundante criação da escola e do ensino laico.

Esse contexto influenciará profundamente o século XIX, embora em um ambiente cercado por críticas às estruturas sociais herdadas, não significará um rompimento com os fundamentos utópicos modernos. Cabia aos pensadores cumprir o papel essencial, de reorganizar a ordem social, porém sem prescindir dos princípios que fundamentavam a racionalidade antropocêntrica do mundo ocidental. Entretanto deveriam acrescentar outras perspectivas, em conjunto com a dimensão do sujeito cidadão, incorporariam a concepção centrada principalmente na racionalidade do mundo da economia e da divisão científica e técnica do trabalho.

Essa perspectiva encontraria ressonância nas correntes de pensamento que fundamentariam a modernidade e sua concepção de educação no século XIX, principalmente, no pensamento Positivista de Auguste Comte e nas obras sociológicas e educacionais de Durkheim.

Em Auguste Comte, o caráter do sujeito autônomo, racional e livre de Kant encontraria sua realização em uma sociedade racional e moralmente científica; a superação da mentalidade religioso-metafísica de mundo, própria do processo histórico de evolução da espécie humana descobriria seu destino definitivo em uma ordem social positiva construída e fundamentada na ciência. Para ele, a organização moral do mundo moderno pautava-se no altruísmo científico elevado pela cátedra do conhecimento, onde o cientista assumiria o sacerdócio efetivo do todo social moral da modernidade.

Esta concepção de mundo e sociedade daria na teoria de Comte os fundamentos e o papel da educação no século XIX. Retomando os princípios racionais e científicos da evolução do conhecimento desde a antiguidade clássica, passando pela metafísica grega e medieval, bem como, pela evolução científica de Galileu e Bacon; funda o que ele vai chamar do curso de filosofia positiva, onde aprofunda desde o estudo do conhecimento mais abstrato a astronomia, passando pelas ciências naturais até chegar ao conhecimento racional da sociedade.

Na verdade Comte estrutura de forma curricular a educação e o método de ensino a ser apropriado pela escola moderna. Ele fundamenta seu curso, explicando o caráter da abordagem a ser assumida pela filosofia positiva. Em linguagem própria, explica:

Como ela se distingue principalmente por uma contínua preponderância, há um tempo lógica e científica, do ponto de vista histórico ou social, devo em primeiro lugar, para melhor caracterizá-la, lembrar de modo sumário a grande lei que estabeleci, em meu sistema de filosofia positiva, sobre a evolução total da Humanidade, lei à qual por outro lado nossos estudos astronômicos deverão em seguida recorrer com frequência. (COMTE, 1995, p. 22)

E constitui a hierarquia das ciências:

Chega-se assim gradualmente a descobrir a invariável hierarquia, a um tempo histórica e dogmática, igualmente científica e lógica, das seis ciências fundamentais, a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia, das quais a primeira constitui necessariamente o ponto de partida exclusivo e a última o fim único e essencial de toda a filosofia positiva, considerada doravante como formando, por sua natureza, um sistema verdadeiramente indivisível, onde toda decomposição é radicalmente artificial, sem ser alias, de nenhum modo, arbitrária, relacionando-se tudo isso enfim a humanidade, única concepção plenamente Universal (idem, 1995, p. 23)

Seguindo este mesmo fio condutor, o funcionalismo de Durkheim definirá de forma organizada o papel da Sociologia como ciência na compreensão da sociedade e da educação como formadora do espírito racional da solidariedade orgânica presente na urbanidade do século XIX, no qual a nova ordem social científica se daria pelo fundamento solidário do altruísmo definido pela divisão social do trabalho. Através da dimensão da solidariedade orgânica efetivada na urbanidade própria da dinâmica moderna e, conseqüentemente, da educação.

É na formação da divisão técnico-científica que a educação, através da ciência, constituirá a formação ética e moral do espírito da humanidade. Tomando por base a metáfora da teoria do espelho no qual a imagem da sociedade e/ou da educação deveria refletir no indivíduo da mesma forma que na sociedade.

2 A educação na teoria funcionalista de Durkheim

Assim penetrar na obra pedagógica de Durkheim, significa de um lado, entender que seus escritos se coadunam com essa mentalidade acima descrita e, de outro, que seu pensamento educacional é fruto de sua elaboração sociológica.

Neste sentido, o primeiro conceito básico que o identifica com o pensamento comtiano, e dá as primeiras noções de sociedade é o caráter sistêmico e evolucionista de sua teoria, de observá-la como um sistema funcional biológico, característico do corpo humano, tanto em sua estrutura estática quanto em sua função dinâmica. Esses aspectos que se manifestam na dimensão humana expressam-se em sua teoria da sociedade e refletem na sua visão de educação.

Esse olhar evolucionista toma corpo em sua concepção de história, para ele os sistemas e/ou as instituições sociais são realidades contínuas que se acumulam e permitem mudanças significativas, ou que justificam rompimentos com as construções anteriores. Além disso, são realidades que se estruturam a partir de bases econômicas

próprias, ou que se organizam em contextos que se elevam e dão sentidos as suas instituições, possibilitando acúmulo de experiências e movimentos que geram transformações.

Esse modo de interpretar a sociedade aprofunda-se em sua obra sobre as origens dos sistemas modernos de ensino, para ele a educação não é um simples apêndice social, mas ela expressa a temporalidade de um povo, sua evolução histórica e o desenvolvimento econômico cultural de suas instituições. Em sua linguagem:

Ao invés de nos perguntarmos primeiro em que consiste o ideal contemporâneo, devemos transportarmo-nos ao outro extremo da história; o ideal pedagógico mais longínquo, o primeiro a ser elaborado por nossas sociedades europeias, é o que devemos procurar alcançar, observando, descrevendo e explicando tanto quanto for possível. A seguir, acompanharemos passo a passo a série das variações pelas quais passou sucessivamente à medida que as próprias sociedades se transformaram, até finalmente, chegarmos aos tempos contemporâneos. (DURKHEIM, 1995, p. 20)

Da mesma forma que enfatiza esse aspecto dinâmico, ele incorpora a mentalidade da estática e do equilíbrio das instituições em seu processo evolutivo. Há um contínuo que se organiza, mas que permanece estruturado em sua evolução histórica permitindo movimento do todo orgânico social. Em sua elaboração o hoje é continuação equilibrada das formações institucionais anteriores. Assim mais adiante ele afirma:

Os homens do Renascimento estavam convencidos de que nada deveria ficar da escolástica; e, na verdade, sob essa violenta força, não sobrou muita coisa. Deveremos perguntar-nos se dessa atitude revolucionária não resultou alguma grave lacuna no ideal pedagógico que nos foi transmitido pelos homens do Renascimento. Assim, a história nos permitirá não só afirmar nossos princípios, mas também descobrir, às vezes, aqueles de nossos predecessores dos quais devemos tomar

consciência, pois somos seus herdeiros. (Idem, 1995, p. 23)

Essa mentalidade, então trará em sua compreensão outros conceitos sociológicos fundamentais na interpretação da educação francesa de seu tempo, de tomá-la como formadora do ideal de sociedade de um contexto determinado, marcado essencialmente por aspectos morais e formativos. Na verdade ele se pergunta qual deva ser a educação ideal, porém afirma que não há esse ideal, pois buscá-lo simplesmente na história seria cair em uma abstração que negaria sua efetividade no concreto. Isto significaria dizer que admitiríamos de modo implícito que um sistema educativo não é, por si mesmo, nem um pouco real.

Assim, ele vai afirmar a ideia da educação como fato social coletivo e coercitivo da sociedade sobre o indivíduo, o qual é uma premissa das gerações passadas sobre o presente, definindo-a como uma condição institucional posta no contexto em que está inserida. Na sua perspectiva, expressa a mentalidade mais ampla de educação e seu caráter exterior e inculcador dos valores sociais:

De fato, é a sociedade que nos faz sair de nós mesmos, que nos obriga a considerar interesses diferentes dos nossos, que nos ensinou a dominar os nossos ímpetos e instintos, a sujeitá-los a leis, a nos reprimir, a privar, a sacrificar, a subordinar os nossos fins pessoais a fins mais elevados. Foi à sociedade que instituiu nas nossas consciências todo o sistema de representação que alimenta em nós a ideia e o sentimento da regra e da disciplina tanto internas quanto externas. Foi assim que adquirimos o poder de resistir a nós mesmos, ou seja, o domínio sobre nossas vontades, um dos traços marcantes da fisionomia humana desenvolvido à medida que nos tornamos mais plenamente humano. (DURKHEIM, 2011, p. 59)

Esta interpretação nos leva à formação efetiva do sujeito racional e livre interposto à condição da sociedade e seus valores. A

educação assume na sua sociologia um aspecto essencial na dinâmica da sociedade moderna, a inculcação dos princípios morais e éticos que definirão não só o conceito de ser humano, mas a ética determinada pela ação científica. Esse espírito racional encontrará guarida no conceito de solidariedade orgânica presente na urbanidade, em que a nova ordem social científica se daria pelo fundamento solidário do altruísmo definido pela divisão social do trabalho.

A educação teria, portanto, a dupla função de estabelecer, por um lado, valores morais circunscritos ao sentido leigo e racional da sociedade, e de outro estabelecer a divisão técnica e científica que estaria inerente a complexificação social trazida pela ciência. Neste sentido ela seria una e múltipla, capaz de formar o cidadão e de estabelecer a diversidade na sociedade. Assim ele afirma:

O resultado destes fatos é: que cada sociedade elabora um certo ideal do homem, ou seja, daquilo que ele deve ser tanto do ponto de vista intelectual quanto físico e moral; que este ideal é, em certa medida, o mesmo para todos os cidadãos; que a partir de certo ponto ele se diferencia de acordo com os meios singulares que toda sociedade compreende em seu seio. É este ideal, único e diverso ao mesmo tempo, que é o pólo da educação. (Idem, 2011, p. 52)

Na verdade ele vai definir a natureza e a função da educação na sociedade com a seguinte máxima:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular. (Ibidem, 2011, p. 54)

Essa dimensão teórica construída por Durkheim estará circunscrita em um aspecto importante influente no pensamento

sociológico e educacional de seu tempo, que é o caráter laico e racional das instituições e dos sistemas educacionais. Os conceitos de sujeitos autônomos, racionais, livres e científicos pressupõem de um lado, a constituição de sistemas fundados sob a lógica definida pela sociedade organizada pelo Estado com instituições leigas e racionais, e de outro, da formação de uma elite pensante, culta e sensível que expressassem o sentido racional da humanidade.

Isso trará no olhar do pensamento educacional de Durkheim, um papel preponderante colocado no professor, à tarefa precípua na formação dos alunos. Aproxima os professores em grau e responsabilidade a dos cientistas. Segundo ele, é necessário que se forme uma elite intelectual e sensível capaz de pensar e desenvolver o espírito da humanidade, que estruture tanto o caráter da solidariedade e do altruísmo social, como desenvolva nas gerações seguintes o espírito racional e científico dos alunos. De certo modo, dá ênfase a uma educação tradicional pondo no professor o elemento formador e repassador da cultura e do conhecimento científico. Assim expressa em sua forma de ver a educação:

Não podemos nem devemos todos nos devotar ao mesmo gênero de vida; dependendo das nossas aptidões, temos funções diferentes a desempenhar, e é preciso está em harmonia com aquela que nos incumbe. Nem todos nós fomos feitos para refletir; são precisos homens de sensação e ação. Ao contrário, são precisos outros cujo trabalho seja de pensar. Ora o pensamento só pode se desenvolver ao se desprender do movimento, recolhendo-se em si mesmo e desviando o sujeito da ação exterior para que ele mergulhe por completo em sua mente. (ibidem, 2011, p. 44)

Embora essa citação tenha causado profundas críticas, por gerar relações dicotômicas entre o pensar e o agir, o que Durkheim efetivamente propõe é uma ação pedagógica racional e consciente, capaz de formar o sentido laico e racional da modernidade, e o professor como elemento essencial na formação desse processo,

constituindo a partir da disciplina a liberdade estabelecida pelo estado de direito. Assim ele acrescenta,

A liberdade é a filha da autoridade bem aplicada, pois ser livre não significa fazer o que bem entender, mas sim ter o autocontrole e saber agir guiado pela razão e cumprir o seu dever. A autoridade do professor, que é apenas um aspecto de autoridade do dever da razão, deve ser empregada justamente para dotar a criança deste autocontrole. A criança deve, portanto, estar acostumada a reconhecer a autoridade na palavra do educador e a respeitar a sua autoridade. Essa é a condição para que mais tarde ela encontre em sua consciência e acate o que ela prescrever. (ibidem, 2011, p. 73)

Completando esse caráter laico e racional de sua obra pedagógica ele coloca no Estado a responsabilidade da educação: cabe a este ente e/ou a sociedade a construção laica e formativa do indivíduo. Como a sociedade é superior e coercitiva, o sistema educacional deve ser público em sua maioria, e quando privado deve ser submetido efetivamente à fiscalização e estruturação de seus organismos. Portanto ele expressa:

Uma vez que a educação é uma função essencialmente social, o Estado não pode desinteressar dela. Pelo contrário, tudo o que é educação deve ser, em certa medida, submetido à sua ação. Isto não significa, no entanto, que ela deva necessariamente monopolizar o ensino. (ibidem, 2011, p. 63)

E, acrescenta:

Porém, o fato de o Estado dever, em prol do interesse público, sua responsabilidade direta não implica que ele permaneça indiferente ao que acontece dentro das instituições. A educação que elas fornecem deve, pelo contrário, ficar submetida ao seu controle. Não é

nem mesmo admissível que a função de educador seja desempenhada por alguém que não apresente garantias específicas que somente o Estado pode julgar. (ibidem, 2011, p. 63)

Portanto são essas reflexões que colocarão na contemporaneidade o papel de destaque da sociologia durkheimiana. Sua forma compreensiva de olhar e de interpretar as instituições traz consigo o aspecto ambíguo de seu sistema sociológico, pois de um lado possibilita a observação de aspectos institucionais positivos, e de outro, a contradição, por sua sociologia favorecer análises que justificam ações conservadoras da sociedade. É neste contexto que influenciará o olhar na educação nos dias atuais.

Considerações finais

À guisa de conclusão, o artigo caminha na ideia de ao invés de se fazer considerações efetivas sobre o arcabouço teórico do autor – acima exposto - relacionado à educação, de vislumbrarmos a partir dos conceitos de evolução, equilíbrio, integração e estabilidade a influência de sua teoria sobre as abordagens modernas sociológicas que possibilitam na atualidade um olhar sobre os sistemas educacionais.

Assim, poderíamos pensar tomando como referência Carlos Alberto Torres (1997), três aspectos fundamentais de sua teoria que possibilitaram sua influência nas teorias modernas do pensamento sociológico e educacional. O primeiro deles é a sua forma evolucionista do pensamento introduzido pelo seu conceito de história, no qual incorpora a ideia de contexto fundamentando, a partir das mudanças econômicas e culturais, a evolução sistêmica da educação. Aspecto apresentado em sua obra “Sobre a Evolução Pedagógica” no qual a passagem do espírito religioso presente na educação para uma dinâmica laica e pública, deveu-se às mudanças sociais ocorridas da idade média cristã para o mundo racional moderno.

O segundo aspecto circunscreve na concepção apresentada na obra “Educação e Sociologia” em que demonstra uma efetiva ênfase no caráter integrador e funcional da educação, o que se justifica que a dinâmica evolucionista dos sistemas educacionais se organiza e se estrutura por uma forte integração cultural das gerações passadas com as gerações futuras, e do mesmo modo, são intensificadas com a divisão técnica e científica da divisão social do trabalho potencializada pelas especializações presentes nas sociedades urbanas e industriais.

E por último, subscrevendo essa concepção colocada acima, perpassa na influência dos conceitos de solidariedade mecânica e orgânica que favorece na sociedade moderna a funcionalidade das regras do estado de direito, em que exigiria a construção de uma nova pedagogia pressuposta da necessidade de uma maior individuação na sociedade moderna, o que levaria da passagem de uma educação espiritual a expressão da transformação a uma pedagogia racional e, por consequência, a reorganização sistêmica da escola. O que na linguagem de Morrow & Torres (1997) levaria a uma concepção racional e secular do individualismo e, do mesmo modo, à mudança inevitável por maior sede de justiça, laica e racional; transformando, portanto, o sentido da educação.

Esses três elementos potencializarão a influência durkheimiana nas teorias, desde o final do século XIX e início do XX na antropologia funcionalista Levi Strauss, Malinovski e outros, a passagem progressista de Bourdieu e sua teoria da Reprodução, aos conceitos de integração e mudança de Merton. Além da análise das estruturas sistêmicas de Parsons influenciado por uma concepção mais conservadora do pensamento de Durkheim. Demonstrando, assim o alcance da teoria do mesmo em seu caráter progressista da modernidade social democrata, ao liberalismo sistêmico da sociedade capitalista e do estado moderno presente nas teorias da reprodução social e de investigação sistêmica da educação na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. **Novum Organum**. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

COMTE, Auguste. **Discurso Sobre o Espírito Positivo**. São Paulo: Ciro Moranza, 1995.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 17 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

_____. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Educação e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

KANT, Immanuel. **Textos Seletos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Obras Pedagógicas**. São Paulo: UNESP, 1990.

MORROW, Raymond A. & TORRES, Carlos A. **Teoria Social e Educação: uma crítica das teorias da reprodução social e cultural**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

AS ÁGUAS E OS RIBEIRINHOS – BEIRANDO SUA CULTURA E MARGEANDO SEUS SABERES

Eliana Campos **POJO**¹

Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA

elianapojo@ufpa.br

Lina Gláucia Dantas **ELIAS**²

Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA

lina@ufpa.br

Maria de Nazaré **VILHENA**³

SEDUC

navilhena2@yahoo.com.br

Resumo: *Este texto é uma reflexão sobre os ‘saberes das águas’ a partir do cotidiano e movimento dos ribeirinhos na dinâmica da Amazônia paraense. Resumidamente trata-se de elucidar os saberes das águas pelas representações dos moradores, seus modos de viver e estar no espaço-tempo dos rios, furos, igarapés e florestas, buscando contribuir para as discussões sobre a Educação Básica do campo no sentido de compreender como esses saberes se inserem na dinâmica educacional de forma a valorizar o desenvolvimento do ‘campo’ a partir das necessidades dos sujeitos ribeirinhos.*

Palavras-chave: *Povos ribeirinhos. Águas. Culturas.*

Abstract: *This text is a reflection on the ‘knowledge of the waters’ from the daily life and movement of riverine dynamics of Pará in the Amazon. Briefly it is to elucidate the knowledge of the waters by the representations of the residents, their ways of living and being in space-time of rivers, boreholes, streams and forests, seeking to contribute to discussions on the Basic Education of the field in order to understand how these knowledges are included in educational dynamic in order to enhance the development of the ‘field’ from the needs of coastal subjects.*

Keywords: *Coastal peoples. Waters. Cultures.*

¹ Docente da FAECS, Campus de Abaetetuba. Doutoranda de Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Docente da FAECS, Campus de Abaetetuba.

³ Professora da rede estadual de educação.

Introdução

Este escrito é oriundo das incursões ao ‘campo’ por meio da pesquisa *Travessias, Identidades e Saberes das Águas – cartografia de saberes de populações ribeirinhas no município de Abaetetuba* desenvolvido pelo grupo de pesquisa GEPSEED⁴ desde 2012, que busca enfatizar em suas discussões a realidade amazônica, especificamente tratando sobre as populações tradicionais ribeirinhas, numa travessia pelas águas, rios e florestas componentes do cenário amazônico das, aproximadamente, setenta e duas (72) ilhas nesse município.

É nesta geografia que a pesquisa se desenvolve, no contorno de três escolas públicas: Escola Municipal Felipe Campelo, no rio Piquiarana; Escola Municipal Santo André, no rio Baixo-Itacuruçá e a Escola São João Bosco, no rio Arapapuzinho. Aliás, em se tratando desse pedaço da Amazônia não é excesso dizer que todo o movimento populacional e econômico é realizado pelos rios, tão fortes na vida da comunidade que é pelo nome deles que a escola e a comunidade são identificadas, ou seja, os nomes pelos quais a comunidade se orienta, se identifica, se conhece e reconhece é pelo nome do rio.

Neste escrito o propósito é elucidar os *saberes das águas* pelas representações dos moradores ribeirinhos, pelos seus modos de viver e estar no espaço-tempo dos rios, furos, igarapés e florestas, vida esta tangenciada por uma travessia socio-histórica e ‘amazoniágua’, ou seja, relacionando-a com as questões atuais e dos próprios sujeitos ribeirinhos e tomando o cuidado de não anular suas expressões materiais e simbólicas, perspectivando apreender saberes que possam dialogar com uma ‘nova/outra’ forma de pensar a escola ribeirinha e sua dinâmica cotidiana rural, ainda que necessitando de maiores aprofundamentos teóricos para melhor compreendê-la.

O povo ribeirinho, dessas comunidades especificamente, possui um modo de vida atrelado à natureza e aos recursos naturais

⁴ O Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão Sociedade, Estado e Educação: ênfase nos governos municipais e educação do campo – GEPSEED.

e conhece, por experiência, os desafios encontrados e enfrentados na realidade social e cotidiana onde vivem. As intempéries da natureza não as amedrontam, muito pelo contrário, há respeito, não medo. A falta de água potável também não as impedem de fazer as tarefas domésticas e a higiene pessoal, mas questiona e luta por este direito. Geralmente moram em casa de madeira e vivem da pesca, da caça, do extrativismo de produtos florestais, do cultivo do açaí, da fabricação e venda de rabetas⁵, da produção de carvão, do plantio, da feitura da farinha e do trabalho nas olarias.

1 O simbolismo das águas: incursões teóricas e representações dos ribeirinhos

Foi o envolvimento com o lugar, com os sujeitos nas travessias pelas águas dos rios Pará, Tocantins e Maratauíra entre outros rios, observando os saberes e fazeres da comunidade ribeirinha que nos possibilitou compreender melhor os modos de vida na Amazônia paraense com a intenção de adentrar nos *'jeitos'* de ser e está sujeito amazônida, captando a interpretação dos saberes e das identidades dos ribeirinhos neste pedaço da Amazônia que se faz na diferença e no diverso.

A Amazônia é interpretada a partir de diferentes olhares e dimensões de acordo com o tempo histórico, o enfoque legal e teórico, interesse político, econômico, social entre outros aspectos, porém, todos esses olhares situam o caráter de sua importância para a vida humana e das outras espécies. Para os habitantes da beira dos rios, recorte deste escrito, a Amazônia se apresenta de forma própria e somente um *'olhar sensível e observante'* sobre as práticas sociais

⁵ Rabetas são pequenas embarcações motorizadas que podem ser cobertas (com toldo) ou descobertas, normalmente de pequeno porte. Tais embarcações funcionam como um transporte "táxi nos rios", pois é veloz e acessível para o transporte de pequenas cargas e passageiros, fazendo o percurso das comunidades das ilhas até a *urbis* do município.

nela existentes poderá situá-la de forma concreta e fora de visões generalistas e exóticas a que muitas vezes é submetida.

Na Amazônia paraense convive-se com costumes e uma rotina margeada pelas águas dos rios, furos, igarapés, florestas, várzeas, baías, com as ilhas e suas praias, com os campos alagados, contextos que apresentam especificidades ambientais e sociais. A exemplo, a imagem abaixo mostra a intimidade do homem com a natureza: em pé, na pequena canoa, não desafia a natureza, é integrante dela; o vento e a forte maresia não o assustam, há equilíbrio, pura imagem amazônica paraense.

Figura 01: Rio Guamá - Belém/PA.



Fonte: Eliana Pojo

Na Amazônia, os rios são mares por sua extensão. O rio-mar⁶ descrito escapa à racionalidade geográfica. As pessoas que o margeiam assim também o denominam, pela sua magia, pela sua

⁶ Trazemos uma ideia que caracteriza o rio para além da geografia, a qual admite uma dualidade entre rio e mar. Cultivo uma concepção de mar que é rio e de rio que é mar. Se vivência em plena Amazônia a existência de um rio-mar que não é metafórico, é literal, ou seja, não existe do mar ou do rio, porque o rio é mar. Por isso, rio-mar, termo que utilizaremos neste escrito.

temporalidade. Essa natureza biológica e os modos próprios de habitar nessa Amazônia integram um ecossistema estuarino considerado como áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na região costeira - região norte, colocada na categoria de área de “extrema importância biológica”. (MMA, 2002, p. 14)

Como dito anteriormente, buscaremos focalizar neste escrito os ‘*saberes das águas*’ e os ribeirinhos, aqui do ponto de vista das relações sociais⁷, ou seja, problematizando as questões socioculturais do cotidiano ribeirinho pela dinamicidade das águas que perpassa os contextos e situações reais. Em outras palavras, o esforço é situar o território⁸ social dos ribeirinhos a partir das águas e de seus modos de vida, incluindo o imaginário advindo ‘das águas’ que, sem preocupação com o científico, se confunde com o real.

Sobre o tema recorreremos a vários autores pontuando os diversos sentidos e a complexidade que envolve os ‘*saberes das águas*’, especialmente a obra *A imagem das águas*, organizada pelo estudioso Antônio Carlos Diegues, além de outros aspectos teóricos não menos importantes e, as várias observações/incursões ao ‘campo’ durante a travessia da pesquisa que vem sendo desenvolvida junto aos ribeirinhos, no seu cotidiano e suas relações com as águas.

Uma referência importante apontada por Diegues (2000b) é a imbricação existente entre águas, rios e mares representativos de práticas sociais e simbólicas de comunidades pescadoras, o

⁷Trato das relações sociais no sentido dos rios que geram sobrevivência aos habitantes das ‘ilhargas’ e das ‘margens’, dos *saberes das águas* que foram e são produzidos pelos ribeirinhos que convivem diariamente com às águas e suas interfaces com a dinâmica social, cultural, simbólica, identitária e econômica.

⁸Aqui compreendido “como uma dimensão social construída pelos grupos sociais, de mediações espaciais (escola, igreja, plantação, transporte, etc.) que proporcionem o efetivo poder material e simbólico desses grupos. Tais comunidades ficam localizadas em ilhas que estão situadas pelos rios Arapapu, Aparapuzinho e Itacuruçá. Assim, territorializa-se integrando as dimensões ecológicas, econômicas, políticas e culturais de forma diferenciada, conforme sua identidade sociocultural e o tipo de relação que essa identidade assume com a natureza, em determinado momento histórico”. (OLIVEIRA & HAGE, 2011, p. 143)

que vale dizer que são comunidades ribeirinhas que não atuam necessariamente com a pesca, num diálogo de sobrevivência e vida com esses elementos. Ressalta-se que nesses lugares/contextos as comunidades participam da simbologia universal da água, mas há distinções de diversas ordens, a exemplo, na mitologia a água doce assume característica feminina, enquanto o mar tem característica masculina.

Os estudos de Cunha (2000, p. 15) nesta mesma obra, indicam que:

prende de significados, a água é um elemento da vida que a encompassa e a evoca sob múltiplos aspectos, materiais e imaginários. Se, por um lado, é condição básica e vital para a reprodução, dependendo dela o organismo humano, por outro, a água se inscreve no domínio do simbólico, enfeixando várias imagens e significados.

Para os ribeirinhos, foco desta pesquisa, isso se manifesta no respeito e no saber lidar com o rio-mar; pela disposição em navegar dia a dia entre furos, igarapés e rios; por possuir conhecimento sobre a ‘essência viva’ das marés vazantes, cheias, de lance, de quebra; por saberem, com precisão, o tempo das águas para navegar com as embarcações, por saberem das fases da lua e sua relação com o rio-mar, confirmando que os *saberes das águas*, digno de muita reflexão e admiração, são construídos pelos sujeitos que interagem cotidianamente com essas águas.

Novamente amparado no estudo de Cunha (2000, p. 18-24), a água “é o lugar de passagem ou travessia, é o ponto de navegação, de deslocamento de um continente ao outro”, digo de um rio a outro e entre furos, “de contato corpóreo quando se toca nas águas, mergulha-se em sonhos, purifica-se o corpo e a alma”, ou simplesmente se vive o lazer. Ainda, para esta autora, a água constitui-se um símbolo cheio de significados, ambivalências ou contraposições, pois representa o sublime, a magia, a paz, a tranquilidade, a liberdade, a beleza, a vida, mas também, a destruição, a dificuldade, o sacrifício, a realidade,

a morte, demonstrando que a água está “repleta de elementos imagéticos, revestindo-se de significações em diversos contextos culturais – é, ao mesmo tempo, substância (matéria) e símbolo (imagem)”.

Reafirmamos com base nos autores acima citados, que o percurso e o movimento das águas marcam e demarcam as relações sociais nas dimensões econômica, política e cultural neste contexto inequivocamente rural/ilhas. Nesse sentido, as políticas públicas de saúde, de lazer, de educação, entre outras, passa necessariamente pela relação intrínseca com o movimento das águas porque, de algum modo, o rio-mar é o sinalizador da vida, como bem diz o poeta paraense Benilton Cruz quando afirma que *o rio procura o homem e o homem procura o rio*.

Esse legado social e histórico desses sujeitos remonta “à fase pré-histórica de ocupação da Amazônia, cuja cultura dos povos primeiros perpassou séculos, deixando um legado sociocultural para as populações contemporâneas em termos de manejo ambiental, hábitos alimentares, relação entre mundo terrestre e mundo aquático e um *modus vivendi* particular”. Mesmo que pouco beneficiada pelas políticas públicas, orgulha pelo pertencimento. (UFPA, 2004, p. 30).

2 Águas, ilhas e os rios de Abaetetuba

As ilhas deste município são muitas, algumas habitadas e outras não. Na pesquisa estamos localizados em comunidades ribeirinhas e quilombolas que perpassam os rios Abaeté, Maratauíra, Arapapu, Piquiarana, Genipauba, Acaraqui, Itacuruçá, Ipanema e próximo ao furo do Gaita, que nos levam ao encontro com saberes e identidades dos ribeirinhos. A cidade desse município constitui-se numa cidade movimentada pelo trânsito intenso de embarcações na via fluvial e de motos, carros e bicicletas na via terrestre e, ainda, pelo entreposto das pessoas dos municípios vizinhos.

Localiza-se na mesorregião do nordeste paraense e na microrregião de Cametá, situado pelo estuário dos rios Pará e Tocantins, rios esses que formam a baía de Marapatá, na zona tocantina. Sua área é cercada de ilhas, constituída por uma população de aproximadamente 142 mil habitantes, sendo que 45 mil de seus habitantes vivem na região das ilhas. (CPT & MORIVA, 2009, p. 42)

Segundo Diegues (1998), o sujeito ribeirinho assume seu cotidiano, seu espaço de vida nas ilhas, situando-a enquanto *território* por constituir esse espaço com identidades e valores. Enfatiza o conceito de *ilheidade*, como sendo a apropriação, por parte do ilhéu, de sua identidade local. Nesses termos, o autor diz ser a “tomada de consciência de um modo de vida particular, diferente das populações continentais e está associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formam a respeito de seu espaço geográfico-cultural oriundo de sua insularidade” (p. 14).

Das observações do cotidiano dos ribeirinhos quanto as relações estabelecidas entre estes e as águas, é evidente que os rios são territórios (lugares, espaços e tempos) habitados e em constante movimento demarcados pelos significantes e significados dados a eles por seus habitantes. Assim, conforme documento dados do lugar (CPT, 2006, p. 25) alguns moradores se definem:



Esse significado dado ao viver às margens dos rios está fundado nos saberes e fazeres do viver ribeirinho nessas comunidades, demonstrando o atravessamento da vida humana pelas águas dos rios de Abaetetuba, pois é o fluxo e o tempo-espaço das águas que dirigem a vida ribeirinha, especialmente pelas dimensões que passamos a descrevê-las.

A água e a urbis

Figura 02: Beira/Trapiche de Abaetetuba.



Fonte: Projeto Travessias/GEPSEED/UFPA

Dos que estão do lado de cá (às margens do rio-mar) ir até a cidade é comum, como nesta fala de uma das moradoras do rio Arapapuzinho: “para ir pra cidade quando a água tá bonita nós desce aqui!”. Assim, à beira e nos rios transparecem o desenho movimentado do trânsito de embarcações em direção as mais variadas localidades, incluindo a *urbis* de Abaetetuba, conforme podemos observar nas imagens que mostram moradores e estudantes vindo para a cidade e de marreteiros⁹ indo para as comunidades ribeirinhas comprar peixe para a revenda numa travessia costumeira.

⁹ Moradores (normalmente homens) de Abaetetuba que comercializam os produtos da agricultura (área rural) e do comércio (parte urbana) no cotidiano do ir e vir entre os rios e a cidade.

Figura 03: A travessia do ir e vir nos rios de Abaetetuba por estudantes, moradores e marreteiros.



Fonte: Projeto Travessias/GEPSEED/UFPA

Esse atravessamento das pessoas pelas águas dos rios situa o movimento social, econômico e cultural entre duas dimensões de um mesmo território: a ruralidade advinda das ilhas e a cidade urbana. Tais dimensões se entrelaçam por necessidades sociais que passam a historicizar valores e modos de existir por meio de costumes como acordar cedo para ir à beira, o vocabulário próprio e peculiar, a venda de produtos (açai, pupunha, camarão e outros), a compra de mercadorias que não têm nas localidades, conversar sentados nas pontes, fazer um chá para curar a doença do vizinho, benzer o quebranto da criança. Representações simbólicas e valorativas que dão identidade de povo, de modo particular e de comunidade, nos desafiando a:

entender as novas dinâmicas urbanas que emergem na Amazônia. As estruturas de municípios ou localidades alteram-se com movimentos de fragmentação sócioterritoriais, mas ao mesmo tempo incorporam demandas de serviços tradicionalmente urbanas, embora se mantendo estruturas agrárias e modos de trabalho e de vida. O campo do urbano complexifica-se, mas com particularidades que dizem respeito também ao território marcado pela presença da floresta, das águas e de seus recursos naturais. (UFPA, 2004, p. 35)

A ruralidade dos ribeirinhos movimenta a *urbis* e a *urbis* se oxigena da ruralidade, ambas produzem-se mutuamente. De outro modo, o rural está imbricado com a *urbis* e vice-versa, constituindo uma simbiose no existir cultural da cidade.

A água e o trabalho

Figura 04: Pescadores às margens do rio Maratauíra/Abaetetuba.



Fonte: Projeto Travessias/GEPSEED/UFPA

Pela fala dos moradores dessas comunidades, de profunda riqueza semântica, é possível visualizar as diferentes formas de trabalho desenvolvidas pela comunidade, identificadas por um vocabulário próprio que denomina elementos ou objetos ali encontrados como *peconha*, *rasa*, *matapi* e ações como *debulhar*, *lancear*, *gapuiar* entre outros termos, materializando seus fazeres junto à natureza por meio da terra, da floresta, às margens dos rios e nas águas.

Também nessas comunidades trabalho e alimentação estão interligados. Agir no trabalho é, em muitos casos, a retirada do alimento para sustento da família, especialmente quando se trata do trabalho n'água; comercializar os produtos no centro da cidade ou na própria comunidade pelos famosos marreteiros; vender e comprar os produtos para sua subsistência e da família. Os depoimentos, a seguir, elucidam a afirmativa:

De primeiro quando tinha o camarão, né - que agora tem, mas não é todo o tempo como era. Antes o cara pulava, ia e pegava avortado peixe e camarão. Aí botava matapi, lanceava. Tinha vez que ele ia lancear aí pra baixo que dava, ele tirava pra comer e vendia. (Sr. Vênâncio, 2012)

Olha, o açai a gente não pega, porque ele é planta nativa, né. Quando pega ele já crescido a gente faz o remanejo dele, limpa as árvores. A pessoa apanha e leva pra cidade para vender em Abaetetuba ou então o marreteiro compra no porto por um preço X. Este dinheiro é empregado pra alimentação e quem, por exemplo, têm olaria também pode ter açazal pra sustentar, né, pode ter as duas coisas. Agora a farinha, o dono do açazal também pode ter a roça. Ele tem o açazal na várzea e tem a roça na terra firme, como acontece comigo. Não sou grande produtor de açai, produzo pouco, só pra alimentação, mas tenho o açazal e a roça onde produzo a farinha. (Sr. Lucindo, 2013)

O trabalho das e nas comunidades ribeirinhas tem por base a natureza e esta está sensivelmente comprometida pela poluição dos rios e pelas queimadas. As agressões sofridas pela natureza que circundam essas comunidades afetam a sobrevivência local, a exemplo, a escassez de peixes, forçando os moradores a buscarem outras atividades e outros locais para comprar e vender seus produtos.

As imagens abaixo mostram a concreta relação e a importância da natureza, neste escrito especialmente da água, com a atividade laboral da população local. Imagens de um tempo histórico social e econômico presente, sujeito a mudanças, é certo, posto não ser a vida estática, mas que não deve ser prejudicada/alterada pela insensatez sob pena de desequilibrar o movimento próprio da vida ribeirinha.

Figura 05: Colheita do açaí, a pesca e a produção de carvão.



Fonte: Projeto Travessias/GEPSEED/UFGA

A água e a formação da identidade nativa

A ação social (trabalho, lazer, travessia, vizinhança, escola) é marcada pelo relógio natural impresso e expressado pelo movimento dos rios, responsáveis pelo vai e vem das pessoas. A afinidade, a empatia e a interação dos ribeirinhos com o rio-mar começa cedo, com as crianças aprendendo a se equilibrar no trapiche de suas casas, a remar, a brincar dentro da canoa, a tomar banho diário no rio e/ou na chuva, a lidar com a enchente e a vazante das marés, com o friozinho que vem lá do rio entrando pelas frestas das paredes das casas. Os adultos, os jovens e especialmente as crianças têm no encontro com o rio uma dinâmica que constitui sua identidade nativa, presente em qualquer contexto porque marcante.

As imagens expressam bem a imbricação da água na constituição formativa das crianças, no seu saber, no seu lazer, na sua relação com a natureza porque estabelecem, precocemente, uma intimidade com rio-mar.

Figura 06: Crianças brincando no rio Maracapucu/Abaetetuba.



Fonte: Projeto ravessias/GEPSEED/UFPA

Observando o cotidiano das crianças, em certa medida podemos afirmar que “o tempo do rio, o tempo do brincar, o desafio do contato do corpo com a água é que determinam o momento de iniciar ou de terminar a brincadeira, o jogo” (POJO & LOUREIRO, 2011, p. 23). Tais sensações demonstram que as brincadeiras realizadas pelas crianças também traduzem a cultura ribeirinha, pois:

as brincadeiras vividas pelos ribeirinhos se diferenciam das brincadeiras comuns da cidade urbana, principalmente pelo contexto e pelas regras. A floresta e o rio são elementos característicos da cidade ribeirinha, constituindo-se no cenário fundamental para a realização da maiorias das atividades. (POJO & LOUREIRO, 2011, p. 24)

A identidade nativa se constitui no movimento da vida, na experiência dos primeiros banhos no rio, provando as frutas, comendo peixes, camarão, farinha, brincando de ajudar ou ajudando, de fato, os pais nas atividades de trabalho e, assim, a criança aprende a andar, aprende a remar, a se movimentar pelas águas, a conhecer a floresta e sua importância, sua magia, seus encantos e desencantos, tornando-se um ribeirinho, com um olhar que atravessa as águas que conhece muito bem, um pertencimento mútuo e com a curiosidade de conhecer outros rios-mares.

Viver sob o signo das águas

Os modos de viver e suas resistências à sobrevivência os situam enquanto grupo social que demarcam e caracterizam territórios gerados a partir dos saberes enquanto formas alternativas de se relacionar com os ecossistemas e seus recursos, nas aplicações e usos da biodiversidade, ao desenvolverem práticas que são atualizadas pela cultura local do presente. Os ribeirinhos se localizam geograficamente, construindo uma forma própria de lidar com o tempo-espço das águas e suas miragens quando afirmam: “a gente

foi criado n'água” reafirmando que esse tempo-espaco é mutante, cíclico e da natureza

tirava água da cabeceira desse igarapé. Era água boa pra beber, uma água clara que dava pra fazer tudo: lavar roupa [...].Você olhava assim quando tivesse tomando banho, quando a maré tivesse carminha (calma), quem vinha de canoa enxergava todo o corpo da gente. (D. Rosalina, 2012)

Eu acho que o rio significa muito pra gente. Nada nele pela montaria (risos). Com a água grande a gente anda, com a água seca, não! Aqui no nosso rio, só com água grande. (D. Rosalina, 2012)

Á água é geradora de vida, é fonte de energia, causadora do bem-estar, ou não. O certo é que sem ela não há vida, e nesse lugar ela está presente em muitas situações do cotidiano. No entanto, há uma advertência a ser feita: no mundo aquático que cerca os ribeirinhos, a água não pode ser utilizada para beber. Está poluída. Situação contraditória, porque:

morando lá no rio, a água potável era clarazinha tava bem pertinho da gente e a gente não tinha essa ideia de vim pra cá. Naquele momento a água era mais pura do que é hoje, pois hoje a gente está sendo obrigado a ir buscar a água da terra firme pra abastecer o consumo. (Sr. Lucindo, 2013)

A falta de água potável é um dos fatos marcantes entre tantas questões que desafiam viver nas ilhas da Amazônia paraense. Mesmo estando cercada por águas (dos rios e das chuvas), a escassez desse recurso ainda é constante. Aqui fazemos um destaque preocupante quanto a falta de água tratada para o consumo dos estudantes nas escolas que ficam nessas áreas. A questão é parte dos estudos de Ravena (2006) onde afirma que a água é recurso vital, portanto, precisa estar sob um marco regulatório de direito coletivo e universal, afirmando que seu manejo seja de bem público, por isso:

a água, não pode ser regulada a partir de princípios utilitaristas que marcam predominantemente a relação entre as nações. Ao contrário, enquanto recurso vital necessita ser inserida no rol de valores universais que devem ser garantidos a partir do compromisso e da coordenação de organismos multilaterais. (p. 102)

Tais ideias expressas pela autora indicam que a falta de água tratada é uma questão de poder, de mando, de política pública e o uso utilitarista desse bem, desprovido do sentido de coletividade e de importância vital para a sobrevivência das pessoas traz consequências desastrosas à qualidade de vida humana e dos demais seres vivos.

Assim, o cotidiano do povo ribeirinho nesse território ilhéu sedimenta uma rica diversidade cultural, numa simbiose em que:

o homem e o rio são os dois mais ativos agentes da Geografia humana da Amazônia. O rio enchendo a vida do homem de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional. (TOCANTINS, 1961, p. 251)

Os ribeirinhos substanciam de forma própria uma observação acurada sobre as mudanças do rio-mar e da natureza em geral; dominam a localização geográfica das ilhas; são perceptíveis e sensíveis às mudanças climáticas e sociais que vem ocorrendo no lugar e no mundo; vinculam às águas às situações de assombrações e símbolos que polarizam a vida e a morte, a alegria e a dor, o real e o mágico, sentidos próprios de quem vive aqui.

3 Percepções das travessias

Para nós educadores da educação do campo, fica a questão: e a escola diante desses saberes? É fato que a água é o sinalizador da vida nesse contexto e nos parece que precisa também ser para a escola, pois a tríade terra, água e floresta sedimentam a identidade

ribeirinha, tão importante para a valorização da cultura amazônica e para a formação dos sujeitos. Tais saberes estão presentes na magia e sedução das lendas com significados próprios, como neste caso contado por um morador em uma de nossas travessias:

Um amigo me falou que na casa dele jogavam pedra, dentro da casa. Ele morava no Itamembuca e ele me disse que tinha noite, que ao amanhecer tava cheio de pedras dentro da casa. Ele mudou de lá, mora no Piquiarana. Conversando pessoalmente ele me contou esse fato. Eu fui na casa dele. Era toda forrada, na chave e entrava pedra não sei por onde! Esse caso foi verdade. Eu posso afirmar porque foi gente de confiança que me contou. (Sr. Lucindo, 2013)

O caráter meramente preservacionista considerado por Diegues (2000c), *o da natureza intocada*, é sucumbido por outro que considera a natureza humana e plural, que confirma a interlocução entre conhecimento científico e saberes dos ribeirinhos, ou seja, a natureza que se faz com a participação qualificada dos sujeitos que se educam mutuamente.

Essa organização cognitiva e sociocultural é conceituada por alguns antropólogos como sendo cultura de floresta tropical, dominante na Amazônia, talvez justificada devido aos ribeirinhos criarem lugares, novos espaços, serem valentes, reconstruírem o cotidiano e, a visão urbana de homens ‘rurais’ pobres e lentos do planeta, é ressignificada pela travessia que fazem no cotidiano com seus modos próprios de significar a existência frente as adversidades sociais em que a relação homem-natureza é o alicerce dessa construção. (UFPA, 2004, p. 30)

A dimensão socioambiental tão propagada no meio educacional ainda se ressentido de um olhar imbricado às relações sociais existentes, incluindo uma análise a partir de contextos concretos. No caso específico dos ribeirinhos e seus saberes, na perspectiva de acenar a outra ‘margem’ na construção de políticas públicas voltadas aos territórios do campo visando um processo de desenvolvimento

territorial sustentável pautado na defesa de bens comuns, como a água e a biodiversidade da Amazônia. (HAGE, 2010). Ou seja, os saberes podem servir para situar as problematizações existentes na sociedade, em particular nessas comunidades e que se iniciam com interrogações: qual o ‘norte’ dessa educação e para que sujeitos? Educar em que ‘margem’ ou ‘margens’? Talvez o ‘norte’ deságua na urgência social de um viver cidadão para todos, inclusive para os ribeirinhos, e acreditamos que essa ‘travessia educativa’ não se faz sem a interlocução com as lutas sociais, com a valorização das culturas rurais e com a produção do cotidiano construído pelos ribeirinhos que convivem com a água e com a floresta, na perspectiva da recriação das identidades, do empoderamento com o lugar, com sua gente e, dessa forma, assume-se uma concepção educativa mais ampla e situada historicamente.

Significa educar problematizando as identidades dos sujeitos ribeirinhos na relação com as águas, com a sociodiversidade existente, com a extensão dos rios, com a contradição das escolas estarem sob as águas e não terem água potável, com o transcurso das águas no cotidiano dos moradores ribeirinhos, com a confluência das ilhas e seus rios, com o diverso movimento entre rios, igarapés, furos, mares e marés é de alguma forma, valorizar a identidade cultural dessas populações ribeirinhas. De outro modo, esse reconhecimento cultural é não destruir a simbologia dos sujeitos e atuar pedagogicamente resistindo a ótica urbanocêntrica tão presente no currículo escolar das escolas do campo.

Os saberes ribeirinhos situados em contextos rurais confirmam, ainda, um viver humanizado fazendo frente a essa sociedade demarcada pela visão de homem-objeto em que presenciamos experiências de cooperação entre familiares, interação da vizinhança, convívio com a natureza, sob o qual esses sujeitos mantêm consigo valores, costumes, identidades e culturas singulares. Tais sujeitos e saberes podem orientar a escola formal a reorientar seu currículo e assim, resistir/persistir diante de uma escola fria e descontextualizada, ou seja, os saberes da cultura

ribeirinha podem ser o ponto de partida e de chegada para reflexões sobre as práticas educativas.

De outro modo, a singularidade rural/ribeirinha, expressa na valorização do campo como espaço de vida, cultura e trabalho pode imprimir à escola a aprendizagem coletiva de:

- α) articular diferentes dimensões da vida dos sujeitos do campo na dinâmica formativa dos envolvidos coma escola;
- β) conhecer as histórias da população do campo como importantes para a prática educativa;
- χ) validar os saberes acumulados dos ribeirinhos como mediação diante das diversas áreas de conhecimento;
- δ) envolvimento entre escola e os movimentos sociais existentes, enquanto contribuição relevante para as relações sociais tão engessadas entre escola e comunidade escolar;
- ε) atuar na perspectiva da metodologia da alternância enquanto exercício ‘outro’ de fazer curricular e este seja agregador das experiências culturais das comunidades do campo, ratificando uma troca interativa entre cultura, saberes e o conhecimento científico.

Consideramos esse escrito uma síntese incompleta e provisória, que muito se tem a percorrer para aprofundar e completar, pois a reflexão acerca dos *‘saberes das águas’* e sua problematização engendra diferentes dimensões. As dimensões aqui explicitadas enfatizam o movimento dos saberes construídos pelos ribeirinhos na interface com a prática educativa. Nesta, o cotidiano escolar é atravessado pela maresia das águas marcando entre tantas outras coisas, a distorção que há entre o tempo escolar/tempo das águas. E, esse saber da interação homem-água num cotidiano que se faz e se refaz constantemente são elementos fundamentais para pensarmos outras formas de pedagogia escolar em comunidades ribeirinhas da Amazônia paraense.

As identidades ribeirinhas com seus saberes das águas sinalizam ou ratificam a importância de construir o currículo escolar ancorado pela contextualidade local, ou seja, na mediação com os saberes dos cidadãos e cidadãs ribeirinhos, pois os significados culturais são

tão importantes quanto o acúmulo de conhecimentos socialmente construídos. A produção cultural viva é importante e atual para construção de uma identidade planetária de respeito e valorização do ser humano, numa identidade cultural dos saberes das águas que pode ajudar a reorientar a escola. E se faz urgente querer atravessar, pois “é o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”. (PESSOA, 2013)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002**. Ministério do Meio Ambiente, 2ª ed. Brasília, 2002.

CUNHA, L. H. de O. Significados múltiplos das águas. IN: DIEGUES, A. C. (Org.) **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Memória e Revitalização Identitária: Ribeirinhos e Ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba**. Abaetetuba/PA, 2006.

CRUZ, Benilton. **Semearei o rio**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos>. Acesso em: 05 de maio. 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000a.

_____. **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC, 2000b.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000c.

HAGE, S. & OLIVEIRA, Lorena Maria Mourão de. **Cartografia sócio-territorial da Amazônia paraense e suas implicações para as políticas de educação do campo**. 2010. (digitalizado).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/SBF, 2002.

OLIVEIRA, Lorena Maria Mourão de; HAGE, Salomão Antonio Mufarrej. **A socioterritorialidade da Amazônia e as políticas de educação do campo**. Revista Ver a Educação, Belém, v. 12, n. 1, p. 103-122, jan./jun. 2011.

POJO, Edson; LOUREIRO, João Paulo. **Lazer na ilha do Combu....** Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – UFPA: Belém, 2011.

PESSOA, F. **Travessias**. Disponível em: http://pensador.uol.com.br/autor/fernando_pessoa. Acesso em: 20 de maio, 2013.

RAVENA, N. **A polissemia na definição do acesso à água: qual conceito?** In: CASTRO, E. (Org.) Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006.

SILVA, G. O. de. Água, Vida e Pensamento: um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca. IN: DIEGUES, A. C. (Org.) **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SOBRINHO, S. **Relatórios anuais da FASE Programa Amazônia/Pará**. Belém, Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2005.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ/UFPA. **Estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico**. Relatório Projeto MEGAM. Belém: NAEA, 2004.

“SOLDADOS DA BORRACHA” – ESQUECIDOS OU NÃO LEMBRADOS?

Gilson Laone **PEREIRA**¹
PUC/RS
gilsonlaone@gmail.com

Resumo: *Este trabalho propõe uma interpretação sobre o modo de vida dos “soldados da borracha”, que foram brasileiros que atuaram na Segunda Guerra Mundial. Eles foram recrutados pelo governo brasileiro, que, aproveitando-se dos problemas enfrentados pelos nordestinos, recrutaram milhares deles para irem para região amazônica trabalhar na extração do látex, que seria exportado para os Estados Unidos para dar suporte ao governo e aos aliados da guerra. Com a entrada dos americanos na guerra, e com a tomada da Malásia pelo Japão, que estava com a hegemonia da borracha naquele período, o Brasil era o único capaz de fornecer esta matéria-prima. Dentro da atuação brasileira na Segunda Guerra estiveram em cena mais de 70 mil soldados, cerca de 25 mil integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e um pouco mais de 55 mil soldados, atuando na extração do látex. Por meio da cultura material, podem-se identificar informações sobre o modo de vida dos soldados da borracha nos seringais no Norte do Brasil que confirmaram as intensas adversidades encontradas.*

Palavras-chave: Borracha. Recrutamento e Problemas enfrentados.

Abstract: *This article proposes an interpretation on the way of life of the “soldiers of the rubber”, which were Brazilians who had acted in the Second World War. They were recruited by the Brazilian government, which is taking advantage of the problems faced by northeasterners; recruit thousands of them to go to the Amazon working on the extraction of latex, which would be exported to the United States to support the government and its allies in the war. With the entry of the Americans in the war, and with the taking of Malaysia by Japan, who was with the hegemony of the rubber during that period, Brazil was the only one able to provide this material. Within*

¹ Mestrando do programa PPG em História da PUC/RS.

the performance Brazilian in Second War were on the scene over 70 thousand soldiers, about 25,000 members of the Brazilian Expeditionary Force and a little more than 55,000 soldiers who served in the extraction of latex. By means of material culture can identify information on the way of life for the soldiers of the rubber in the rubber plantations in the north of Brazil, It confirmed the intense adversity found.

Keywords: *Rubber. Recruitment and Problems encountered.*

Introdução

O Brasil atuou ao lado dos americanos na segunda grande guerra, enviando tropas para os campos de batalha na Itália, mas dentro de seu território atuaram grandes personagens dando suporte ao poderio bélico. Esses soldados trabalharam na extração do látex, fornecendo matéria-prima para a produção de borracha, que era imprescindível para o êxito das tropas, sejam para pneus dos carros, mangueiras automotivas, calçados, botes infláveis, material isolante, entre uma série de outras utilidades da borracha.

Dentro desta participação, estiveram em cena mais de 70 mil soldados, cerca de 25 mil integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e por volta de 55 mil soldados, que atuaram na extração do látex. A participação destes dois efetivos ocorreu de forma muito distinta, por exemplo, diferentemente da atuação dos expedicionários. Para os soldados da borracha, a guerra não acabou em 1945, mas perdurou por décadas.

A adaptação a esse novo ambiente, para esses soldados da borracha, foi muito difícil. Tiveram de se adaptar para sobreviver, pois inúmeras eram as mudanças, como a geografia e, principalmente, o clima, para a maioria vinda do Nordeste. Essa situação, aliada aos intensos trabalhos na floresta extraíndo látex, somente agravava o estado biológico dos soldados, que se dedicavam a muitas horas de trabalho.

Este trabalho não pretende focar na guerra, nem em toda complexidade política que regou todo este processo, mas identificar

novas informações sobre o modo de vida dos soldados da borracha, por meio da cultura material. Trata-se de uma interpretação que terá por base evidências materiais que foram encontradas em antigos seringais localizados na região de Porto Velho, que guarda gerações de descendentes dos “soldados da borracha” que recordam do período do ciclo da borracha e que hoje estão bem-adaptados à região, e nela se identificam.

1 Decadência da borracha

Para tentar uma maior compreensão sobre a atuação dos “soldados da borracha” na Segunda Guerra, teremos que entender como se deu o processo de decadência da borracha no cenário mundial.

Desde 1913, a produção de borracha nos seringais amazônicos havia sido superada pela produção nos seringais cultivados da Ásia, continente que, nos anos subsequentes, assumiu rapidamente a hegemonia isolada no setor (MORALES, 2002).

Os ingleses haviam levado sementes de seringueira para a Malásia, onde lá aclimataram a espécie que se adaptou bem e muito rapidamente, não necessitando assim de muitos custos na produção, o que fazia o látex chegar ao mercado com um melhor preço do que o brasileiro.

Deste modo, passaram a criar concorrência com a borracha do Brasil. O Japão, nas preliminares da guerra, ao tomar a Malásia, deixa os ingleses e os aliados sem a matéria-prima, e, desta maneira, a solução seria o investimento na importação e produção da borracha no Brasil, que fora soberana em seu primeiro ciclo. Warren Dean, em seu trabalho, *A luta pela Borracha*, diz que após o início da Segunda Guerra Mundial, o quadro se agravou:

A deflagração da guerra na Europa proporcionou à economia industrial dos Estados Unidos tremendos problemas de fornecimento, sendo o de borracha o mais crítico. Não haviam sido feitas reservas de borracha,

embora alguns funcionários governamentais tivessem previsto a escassez. Descobriu-se que as companhias químicas americanas não tinham uma idéia clara sobre a produção de borracha sintética, pois se deixaram enganar por seus parceiros de cartel alemães (DEAN, 1989, p. 131).

Este quadro levou o governo americano, ao entrar na Segunda Guerra, a buscar soluções, pois eles tinham uma pequena reserva de borracha que seria suficiente para menos de um ano de combate. Os americanos tinham em mente também a produção de borracha sintética, mas teriam que conhecer mais o processo produtivo, bem como a seringueira e o manuseio do látex.

A Rubber Reserve Company, criada pelos Estados Unidos em 1940, já havia iniciado o envio de técnicos para conhecerem o Brasil, pois Cytrinowicz (2000) diz que o envio era para sondar as possibilidades e fazer experiências no Norte do Brasil, especialmente para aumentar a produtividade e encontrar uma forma de resistência ao mal das folhas, que acometia as seringueiras (DEAN, 1989, p. 133).

Esta situação colocaria os EUA frente a frente com a solução de dois problemas: a aquisição de borracha para dar suporte aos conflitos da Segunda Guerra, e ter o acesso à Amazônia, que era, e permanece até os dias de hoje, muito cobiçada por sua grande diversidade florística. Para isso acontecer, os americanos firmaram com o Brasil uma parceria, assinando os Acordos de Washington, em que eles entrariam com o dinheiro, fazendo grandes investimentos na extração do látex, construindo na região amazônica toda uma estrutura para gerenciar este processo, e o Brasil seria o responsável pelo envio de pessoas para trabalharem nesta campanha.

Com estes acordos, o Brasil se comprometia ainda a “exportar exclusivamente a sua produção de borracha para os Estados Unidos por um período de cinco anos e tendo como contrapartida um preço mínimo prefixado” (CYTRINOWICZ, 2000, p. 221).

O acordo foi bom para o Brasil (governo), e para os EUA, pois, em vez de um problema, Getúlio resolveu três, que tratavam da produção de borracha, o povoamento da Amazônia e uma solução para a crise provocada pela seca no Nordeste. Desta maneira, ‘A Batalha da Borracha’ combinou o alinhamento do Brasil com os interesses americanos e o projeto de nação do governo Vargas, que previa a constituição da soberania pela ocupação dos vazios territoriais.

2 Campanha

O presidente Getúlio Vargas, com o envio dos “soldados da borracha” para o interior da Amazônia, não estava somente interessado na extração do látex, mas também visava a entrada na região amazônica e ao preenchimento no que chamava de “vazio geográfico do Brasil”. Os EUA, ao assinarem os Acordos de Washington, demonstravam-se interessados somente com a borracha brasileira, mas, na realidade, também tinham o interesse em conhecer e desbravar a Amazônia, sendo este um interesse antigo na busca pela produção de borracha sintética.

Souza Costa, ministro de Getúlio Vargas, foi quem participou das negociações da assinatura dos acordos com o governo americano, mas não soube aproveitar a situação favorável em que o Brasil se encontrava, pelo fato de ser, naquele momento, o único fornecedor de borracha que poderia dar suporte aos EUA e aos aliados. Segundo Martinello (2004), se tivesse ido em seu lugar Osvaldo Aranha, as negociações teriam sido diferentes, mas isso poderia ir contra o governo de Getúlio, que cultivava um hábito de manter certo equilíbrio de poder em seu gabinete. Martinello, sobre isso diz o seguinte:

Se Aranha somasse o triunfo da conferência do Rio de Janeiro com mais o sucesso da viagem aos Estados Unidos, seu prestígio poderia extrapolar os limites do desejado e até mesmo atropelar os futuros planos políticos de Vargas. (MARTINELLO, 2004, p. 102-103).

Desta maneira, o escolhido foi Souza Costa, atuando muito passivamente nas negociações, não sabendo se aproveitar da situação favorável em que o Brasil se encontrava, pois era o único fornecedor possível naquele momento.

Foram criados órgãos que seriam responsáveis para o recrutamento para esta Campanha, como o SEMTA (*Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia*), que era uma instituição federal custeada com dinheiro americano, localizada em Fortaleza, junto ao Palácio do Comércio.

Foi uma campanha movida pela propaganda, que prometia outra perspectiva de vida, em que o previsto era um trabalho em nome da pátria, por tempo determinado, com devido reconhecimento como militar, remunerações, aposentadoria, enfim, ao final da guerra, os “soldados da borracha” receberiam tratamento como soldado.

3 Recrutamento

No Ceará, foi criado o centro de operação de guerra que incluía o recrutamento e o transporte para os seringais de milhares de nordestinos. Como a região do nordeste brasileiro estava passando por uma grande seca, que havia sido mais forte no ano anterior, deixando a maioria da população desamparada naquilo que diz respeito à subsistência, vivendo na miséria e sem muita perspectiva de mudança, o maior efetivo recrutado era da região seca.

Naquele momento, os nordestinos não tinham muitas opções, ou eles lidavam com a mendicância na capital, lutavam nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial, enfrentavam a seca no Ceará ou se aventuravam na Floresta Amazônica.

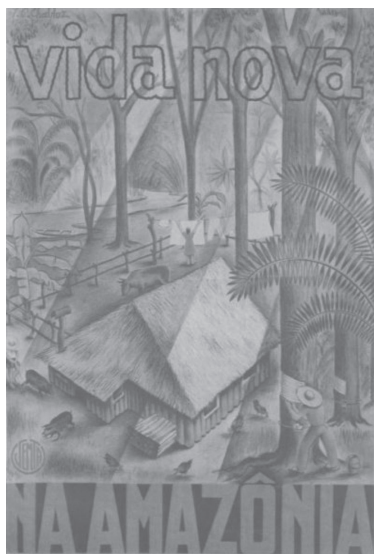
A propaganda foi determinante no processo de recrutamento, sobre a qual muitos souberam por meio dos cartazes e *folders* que eram distribuídos ao longo das localidades.

O convite ao suíço Jean Pierre Chabloz, que chegou a Fortaleza em 1943, convidado para atuar como responsável pela propaganda da “Campanha da Borracha”, fez parte dos esforços do governo Vargas para cumprir os acordos estabelecidos com o governo dos Estados Unidos no ano anterior (MORAES, 2010). Como Chabloz era pintor e desenhista, entre algumas das atividades que dominava, transferiu-

se para trabalhar como cartazista da campanha. Ele elaborava cartazes que idealizava como seriam os locais a serem ocupados pelos soldados da borracha, fazendo um apelo ilustrativo, mas o problema é que ele não conhecia as regiões que desenhava, sendo imaginada a partir daquilo que os militares lhe passavam.

Ele representava, nos cartazes, paisagens muito bonitas, passando uma imagem de um “falso paraíso”, o que chamava a atenção de todos os jovens. Isto, aliado a falsas promessas de regresso e reconhecimento após o término da guerra, fez com que muitos jovens se iludissem, realizando, assim, o recrutamento.

Chabloz fez, ainda, um mapa biológico de trabalhadores, em que desenhou os biótipos nordestinos (MORAES, 2010, p. 24), como eram e como se apresentavam, podendo perceber o mais trabalhador; o mais fraco; o mais preguiçoso; o que melhor se adequava aos planos da campanha da borracha. E partindo destas informações, os soldados eram recrutados ou descartados.



CHABLOZ, Jean-Pierre (concepção) – Cartaz Vida nova na Amazônia - 1943

Litogravura - 100 x 66 cm - Museu de Arte da UFC (MAUC)

Procedência: COSTA, Pedro Eymar Barbosa; GONÇALVES, Adelaide (Org.). *Mais borracha para a vitória*. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008, p. 84.

Dentro dessas condições de recrutamento, os alistados recebiam um kit básico para os trabalhos e para sobrevivência, composto de uma calça de mescla azul, uma blusa de morim branco, chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca de flandres, um prato fundo, um talher, uma rede, uma carteira de cigarros Colomy e um saco de estopa. De suas regiões, eles se concentravam em Fortaleza, de onde embarcavam em navio em direção a Manaus.

4 A preparação

Antes do início das atividades na floresta, os alistados eram obrigados a realizar atividades físicas como preparatório militar, mas eles vinham do sertão, e o que mais eles possuíam era vigor físico, pois esse era um requisito necessário para suportar a vida no Nordeste. Recebiam instrução de como extrair o látex, com os “professores dos soldados da borracha”, muitos dos quais eram remanescentes do primeiro ciclo da borracha e detinham este conhecimento.

5 Problemas

As pessoas que foram enviadas para a extração do látex não estavam preparadas para tal atividade, pois a grande maioria veio do nordeste brasileiro, uma área muito seca, onde detinham outro tipo de adaptação ao ambiente. Esses nordestinos estavam acostumados com temperaturas elevadas e vegetação escassa, mas onde podiam se perceber no ambiente. Porém, chegando à região amazônica, encontraram uma realidade bem diferente, e tiveram que aprender a viver em uma floresta.

Ariadne Araujo realizou um trabalho levantando informações sobre o modo de vida dos “soldados da borracha”, baseado em

oralidade, demonstrando diversas realidades, como a do senhor José Pereira da Silva, 64 anos, que mora em Fortaleza, a capital onde nasceu o pai dele. Hoje ele não corta mais seringa nem conseguiu a aposentadoria como “soldado da borracha”. Mas os vestígios da vida de soldado estão em toda parte. Em um dos quartos da palafita em que mora, às margens do rio, ele guarda as peles de onça-pintada que matou com sua espingarda nas madrugadas de retirada de látex. *“Foram mais de 20. Nunca tive medo delas. A carne eu trazia para a mulher fazer a comida pros meninos”* (ARAUJO, 2008, p. 4).

O problema com animais foi outro grande fator determinante neste novo cenário de vida dos “soldados da borracha”, os quais tiveram que aprender a se defender de onças, jacarés, que ficam mais próximos na época das chuvas, onde muitas áreas ficam inundadas, que trazem também as cobras, entre uma série de outros animais perigosos, que toda aquela complexidade florística abrigava.

Pelo alto índice de mortalidade que se verificou entre esses trabalhadores, reportado em cerca da metade do contingente que foi enviado à selva para extração da borracha, é inegável que o risco a que se submeteram é semelhante ao do soldado que foi para frente de batalha na Segunda Guerra Mundial. É o que diz Renata Baars, consultora legislativa da área XXI, da Previdência e Direito Previdenciário, em seu estudo comparativo entre os Direitos dos “Soldados da Borracha” e dos Ex-Combatentes da 2ª Guerra Mundial.

Ao falar no assunto, só se tem dados incompletos sobre o modo de vida dos “soldados da borracha”, sem uma maior reflexão sobre estas doenças relacionadas com o dia a dia. Este foi o principal objetivo do artigo, que visa encontrar indícios por meio da análise da cultura material sobre o modo de vida dos soldados da borracha.

No Brasil, a Amazônia possui características geográficas e ecológicas que são altamente favoráveis à interação do plasmódio e

do anofelino vetor, constituindo-se, portanto, numa área de alto e médio risco de infecção da malária (MARQUES; GUTIERREZ, 1994, p. 91-108). Diante desta situação, os soldados da borracha encontravam-se em péssima situação, pois haviam recebido somente uma rede para dormir, e como a transmissão da maioria das doenças desta região se dá por meio da picada de mosquitos, não lhes restava muita proteção sob a cobertura de palhas que geralmente eles construía como abrigo. “E pensar que o número de mortes por malária em Manaus era no mínimo de um por dia...” (MARTINELLO, 2004, p. 125).

A contaminação da malária pode ser concretizada também por meio de agulhas contaminadas, pois os soldados recebiam vacinas, e, provavelmente, o compartilhamento de agulhas deveria ser uma prática, pois um soldado não poderia deixar de ser atendido pela falta de uma seringa, em que o reaproveitamento deve ter sido frequente, auxiliando na propagação da doença. A precariedade dos acessos dificultava a mobilidade nestas regiões, que tinham os rios como o principal meio de deslocamento e escoamento da produção da borracha.

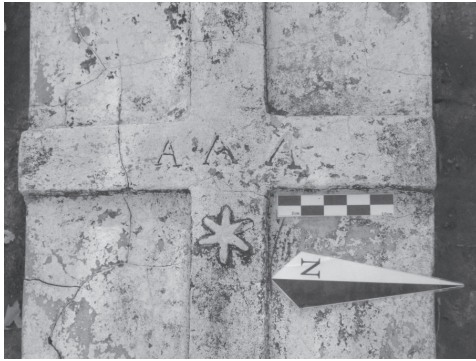
Outra doença enfrentada pelos soldados da borracha foi o Beribéri, que é uma doença resultante de carência nutricional, causada por deficiência de tiamina, que, apesar de facilmente tratável, pode levar a óbito (PADILHA, 2011). Esta doença pode ainda afetar o coração, resultando em uma cardiomiopatia, uma doença no músculo do coração, caracterizada por hipertrofia ventricular esquerda, na ausência de outras causas de aumento da massa miocárdica. É considerada a principal causa de morte súbita cardíaca em jovens (MEDEIROS, 2006).

A oralidade nos revelou, através do senhor Valdemar Andrade de Almeida, antigo seringueiro, filho e genro de “soldado da borracha”, que a vida era muito difícil, pois ele nasceu em meio ao processo de extração do látex. Ele revelou que seu avô trabalhou

na preparação dos “soldados da borracha”. “*Meu avó veio para região em 1914, meu pai nasceu aqui, e quando os soldados da borracha chegaram aqui, meu pai já tava aqui, e na carteirinha dele tá professor do soldado da borracha. Meu pai se chamava João Eronildes de Almeida.*” Ele relatou um episódio de morte repentina de seu primo. “*Meu primo, Antônio Aquiles de Almeida, morreu com 17 anos de idade. Ele chegou em casa e subiu em uma árvore, colheu uns frutos, e quando ele desceu desta árvore, tirou a camisa e caiu morto de repente*”. Este fato foi confirmado com o encontro do túmulo deste seu primo, com a data de seu nascimento e de sua morte.



Túmulo encontra-se no local



A. A. A., representam as iniciais de Antônio Aquiles de Almeida, primo do senhor Valdemar



Nascido em 1948 e falecido em 7 de Agosto de 1965

Estes são relatos que confirmam a problemática da floresta por que, provavelmente, os “soldados da borracha” também passaram, pois estes fatos ocorreram após o período de extração com os “soldados da borracha”, mas que a realidade dos seringais pouco se modificou desde o seu primeiro ciclo, na virada do século passado.

6 Arqueologia nos seringais

Atualmente, em áreas no norte do país, local onde se passaram parte deste ciclo de extração do látex, encontram-se, em áreas privadas e muitos locais devidamente preservados, pequenos contextos escondidos em meio à vegetação, guardando muitas informações de como se dava a vida cotidiana dos “soldados da borracha”. Segundo Ian Hodder (1987), “o significado da organização do assentamento e descarte só podem ser derivados do contexto (presente e passado) dentro do qual o uso do assentamento e o descarte de artefatos ocorreram”. Dentro desta perspectiva de Hodder (1987), pode-se recriar, com base nos vestígios, um pouco do contexto dos antigos seringais.

7 Resultados

Os principais aspectos evidenciados por meio da cultura material foram a desuniformidade nas ocupações, em que, pela análise das estruturas bases dos seringueiros, o processo construtivo evidenciado não demonstra nenhum padrão, em que cada estrutura apresentou uma forma de construir, usando diferentes matérias-primas. Isso demonstra e confirma o fracasso na implantação deste projeto por parte do governo, que conseguiu suprir as necessidades da guerra e dos aliados, mas ocupou a região Norte de uma maneira desordenada, levando a óbito muitos brasileiros.



Diferentes processos construtivos foram evidenciados, com a utilização de matérias-primas diversas. Uns com tijolos maciços, outros com aglomerações de pedra.

O consumo de bebidas alcoólicas foi um traço bem marcado pela cultura material, em que a bebida deveria ser uma das poucas saídas para superar os inúmeros problemas enfrentados diariamente, e este também é um ponto de vista pouco citado, quando se fala no assunto.

Foram identificadas áreas de descarte em todos os seringais analisados, composto principalmente de garrafas, que se apresentavam geralmente em pequenas aglomerações. Esta apresentação demonstra um grande consumo de bebidas alcoólicas, talvez para diminuir a pressão psicológica e também usadas como repelente contra os insetos.



Fotos demonstram uma grande quantidade de garrafas



A cultura material ali existente pode apresentar vestígios das rotas estabelecidas neste período, como da Cantina Antunes, localizada em Caxias do Sul

O consumo de bebidas alcoólicas foi evidenciado e pode estar aí uma relação com algumas doenças como o beribéri. A tiamina é uma vitamina hidrossolúvel do complexo B (B1), e entre as causas associadas à deficiência dessa vitamina, destaca-se a alimentação monótona, com base no consumo de arroz polido, ingestão elevada de carboidratos simples e consumo de bebidas alcoólicas, segundo Padilha (2011). A redução da ingestão do álcool é importante, já que este dificulta a absorção da vitamina.



Frascos de remédios e de perfumes

O problema das doenças foi identificado por meio dos inúmeros frascos de remédios encontrados em todos os seringais, sendo esta uma prática na área para tentar salvar, não as pessoas em si, mas o processo de extração do látex. A utilização de perfumes talvez não fosse somente para perfumar, mas poderia ser utilizada também como repelente, para afastar os insetos.

Conclusão

Diante de todo este jogo de interesses entre o governo americano e o brasileiro, o certo é que os mais prejudicados foram os brasileiros, não os governantes, ou os pracinhas, mas os “soldados da borracha”, que tiveram de enfrentar não somente um inimigo, mas vários. Não era como atirar em inimigos que se podiam perceber nos campos de batalha, mas lutar contra inimigos invisíveis, como os insetos, principais responsáveis pelas doenças das florestas; contra os índios que viam na borracha outro significado, não comercial, mas cultural, e contra si mesmo nas questões psicológicas que surgiam diariamente em território desconhecido.

O trabalho que eles foram realizar era para ser um trabalho por tempo determinado, mas que, ao final dos conflitos, foram sendo abandonados e o trabalho foi se transformando em vitalício. Estes soldados foram enganados desde o início, quando o governo se aproveitou da situação em que os nordestinos se encontravam frente a seca que vinha se estendendo nos últimos anos, utilizando como ferramenta a propaganda, mas com propostas totalmente enganosas, a fim de levar esses jovens para a região amazônica e atuarem em prol da nação, com a ilusão de mudar seu próprio destino.

Os soldados da borracha, na verdade, não foram esquecidos, mas sim, não são lembrados, pois são testemunhas vivas de um projeto fracassado, sem perspectiva futura, pois Getúlio alegava que além da extração da borracha, estes soldados iniciariam a ocupação do norte do Brasil, mas isto nunca foi demonstrado, pois toda produção gerada era única e exclusivamente para exportação, não havendo investimentos na infraestrutura da região, apenas para dar suporte aos trabalhos, visando somente àquele momento.

Os “soldados da borracha” não recebiam nenhum auxílio, e toda produção era canalizada para fora do país, sendo que a borracha dava suporte aos americanos e ao governo brasileiro, mas estes não davam suporte para os trabalhadores, que deveriam focar somente nesta monocultura. Isso provocava uma deficiência na diversidade

de alimentos, fazendo com que eles se alimentassem praticamente de produtos enlatados.



As setas indicam as latas de alimentos evidenciadas em mais de um seringal

O que se pode afirmar também, é que, com todo este quadro adverso, os soldados que foram, sobreviveram e se perpetuaram naquelas regiões mais de uma geração, criaram uma intensa relação com a floresta, onde eles aprenderam a viver por lá, e de lá não querem sair.

Como seria a reação do país se os integrantes da Força Expedicionária Brasileira fossem abandonados nos campos de batalha após o término da guerra? Acredito que a situação seria muito diferente, pois os expedicionários estavam tendo uma visibilidade para o cenário mundial, enquanto os soldados da borracha estavam lá no meio da floresta.

O modo de vida ao qual foram submetidos estes soldados era de extrema dificuldade. Do ponto de vista visual, a floresta amedrontou durante muito tempo, mas eles souberam e também tiveram de se adaptar, e isto pode ser visto na ocupação atual das regiões onde se

podem encontrar inúmeros descendentes destes nordestinos que vieram para cá para mudar a sua história e também a deste país.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ariadne. **Primeira Versão**, ANO VII, Nº 233 - SETEMBRO - PORTO VELHO, 2008. VOLUME XXIII

BAARS, Renata. **Comparação entre os Direitos dos Soldados da Borracha e dos Ex-Combatentes da 2ª Guerra Mundial**. Brasília, 2009.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo Durante a Segunda Guerra Mundial, 1964.

DEAN, Warren. An Appreciation, **Occasional Papers**: New York University Center for Latin American and Caribbean Studies, n. 48, 1989.

HODDER, Ian. The Meaning of Discard: Ash and Domestic Space in Baringo. In: KENT, Susan (ed). **Method and Theory for Activity Areas Research – An Ethno archaeological Approach**. New York: Columbia University Press. 1987.

MARQUES, A. C.; GUTIERREZ, H. C. Combate à malária no Brasil: evolução, situação atual e perspectivas. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, 27 (supl. III), p. 91-108, 1994.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha**: Na Segunda Guerra Mundial, 2004.

MEDEIROS, Paulo de Tarso Jorge, FILHO Martino Martinelli, ARTEAGA Edmundo, COSTA Roberto, SIQUEIRA Sérgio, MADY Charles, PIEGAS Leopoldo Soares, RAMIRE José Antonio Franchini - **Cardiomiopatia hipertrófica**: importância dos Eventos Arrítmicos em Pacientes com risco de morte Súbita,

Instituto do Coração do Hospital das Clínicas – FMUSP, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia - São Paulo, 2006.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. Jean Pierre Chabloz e a Campanha de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (1943): cartaz estudo preliminar em confronto. VI EHA - **ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE**. Campinas: UNICAMP, 2010.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta**: as rotas dos Soldados da Borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macedo: estilhaços de uma guerra. In: COSTA, Pedro Eymar Barbosa; GONÇALVES, Adelaide (Org.). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.

PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO EM ABAETETUBA: AVANÇOS NO ENSINO DA MATEMÁTICA SIGNIFICATIVA

Benedita das Graças Sardinha da **SILVA**¹
SEMEC/Abaetetuba
sardinhadousj@yahoo.com.br

Marinilda Correa **SARDINHA**²
SEMEC/Abaetetuba
nilda_correa16@hotmail.com

Resumo: *Este artigo pretende discorrer sobre a práxis dos docentes que participaram do Programa de Formação Continuada Pró-Letramento, ocorrido nos anos de 2011 e 2012, no município de Abaetetuba-Pará, destinado a professores efetivos que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental na zona rural: região das ilhas e ramais. A metodologia adotada tem fundamentos na análise documental, em que serão utilizados os dados obtidos a partir de instrumentos de registro dos cursistas, como o portfólio e alguns de seus comentários realizados durante a execução do curso. A partir da análise, criteriosa, dessas informações, constatou-se que o programa influenciou, significativamente, em sua forma de atuação, uma vez que a formação do Pró-Letramento proporcionou a busca do saber e a reflexão das práticas docentes, conduzindo a tomadas de decisão frente aos desafios da proposta do programa, uma vez que trouxe novos paradigmas para o processo ensino aprendizagem da matemática.*

Palavras-chave: *Pró-Letramento. Formação continuada. Ensino de matemática.*

Abstract: *This article aims to discuss about praxis of teachers who participated of Continued Formation Program Pro-literacy occurred in the years 2011 and 2012 in the city of Abaetetuba Pará, destined for effective teachers who work*

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Professora de Educação Básica da Prefeitura Municipal de Abaetetuba.

² Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar. Professora da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Abaetetuba.

in the early years of basic education in countryside: islands region and extensions. The methodology has foundations in document analysis, which will be used in the data obtained from recording instruments of the course participants, as the portfolio and some of his comments made during the execution of the course. From the analysis, careful, this information, it was found that the program influenced significantly in the form of acting since the formation of the Pro - Literacy provided the search for knowledge and reflection of teaching practices leading to decision-making facing the challenges of the propose program since brought new paradigms for teaching learning process of mathematics.

Keywords: *Pro-Literacy. Continued formation. Teaching of mathematics.*

Introdução

O presente trabalho apresenta uma discussão a respeito da práxis dos docentes cursistas participantes do Programa de Formação Continuada para Professores - Pró-Letramento - voltado para o ensino de Matemática nos anos iniciais. Buscou-se discorrer a respeito desta temática por entender que muitos são os Programas criados pelo Ministério da Educação (MEC) voltados para a formação de professores, contudo pouco se produz e/ou registra a respeito, no sentido de divulgar o grau de satisfação dos partícipes dessas formações.

O estudo da receptividade dos cursistas ao programa é de grande relevância para análise do melhoramento do ensino de matemática em sua sala e das influências que foram visualizadas no aprendizado de seus alunos, partindo do seguinte problema: Quais as contribuições que o Programa Pró-Letramento trouxe para o fazer docente dos professores cursistas, no município de Abaetetuba na disciplina Matemática?

A prefeitura do município de Abaetetuba aderiu ao Programa Federal Pró-letramento nos anos de 2011 e 2012 e teve como público-alvo uma clientela de 321 cursistas, na primeira fase, e atualmente, no revezamento, conta com 284, sendo 142 na área de Linguagem e 142 em Matemática. Os cursistas de matemática são oriundos das

72 ilhas que compõem o município como das 46 escolas dos ramais e vicinais, que a cada encontro deixam suas comunidades para se deslocar à sede do município onde é ofertada a Formação.

Tal formação ocorre na Escola Municipal Dr. Vicente Maués, que possui um espaço amplo e oferece boas condições, o que favorece a formação. São utilizadas seis salas de aula, sendo 03 (três) de Linguagem e 03 (três) de Matemática. A Gestora da Escola tem colaborado bastante, colocando à disposição alguns profissionais que ajudam nas atividades de apoio.

Deve-se destacar também a parceria da Secretaria Municipal de Educação, que é a promotora do evento, e tem como coordenadora geral a Diretora de Ensino Marineide Ribeiro; e as tutoras da área de Matemática Benedita das Graças Sardinha, com 47 cursistas; Elizeth Caripuna Gomes, com 47 cursistas, e Gecilene Cardoso do Rêgo, com 48 cursistas.

Os cursistas, em sua grande maioria, atuam com classes multisseriada – classe com duas ou mais séries simultaneamente -, o que justifica seus esforços em participar da formação, pois a singularidade desta clientela exige do docente a variação metodológica que possam contemplar a todos os alunos.

Aqui se pretende tratar de alguns conceitos e traçar algumas discussões referentes aos aportes teóricos e conceituais que darão embasamento e sustentação a esta pesquisa. Inicialmente será pontuada uma discussão sobre Programa Pró-Letramento na formação continuada, destacando sua importância para o melhoramento da ação docente e sua finalidade na Educação Matemática. E por fim, elencar os relatos de experiências dos docentes que fizeram parte do programa nos anos de 2011 e 2012, buscando evidenciar suas impressões frente às mudanças ocorridas em sua prática pedagógica.

1 Formação Continuada

O conhecimento se tornou moeda de troca no modelo de sociedade em que vivemos atualmente, uma vez que é imprescindível para a vida social e direciona o caminho para o exercício do agir,

perante as situações do mundo contemporâneo. A escola é um dos veículos responsáveis pelo acesso ao conhecimento formal e, conseqüentemente, pela formação de cidadãos atuantes na prática social.

Em virtude dessas transformações sofridas pela sociedade, as instituições de ensino também precisam atualizar seus métodos e técnicas de ensino, na tentativa de enriquecer o fazer docente e proporcionar aos alunos um melhor aprendizado das diversas áreas do conhecimento, em sala de aula.

Desse modo, todos os profissionais que atuam na educação, cada um com as suas incumbências, são responsáveis pelo aprendizado dos alunos, contudo, o professor possui uma responsabilidade maior nesse processo. São inúmeros fatores subjacentes ao ensino que exigem do professor uma diversidade de saberes que possam contribuir para que seu fazer pedagógico seja desenvolvido com sucesso diante da diversidade de seus alunos.

Tais saberes, sejam eles teóricos ou práticos, devem ser, constantemente, atualizados, e a formação continuada ainda é a melhor opção para garantir que esses profissionais da educação melhorem suas potencialidades de atuação.

Para atingir tal finalidade, os governos federal, estadual e municipal, por meio de parcerias e convênios implantam iniciativas de formação para os professores, sejam elas em nível de graduação, capacitação ou formação continuada, de acordo como postula a LDB (9394/96) em seu artigo 62:

§1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério.

§2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais do magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

Esses cursos de formação de professores, além de fornecer embasamento teórico, ampliam sua formação inicial, proporcionando

o exercício da docência, por meio de metodologias alternativas, visando facilitar e auxiliar o processo de construção do conhecimento por parte dos alunos.

Iniciativas como essas trazem à tona a discussão a respeito de que os profissionais da docência devem ir muito além da simples tarefa de ensinar. Devem se preocupar, sobretudo, com os aspectos que norteiam e influenciam na aprendizagem dos alunos, inovando e explorando novas formas de ensinar, a fim de contribuir para o seu êxito e progresso nos estudos.

De acordo com Veiga (2008, p. 14):

A docência requer formação profissional para seu exercício: conhecimentos específicos para exercê-lo adequadamente ou, no mínimo, a aquisição das habilidades e dos conhecimentos vinculados à atividade docente para melhorar sua qualidade. Outra característica da docência está ligada à inovação quando rompe com a forma conservadora de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar [...] explora novas alternativas teórico-metodológicas em busca de outras possibilidades de escolha.

Por outro lado, buscar formação continuada não é uma tarefa simples nem pouco cansativa. Exige muita disposição e persistência, pois muitos dos cursos ofertados ocorrem aos finais de semana ou em período simultâneo aos dias letivos de trabalho, tendo o profissional que se desdobrar para cumprir com seus compromissos e destinar um tempo para se atualizar.

Neste sentido, a busca da qualificação não representa um atrativo a todos os profissionais da educação, destina-se àqueles que entendem a importância de pleitear melhorias para seu trabalho e que estão dispostos a abrir mão de alguns momentos de repouso em sua dura jornada. Segundo Tardif e Lessard (2008, p. 113):

como em qualquer outra profissão, alguns professores fazem exata e unicamente o que é previsto pelas normas oficiais da organização escolar, ao passo que

outros se engajam a fundo num trabalho que chega a tomar um tempo considerável até mesmo invadindo sua vida particular, as noites, o fim de semana, sem falar das atividades de duração mais longa, como cursos de aperfeiçoamento, de formação específica, atividades paraescolares ou sindicais, das associações profissionais.

Ser professor, em tempos atuais, requer um profissional que saiba desenvolver competências básicas, como a capacidade de abstração, desenvolvimento do pensamento sistêmico, ao contrário da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos; que intervenha em seu contexto educacional, isto é, que identifique as forças e as fraquezas, sendo o mediador da interação do sujeito com os objetos do conhecimento e com os sujeitos do meio; que sejam possuidores da criatividade, da capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema; que apresente condições de trabalhar em equipe, visando à gestão democrática, que contribuirá para o desenvolvimento do pensamento crítico.

Tais características se constroem a partir da confiança e do amor que o profissional deposita em suas relações com as pessoas e em seu aprendizado, uma vez que a formação continuada oportuniza aos docentes entrarem em contato com a parte conceitual, atitudinal, factual e procedimental da matemática de forma prática, por meio da utilização do material concreto e assim formalizar um conhecimento significativo.

Ao professor cabe o papel de proporcionar o aumento e o fortalecimento de habilidades de resolução de problemas e a aprendizagem de novas estratégias, bem como auxiliar os estudantes que apresentam dificuldades. Além disso, faz-se necessário que este profissional reflita a respeito de como a formação continuada é traduzida em sua vida, no sentido de promover melhoras em sua qualidade de trabalho e no confronto com os saberes da formação inicial, com os valores, com a capacidade de lidar com os novos paradigmas educacionais, além de despi-lo de suas convicções das práticas por anos praticadas.

O grande desafio do tutor é conseguir ampliar as habilidades dos cursistas, no sentido da progressão individual e penetrar no universo cognitivo e afetivo, e mostrar que os desafios que eles enfrentam são essenciais para seu desenvolvimento profissional e que devem ser resistentes às dificuldades e procurar transpô-las.

Paulo Freire (1996) admoesta quanto à práxis pedagógica que “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. E isto é algo que os educadores precisam cultivar em sua vida e em seu fazer docente, pois há momentos em que as palavras não resolvem e os gestos valem mais; gestos que são interpretados por aqueles que os vêem como modelos de cidadãos, que acreditam em sua capacidade de transpor as faltas do sistema social em que vivem.

Além disso, no âmbito da discussão, há professores que apresentam maior resistência aos fatores agressores encontrados na prática, criando alternativas para contornar os desafios e responder às dificuldades, reagindo às adversidades e mostrando-se capazes de criar alternativas para transformar as informações em conhecimentos. “O educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário ao aluno, em uma fala com ele”. Freire (1996, p. 139).

Neste sentido, a ação docente consolida-se com a valorização, pelo próprio professor, da importância de fortalecer a articulação dos diversos interesses envolvidos no seu contexto de atuação em direção a uma atitude dialógica, criticamente ética e flexível, participativa e colaborativa, que permita tomadas de decisões, reflexão sobre elas, construção de conhecimento docente, investigações e, ao mesmo tempo, crie o ambiente com suporte afetivo e emocional necessário para se trabalhar com os alunos.

Assim, o fazer docente requer múltiplas habilidades por parte do professor. Tais habilidades são adquiridas por meio da pesquisa, da atualização dos saberes e do entendimento de que a formação continuada deve ser uma prioridade, visto que é de suma importância para o desenvolvimento de novas estratégias metodológicas de ensino

e é o principal meio para colaborar para a eficácia do trabalho do professor que, de fato, está preocupado com a aprendizagem de seus alunos.

2 O Pró-Letramento e a formação continuada

O Programa de Formação Continuada Pró-Letramento é um programa do governo federal destinado a professores que estão atuando no Ensino Fundamental que possuam vínculo efetivo com as prefeituras. De acordo com a definição dada pelo fascículo do Pró-Letramento em Matemática (2008, p. 7):

O Pró-Letramento é um programa de formação continuada de professores [...] realizado pelo MEC com a parceria de universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

Quanto a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, o portal do Ministério da Educação e Cultura (MEC, s.p.), esclarece que:

foi criada em 2004 com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação. As instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais que integram a Rede Nacional de Formação de professores, produzem materiais de orientação para cursos a distância e semipresenciais, com carga horária de 120 horas. Assim, elas atuam em rede para atender às necessidades e demandas dos sistemas de ensino. As áreas de formação são: alfabetização e linguagem, educação matemática e científica, ensino de ciências humanas e sociais, artes e educação física. O Ministério da Educação oferece suporte técnico e financeiro e

tem o papel de coordenador do desenvolvimento do programa, que é implementado por adesão, em regime de colaboração, pelos estados, municípios e Distrito Federal.

Os objetivos do programa são, entre outros:

Oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa e matemática; desenvolver conhecimentos que possibilitem a compreensão da matemática e da linguagem e de seus processos de ensino e aprendizagem; contribuir para que se desenvolva nas escolas uma cultura de formação continuada. (Guia Geral do Pró-Letramento, 2010, p. 1)

O projeto se desenvolve em duas etapas, que se dão em dois anos consecutivos: os cursistas – nome dado aos professores que cursam o projeto – inscritos são organizados em dois grupos; um grupo cursa Matemática durante um ano, e o outro, a Alfabetização e Linguagem, com uma carga horária de 120 horas. No ano seguinte, há o revezamento, em que os cursistas que fizeram o curso de Matemática trocam de tutores, ou seja, os que estavam na Matemática se direcionam ao estudo da Alfabetização e Linguagem e os de Linguagem passarão a estudar a Matemática, recebendo também uma certificação de 120 horas correspondente a esta segunda etapa da formação.

3 Procedimentos do programa

O material impresso distribuído para subsidiar a execução do programa é subdividido em oito fascículos que abarcam os conteúdos de matemática que compõem o currículo do Ensino Fundamental (anos iniciais) e estão em consonância com os descritores na avaliação

nacional Prova Brasil e com o último que trata do tema avaliação e seus instrumentos.

Em cada um dos fascículos é apresentada uma parte teórica, a qual faz uma revisão bibliográfica dos assuntos apresentados e algumas discussões acerca das hipóteses que os alunos criam, de acordo com seus conhecimentos prévios, em que o professor deve facilitar a formalização dos conceitos matemáticos, além do espaço destinado à apresentação, confecção, discussão e utilização de recursos pedagógicos que possam facilitar a compreensão dos conteúdos matemáticos.

No fascículo I, que trata de Números Naturais, foram utilizados alguns recursos pedagógicos para trabalhar contagem. Dentre eles se deu destaque à reta numérica, ao material dourado, ao varal didático, ao o maior leva, ao ábaco e ao bingo. Além disso, foi sugerida a utilização de materiais alternativos, como tampinhas de garrafas, palitos de fósforos, entre outros, dentre os quais, segundo nos relata a cursista A:

Eu nunca tinha trabalhado com reta numérica, na verdade eu nunca tinha nem visto, mas depois do encontro eu percebi que tinha atividade proposta nos livros didáticos. Sem contar o material dourado que eu pensei que era dourado mesmo, e fui ver que vem também no livro didático e aprendemos que é tão fácil ensinar por ele.

No fascículo II, cujo tema é as quatro operações, foram apresentados o ábaco, o Quadro Valor do Lugar (CAVALU), o material dourado, a escala Cuisenaire e o bingo da adição e subtração. Diante da apresentação deste fascículo, em relato do momento, pensando juntos, uma cursista, da localidade Sarapuquara, destacou sua dificuldade, desde a formação inicial, em apresentar o algoritmo de divisão e também a falta de compreensão do significado da expressão “vai um”, e acrescentou “só compreendi agora quando vocês mostraram no quando valor do lugar. Vale a pena mesmo esse curso porque tira as nossas dúvidas”

No fascículo IV, foi estudado o assunto fração, sendo apresentados a régua de fração e o disco de fração. Este foi um dos fascículos mais trabalhosos principalmente por se apresentar uma proposta de quebra do paradigma das frações equivalentes e adição e subtração de fração, por meio da classe de equivalência, em que os cursistas lamentaram não ser um curso acessível a todos, pois as mudanças atitudinais interferirão nas propostas pedagógicas dos planos de ensino. A professora B, salientou:

É uma pena que nem todos tenham conhecimento dessa forma de ensinar fração, porque eu já sei usar a equivalência para trabalhar adição e subtração, mas quem não participou do curso vai continuar ensinando pelo MMC.

No fascículo V, o assunto tratado foi Grandezas e medidas, em que foram utilizados calendários, embalagens, fita métrica, dinheirinho recortado de livros didáticos, entre outros. No portfólio da cursista C, ela destacou:

Agora eu entendi como se planeja as aulas de forma de projeto, assim dá para gente fazer porque tem significado e faz parte da nossa vida.

O VI fascículo fala de Tratamento da informação, com confecções de vários tipos de gráficos, tendo como dados idades, preferência de cor e altura dos próprios cursistas.

4 O Cursista e o Pró-Letramento

Esta seção se destina a descrever as impressões dos cursistas em relação ao aproveitamento do Pró-Letramento para seu fazer pedagógico, no que diz respeito à facilitação do entendimento da matemática. Será dado destaque, tanto para as falas dos professores cursistas, quanto para as dos alunos - trazidas por seus professores no momento da socialização.

Antes, porém, não poderia deixar de destacar que no primeiro encontro foi realizada uma dinâmica com os cursistas para identificar o que os levou a se inscrever no Projeto e quais suas expectativas em relação a ele. Muitos ressaltaram que parte dos motivos que os conduziram a participar do Projeto foram suas dificuldades em trabalhar alguns conceitos matemáticos de forma concreta e que estavam esperando encontrar mecanismos que os ajudassem a sanar ou, ao menos, amenizar tais dificuldades.

5 Relatos dos Cursistas

A partir da análise das avaliações realizadas pelos cursistas ao final de cada fascículo, ficou evidente que a metodologia adotada pelo programa Pró-Letramento, influenciou na práxis de muitos de seus participantes. Discorreremos sobre alguns desses relatos:

As atividades desenvolvidas nos fascículos contribuíram de forma significativa para a minha prática pedagógica. Assim como os jogos e os projetos didáticos que contribuíram para tornar minhas aulas mais eficazes e estimulantes, ligando a aprendizagem ao prazer e ao divertimento (Orquidea).

De modo geral, as atividades dos fascículos foram bem satisfatórias, onde a cada estudo surtia efeito diretamente ligado a minha dinâmica em sala de aula. Tentei repassar um pouco dessa experiência do curso no meu cotidiano escolar (Edwin).

Outros docentes ressaltaram a importância do projeto para rever e dar uma nova direção a forma como trabalhavam os conteúdos matemáticos:

As atividades desenvolvidas são importantes para que o professor reveja sua prática de sala de aula e possa incorporar novos métodos e metodologias, usando a pesquisa para que possa promover um aprendizado eficaz (Evellyn).

A maioria das atividades presentes nos fascículos estudados era bastante interessante e nos ajudaram a repensar a nossa prática. Todas essas atividades que desenvolvi me ajudaram a criar um ânimo novo para o desenvolvimento de novas estratégias no ensino de matemática (Aldiléia).

As atividades desenvolvidas durante os encontros foram ótimas, pois com elas pude melhorar minha prática de ensino em sala de aula. As tarefas desenvolvidas e apresentadas foram muito criativas (Sílvia).

6 O olhar dos alunos a partir dos relatos dos professores

A partir das falas dos professores e de suas avaliações escritas, observamos que o grande diferencial do projeto, foi que ele, efetivamente, conseguiu atingir as salas de aula, não foi somente um curso que ficou na base teórica, embora a teoria fosse parte integrante da formação. Mas, a cada fascículo estudado, eram apresentadas várias opções de recursos pedagógicos para trabalhar o assunto contido no referido fascículo.

E um dos grandes diferenciais evidenciado pelos cursistas está na possibilidade de os alunos confeccionarem e manusearem seus próprios materiais. Durante a confecção, o aluno descobre as propriedades inerentes àquele recurso, além da importância de conservar tal produção. No manuseio, aprendiam os assuntos matemáticos interagindo, bem como chegavam a suas próprias conclusões e faziam suas deduções a partir da observação e da intervenção da professora. Mesmo que imperceptível, por parte do aluno, essa forma de conduzir as aulas torna-o gerenciador de seu próprio conhecimento.

Uma das professoras destacou:

Os alunos vieram me perguntar quando a gente ia brincar de novo com a reta. Trabalhei com a idade deles na reta e eles adoraram e entenderam que ela começa com o zero, porque quando eles nasceram eles não

tinham um ano ou um mês, eles estavam no zero. As atividades dos fascículos eram inovadoras, algo que chama a atenção dos alunos, não tinha um nível de dificuldade excessivo. Portanto, foram desenvolvidas com tranquilidade (Ana Léa).

Outra ressaltou que quando trabalhou com o *tangran* os alunos fizeram uma série de figuras com suas peças e, inclusive, figuras que ela ainda não tinha mostrado:

Professora, consegui fazer sozinho uma casa. Eu já sei fazer cachorro e barco com o tangran; Eu achei bacana esse homem como se estivesse correndo, é engraçado.

Portanto, os cursistas declaram que o Programa trouxe melhoras significativas para o ensino de Matemática em suas salas de aula, com propostas de metodologias que atraem a atenção dos alunos e os instigam a estudar e aprender esta disciplina.

Ressaltam envidar esforços na tentativa de fazer com que suas formas de ensinar sejam diferenciadas. Para isso, investiram na utilização de aulas práticas com material concreto, que pudessem chamar a atenção do aluno e o auxiliasse na construção de conceitos conforme mostrado nos encontros do projeto, visto que perceberam que essa forma de atuar dá certo e surte efeito positivo para o aprendizado do aluno.

Conclusão

Pretendemos, com este trabalho, relatar a importância do Programa Pró-Letramento para a formação dos docentes e para melhoria do ensino de Matemática nos anos iniciais do município de Abaetetuba, por entender que a metodologia adotada por este programa contribuiu, efetivamente, para o melhoramento da educação dos alunos que tinham seus professores participando da formação.

Podemos constatar que a formação contribuiu significativamente quando em nossas visitas *in locus* vimos salas de aula com recursos matemáticos sendo utilizados pelos alunos, bem como os materiais permanentes fixados nas paredes, tornando a sala de aula um ambiente propício à aprendizagem da matemática. Os relatos dos educandos afirmam: “Depois que a tia vem da cidade, ela traz novidade pra nós e fica mais fácil aprender a Matemática e até ela gosta mais de dá aula pra nós”.

Após análise dos instrumentos de coleta de dados, julgamos que o Programa Pró-Letramento fez a diferença no fazer docente dos professores que participaram da formação, pois contribuiu para a compreensão de que a matemática só é possível com a compreensão do significado dos conteúdos matemáticos pelas crianças, e, quando conseguirmos alcançar tal finalidade, teremos a certeza de que elas não terão medo da Matemática e poderão construir significativamente seus saberes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. **Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries iniciais do Ensino Fundamental: Matemática**. Edição revisada e ampliada. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2008.

_____. **Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries iniciais do Ensino Fundamental: Guia Geral**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica/ Secretaria de Educação a Distância, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paes e Terra, 1996.

FOSSA, John Andrew. **Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste**: Educação Matemática. Natal: EDUFERN, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Rede Nacional de Formação de Professores**. Disponível: <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=457&id=231&option=com_content&view=article>. Acesso: 03/06/2012.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humana. 4^a ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'AVILA, Cristina (Org.). **Profissão docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas: Papirus, 2008.

MAS AFINAL, O QUE É MESMO UNIVERSAL?: SOBRE O ENTRE-LUGAR DA LITERATURA (DA CULTURA) DA AMAZÔNIA EM TEMPOS DE CULTURAS HÍBRIDAS

Emídio Júnior Santos **BAHIA**¹
emidiobahia@hotmail.com

Resumo: *O objeto desse trabalho é discutir a dicotomia universal/local na literatura (na cultura) da Amazônia, constitutiva de um processo amplo de miscigenação que dá forma e vida aos processos simbólicos, ratificando a ideia de que a cultura amazônica é uma cultura universal por ser híbrida, mesmo sendo marginalizada. O objetivo desse trabalho é analisar sob a ótica de Néstor Canclini, Goethe, Faustino dentre outros, que a literatura (cultura) da Amazônia apresenta uma sistemática de intercâmbio cultural. A metodologia utilizada para a compreensão é o método comparativo-descritivo. Os resultados mostram-nos que a miscigenação resultante da formação social amazônica, que transita entre uma cultura moderna e uma tradicional, reflete-se na produção simbólica da região, que as produções que propõem um intercâmbio cultural podem ser consideradas, segundo a ótica de Goethe, universais, mas que muito do considerado universal não mais é do que imitação de outros processos simbólicos, superando-os ou diluindo-os.*

Palavras-chave: *Literatura (cultura) da Amazônia. Universal-Local. Culturas híbridas. Cultura de Margem.*

Abstract: *The object of this work is discuss the universal / local dichotomy in the literature (culture) of the Amazon, constitutive of a large miscegenation process which gives life and form to the symbolic process, reaffirming the idea that the Amazonian culture is a universal culture for being hybrid, even though marginalized. The objective of this work is to analyze under the scope of Néstor Canclini, Goethe, and Faustino among others, that the literature (culture) of Amazon presents a systematics of cultural interchange. The methodology chosen in order to comprehend is the descriptive-comparative method. The results show us that the miscegenation resulting from the Amazonian social*

¹ Graduado em Letras/Língua Portuguesa, na Universidade do Estado do Pará.

formation, which transits between a modern and a traditional culture, reflects on the symbolic production of the region; and that the productions that propose a cultural interchange can be considered, according to Goethe: Universal. And much of what is considered universal, is not more than imitation of other symbolic processes, overcoming or diluting them.

Keywords: *Literature (culture) of the Amazon. Universal-Local. Hybrid Cultures. Marginal Culture.*

Introdução

Esse artigo tem por finalidade expor algumas considerações teóricas sobre a dicotomia universal e local na literatura (na cultura) da Amazônia, resultante, como será exposto, de um processo de miscigenação cultural amplo, que dá forma e vida aos processos simbólicos, ratificando a ideia de que a cultura amazônica é uma cultura universal por ser híbrida, mesmo sendo marginalizada (nesse caso considera-se esse marginalizado como cultura da margem, excluída), e que a dicotomia universal e local não existe, de fato, no eixo da cultura assim como vem sendo transmitido boca a boca, e sim num eixo de pensamento totalmente diferente daquilo que se compreende como sistema universal de cultura, logo, de arte.

O método de análise utilizado na exposição é o comparativo-descritivo, fazendo um paralelo com as teorias elencadas para a fundamentação teórica aqui abordada e a ratificação ou não dos conceitos. Para tanto, foram utilizados, como corpo teórico, autores diversos que tratam do tema Universalismo, como Goethe, no campo da literatura, e Silviano Santiago, no eixo das ciências sociais, além de outros teóricos que abordam conceitos relevantes e que ratificam ideias para o desenvolvimento desse modo de pensar a cultura amazônica aqui exposto, como: a interpretação de Kestler (2008), para a ideia de universalismo exposta por Goethe, a qual versa o universal como intercâmbio cultural; os conceitos de imitação e diluição utilizados por Faustino (2003), ratificando e ideia de que não existe nada unívoco e sim, múltiplo; e as considerações teóricas sobre culturas híbridas de Néstor Canclini.

A discussão sobre o particular (local) e o universal em lugares que não estão ligados diretamente àquilo que se convencionou chamar *centro cultural*² (como acontece no Brasil no eixo Sul-Sudeste, onde tudo aquilo que está à margem não é considerado cultura nacional muito mais por razões político-ideológicas do que estéticas), ainda é bastante frequente. A busca do entre-lugar³ universal/local provocou uma discussão acalorada em Belém-PA, quando nos referimos à nomenclatura dada à literatura produzida no Pará.

Em artigo publicado pelo Prof. Paulo Nunes, no *blog: escritoresap.blogspot.com*, sob o título *Literatura Paraense Existe?! Nunes considera que a expressão Literatura Paraense: “além de ser acanhada demais, fere a universalidade, princípio básico a qualquer manifestação que se deseje artística”. (NUNES, 2008, p. 1). E segue argumentando que a aceitação da denominação literatura paraense para as manifestações literárias produzidas no Pará significa “cairmos numa armadilha fácil, montada por aqueles que tentam nos perpetuar como frutos de uma cultura exótica, regional, incapaz de difundir sentimentos universais” (Idem). Logo, a denominação Literatura Paraense deve ser substituída pela adjetivação-pátria *literatura brasileira de expressão amazônica*, em virtude da não superfragmentação de um processo cultural bem mais amplo, o nacional.*

Já Edilson Pantoja, em seu artigo *Não Existe Uma Literatura Paraense?!⁴*, em contraposição ao pensamento de Nunes, afirma que a

² Define-se centro cultural aquilo que se compreende como cultura do centro, com poderes político-ideológicos numa dada cultura, e se autointitulando cultura nacional, em contraposição à cultura de margem, “excluída”, periférica.

³ Entre-lugar é termo utilizado por (FERNANDES, 2005) para denominação de “entremeio”, “entremeado” que são, segundo o autor, expressões utilizadas na linguagem coloquial dos “caboclos” e “ribeirinhos” da Amazônia paraense para se referirem a alguma coisa misturada. Como o encontro das águas entre o rio Negro e o Solimões, um com águas claras e outro com águas escuras; O entre-lugar é justamente a linha híbrida que divide e ao mesmo tempo mistura as águas dos dois rios, como uma penumbra.

⁴ Cf. texto publicado originalmente em site, fevereiro de 2003, mas foi removido. Postado por João Jorge Pereira dos Reis. Disponível em: <http://joaojorgereis.blogspot.com/2011/08/nao-existe-uma-literatura-paraense.html> Acesso: 20/05/2012.

troca de designação para *literatura brasileira de expressão amazônica* não é mais que uma mudança de nomenclatura que não oblitera o termo Literatura Paraense, mas o substitui por outro termo de igual valor. E que não se pode “em nome de um desejo de *universalização*, suprimir o regional” (PANTOJA, 2003), afirmando que sem o local (o particular) não existiria o universal, e nem o nacional sem o regional.

1 Mas o que é mesmo Universal?

Determinemos aqui duas ideias sobre aquilo que é considerado universal. Uma no conceito da própria área da literatura advindo de Goethe, segundo consta, o primeiro a usar esse termo nos estudos literários; e outra fundada na exposição do teórico Silviano Santiago, também da área da literatura, mas com um viés voltado para a área das ciências sociais. Segundo Goethe em trecho de uma de suas cartas denominado Poesia e Universalismo⁵, ele define universal da seguinte forma:

Vêjo cada vez mais [...] que a poesia é um bem comum da humanidade, um bem que aparece por todo lugar e em todas as épocas, em centenas e centenas de pessoas. [...] A bem verdade, se nós, alemães, não olharmos para além do nosso ambiente estreito, sucumbimos com certa facilidade à arrogância tola. Por esse motivo, gosto de acompanhar outras nações; e aconselho a todos a fazer o mesmo. Nestes tempos, a literatura nacional não quer dizer muito, a hora é da literatura do mundo, e cada um deveria contribuir para o seu desenvolvimento. Estimar o que vem do estrangeiro, contudo, não nos deveria levar à fixação em coisas particulares, considerando-as modelo. Não convém pensar que a China é exemplar, ou a

⁵ ECKERMANN, Johann Peter. Gespräch mit Goethe in den letzten Jahren seines Lebens. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. (Org.). **Poesia e universalismo: uma ideia moderna de literatura - textos seminais para os estudos literários (1688-1922)**. Chapecó Argos, 2011, p. 132.

Sérvia, Calderón, os Nilbelungen. Em vez disso, se desejarmos o modelo, temos de voltar aos gregos, cuja obra sempre reproduziram a beleza humana. Tudo o mais devemos contemplar apenas do ponto de vista histórico, aproveitando tudo que há de bom, sempre na medida do possível.

A ideia de Goethe de universal está ligada à observação do estrangeiro, da cultura além da nacional, no entanto, não tomando as coisas particulares. E se quisermos utilizar um modelo, devemos voltar aos gregos, cujas obras sempre reproduziram a beleza humana. Nesse sentido, Goethe se fixa não em um particular, e sim em um modelo que reproduza a beleza, para a utilização como molde. Logo, a ideia exposta propõe uma busca da beleza (no sentido estético do termo), aproveitando tudo, na medida do possível.

Afinal, o que é ser universal? Segundo Kestler (2008), no artigo: “O conceito de literatura universal em Goethe”, é possível compreender que a ideia de Goethe está mais ligada ao processo de comunicação e àquilo que há de comum entre as diferenças culturais, aquilo que ele denomina: *Weltliteratur* (Literatura Mundial).

Depreende-se de suas reflexões expostas em cartas, conversas e resenhas que Goethe entende Weltliteratur não no sentido de um cânone literário de obras exemplares e muito menos no sentido de um sumário quantitativo sempre crescente de obras literárias de todas as épocas e lugares. Goethe denomina de Weltliteratur o que atualmente chamamos de intercâmbio e comunicação intercultural, nos quais se manifestaria o que há em comum entre as diferentes culturas, sem que se apague a individualidade que se baseia em diferenças nacionais. No sentido prático, Weltliteratur se refere à tarefa dos escritores e poetas, que devem fomentar o intercâmbio intelectual através de traduções, resenhas, discussões e encontros pessoais. A ideia da universalidade da poesia combina-se, no conceito goetheano de Weltliteratur, à necessidade da prática da tolerância entre os povos,

da aceitação das diferenças culturais e da ênfase no universalmente humano. [...] Não se baseia em ideias de homogeneização cultural e muito menos em noções particularistas, sectárias, de uma suposta superioridade cultural de determinados povos ou em ideais patrióticos. Pelo contrário. Para Goethe, já desde a época do assim chamado Classicismo de Weimar, ou melhor, de sua coalizão estética com Schiller, a partir de 1794 e até a morte deste em 1805, não se tratava de valorizar o estritamente nacional em detrimento do universal. (KESTLER, 2008, p.).

Nesse sentido, a ideia de *Weltliteratur*, segundo Kestler (2008), não está calcada em um paradigma estético de homogeneização e de noções particularistas de segregação, e sim de tolerância, intercâmbio e comunicação intercultural, buscado no que há de comum nas diferenças culturais; que o intercâmbio intelectual, por meio das traduções, resenhas deve ser estimulado para o viés de uma literatura do mundo, universal, mas que também observe o particular, ao mesmo tempo não se restringe somente a esse, e não acatando medidas de superioridade e homogeneização de cultura(s).

Já no campo das ciências sociais, Silviano Santiago discute a denominação universalidade como um jogo do colonizador com o intuito de difundir a história da Europa como universal e a difusão de uma uniformização ocidental do mundo, tornando-nos reféns desse processo. Segundo ele:

A universalidade ou bem é um jogo do colonizador, em que se consegue pouco a pouco a uniformização ocidental do mundo, a sua totalização, através da imposição da história europeia como Historia universal, ou bem é um jogo diferencial em que as culturas, mesmo as em situação econômica inferior, se exercitam dentro de um espaço maior, para que se acentuem os choques das ações de dominação e as reações dos dominados (SANTIAGO, 1982, p. 23-24).

Nesse sentido, a universalidade seria um bem, criado para a dominação cultural de um espaço maior (o global) de sistemas, que, numa tentativa de afirmação identitária, puramente etnocêntrica⁶, impõe, por meio da ratificação da história da Europa como uma história universal, uma hegemonia cultural e uma tentativa de homogeneização do processo cultural, instituindo um modelo de vida e de cultura amplamente difundido na hipermídia nesse século e pelos jornais desde os séculos XVIII e XIX, demonstrando o importante papel da mídia como propagadora desse sistema ideológico de uniformização da cultura ocidental, principalmente na América.

Logo, no sentido aqui exposto, corroborado pelo conceito de Goethe, ser universal é ser híbrido. É ser a mistura, o entremeio, de sistemas simbólicos diferentes. É a não restrição do olhar no local, no particular, e sim, tomar “o local e o universal”, a literatura (a cultura) regional e a do mundo em um sentido em que ambas convivam em harmonia na busca por uma beleza; não havendo superposição ou imposição de sistemas simbólicos, tornando outros sistemas reféns de processos colonizatórios e midiáticos que professam ideologias de homogeneização em favor de um sistema “ocidental” de cultura e de vida, que desconsideram particularidades mais por questões político-ideológicas do que estéticas, marginalizando culturas em nome de um etnocentrismo estéril e uniformizador.

2 Sobre a hibridação cultural e a universalização da cultura

Existe cultura pura? Durante muitos anos, os nacional-socialistas germânicos propagaram aos quatro ventos a ideologia da

⁶ “A busca identitária, inevitável durante os períodos de crise, corre o risco, contudo, de transformar-se em etnocentrismo, isto é, em ‘erigir’, de maneira indevida, os valores próprios da sociedade à qual se pertence, em valores universais” (TODOROV *apud* BERND, 2003, p. 17).

raça pura - a ariana de ascendência germânica -, a qual seria o berço de uma cultura superior. Justificativa como se sabe para o massacre do qual foram vítimas centenas de judeus. Esse etnocentrismo na cultura é algo que muito se discutiu e se discute. Não seria o *Sentimento Ocidental* um etnocentrismo? O que seria a cultura ocidental? Seria realmente uma homogênea cultura de Atenas, Paris, Londres, New York, Ciudad do México, Brasília e Buenos Aires?

Sabemos que jamais houve e jamais haverá na história da humanidade uma cultura pura. O que há são as culturas de menos contato e as culturas de mais contato social, o que possibilita uma maior troca simbólica, no caso da segunda, e uma menor, no caso da primeira. No entanto, com o processo de globalização da cultura, desde meados do século XIX (com a segunda revolução industrial) até hoje, com a hipermídia, o contato entre os povos de diferentes culturas foram se estreitando e se entrelaçando. Criando uma hibridação cultural bem mais aparente do que outrora. Um exemplo é o processo de ocidentalização da cultura oriental e do médio oriente. Hoje *Xangai* e *Pequim* não são mais as burlescas cidadelas na qual ainda se utiliza como meio de transporte principal os riquixás, mas outros meios mais velozes e contemporâneos como os metrô e os trens-bala. No cenário social contemporâneo de Tóquio, as gueixas já não produzem o mesmo papel.

O que vemos nesses países é um modo de vida quase semelhante ao modelo de vida divulgado pela mídia nesse sistema de universalização da cultura ocidental (germano-franco-britânica); e agora, no final do século XX e início do XXI, a cultura americana (estadunidense) criando um processo denominado: universalização da cultura, tentativa de homogeneização do processo cultural, que Santiago (1982) define como: “uniformização ocidental do mundo”. No entanto, por maior que seja a tentativa de homogeneização, essas ainda preservam processos tradicionais, certos aspectos da cultura local.

Percebe-se, em contraposição a tentativa de homogeneização da cultura, nessas e em outras metrópoles, um modelo de vida que

mistura tradicional e moderno, como ocorre na Índia, com o seu sistema de castas. Politicamente já extintas, mas enraizada ainda hoje no cerne da cultura local; onde as vacas circulam em meio aos automóveis modernos de fábricas europeias e aos transportes típicos, em um país emergente, com um dos maiores PIB e a democracia mais populosa do planeta. Assim como ocorre em Istambul (Turquia) e Dubai (Emirados Árabes), cidades que misturam tradição e modernidade, passadismo e modernismo, artesanato e modernização, instaurando um sistema cultural híbrido, resultado do contanto entre diferentes culturas. Como cita (BAUDELAIRE, 1998), “todo moderno tem uma tradição”. Nesse caso, tradição e moderno são pares dicotômicos intrínsecos, viventes em uma relação de mutualismo contínuo.

Mas essas culturas em contato não são um fenômeno novo no cenário social da modernidade e pós-modernidade, e sim, algo que sempre houve, mas com menor intensidade. O comércio é o maior incentivador desse processo de hibridação cultural. Os Pidgins⁷ são exemplos desse processo. As próprias cidades também são exemplos dessa sistemática híbrida cultural. Durante a Idade Média, as grandes cidades eram inabitadas e o espaço cultural estava restrito as pequenas vilas e à vida campesina, criando um isolamento e uma miscigenação cultural menos intensa, mas ocorrente devido aos andarilhos que circulavam entre essas vilas, e também, é claro, aos comerciantes. Os jograis e menestréis são exemplos de andarilhos que transmitiam a cultura pela via oral, e por meio desse a cultura sofreu algumas transformações e hibridações. Nesse caso, não levamos em conta aquilo que se entende como um profissional “contador de histórias” dotado de certa sistematicidade do ato de contar e tão bem exemplificado por V. I Propp, em Morfologia do

⁷ “O inglês pidgin que se desenvolveu nos contatos comerciais entre ingleses e chineses ao longo da costa do mar da China, tomando o vocabulário emprestado do inglês e sua sintaxe ao chinês (a origem do termo *pidgin* seria, aliás, a deformação do termo inglês *business*, que indicaria bem a função social dessa forma linguística)”. (CALVET, 2002. p. 42).

Conto Maravilhoso, mas sim por pessoas responsáveis pelo contato cultural entre os povos europeus e difusores de processos simbólicos de origens diversas. Mas esse sistema de hibridação não detém o mesmo poder de miscigenação do que as grandes cidades, principais responsáveis por trocas simbólicas intensas e significativas na história das culturas. Miscigenando sistemas simbólicos e recriando/reinventando culturas.

Na Amazônia, o isolamento resultante da vastidão territorial, da densidade da floresta e do abandono da região até antes da descoberta do látex na região (a partir da segunda metade do século XIX) instituiu um sistema cultural relativamente pouco miscigenado. Nesse período, a cultura amazônica estava restrita à cultura indígena, à cultura “branca” e à africana (oriunda do processo de escravidão), resultado das incursões dos colonos na região, sendo que, pela vastidão territorial desde os últimos limites do Ceará à subida do Amazonas até Castella, não havia mais do que nove povoações de brancos, sendo que, dessas, três eram vilas de donatários em extrema decadência e abandono, segundo relata d’Azevedo (1999, p. 189-190). Mas com a exploração do látex, a região rapidamente se desenvolveu, e em poucos anos Belém e Manaus, pequenas vilas ribeirinhas, esquecidas no Inferno Verde, de Alberto Rangel, transformaram-se em grandes cidades, *mímese* de Paris e Londres, onde circulavam: bondes, companhias de teatro europeias que se apresentavam em teatros neoclássicos suntuosos, populações nordestinas, paulistas, capixabas, inglesas, dentre outras. O resultado desse processo é um sistema cultural extremamente peculiar, mistura de um sistema social ocidental, moderno (no sentido de modernização resultante do modelo de vida industrial), universalizado, e um sistema local, oriundo do modelo de vida indígena e ribeirinho, caboclo, criando um estreitamento de laços entre a Amazônia e o restante do sistema cultural brasileiro e estrangeiro. O resultado é uma cultura híbrida que mistura uma tradição oral, advinda das culturas indígena e africana, e uma cultura também de tradição escrita, ligada à cultura europeia, com a circulação de romances franceses na região por meio

dos gabinetes de leitura, como o Grêmio Literário Português, e dos jornais diários, que publicavam variedades, de contos até romances-folhetins.

No campo da literatura, muito daquilo que é considerado universal é apenas imitação, diluição ou influência de obras, autores e estilos. O que seria d'Os *Cantos* poundianos sem Homero? (o próprio Pound admite a influência); haveria a cultura brasileira como a conhecemos hoje sem as culturas portuguesa, espanhola, africana e indígena? Dalí sem Breton? (Será que Dalí faria quadros surrealistas? Teria ele não se insurgido contra seus professores passadistas da Real Academia de Belas Artes de São Fernando e tornado-se o Dalí que conhecemos?) Buñuel sem Dalí? (Teria feito o monumental *Um Chien Andalou*). Mário Faustino, poeta, jornalista e crítico de poesia brasileira diz o seguinte sobre a imitação e a diluição⁸:

Camões lírico imitou Petrarca; Camões épico, Virgílio, que por sua vez imita Homero. Diluindo, entretanto, Camões eventualmente supera seu modelo (Petrarca: sonetos e canzoni) e quase sempre transforma-o, imprimindo outras direções as suas linhas de força (imitando Virgílio). Mas os imitadores de Camões, em Portugal e no Brasil, sempre foram meros diluidores, servindo apenas para enfraquecer e vulgarizar a corrente original. O caso de Bento Teixeira, com sua Prosopopéia⁹, é o mesmo dos portugueses Jerônimo Corte Real (Segundo cerco de Diu, 1574) e Francisco de Andrade (Primeiro cerco de Diu, 1589): Camões diluído sem vigor criador e sem competência técnica (FAUSTINO, 2003, p. 51).

⁸ Para Faustino o conceito de diluição é imitação sem progresso em relação ao modelo original. (Cf. FAUSTINO, 2003, p.43).

⁹ Imitação abasileirada d'Os *Lusíadas* de Camões.

A história da humanidade está repleta de imitadores, diluidores, *Ipsis litteris*¹⁰ de autores que influenciaram outros etc. Por isso o sentimento de universalização da cultura está repleto de equívocos, sobretudo ideológicos. No mundo contemporâneo, não se fala mais em identidade, e sim em identidades, resultante do conflito desse sistema cultural híbrido, no qual o Ser já não se identifica totalmente com o seu espaço ou não consegue se identificar com os traços daquilo que entende como sistema simbólico, fruto da cultura local, demonstrando um sistema cultural muito mais múltiplo do que unívoco¹¹. Por isso há a falta de identificação com o esse meio extremamente híbrido, caleidoscópico, da contemporaneidade.

3 Literatura (cultura) da Amazônia: processos de miscigenação

Nos termos da literatura da Amazônia, aquilo que é considerado universal é justamente aquilo que dialoga, que permeia entre o local, nas vozes literárias da região, e o universal, desde os motes, cor local, metro. Seria Dalcídio Jurandir, local? Os bucólicos personagens de *Chove nos campos de Cachoeira* são marajoaras, mas apresentam conflitos sociais e existenciais. Seria Eutanázio mais bucólico que Fabiano¹²? Segundo Fares (1996, p. 55): “No viés de Eutanázio, o mundo era visto através das lentes do pessimismo e da amargura”, assim como ocorre em *Vidas Secas*, com Fabiano, Werther, de Goethe, dentre outros personagens da literatura denominada universal. A *cor*

¹⁰ Expressão latina que significa: literalmente, pelas mesmas letras.

¹¹ Utilizo-me nessa passagem do conceito de Deleuze sobre a *univocidade do ser*. Segundo Zourabichvili (2004, p. 58) é: “univocidade é a síntese imediata do múltiplo: o um não se diz mais do múltiplo, senão em vez de este último se subordinar ao um como ao gênero superior e comum capaz de englobá-lo. Isso significa que o um não é mais que o diferenciante das diferenças, diferença interna ou síntese disjuntiva”.

¹² Personagens dos romances de Dalcídio Jurandir e Graciliano Ramos, respectivamente.

local de Dalcídio pode ser regional, mas as temáticas, o metro são universais. O romance e os problemas sociais e existenciais não são exclusividade do sistema simbólico amazônico. O que há em Dalcídio é o regional sem o regionalismo. Característica que perpassa muitos dos escritores do modernismo de 1930 na literatura brasileira, como Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, José Lins do Rego, e ratificado pelos professores-jurados de estética (como diria Baudelaire¹³) como um modelo a ser seguido pelos escritores que enveredem por essas águas tormentosas e até profanas das literaturas consideradas locais, de margem.

Temáticas como o amor, a religião, a morte dão o tom de muitas obras poéticas consideradas universais na literatura mundial e da Amazônia. Os conflitos de amor (homo) erótico em Mário Faustino não são considerados regionalistas, não pelo seu caráter de abordar temáticas ditas universais, mas pelo seu constante diálogo com T. S. Eliot, Pound e poetas de língua inglesa aproveitando o possível na busca por uma beleza. Os conflitos religiosos e o diálogo com o anjo de Rilke feitos pelo próprio Faustino e por Paulo Plínio Abreu também não podem ser considerados regionalistas, pois seguem uma lógica de não particularização, da observação de outros sistemas simbólicos, assim como a poesia concreta, com motes filosóficos, de Max Martins, com a utilização de um sistema estético não voltado totalmente para o local.

A poesia erótica de Olga Savary também se enquadraria na ótica acima abordada. Os seus traços temáticos, a utilização microssintagmática, não particulariza a obra. Há diálogo com *Decameron*, de Boccaccio, com *Justine*, de Sade, com a erótico-poética, de Affonso Romano de Sant'Anna, confirmando que, em termos de processo de comunicação intercultural e influências, a sua poesia não poderia ser tachada de regionalista.

¹³ BAUDELAIRE, Charles. **A exposição Universal de 1855**. In: A modernidade de Baudelaire. Trad. Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Os autores descritos anteriormente são aquilo que a crítica literária local e mesmo a nacional considera o mais importante (o universal) da literatura produzida no Pará. Mas e a Academia do Peixe Frito¹⁴? Seria possível tachá-la de regionalista, local? Bruno de Menezes, maior representante desse grupo, descreve, em *Batuque*¹⁵, uma Amazônia realmente intimista, enfocando para as temáticas da região, mas o que se desconhece é que a obra vai além... O batuque do negro, nas prosas poéticas de Bruno de Menezes, revela as sonoridades da região amazônica e além dela. A sonoridade de uma cultura não só amazônica, pois apresenta como referências musicais o lundum, jongo, carimbó, samba, chorinho, maxixe, quadrinha, toada, ladainha¹⁶, do batuque do tambor vindo com as naus séculos antes, com os negros escravizados, as quais estão presentes na obra de Bruno de Menezes e em outras obras da cultura nacional, e, por que não dizer, mundial. Ratificando a ideia da não observação somente do particular, pois a sonoridade descrita por Bruno, em *Batuque*, não são somente fruto de um sistema local, mas múltiplo, aproveitando o possível de outros sistemas.

Muito daquilo que se considera local, fruto simbólico da cultura da região, não mais é do que um híbrido com origens diversas e muitas vezes, desconhecidas. Néstor Canclini (2008) afirma que muitas das obras da arte e da literatura latino-americanas são realizações de fora do nosso continente, no entanto, são interpretadas como paradigmas da nossa identidade.

¹⁴ “A Academia do Peixe Frito é marca de resistência de uma geração de escritores paraenses, conhecida também como “geração do peixe frito”, que se baseou no costume do paraense de se alimentar de peixe e gostar muito de comer peixe frito. Um grupo de escritores - Bruno de Menezes, Jacques Flores – Rodrigues Pinajé, De Campos Ribeiro - se reunia no mercado, no Ver-o-Peso, no final da manhã, para bebericar e tirar gosto com peixe-frito”. LARÊDO, Salomão. **Movimentos literários locais**. Disponível em: <http://slaredo.blogspot.com.br/2012/03/movimentos-literarios-locais.html>. Acesso: 20/05/2012.

¹⁵ “*Batuque*, da autoria de Bruno de Menezes (1893/1963), embora seja um livro de poesia, faz-nos lembrar de uma narrativa iorubá, pois o drama do negro oprimido é denunciado por meio de uma ‘narratividade poética’. (FARES; NUNES, 2010).

¹⁶ Castro (2010) descreve esse processo em *Referências Musicais de Bruno Batuque*.

É sabido quantas obras da arte e da literatura, avaliadas como interpretações paradigmáticas de nossa identidade, foram realizadas fora do continente, ou ao menos dos países natais de seus autores. Desde Sarmiento, Alfonso Reyes e Oswald de Andrade até Cortázar, Botero e Glauber Rocha. O lugar do qual vários milhares de artistas latino-americanos escrevem, pintam ou compõem músicas já não é a cidade na qual passaram a infância, nem tampouco é essa na qual vivem há alguns anos, mas um lugar híbrido, no qual se cruzam lugares realmente vividos (CANCLINI, 2008, p. 327).

As guitarradas¹⁷ são um grande exemplo desse processo na cultura do Pará. Utilizam a guitarra elétrica e os ritmos caribenhos, influência das ondas das rádios como PRC5 (atual rádio Clube do Pará), durante a primeira metade do século passado, e das rádios caribenhas, com ótima recepção na região, em frente às rádios brasileiras do sudeste. O que em termos de processo cultural mostra outro Brasil na área musical. O Brasil do norte, sob influências diferentes. No artigo: Desvendando o Caribe no Pará¹⁸, o musicólogo Bernardo Farias descreve esse processo singular na história paraense, da influência caribenha na formação da música produzida nesse Estado, tão ícone daquilo que se considera cultura local.

No que tange às mitopoéticas amazônicas, muitas apresentam estrutura semelhante às histórias gregas clássicas. A Iara, a mãe-d'água, e as sereias de Homero e de Camões são extremamente semelhantes. As belíssimas mulheres-peixe, encantadoras de marinheiros, ou pescadores na aculturação local. A cultura mundial está repleta de seres que constitutivamente se assemelham a outros numa cultura

¹⁷ Gênero musical originário do Estado do Pará/Brasil.

¹⁸ Cf. FARIA, Bernardo. **Desvendando o Caribe no Pará**. Disponível em: <http://www.bregapop.com/servicos/historia/338-bernardo-faria/4956-desvendando-o-caribe-no-para-bernardo-faria> Acesso em: 18/05/2012.

diversa, mesmo quando queiramos afirmar a sua univocidade ou originalidade.

E o naturalista Inglês de Souza, em seus contos amazônicos, descreve, em Acauã, a famosa Cobra-Grande, que também ronda o imaginário social de Belém, afirmando-se que a cobra (Boiúna) estaria em profunda hibernação, que seria renovada todo ano durante o Círio de Nazaré. O trajeto do círio é o trajeto onde repousa a famosa cobra. Tão semelhante à outra narrativa também brasileira: Boitatá; que, segundo consta, criada/recolhida pelo padre José de Anchieta. Semelhante também à outra narrativa advinda das terras da Escócia: O monstro do lago Ness, descrito como uma grande serpente que repousa em um lago nas terras altas da Escócia. Outras histórias de mesmo cerne são aquelas relacionadas às Anacondas, gigantescas, cobras que vagam pelos rios da região, perpetuadas nos filmes e também presentes no imaginário social de populações da Amazônia de língua espanhola. Os monstros marinhos descritos pelos escritores na expansão marítima europeia, muitos desses apresentados como imensas serpentes, assemelham-se às narrativas orais da Amazônia.

Na mesma história (Acauã), uma das personagens, Vitória, ao aparecer no casamento da irmã Aninha, assemelha-se à famosa Medusa das histórias mitológicas gregas, a mulher com cabelos de serpente. Situações que comprovam que a hibridação e a influência das narrativas orais da literatura da Amazônia têm raízes em intercâmbio cultural ressignificado.

No campo da estrutura, as histórias se assemelhariam, o que se modificaria então é o seu lugar no processo ideológico de afirmação como cultura de centro e cultura de margem; a via de transmissão, uma oral outra escrita; e a própria utilização da linguagem e de recursos estilísticos diferenciados. Mas, no que tange ao intercâmbio e à comunicação intercultural, não se poderia afirmar um não universalismo.

A literatura da Amazônia como oriunda de um meio extremante híbrido, principalmente quando falamos em termos étnicos, reflete

exatamente esse hibridismo em suas produções culturais. Pintar o local não é necessariamente sinônimo de regionalismo, de uma literatura menor; Dalcídio, ao compor suas obras, utiliza-se da linguagem popular da Amazônia como molde para seus dramas sociais e existenciais, comuns em muitos sistemas simbólicos.

Percebe-se que ao narrar os fatos, descrever paisagens, recordar acontecimentos, Dalcídio o faz quase sempre oferecendo-nos um abundante material folclórico, linguístico-lexical e dialectológico, acompanhado de um sem-número de ditos e modismos regionais, que o povo cria e recria, recolhe e armazena na memória coletiva. [...] ele passa a retratar em suas obras-humanas, (dada a verossimilhança com que fora escrita) por meio de uma linguagem simples e pura, viva e pitoresca. Assim, cada passo e cada sofrimento de seu mundus vivendi (representado por pessoas simples, humildes, como pescadores... e muitos doutores que detêm o poder, mas não a emoção) aparecem emoldurados em suas páginas. [...] E nesta condição, ao comentar a dramaticidade vivida por essas pessoas, o faz com um realismo que nos envolve e nos coloca no meio deles. [...] Alimentando o seu imaginário, Dalcídio desvenda os segredos do mundo, e possibilita-nos conhecer outra forma de viver – a da pobreza, que ele tanto viveu e sentiu (ASSIS, 1996, p. 42-44).

Logo, a literatura de Dalcídio, ao utiliza-se como fonte a linguagem (há objetivo maior da literatura (poesia) do que a renovação da linguagem? Faustino (2003) retifica essa ideia) popular da região como seu amuleto (fonte de poder) para a propagação de uma realidade, não o faz num sentido de observação somente do particular, mas de um universal. Os problemas sociais humanos são desvelados não pela ótica de um narrador observador, como Euclides da Cunha e outros exploradores estrangeiros, e sim de um narrador onisciente, que desvela, por meio do monólogo interior, o modo de pensar sobre o meio, sobre a vida de gente muito pobre, humilde,

que passa despercebida no mundo caleidoscópico moderno e pós-moderno.

Considerações Finais

A cultura no singular não existe. O homem não é um ser isolado. Ele vive/convive com outros (a linguagem é um produto social). Por isso, o intercâmbio cultural é constante. Queiramos ou não, sempre haverá mudanças, isso é automático e imanente aos processos simbólicos. O próprio “local” é híbrido, pois é um estágio ao mesmo tempo sincrônico e diacrônico no processo da dialogia cultural. Na literatura (cultura) da Amazônia, que transita entre uma tradição e uma modernidade, muitos dos processos simbólicos considerados locais são ressignificações de outros processos, pautando-se uma sistemática aculturada que por vezes supera o seu modelo tradicional (imitando, mas não diluindo). E que muitas das obras consideradas regionalistas, não mais são do que fruto de uma sistemática ideológica mantenedora de culturas na margem por questões políticas, não por questões estéticas. Então, acabam-se tachando certos processos simbólicos como locais apenas pela utilização de temáticas, cor local, desconhecendo de fato o seu processo de formação, influências e intercâmbios, propondo uma ótica particularista de homogeneização, não seguindo uma visão estética da busca por uma beleza, mas da imposição de um sistema simbólico etnocêntrico e estéril.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rosa. Dalcídio Jurandir: a simplicidade de um simples e alguns aspectos de sua obra. **Asas da Palavra**. v.3, n. 4, junho/96. Belém: Unama, 1996.

BAUDELAIRE, Charles. **A exposição Universal de 1855**. In: A Modernidade de Baudelaire. Trad. Suely Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BERND, Zilá. **Literatura e identidade nacional**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CALVET, Jean-Louis. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. São Paulo: Parábola, 2002.

CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da Modernidade. Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CASTRO, Urubatan Ferreira de. Referências Musicais de Bruno Batuque. **Seminário do Grupo de Pesquisa Culturas e Memórias Amazônicas: Avaliação e Prospecção**. Josebel Akel Fares (Org.). Belém: UEPA, 2010.

D'AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará**: suas missões e a colonização. Belém: SECULT, 1999.

FARES, Josse. Mergulho ansioso nos campos de Dalcídio ou bebendo água da chuva nas palmas da mão. **Asas da Palavra**.v.3. N. 4, junho/96. Belém: Unama, 1996.

FARES, Josse; NUNES, Paulo. Amazônia: vozes em negritude. Rio de Janeiro: **Mulembarevista científica**. n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FARIAS, Bernardo. **Desvendando o Caribe no Pará**. Disponível: <http://www.bregapop.com/servicos/historia/338-bernardo-faria/4956-desvendando-o-caribe-no-para-bernardo-faria> Acesso: 18/05/2012.

FAUSTINO, Mário. **De Anchieta aos Concretos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Literatura Brasileira de Expressão Amazônica, Literatura Amazônica ou Literatura da Amazônia? **Revista Moara**, n. 23, jan/jun., Belém, 2005. p.178-189.

KESTLER, I. M. F. O conceito de literatura universal em Goethe. **Revista Cult**, v. 130, p. 46-49, São Paulo, 2008.

SANTIAGO, Silviano. “Apesar de dependente, universal”. In: **Vale quanto pesa**: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Uma ideia moderna de literatura**: textos seminais para os estudos literários (1688-1922). In: SOUZA, Roberto Acízelo (Org.). Chapecó: Argos, 2011.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

DOGMAS E PRAZERES: O DISCURSO MORAL RELIGIOSO EM TORNO DA VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE NO OCIDENTE MEDIEVAL

Viviane Caminhas **SANTANA**¹

Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes

vivisantana15@yahoo.com.br

Resumo: *Este estudo tem como propósito, fazer uma abordagem sobre as vivências do amor e da sexualidade nos primeiros séculos da Idade Média Ocidental, buscando uma compreensão de como ou em que medida o Cristianismo rompe com a vivência do amor e da sexualidade nos tempos antigos, construindo uma nova mentalidade cristã contrária aos preceitos clássicos. O desenho adotado para o alcance dos objetivos propostos foi o de uma investigação de cunho exploratório, embasada nos estudos de autores como Pedro Paulo Funari, Jacques Lê Goff, Hilário Franco Junior, Lourdes Conde Feitosa, Michel Foucault e outros. A investigação procura analisar o problema a partir também da documentação produzida pelos primeiros concílios por meio de seus cânones, bem como por meio das encíclicas e dos documentos da Igreja Católica. A pesquisa revelou as inegáveis estratégias utilizadas pela Igreja como forma de romper com a sexualidade clássica, agora vista sob o prisma do erotismo, determinado pelos teólogos da Igreja.*

Palavras-Chave: *Sexualidade. Cristianismo. Idade Media. Antiguidade Clássica.*

Abstract: *This study aims, to make an approach to their experiences of love and sexuality in the early centuries of the Western Middle Ages, seeking an understanding of how or to what extent Christianity breaks with the experience of love and sexuality in ancient times, constructing a new Christian mentality contrary to classical precepts. The design adopted for achieving the proposed objectives was that of an exploratory research, based on studies by authors such as Pedro Paulo Funari, Jacques Le Goff, Hilary Franco Junior, Lourdes*

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

Conde Feitosa, Michel Foucault and others. The research seeks to analyze the problem as well as the documentation produced by the early councils through their canons as well as through the documents and encyclicals of the Catholic Church. The survey revealed the undeniable strategies used by the Church as a way to break with classical sexuality, now seen through the prism of eroticism determined by the theologians of the Church.

Keywords: *Sexuality. Christianity. Middle Ages. Classical antiquity.*

Introdução

A preocupação com abordagens até então consideradas irrelevantes passou a despertar, a partir das últimas décadas do século XX, um interesse cada vez maior por parte dos historiadores nas suas propostas de pesquisa. Novos temas, como o amor, a sexualidade, as emoções, as doenças, enfim, novos ou antigos objetos vistos por meio de novos olhares, têm sido alvos de um número crescente de investigações históricas, por meio dos mais variados enfoques. Tais mudanças devem-se às novas propostas apresentadas a partir da escola dos Annales, que finalmente possibilitou uma revolução metodológica, não só no ensino de história, mas também nas mais variadas pesquisas nesse campo. Seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, ao lançarem, em 1929, a “*Revista d’Histoire économique et sociale*” proporcionaram à comunidade historiográfica novos métodos de trabalho, propondo novas fontes para investigações.

A história aumentou seu leque de fontes historiográficas, servindo-se de todos os meios para preencher as lacunas deixadas pelas fontes. Abriu ainda possibilidades de análises de fontes, de escrita, dando certa liberdade ao historiador para não se ater apenas aos documentos oficiais e seguir etapas metódicas para construção da história. “Os documentos não são mais ofícios, cartas, editais, textos explícitos sobre a intenção do sujeito, mas listas de preços, de salários, séries de certidão de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testemunhos inventários” (REIS, 2000,

p. 23). A história então passa a aceitar todos os documentos como vestígios da passagem do homem.

Partindo desse pressuposto, diante da ampliação de novas temáticas e objetos, o estudo da sexualidade como objeto da história passa a ganhar expressividade. Sobre este assunto, Feitosa considera que “esse repensar referências que contenham conotações sexuais é ainda algo muito recente e só há pouco tempo mostrou ser viável e produzir resultados consistentes, como ficou patente no caso da documentação material, romana” (FEITOSA, 2005, p. 43).

1 Menino, quem foi seu mestre: as relações pederastas na Grécia antiga

Um breve estudo acerca das relações pederastas na antiguidade grega tem muito a contribuir para se entender como pode ser pensada a sexualidade naquela sociedade.

Na Grécia antiga não existiam palavras para designar os termos “homossexualidade” e “heterossexualidade”, pois a ideia de sexualidade é ainda uma construção cultural recente e inexistente no período. O termo mais utilizado para designar esse tipo de relação era a pederastia² grega.

Sobre esse assunto Bremmer considera que:

Enquanto os homossexuais modernos muitas vezes ocupam uma posição marginal na sociedade e são normalmente considerados como efeminados, na Grécia, era a pederastia que propiciava acesso ao mundo da elite social; era apenas a relação pederasta que transformava o rapaz em um verdadeiro homem (BREMNER, 1995, p. 26).

² Segundo Jean Bremmer (1995), define-se pederastia por uma perversão em que ocorre relação sexual de homem com menino.

Dessa forma, é perceptível que, entre os gregos, os atos pederastas fossem um aspecto comum no caminho de um rapaz rumo à idade adulta, e esses rapazes deveriam passar por um estágio pederasta a fim de tornarem-se adultos plenamente aceitos.

Essa temática é discutida também por Jeffrey Richards quando considera que:

A homossexualidade na Grécia relacionava-se estreitamente com a masculinidade, e é importante captar essa perspectiva de modo a entender seu papel social. A relação sexual grega básica se dava entre um homem mais velho (erastes) e um jovem (eros menos). O homem mais velho admirava o mais jovem por suas qualidades masculinas (beleza, força, velocidade, habilidade, resistência), e o mais jovem respeitava o mais velho por sua experiência, sabedoria e comando (RICHARDS, 1993, p. 138).

De acordo com os dois autores mencionados, a pederastia era, naquele contexto, um rito de iniciação daquela sociedade, que demarcava a passagem da infância para a adolescência, e desta para o mundo adulto, representando um sinal de honra.

Entretanto, as relações pederastas na Grécia pareciam estar estreitamente relacionadas com a masculinidade. Richards corrobora ainda afirmando que:

A sociedade grega desaprovava energicamente relações sexuais entre homens da mesma idade. Isto era considerado antinatural, pois significava que um dos homens adotava a posição passiva, traindo assim a masculinidade que dele requeria que assumisse o papel ativo. (RICHARDS, 1993, p. 138).

A relação entre dois adultos era, pois, motivo de crítica, especialmente voltada para os suspeitos de, à semelhança das

mulheres, exercerem função passiva no coito. Reprovava-se, pois, não a relação homoerótica em si, mas o indivíduo que, abrindo mão de sua superioridade masculina e de sua honra de cidadão, experimentasse o prazer à moda passiva e inferior, que caracteriza as mulheres.

No que concerne à sexualidade feminina na Grécia, há indícios de que houve uma comunidade formada por mulheres na ilha de Lesbos, da qual resultou a derivação Lesbianismo para referir-se à homossexualidade feminina, e que tinha na poetisa Safo sua principal representante. Sobre esse assunto Bremmer afirma que “mesmo se, pelos padrões modernos, Safo devesse ser considerada lésbica, sua experiência deve ter sido muito diferente, vivendo como viveu em uma era diferente com diferentes tipos de sexualidade” (BREMNER, 1995, p. 50). Para esse autor, embora pudessem existir relações sexuais entre duas mulheres, geralmente uma adulta com outra mais jovem, seria anacronismo definir tal relação como Lesbianismo. A questão é complexa e cabem somente especulações.

2 O entrelaçar da sexualidade em Roma

Assim como na Grécia, no Império Romano as pessoas não eram classificadas como heterossexuais ou homossexuais. Essas expressões são inapropriadas para o período, uma vez que, para aqueles povos, esse tipo de relação ligava-se a papéis de atividade e passividade sexual. Essa ideia encontra sustentação em Feitosa, quando diz que “a pederastia constituía um pecado menor, desde que fosse a relação ativa de um homem livre com um escravo ou um homem de baixa condição” (FEITOSA, 2005, p. 99). Esse posicionamento é confirmado por Grimal quando afirma que: “os amores exteriores ao casamento eram vistos como amores pederásticos; o ato carnal marcando o “sangue” de quem a ele se submetia, todo o problema consistia em saber se essa marca era infligida a um ser que legitimamente podia recebê-la ou a alguém que devia permanecer intato” (GRIMAL, 1991, p. 122).

De acordo com esses autores, é possível inferir que o ato pederástico em si não implicava necessariamente numa qualificação moral negativa, representava assim uma satisfação de um instinto natural. Porém, o ato de passividade, sim, era condenado. Dessa forma, a moral sexual ligava-se a um estatuto social. Um cidadão romano deveria sempre preservar o papel ativo, mas podendo ter relações pederásticas com pessoas de categoria inferior. Um senhor poderia ter relações com seus escravos, mas não poderia tê-las com um mesmo cidadão de sangue romano, o que pode ser confirmado por Robert “o caso era diferente quando o sangue romano não era ameaçado: o que era proibido com um cidadão era autorizado com um jovem escravo” (ROBERT, 1995, p. 223). A pureza de sangue deveria ser preservada, e o crucial era a manutenção dos papéis culturalmente definidos e socialmente sancionados de masculinidade e feminilidade.

Cabe ressaltar que, embora esse tipo de comportamento fora comum entre gregos e romanos, os papéis eram diferentes em cada uma das sociedades, já que os critérios morais dos romanos eram diferentes daqueles dos gregos.

A moral romana também variou em determinados períodos dessa sociedade. Há um consenso entre os autores analisados ao defenderem que, no final da república, a moral sexual evoluiu e uma maior liberdade sexual passou a reinar. Assim, a nova cultura fora colocada a serviço do prazer.

Nesse contexto, a busca dos prazeres passou a constituir a preocupação principal dos romanos no período de transição da república para o império. Robert confirma essa informação ao afirmar que “a civilização rústica com base no trabalho e na austeridade é sucedida por uma civilização urbana que oferecerá as tentações do prazer aos cidadãos” (ROBERT, 1995, p. 25). Para este autor, a modificação dos valores morais ocorridos em Roma, deve-se a uma mudança social, bem como a transformações de vida tanto econômicas quanto políticas. Diante do exposto, fica perceptível que a vida dos romanos passou a comportar vários prazeres, inclusive os

sexuais. Temas referentes à sexualidade tornaram-se, desse modo, muito comum, até em paredes das casas em Pompeia.

Essas discussões levam a inferir que a busca por prazer e por amores, não era, portanto, objeto de indiferença na antiga tradição Ocidental. Fato distinto do que ocorreu na Idade Média, já que, nesse período, houve uma crescente discriminação e reprovação quanto ao uso do corpo.

3 O falo: entre o sagrado e o obsceno

No tocante ao estudo da sexualidade clássica, uma abordagem sobre a sociedade fálica tem muito a contribuir. “Nesse contexto, o falo e a união carnal constituem objetos de especial interesse, por usar aparente simplicidade, que convida ao senso comum” (FUNARI, 2003, p. 317).

Há séculos o Falo³ fora símbolo de poder e glória. Nas culturas pagãs anteriores ao Cristianismo, o falo simbolizava um agente físico e espiritual e fazia alusão ao divino. Na sociedade contemporânea, qualquer imagem que faça alusão ao falo parece obsceno e indecente, contudo, na Antiguidade Clássica não o era. Pelo contrário, era considerada uma imagem sagrada, venerada como objeto de culto. A esse respeito Feitosa argumenta que “diferente da menção pudorosa a ele destinada em sociedades contemporâneas, influenciadas por valores religiosos que atribuem conotações negativas ao sexo e aos elementos a ele associados, a representação do falo era frequente na sociedade romana” (FEITOSA, 2005, p. 45). A autora considera, dessa forma, que fatores culturais interferem e influenciam no olhar acerca de símbolos que façam alusão à sexualidade.

Na cultura grega, o culto ao falo também foi relevante. A representação monumental de pênis eretos, à entrada de edifícios públicos, nomeadamente templos e teatros, é bem reveladora da

³ De acordo com Funari (2003), *Falo* refere-se à representação simbólica do pênis.

importância simbólica que era atribuída ao pênis e à masculinidade. O altar fático de Dionísio, na ilha de Delfos, é um dos exemplos mais marcantes dessa representação monumental.

Após a queda do império romano, e a crescente influência do Cristianismo, o culto ao falo foi diminuído, e essa manifestação passou a representar conotações ligadas ao pudor e ao pecado. A representação do pênis foi, pois, remetida a uma ação repressiva.

O aporte espiritual do Cristianismo freou e moderou o embrutecimento de um império desregrado por vícios pagãos. Dessa forma, o Cristianismo interveio, representando uma mutação cultural e mental. Os novos cristãos procuraram evitar a participação em atos de vida social pagã, cujo espírito se opunha aos preceitos de sua religião. A sexualidade, nesse sentido, passou a ser vista sob um novo prisma, uma vez que os cristãos passam a fazer outra leitura sobre tal questão.

4 Mutações de olhar: o Cristianismo rompendo estruturas

O Cristianismo apresenta-se então como uma doutrina capaz de responder às inquietações e angústias do homem da alta Idade Média, afligido pelos escombros de um império que deixava as cidades em ruínas e o antigo modo de vida em decomposição. A Igreja, assim, passou a desempenhar, nesse período, o papel de órgão regulador da vida moral e espiritual, utilizando-se desse deslize em proveito próprio.

Nesse cenário, a sexualidade, o corpo, por meio da renúncia dos prazeres da carne, passou ao controle da temporalidade eclesiástica.

A respeito disso, Jaques Le Goff afirma que:

Para a opinião comum, a antiguidade tardia marcou uma virada decisiva nas concepções e nas práticas da sexualidade no Ocidente. Depois de um período antigo-greco-latino em que a sexualidade e o prazer carnal foram valores positivos e em que reinou uma grande liberdade sexual vieram instalar-se a geral condenação da sexualidade e a estrita regulamentação

do seu exercício. O principal agente desta inversão foi o Cristianismo (LE GOFF, 1994, p. 157).

Jeffrey Richards, sobre esse assunto, corrobora ao dizer que “a atitude em relação ao sexo é típica da igreja cristã como um todo. Pois a cristandade foi, desde seus primórdios, uma religião negativa quanto ao sexo” (RICHARDS, 1993, p. 34).

Foi a Igreja que tomou a iniciativa de especificar quais atos sexuais poderiam ser praticados, além de regular onde, quando e com quem o sexo poderia ter lugar, por isso se tornou a força dominante na vida moral e espiritual das pessoas. Com isso, além dos cultos e das cerimônias praticados pelo paganismo, o sexo foi o maior entrave entre este e a Igreja Católica.

Sobre o paganismo Mário Curtis considera:

Os cristãos, entretanto, procuraram evitar a participação em atos de vida social pagã, cujo espírito se opunha frontalmente aos preceitos de sua religião. Assim, por exemplo, o jogo, o luxo, os espetáculos de gladiadores, etc., eram condenados pelas principais figuras da Igreja pré-constantina. (GIORDANI, 2002, p. 360).

No tocante ao sexo, a Igreja Católica, assim, desde os primórdios foi uma religião negativa, pois os pensadores encaravam a prática sexual, na melhor das hipóteses, como um mal necessário, somente indispensável para a reprodução humana. Para tanto, o corpo deveria ser privado de qualquer atividade sexual: o beijo, o abraço, o ato sexual, o toque de mãos e até a visão do próprio corpo foram proibidos. “Assim, é possível afirmar que o corpo sexuado na Idade Média é majoritariamente desvalorizado, as pulsões e o desejo carnal, amplamente reprimido” (LE GOFF, 2006, p. 41).

Acerca das relações sodomitas⁴, praticamente todos os teólogos são unânimes na condenação do comportamento homossexual,

⁴ Segundo Richards (1993), utiliza-se este termo para designar indivíduo que pratica relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Utiliza-se também para denominar o indivíduo que pratica a cópula anal.

considerando-o uma das consequências do pecado original e um claro desvio dos propósitos do criador. Dentro dessa problemática, Franco Junior salienta que:

O casamento cristão combatia especialmente a homossexualidade, o pior pecado sexual possível, por visar apenas o prazer e não a procriação como Deus determinara ao primeiro casal: “sejam fecundos e multipliquem-se” (Gêneses 1, 28). Outra passagem bíblica, muito citada pelo clero medieval, comprovava o horror ao homossexualismo difundido em Sodoma e Gomorra, cidades por essa razão, destruídas por Deus com enxofre e fogo (GÊNESIS apud FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 127).

Numa visão panorâmica, identifica-se de acordo com o autor, a reprovação quanto aos atos homossexuais. Sua origem está impregnada no primeiro livro da Bíblia, o Gênesis. No relato bíblico, Deus criara o ser humano, homem e mulher para se unirem e procriarem, daí supõe-se, portanto, uma heterossexualidade universal. O contato erótico entre pessoas do mesmo sexo foi logo associado ao pecado de Sodoma, que despertou a ira divina e o castigo arrasador. “A noção de pecado *contranatura*, que iria se dilatar na Idade Média com a extensão do conceito de sodomia assim proscrescia a homossexualidade, a sodomização da mulher, o coito dorsal e o coito de Andrômaca – com a mulher sobre o homem” (LE GOFF, 1994, p. 160).

Complementando esta discussão, Vainfas declara que, “sodomia, fornicção e luxúria eram quase sinônimos, ou podia sê-lo na teologia moral da Alta Idade Média, apesar do permanente destaque que sempre se deu ao coito anal como ato sodômico por excelência” (VAINFAS, 1989, p. 161).

O controle e o poder da Igreja nascente estenderam-se também ao casamento, por meio de regulamentações e limitações

das relações sexuais entre casais, já que a sexualidade, segundo os ensinamentos cristãos, era dada às pessoas exclusivamente com o objetivo de procriação. Desta forma, a monogamia e a virgindade para as mulheres passam a ser valorizadas como símbolo de virtude. “A vida sexual ideal passou a ser inexistente. A Virgindade tornou-se um grande valor, seguindo os modelos de Cristo e sua mãe” (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 127).

Como meio de controle das práticas consideradas ilícitas e desaprovadas pela Igreja, a prática da confissão teve papel relevante. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder, sendo uma das técnicas altamente valorizadas para produzir a verdade. Segundo Foucault “Desde a Idade Média, pelo menos, as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção da verdade” (FOUCAULT, 1980, p. 58). Entende-se assim, que a prática da confissão está infiltrada por uma relação de poder.

O quarto século da era cristã foi marcado pelo pensamento teológico de Santo Agostinho, Bispo de Hipona. Este não só construiu as bases para a sistematização da teologia cristã em sua obra, como reformulou sobre o corpo e a sexualidade. Sua obra contém as bases da teologia cristã. Nesse sentido, Hilário Franco Junior faz uma colocação importante:

O grande nome da Patrística e uma das figuras que sem dúvida, maior influência exerceu por toda a Idade Média, foi Santo Agostinho. Para acompanhar seu pensamento, é preciso lembrar que para ele as verdades da fé não podem ser demonstráveis pela razão, mas esta pode confirmar aquela: “Compreender para crer, crer para compreender”. Essa premissa alicerçava suas quatro idéias de maior alcance histórico, duas destruindo objeções da filosofia pagã ao Cristianismo e duas outras que seriam muito importantes para o medievo (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 106).

A análise de BARK, sobre esse assunto, também caminha na mesma direção:

Foi Agostinho de Hipo, porém, quem aceitou o desafio de sua época no mais alto plano intelectual e fez a defesa do aparecimento da nascente cultura cristã em sua poderosa filosofia da história. Viu que era necessário não só responder aos motejos dos pagãos, mas também impedir a identificação popular da prosperidade do Cristianismo com a prosperidade de Roma (BARK, 1979, p. 106).

Para se tratar do papel da Igreja em questões morais, centradas na sexualidade, foi Santo Agostinho aliado a outros “pais da Igreja” que marcaram a ruptura da alma em relação ao corpo. Nessa acepção, a sexualidade recebe um peso que não tivera até então.

A partir da influência de Agostinho, o novo cristão seguirá um caminho totalmente alheio aos barulhos, aos desejos e tormentos da carne.

5 Os concílios e a nova mentalidade

Considerando os concílios como suporte material e espiritual, responsáveis por discutir e decidir sobre questões tanto administrativas quanto de fé, é significativamente atribuível a eles uma relação de poder. A esse respeito, Foucault afirma que “em face de um poder, que é lei, o sujeito que é constituído como sujeito - que é “sujeitado” - é aquele que obedece” (FOUCAULT, 1980, p. 82). Verifica-se, assim, de acordo com Foucault, o poder como agente ou órgão legislador, podendo impor uma forma de submissão sobre o outro.

Durante a Idade Média, os concílios, bem como, os sínodos se tornaram um importante utensílio de organização e afirmação do poder da Igreja. No âmbito da sociedade, funcionou como local singular para os assuntos religiosos e doutrinários, a definição da

liturgia, resolução de conflitos políticos, assim como resposta a outras questões religiosas, administrativas, morais e financeiras.

No âmbito dessa discussão, Hilário Franco Junior é enfático ao dizer que:

As questões de doutrina eram debatidas, sobretudo nos concílios ecumênicos, que congregavam bispos de todas as regiões, expressando a universalidade da Igreja. O primeiro, por exemplo, celebrado em Niceia em 325, visava fundamentalmente se posicionar diante do arianismo, corrente para a qual Cristo, por ter sido criado pelo pai, não era da mesma substância dele, sendo-lhe inferior, logo, como conclui o concílio, tal ideia contraria o dogma da trindade, daí ter sido condenada (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 68).

O mesmo autor considera que todos os concílios ecumênicos foram de grande importância e tiveram papel fundamental na definição e na estruturação da Igreja. “Sua cronologia indica o próprio ritmo de organização da Igreja: dois no século IV, dois no século VI, um no VIII, um no IX, três no XII, três no XIII, um no XIV, dois no XV, dois no XVI” (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 69).

Considerações finais

Conforme a literatura investigada, percebeu-se que a sexualidade passou por várias transformações no limiar do tempo. Este trabalho visou compreender qual a postura do Cristianismo com relação a ela, considerando o período proposto, ou seja, transição entre Antiguidade Clássica e Medieval. Percebeu-se, desse modo, que o Cristianismo rompeu com os preceitos clássicos e acabou por determinar uma nova postura moral acerca da sexualidade.

É necessário ressaltar que muitas de nossas mentalidades e muitos de nossos comportamentos foram concebidos na Idade Média. Isso é válido também para as atitudes em relação ao corpo. É de fato na Idade Média que se instala esse elemento fundamental

de nossa identidade coletiva, que é o Cristianismo, atormentado pela questão do corpo. O que ocorreu nesse período teve consequências de longo alcance para as idades posteriores. Daí a relevância deste estudo.

No tocante à mudança de postura a respeito da sexualidade, a pesquisa revelou, os inegáveis meios e estratégias utilizados pela Igreja como forma de romper com a sexualidade clássica, agora, vista sob o prisma do erotismo, determinado pelos teólogos da Igreja. Buscamos desta forma, apreender conotações do que seria erótico em sociedades diferentes.

O Cristianismo veio a ser erigido em torno de princípios a partir de perspectiva transcendente da vida. Nesse viés, o lugar ocupado pelo corpo e pela sexualidade deslocou-se do plano positivo em que se encontrava, especialmente pela significação que tinha nos rituais religiosos pagãos, para o âmbito negativo do pecado.

A utilização da importância dos Concílios nessa abordagem e a constante contribuição dos denominados “Pais da Igreja” justificou-se pela importância destes para a estruturação e a legitimidade para a religião nascente, que precisava de um importante embasamento para que pudesse expandir e determinar o seu poderio; poderio esse que se estendera a todos os níveis daquela sociedade.

REFERÊNCIAS

BARK, Willian Carrol. **Origem da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BREMMER, Jean (m). (Org.). **De Safo a Sade**: momentos da História da sexualidade. São Paulo: Papyrus, 1995.

FEITOSA, Lourdes Conde. **Amor e Sexualidade**: o masculino e o feminino em grafites de Pompeia. São Paulo: Annablume: 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A. **A Vida Cotidiana na Roma Antiga**. São Paulo: Annablume, 2003.

GIORDANI, Mário Curtis. **História de Roma: Antiguidade Clássica II**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRIMAL, P. **O Amor em Roma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Portugal: Estampa, 1994.

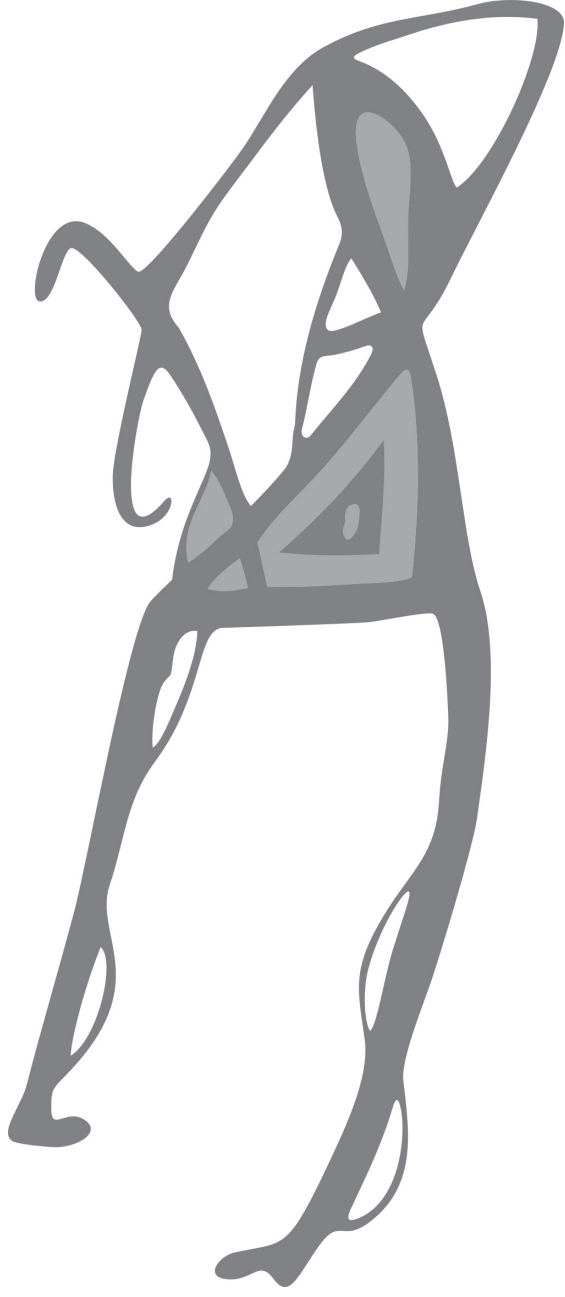
LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, Desvio e Danação: as minorias da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ROBERT, Jean Noel. **Os Prazeres em Roma**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.



RESENHA



PEDRO-SILVA, Nelson. **Ética, indisciplina & violência nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Vivian da Silva **LOBATO**¹
Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA
vivianlobato@ufpa.br

Em *Ética, indisciplina & violência nas escolas* o autor responde às angustiantes questões sempre formuladas pelos profissionais da educação a respeito da indisciplina e da violência nas escolas. Em formato de um ensaio, o autor tece considerações sobre o tema ética e relaciona-a a dois assuntos muitos discutidos no cenário educacional brasileiro: a indisciplina e a violência nas escolas.

O autor divide o ensaio/livro em três partes. No primeiro, apresenta um diagnóstico dos dias atuais sobre questões relacionadas à moral, à ética e à crise da escolarização formal. Além disso, sublinha que atualmente as pessoas vivem com medo e se sentem impotentes perante o quadro de violência, corrupção e falência das instituições sociais. No campo da moral e da ética o problema é o mesmo, a cultura em voga leva os indivíduos a uma postura de indiferença em relação às leis e às regras de garantia do convívio social.

Ainda na primeira parte, o autor se ocupa em fazer algumas definições a respeito do seu entendimento sobre os conceitos de indisciplina, ética, moral e o entrecruzamento destes termos. Segundo o autor, o termo *indisciplina* quase sempre é empregado para designar todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras, às normas e às leis estabelecidas por uma organização. No caso da escola, significa que todas as vezes em que os alunos desrespeitarem alguma norma desta instituição serão considerados indisciplinados.

Pedro-Silva (2014) concebe os termos *ética* e *moral* como sinônimos. “O termo *ética* (do grego *ethos*, que quer dizer

¹ Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Professora do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba (UFPA).

etimologicamente “costume”), consta como conteúdo transversal dos novos Parâmetros Curriculares Nacionais” (p. 22). Segundo o autor esta recomendação está posta para o ensino infantil, fundamental e médio, e significa *reflexão sobre a moral*.

Assim, para compreender o significado de ética, devemos também entender o significado de moral. “Basicamente, *moral* (do latim *morus*, que também quer dizer costume) significa um conjunto de regras, normas e leis que determinam ou orientam os comportamentos dos indivíduos numa dada sociedade” (p. 22). Dessa maneira, trata-se de uma lei criada pelos homens para garantir a vida em sociedade. Já a *ética* é o nome dado à atitude de reflexão sobre as condutas que visam à convivência em sociedade.

A segunda parte do livro é aquela em que o autor mais se debruça, no intuito de compreender as razões que possibilitam o aumento da indisciplina e da violência nos dias de hoje. A primeira razão apontada é o que o autor nomeia por “a morte ou a relativização dos valores morais”, ou seja, uma das razões que contribuiu para o aumento da indisciplina e da violência nas escolas está relacionada à diminuição da importância dada a certos valores morais, principalmente a partir da década de 1960. Assim, uma compreensão equivocada do slogan *é proibido proibir*, associado aos estudos freudianos sobre o papel da repressão social na produção das neuroses², muitos pais optaram por não impor certos limites, por acharem que isso poderia levar à produção de neuroses.

A segunda razão é a “divulgação distorcida do saber psicológico”. De acordo com Pedro-Silva (2014), outra leitura equivocada do saber psicológico aconteceu em virtude das críticas feitas ao uso de castigos corporais e outros meios violentos como forma de educar. Porém, quando o saber psicológico advogou que o uso de castigos físicos fosse um procedimento antipedagógico, não estava defendendo a ideia de que não deveria haver limites na educação de crianças e jovens. Pois,

² Inicialmente Freud acreditava que todas as neuroses decorriam do impedimento da satisfação sexual, porém, essa tese foi superada em estudos posteriores.

conforme o autor, “sem a construção de limites ter-se-á crianças e adolescentes completamente perdidos, sem saber o que lhes pertence e o que é alheio, tanto material quanto psicologicamente (p. 45).

A terceira razão é a “passagem de um modelo de sociedade adultocêntrico para um modelo centrado nas demandas das crianças e dos adolescentes”, citando La Taille (1996), o autor defende que com relação à indisciplina e ao sentimento de vergonha, destaca-se o papel de imperadores que as crianças vêm assumindo na sociedade. Para o autor, esse é um erro colossal. Entretanto, o autor deixa claro que não advoga um modelo adultocêntrico de educação. Para ele, tanto o modelo centrado no adulto, quanto o modelo centrado na criança são equivocados.

A quarta razão é “a situação política e econômica do país”. A sociedade brasileira é excludente para a maioria das crianças que nela nascem, para a grande maioria resta apenas o fato de serem explorados pelo resto de suas vidas. Aliado a isso, tem-se a constatação de que a escolarização formal não garante mais a entrada do jovem no mercado de trabalho. Assim, o desemprego e a falta de perspectivas operam como propulsores da indisciplina e da violência nas escolas. Tudo isso faz com que os alunos não valorizem o saber escolar e, por fim, acabam manifestando condutas reveladoras de seu desagrado, haja vista que a escola não apresenta sentido para eles.

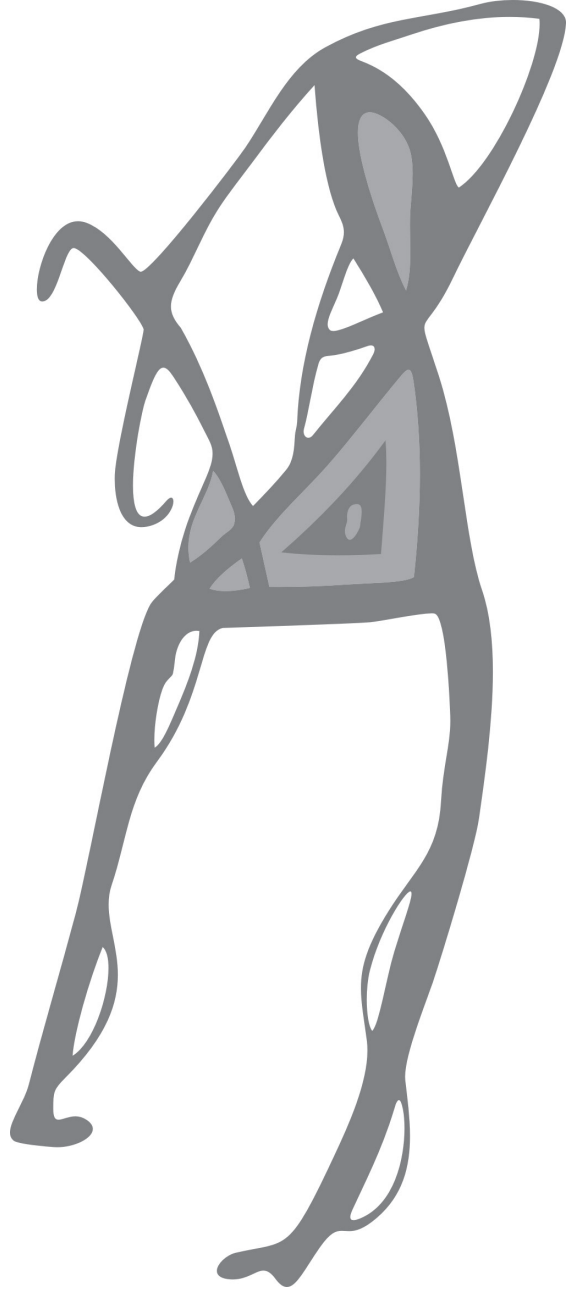
A quinta razão é a “influência dos meios de comunicação de massa”. O autor nota que os meios de comunicação de massa desempenham hoje a função que antes era desempenhada pelos pais: educar as crianças e adolescentes. Dessa maneira, por intermédio destes meios de comunicação, as crianças e os adolescentes têm suas cabeças “formatadas” para agir guiadas por determinadas culturas que valorizam a beleza, a força física, o *status* financeiro e social a qualquer preço.

A quinta e última razão apresentada para explicar o aumento da indisciplina e da violência nos dias de hoje é o “aumento exorbitante da violência real e virtual”. Isto é, ambas as problemáticas estão relacionadas com a impunidade, com o aumento de situações de

violência real e virtual, bem como pela maneira como tais violências são apresentadas pelos meios de comunicação de massa.

Na terceira parte do livro Pedro-Silva discute algumas medidas que podem ser implementadas no campo educacional com a finalidade de se diminuir a ocorrência da indisciplina e da violência nas escolas. As proposições sugeridas são: substituir a cultura da culpa pela da responsabilidade; oferecer condições para a conscientização de todos os envolvidos; democratização das relações escolares; deixar de ver o aluno indisciplinado e violento como problema; oferecer orientação pedagógica, psicopedagógica e psicológica; conceber e concretizar a educação como fator de desenvolvimento; ter a dignidade do ser humano como parâmetro educativo; articular os conteúdos tradicionais à vida; substituir o uso de punições expiatórias pelas sanções por reciprocidade; abolir qualquer forma de humilhação e, por fim, priorizar os valores morais e éticos.

O livro *Ética, indisciplina & violência nas escolas*, pode ser compreendido como um ensaio que se propõe a responder as angustiantes questões sempre formuladas pelos profissionais da educação a respeito da indisciplina e da violência nas escolas; apresenta algumas justificativas em relação ao fenômeno; analisa as causas para o aumento brutal de sua ocorrência; divulga opiniões de especialistas e finalmente apresenta e discute soluções para minimizar esse problema atual e controverso. Tudo isso faz do livro uma leitura informativa e formativa, não só para aqueles que se debruçam a estudar as temáticas em questão, como também para pais educadores, gestores e profissionais que trabalham com educandos em formação.



INICIAÇÃO CIENTÍFICA



SUBSÍDIOS TEÓRICOS E REFLEXIVOS SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Vivian da Silva **LOBATO**¹

FAECS/Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA

vivianlobato@ufpa.br

Graciete Costa dos **SANTOS**²

grasantosatm@hotmail.com

Resumo: *O presente artigo, intitulado “Subsídios Teóricos e Reflexivos sobre a Relação Família-Escola no Contexto Educacional Brasileiro”, foi elaborado a partir dos resultados de um trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, os quais desencadearam a busca de reflexões pertinentes à temática do trabalho. Para fundamentar as discussões objetivou-se por meio desse trabalho o seguinte: analisar a partir de estudos teóricos o contexto que envolve a relação família-escola nos dias atuais no contexto educacional brasileiro. Optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica, cuja dimensão permitiu que as leituras pudessem servir de bases para a construção de conhecimentos voltados ao foco do trabalho. Por fim, os resultados apontaram que a relação família-escola deve fazer parte de uma das diretrizes que desencadeiam a proposta pedagógica da escola, visando assim oportunizar à criança, ao jovem e ao adulto participarem ativamente do processo ensino aprendizagem resultado da participação familiar junto à escola durante a vida escolar.*

Palavras-chave: *Escola. Família. Valores. Aprendizagem.*

Abstract: *This article entitled ‘Theoretical and Reflective Subsidies on Family-School Relationship in Brazilian Educational Context’, was drawn from academic inquiry, which triggered the search for reflections relevant to the theme of the work. To base their discussions aimed to work through this as follows: to analyze*

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Educação e Ciências Sociais da UFPA – Campus de Abaetetuba. Doutora em Educação: Psicologia da Educação. E-mail: vivianlobato@ufpa.br

² Pedagoga. Concluiu o curso pela Faculdade de Educação e Ciências Sociais da UFPA – Campus de Abaetetuba. E-mail: grasantosatm@hotmail.com

from theoretical context that involves the family-school relationship nowadays the Brazilian educational context. We chose to conduct a literature search, the dimension of which allowed readings could serve as bases for the construction of knowledge aimed at the focus of the work. Finally, the results indicated that the family-school relationship should be part of one of the guidelines that trigger pedagogical school, thus aiming to nurture the children, young people and adults participate actively in the learning process resulted from participation by the family school during school life.

Keywords: School. Family. Values. Learning.

Introdução

A família representa para a sociedade o *locus* de formação inicial para a vida dos seres humanos. Todavia, as mudanças ocorridas no campo dos valores humanos, sociais, culturais, econômicos e políticos têm fragilizado o contexto familiar.

Nos dias atuais, a convivência familiar tem sido afetada pela da necessidade produtividade ou da sobrevivência, posto que os pais ou responsáveis pelo sustento das crianças saem para trabalhar e deixam suas famílias a mercê das informações que a televisão, o rádio ou mesmo a vizinhança têm a oferecer.

No que concerne às divisões de responsabilidades com a educação, encontram-se inserida família e escola. Assim, torna-se fundamental dizer que os debates e as discussões sobre a relação família-escola devem compor o universo acadêmico, visando, com isso, fomentar os debates acerca do processo de internalização das bases que envolvem a educação escolar nos dias atuais a partir da compreensão de que a família é ponto de partida para que a escola exerça sua função social por meio do processo ensino aprendizagem.

Buscando referendar tais reflexões, o presente trabalho foi elaborado a partir dos seguintes questionamentos: Qual a importância de a família participar do processo educativo escolar nos dias atuais? Por que a relação família-escola precisa ser alicerçada por meio da prática de valores sociais, afetivos, humanos, culturais e educacionais? Assim, o objetivo geral é analisar, a partir de estudos

teóricos, o contexto que envolve a relação família-escola nos dias atuais no contexto educacional brasileiro.

Como forma ainda de subsidiar as discussões, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Ludke e André (1986), amplia o campo de investigação, haja vista o pesquisador tem como aporte várias leituras e faz delas fonte de argumentação durante a elaboração de seu trabalho. Dessa maneira, é válido citar que as reflexões nasceram fomentadas pelas concepções de: Osório (1996), Sarti (2002), Paiva (2002) Szymanski, (2002), Silva (2008), Freire (1987), Libâneo (2001), entre outros citados no corpo do trabalho.

1 Relação família-escola: um breve perfil da família brasileira nos dias atuais

Analisando o perfil das famílias brasileiras, será possível perceber que nos dias atuais existem diferentes famílias, resultado das transformações que ocorreram nos últimos séculos. No Brasil, por exemplo, há famílias que se diferenciam pela diversidade cultural, religiosa, econômica e social.

A miscigenação da população resultou também na formação de famílias com práticas de valores distintos, além do mais, devido à diferença de classes sociais (classe baixa, média e alta), os valores sociais também se tornaram diversificados.

As influências entre os povos (índios, caboclo, negro e imigrantes) na sociedade brasileira foram constituintes dos padrões familiares. Inclusive a influência do processo de colonização criou vínculos familiares hierárquicos, que perduram por décadas como o modelo mais apropriado de família. As famílias do tipo patriarcal perduraram e ainda perduram com alguns resquícios na sociedade brasileira.

Sem sombra de dúvida, a pluralidade cultural no contexto brasileiro, historicamente, desencadeou na relação família-escola especificidades conjunturais. Nos dias atuais, é fácil notar, por exemplo: “[...] o filho do primeiro casamento de sua mãe com a filha

do casamento anterior do atual companheiro de sua mãe” (OSÓRIO, 1996, p. 57).

Neste sentido, é bom lembrar que dentre as muitas formas de conceber a família nos dias atuais, pode-se dizer que a própria conjuntura econômica e política criaram outros laços familiares. O desemprego, a miséria, a crise de valores ideológicos, religiosos e éticos também têm criado novos horizontes com relação à estrutura das famílias brasileiras. Dentre outras coisas, este processo tem levado as mulheres a assumirem também o papel de responsáveis pela organização familiar, inclusive a econômica.

Está claro que ocorre na sociedade brasileira fenômenos mais ou menos recorrentes em processos de industrialização/urbanização, tal qual em outras formações sociais, na passagem à modernidade. Neste particular, a constituição no mercado de trabalho capitalista e a inserção/exclusão das mulheres neste contexto produziram efeitos sobre a estrutura familiar (OSÓRIO, 1996, p. 43).

Nessa estrutura familiar os papéis sociais ganharam novas configurações. São configurações que quebraram as amarras do machismo. Até muitas décadas atrás, somente o homem podia trabalhar e era o único responsável pelo sustento familiar. Entretanto, as comunidades e os diversos mercados de trabalho veem na mulher um sinal de produção, ou melhor, a mulher também é capaz de assumir responsabilidades no mercado de trabalho.

A família contemporânea no Brasil passa por transformações, as mudanças na relação do sexo masculino com o feminino têm sido afetadas pela formação de valores. No caso das famílias não-nucleares, não é muito diferente, as crianças também são deixadas em casa ou nas creches e escolas. Os aspectos que compõem a diversidade social atingem a família, traçando preâmbulos de grande relevância para o desenvolvimento da afetividade entre e com os componentes familiares.

As famílias pertencentes à classe social mais baixa são as que mais sofrem com as desigualdades econômicas e com a crise social. Na verdade existem fatores nos dias atuais que fazem parte da família brasileira, reflexo do próprio modelo de sociedade contemporânea. Se as famílias estão se desestruturando de maneira acelerada, logo a relação família-escola fica também fragilizada.

Segundo Paiva (2002) a desigualdade econômica é o que mais afeta a educação escolar, desembocando também em problemas familiares. Vale ressaltar que algumas famílias sofrem mais do que as outras, por exemplo, “[...] as famílias das classes populares estão no banco dos réus e fornecem explicações simplistas para a exploração contínua de violência que tem marcado a vida social brasileira” (MELLO, 2002, p. 52), portanto as famílias se desestruturam e, ao mesmo tempo, buscam novas formas de se agruparem e de se relacionarem.

Cabe dizer então que as diferenças sociais, a crise econômica e os conflitos internos, sejam pela própria forma de criar a identidade familiar ou não, têm sido a marca registrada do perfil da família brasileira nos dias atuais.

Diante deste aspecto é válido acentuar aqui que o perfil da família nos dias atuais no Brasil, passa por um processo de afirmação perante as exigências da sociedade contemporânea.

2 Família e escola: instituições que educam para cidadania

Exercer a cidadania exige do indivíduo a prática de valores, sendo que eles devem estar vinculados a uma formação pessoal e social, inicialmente dentro do ambiente familiar. A relação de afeto, troca e descoberta de sentimentos são os primeiros valores que devem ser construídos no ambiente familiar. Enquanto que na escola, segundo Paiva (2002), as relações sociais perpassam pela necessidade de compreender os conhecimentos científicos atrelados aos conhecimentos adquiridos por meio da convivência familiar. As

consequências da ausência de uma educação fundada em princípios e valores éticos e pessoais no meio familiar podem resultar numa educação conflituosa na escola.

No ambiente familiar, a comunicação coletiva facilitará ou não a negociação, a aproximação do sentimento de pertencimento entre os entes familiares. A construção de relações de empatia social e pessoal, permitida por meio da escuta, depende muito da intensidade e da qualidade dessa comunicação positiva. Discutir sobre a real função que a família e a escola têm com relação à organização e à propagação dos princípios sociais que modelam a boa convivência cidadã, requer dos educadores tornarem-se mediadores na construção de valores impregnados de afetividade.

A educação para cidadania, de acordo com Freire (1999), não ocorre somente por conta de que as pessoas precisam se educar para conviver socialmente, mas para que isso ocorra primeiramente é preciso deixar claro que a escola, como lugar educativo, tem uma função abrangente, mesmo porque:

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é o imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e revelar para sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão (FREIRE, 1999, p. 66).

Diante desse fato, pressupõe-se dizer então que a educação para cidadania é parte integrante da formação humana e que a família e a escola são instituições que podem veicular por diversas formas de práticas sociais ligadas ao exercício da cidadania. Se na família são trabalhados valores existenciais à vida dos seus membros, na escola também deve haver sistematização de processos educativos voltados à educação de pessoas, de forma que elas possam compreender que tanto os conhecimentos compartilhados no ambiente familiar quanto

os conhecimentos escolares constituem um legado prático de vida, de sobrevivência social.

Sobre este aspecto Paiva (2002, p. 9), afirma que: “A responsabilidade da escola nos tempos atuais é preparar o aluno para uma vida ordenada do universo, em que o educando possa encontrar seu lugar no mundo”. Dessa forma, educar para cidadania exige compreensão da realidade social, cultural e econômica da qual as crianças, os jovens ou os adultos fazem parte. Os sujeitos fazem parte de um conjunto globalizado de intenções previamente socializadas. Assim:

A escola hoje, não pode viver isolada, achando que todos cumprem o seu papel. A escola, antes, é o espaço problematizador, criador, mediador. Ela está mais próxima da família que estabelece como parceria, dividindo responsabilidades (PAIVA, 2002, p. 9).

Dessa maneira a cidadania deve ser mecanismo de descoberta, uma vez que a sala de aula ganha destaque, já que nesse local as pessoas trocam experiências, aprendem valores, praticam simbolicamente a comunicação linguística histórica e culturalmente transformada. A escola deve ser aliada da família no processo educativo formal, necessário ao exercício da cidadania. Trata-se de objetivos comuns, cuja meta maior é a de educar para a vida, para o desempenho social.

No atual quadro social brasileiro, falar de cidadania corresponde a algo necessário. De acordo com Arroyo (2007), a escola e a família são pontes que se encontram inseridas de uma dinâmica contextual relevante frente as mudanças que ocorrem de forma acelerada, tanto no contexto escolar quanto no espaço familiar. Os múltiplos olhares que devem ser lançados com relação à função social de cada instituição tende transitar por caminhos ainda conturbados, segundo o autor; já a crise social (violência doméstica tanto entre os pais quanto deles com os filhos) é um fator que tem deixado escola e família, de certa forma, perdidas.

Se o papel da escola no campo social é educar para cidadania, o da família é fazer o possível para que as crianças ou os jovens sejam parte integrante de projetos pessoais e sociais a partir da convivência familiar. São processos diferentes que ocorrem em ambas as instituições, porém, tanto no espaço familiar quanto no escolar a educação ocorre.

Freire (1996), ao falar da cidadania, enfatiza que o homem não é um ser estático, mas um ser em movimento, justamente por conta de ele usar a razão para entender o seu mundo e o mundo que o cerca. Para o autor, a educação leva o homem a exercer sua cidadania de maneira dinâmica, e esta é construída pelos elos que se formam por meio da confiança estabelecida entre os sujeitos e deste com o mundo. Uma vez que:

A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo... A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos (FREIRE, 1987, p. 82).

Szymanski (2001) comenta que tanto a escola quanto a família precisam ser analisadas a partir da importância que cada uma tem no universo educativo e prático que envolve a vida dos seres humanos, pois:

O que ambas as instituições têm em comum é o fato de prepararem os membros jovens para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social. Ambas desempenham um papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão (p. 62).

Na visão da autora, o que existe em comum entre a relação família e escola corresponde, em especial, às múltiplas formas de educar e ser educado, já que, segundo Freire (1987), o homem se educa mediatizado pelo próprio mundo, particularmente a partir da intervenção da realidade de que faz parte. A dimensão formativa que

as duas instituições têm em comum é justamente garantir a existência de pontos ligados à educação cidadã das pessoas, haja vista as práticas sociais são mecanismos sociáveis que precisam ser compartilhados tanto na família quanto na escola.

Legalmente a educação deve promover o exercício da cidadania, tendo como norte o que a Constituição Federal deixa claro, como direito legal, haja vista no Brasil o dever da educação não garante direitos, mas é garantida como direito público. Afirmção esta estabelecida no artigo 205, o qual explicita que:

Art. 205: A educação, direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL 1988, p. 137).

Como se pode observar, legalmente, a educação é um direito fundamental para o exercício da cidadania no contexto brasileiro. Assim, o ponto de partida para que a escola se torne local formador e de formação cidadã passa pela possibilidade de os sujeitos vivenciarem aprendizagens coletivas socializadas e praticadas também de forma individual. Neste caso a função social de cada instituição não corresponde somente pela garantia do aspecto legal que ambas as instituições têm a cumprir, mas pelo fato de haver propósitos existenciais com relação à educação formal, dada pela escola e a educação não-formal, dada pela família.

A socialização e a formação de valores pessoais, culturais, econômicos e políticos servem de subsídios para os indivíduos, tendo em vista que eles compartilham experiência no mundo, na sociedade que estão inseridos. A família, como instituição em movimento, tem sido vista num processo evolutivo. Necessariamente: “[...] a família insere-se num contexto evolutivo e possui seu ciclo vital, [...] a família também nasce, cresce, amadurece, habitualmente se reproduz em novas famílias...” (OSÓRIO, 1997, p. 22).

Esse processo vai além do fato de que a família tem somente papéis a cumprir, diz respeito a sua abrangência educativa, cujo desempenho de funções e atribuições educativas passam pela ação de educar para a vida. No campo legal é claro que a família tem sua obrigação com a educação da criança ou do jovem. Porém, como bem afirma Libâneo (2001), a educação escolar tem visto na família um caminho que precisa ser construído pelo estreitamento de relações mais próximas possíveis.

A escola, entretanto, ao promover o exercício da cidadania, não deve e não pode ver a família como uma instituição essencialmente responsável pelos atos irresponsáveis dos sujeitos. Para tanto, os cuidados com a sistematização das ações na escola requer mais atenção e preparação nos seus diversos aspectos. Os educadores, por sua vez, não podem se eximir de cobrar da família a responsabilidade familiar como instituição capaz de atuar à frente de problemas emocionais que os sujeitos trazem para a escola.

É necessário exercitar a cidadania por meio dos movimentos que a escola oferta na busca de trazer a família como parceira. Um dos meios viáveis que eleva a participação democrática da família na educação é o fato de que cidadania não se compra, mas se vive e se pratica. Como bem ressalta Freire (1987), educação é um movimento que tem seus próprios elementos, os quais requerem dos educadores participação e intenções previamente planejadas.

Se o modelo de família não atende a todos os requisitos ou mesmo se a escola não consegue cumprir com seu papel, ainda assim ambas as instituições devem ser vistas como espaço educativo de grande importância para a vida dos seres humanos. Esta é uma das características que mais precisam ser lembradas, tanto pela família quanto pela escola, objetivando, com isso, tornar, ambos os espaços, lugares educativos em constante transformação.

3 Espaço educativo em contínua construção a partir da contribuição da família

As dificuldades de aprendizagem que surgem no contexto escolar tendem a ser levada para fora da escola, ou seja, a família

também é acessada pelos educadores, visando, com isso, debater ou solucionar os problemas de aprendizagem. Os vários fatores que interferem na aprendizagem, além de problemas de atenção, concentração e indisciplina, podem ter ligação também com os conflitos familiares. Neste caso, a participação da família se torna necessária, pois constitui um processo que exige acompanhamento contínuo do andamento dos sujeitos na escola.

Paiva (2002) declara que cada vez mais ocorre incidência de crianças que apresentam algum comportamento de violência, indisciplina ou apatia no interior das escolas. Isso tem repercutido negativamente na vida escolar dos sujeitos, tendo em vista que eles acabam sendo colocados como alunos-problema pela instituição escolar. Sendo então problema, a família passa a ser alvo de questionamento e de análise dos educadores e das autoridades responsáveis pela educação na sociedade.

Neste sentido, Paiva (2002) esclarece que é preciso criar meios de estreitar a relação família-escola, haja vista tais instituições serem responsáveis pela educação dos indivíduos. Sendo assim, é quase natural cobrar da escola ações voltadas à aproximação da família ao processo ensino aprendizagem. A autora coloca em evidência, inclusive, que é preciso haver o encontro permanente entre as duas instituições, não só para cobrar favores ou responsabilidades, mas ratificar a qualidade da educação a ser dada aos sujeitos. Acredita-se que:

É nesse encontro: escola-aluno-família, que se pode construir uma relação de troca, de complementaridade que possibilita a todos, se educarem e serem educados. Quando isso acontece, o aluno que está sendo educado também passa a ser educador. Além disso, o educador deve ser cidadão consciente, possuidor de uma visão crítica do mundo (ou de si), para poder propor situações de aprendizagem para a vida, com base em princípios e valores: éticos, morais e religiosos (idem, 2002, p. 9).

Se a escola tentar resolver os conflitos isoladamente, corre o risco de não avançar nas negociações quanto à busca de resolver os problemas. Sem ajuda da família, não conseguirá atender às necessidades dos alunos, e, se a família se eximir da responsabilidade de acompanhar a educação dos sujeitos, também a escola corre o risco de não conseguir suprir essa ausência. Outro ponto que convém destacar aqui se refere ao fato de a escola ter que cumprir todo um calendário, currículo e planejamento em função de promover aos sujeitos o acesso ao conhecimento mais sistematizado.

O modelo de família faz parte da política neoliberal instalada em muitas sociedades, inclusive no Brasil. É um precedente que vem demarcando o papel do homem e da mulher na sociedade contemporânea. Esse aspecto caracteriza que a escola, como lugar educativo, tem sua extensão ligada à própria conjuntura que envolve a lógica de mercado neoliberal. As novas experiências de tipos de família que estão surgindo no panorama social atualmente favorecem a individualidade dos componentes familiares, logo, favorece o distanciamento da instituição família da escola.

A família pertencente à classe pobre, segundo Paiva (2002), tem enfrentado grandes tragédias, que vão desde a violência social até a ausência de assistência à vida digna, tão importante para a sobrevivência humana. Desse modo, os membros que fazem parte desse tipo de família acabam vivenciando a crise existencial quanto à sua verdadeira identidade na sociedade como instituição social. Uma vez que os papéis são maleáveis, sofrem com as consequências da pobreza, da violência e do descaso do poder público. No Brasil, conforme reflexões de Arroyo (2007), é unânime a publicação de grandes tragédias na mídia envolvendo componentes familiares de classe baixa.

A ausência de reciprocidade no ambiente familiar fragiliza o ambiente escolar. Os laços afetivos se distanciam uns dos outros causando traumas nas crianças, as quais, ao se tornarem adultas, acabam por vivenciar os mesmos hábitos já vividos inicialmente na sua família de origem paterna e materna. Szymanski (2001) destaca

que a família idealizada a partir do modelo tradicional perdeu suas características originais, tendo em vista que as mudanças têm acelerado a constituição de novos modelos de família nas sociedades, inclusive na brasileira.

Vale ressaltar que a família tem sua parcela de contribuição no processo educativo formal, dado que, inicialmente, é ela que provê os primeiros conhecimentos a serem concebidos pelos sujeitos. A escola é essencialmente um espaço importante para a convivência de valores, de assistência afetiva, social e psicológica, mas as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade atualmente têm provocado distanciamento de suas responsabilidades escolares.

Contudo, nem por isso a escola tem que ocupar o lugar da família e vice-versa. As duas têm maneiras diferentes de proporcionar a formação social e individual às pessoas, mesmo que isso pareça piegas. Na verdade a ajuda mútua no grupo família ainda é um laço que necessita ser ampliado, visando com isso fortalecer as bases educativas que a escola tem que ofertar aos indivíduos. Manter esta estabilidade é um desafio para os educadores, diz respeito à construção de etapas na relação família-escola.

Durante a infância, os sujeitos devem vivenciar momentos que lhes proporcione a descoberta de valores, e isso a família deve ofertar a eles. Já na escola, os sujeitos deveriam ser acompanhados pela família, buscando, com isso, afirmar-se socialmente no meio ao qual fazem parte. Partindo dessa ótica, verifica-se que a escola, na condição autônoma e democrática, é um lugar educativo de grande relevância para a sociedade, mesmo que seja um espaço privado público, cabe a ela trabalhar também a propagação de regras, limites e valores existenciais a vida humana.

No Brasil, a educação tem no Conselho Escolar uma forma de integrar a família dentro da escola, pois os pais escolhem um representante para compor o conselho por meio da realização de assembleia geral, com a participação dos pais e responsáveis dos alunos. Segundo observações empíricas, algumas realidades já existem momentos mais dinâmicos da relação família e escola.

Uma conversa franca dos professores com os pais, em reuniões simples, organizadas, onde é permitido aos pais falarem e opinarem sobre todos os assuntos será de grande valia na tentativa de entender melhor os filhos/alunos. A construção desta parceria deveria partir dos professores, visando, com a proximidade dos pais na escola, que a família esteja cada vez mais preparada para ajudar seus filhos. Muitas famílias sentem-se impotentes ao receberem, em suas mãos os problemas de seus filhos que lhe são passados pelos professores, não estão prontas para isso (SILVA, 2008, p. 1).

Desse modo, é válido que a manutenção da relação família-escola, na sociedade contemporânea, como instituição educativa, tem que ser gerada pela autonomia que cada uma possui. Com relação à cobrança que a escola muitas vezes pratica frente a ausência de participação da família à frente do processo ensino aprendizagem, convém dizer que isso é um fato preocupante, porém não é impossível de se resolver. A organização do processo educativo tem que estar alinhada a propostas de trabalho que vise oportunizar aos sujeitos, por meio do processo de aprendizagem, a compreensão da realidade.

Além disso, a escola não deve ser só um lugar de aprendizagem, mas também um campo de ação no qual haverá continuidade da vida afetiva. A escola que funciona como quintal da casa poderá desempenhar o papel de parceira na formação de um indivíduo inteiro e sadio. É na escola que deve se conscientizar a respeito dos problemas do planeta: destruição do meio ambiente, desvalorização de grupos menos favorecidos economicamente, etc. (SILVA, 2008, p. 1).

A relação escola-família, nos dias atuais, vem sendo construída por muitos caminhos, um deles é a cobrança, de ambas as partes, da criação de melhorias na vida escolar de crianças e adolescentes. Essa é uma razão para dizermos que a qualidade da educação escolar

atualmente pode ser cobrada pela família a partir da cobrança que as leis permitem executar, como a Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescentes (1990) e LDB 9.394/96. Esses documentos são instrumentos legais que existem para estreitar as relações entre as duas instituições.

As escolas públicas no Brasil têm muitas fragilidades por conta da falta de investimentos do poder público, porém, propostas com iniciativas que visam melhorar a educação escolar são propagadas na mídia brasileira. Dessa forma, a escola tem que cumprir sua função social frente as cobranças de pais e responsáveis. Nesse sentido, convém citar que atualmente vem sendo criado um novo cenário na educação brasileira com o propósito de trazer, o mais rápido possível, as famílias para o contexto escolar, visando assim articular com efetividade o compromisso que elas possuem com a formação dos sujeitos.

E a escola, para atender à cobrança da família, deve ter como parâmetro um processo de ensino-aprendizagem, trabalhando de forma planejada e articulada com as bases na formação integral dos sujeitos, mas para que isso aconteça, antes de tudo, o professor tem que conhecer a realidade do aluno. Por meio do conhecimento real acerca da estrutura que envolve a vida do aluno, o professor pode organizar seu trabalho. Tal dinâmica tende a contribuir para que as responsabilidades mútuas a serem praticadas pela escola e pela família sejam partilhadas com fins pedagógicos, sociais e pessoais. Cada família tem sua singularidade, logo a criança traz para a escola significados singulares relacionados ao seu ambiente familiar. Assim:

Tudo o que ocorre numa família tem um significado. Nossas ações refletem novos modos de pensar, nossos sentimentos, nossas ambiguidades, nossas possibilidades no momento, nossas limitações. Exemplificando: a escolha do lugar à mesa, o tempo que cada um recebe para falar é uma manifestação de hierarquia, a divisão de tarefas e sua efetiva realização como um envolvimento com o cotidiano

familiar e respeito entre os membros da família
(SZYMANSKI, 2001, p. 49).

No cotidiano da escola, torna-se necessário que o professor estabeleça mecanismos de aprendizagem, e caso ele perceba que seus alunos estejam com problemas emocionais e de aprendizagem, torna-se fundamental que a escola, planeje ações voltadas a resolver os problemas com os alunos com a contribuição da família. Paiva (2002) destaca que é uma questão fundamental a conversação entre família e escola. Uma vez tomadas medidas mais adequadas às necessidades dos alunos, as contribuições perceptivas da família junto ao processo ensino-aprendizagem tendem a surtirem efeitos mais amplos à vida dos sujeitos.

A aproximação da família com a escola é fundamental para que problemas, como violência, agressividade e desconcentração, vivenciados por muitos alunos, em nível de Brasil, não sejam vistos pela família e pelos educadores como obstáculos, e sim como problemas solucionáveis. Dessa forma, a escola cumprirá seu papel de educadora ampliada e socializada a partir do envolvimento da família na organização pedagógica dos sujeitos, pois:

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação brasileira e nas Diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90. Algumas destas constatações podem ser verificadas em publicações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 em seu artigo 205.

Se a escola conseguir trazer para o seu espaço a família, dando a ela o direito de intervir, participar e mediar melhorias do processo ensino-aprendizagem, quem ganhará com isso serão os alunos, sejam eles crianças, adolescentes ou adultos. Tal dinâmica é possível de ser concretizada, mas para isso tanto os educadores como os pais

têm que se sentar e decidir as bases da educação escolar que deve ser efetivada.

Pode-se dizer que essa é uma das possibilidades que fortalecerá a relação família-escola. A comunicação entre ambas as instituições não pode ser vista apenas como mecanismo de cobrança de responsabilidades de uma ou de outra, mas como mecanismo mediador, formativo e socializador necessário à vida dos seres humanos. Organizar na escola a inclusão de atividades socioeducativas exige planejamento democrático. Tornar a família articuladora do processo ensino-aprendizagem nos dias atuais requer da escola ações de valorização e respeito à individualidade e à singularidade de cada criança, jovem ou adulto. Este é um olhar que precisa ser construído por todos os envolvidos no processo educativo, seja a família ou a escola, pois o mais importante não é dividir deveres e obrigações, e sim construir meios para que os sujeitos tenham a oportunidade de ter apoio tanto na família quanto da escola em sua vida escolar.

Considerações finais

As instituições sociais, historicamente, têm propiciado à humanidade a construção e a prática de valores, dos quais faz parte a própria formação de princípios que os indivíduos necessitam para se organizar e vivenciar na sociedade a sua socialização. Os papéis sociais que cada instituição tem a cumprir fazem parte da vida humana. No meio social, os seres humanos exercem influências uns no outro. Desse modo, as instituições responsáveis pela formação humana, historicamente, foi e ainda é a família e a escola.

A função social de cada uma tem especificidades singulares, porém é por meio da convivência familiar e escolar que os seres humanos se educam, aprendem regras e valores sociais importantes para aquisição da cidadania. Diante deste aspecto, torna-se fundamental que, após ter realizado um estudo teórico sobre a relação família-escola, conclua-se que a família é o espaço onde os seres humanos aprendem e assimilam os primeiros ensinamentos

para vida. A escola, por sua vez, precisa ser o espaço de formação/preparação das novas gerações; é o espaço do futuro, para o qual se necessita de bons professores para fazer avançar a consciência transformadora desse espaço público, permitindo-se mostrar aos alunos que os muros da escola não os separam da vida lá fora, mas sim que, junto com a família, a escola ajuda a prepará-los para enfrentar essa realidade. Portanto, escola e família, juntas, devem ser responsáveis pela educação do indivíduo, em sentido amplo.

Compreender que é dever da família educar os sujeitos e cuidar deles nos seus primeiros momentos de vida, significa dizer que a responsabilidade pela aquisição dos primeiros valores humanos e sociais cabe, primeiramente, à família, bem como possibilitar aos sujeitos a troca desses valores. Quanto à escola, cabe a ela planejar e orientar a aquisição, a assimilação e a prática na sociedade dos conhecimentos elaborados historicamente pela humanidade. Enfim, tanto a escola quanto a família são instituições de múltiplas faces sociais, porém cada uma tem sua singularidade social e institucional. Desse modo, faz-se necessário apontar que, de acordo com as reflexões, debates e discussões pertinentes à temática do trabalho é válido citar, ainda, que a relação família-escola anda muito avessa do que deveria ser.

Necessariamente, a relação família-escola deve fazer parte de uma das diretrizes que desencadeiam a proposta pedagógica da escola, visando, assim, oportunizar à criança, ao jovem e ao adulto participarem ativamente do processo ensino-aprendizagem, resultado da participação familiar junto à escola durante a sua vida escolar. Dessa forma, torna-se fundamental que as discussões não parem no meio acadêmico, mas que avancem para outras dimensões, particularmente dentro da escola, a fim de que os educadores possam ver que a família é um espaço privado, o qual tem suas denominações e particularidades, e que ela tem uma função social própria de sua realidade. E que a escola é um espaço público, o qual tem suas especificidades relacionadas ao coletivo, porque atende à sociedade de maneira geral. Considera-se que essas são percepções valiosas para

que a relação família-escola ganhe suporte na vida dos alunos, para que eles sejam valorizados, respeitados e principalmente educados, visando ao exercício da cidadania em qualquer tempo e espaço social, independentemente do tipo de família, da cor, da raça ou da classe social a que pertençam.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagem qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MARTURANO, E.M. *et. al.*. Crianças com dificuldades escolares: recursos e adversidades na família [Resumo]. **XXVI Reunião Anual de Psicologia** (p. 117). Ribeirão Preto, 1996.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **A família hoje**. São Paulo: Artes Médicas, 1997.

PAIVA, Sâmara. Educação dos pais e educação da escola. **Revistas Mundo Jovem**. N. 323, 2002.

SZYMANSK, Heloísa. Teórico e Teoria de família. In: CARVALHO, Maria do Carmo (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SZYMANSK, Heloísa. **A relação família escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Plano Editora, 2001.

SARTI, Cynthia. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo (Org.). **A família Contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2002.

A LUDICIDADE NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: UMA EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Aline **ABREU**, Aline **ALMEIDA**, Adriano **ROBERTO**, Berilene **OLIVEIRA**, Ígora **DACIO**, Jessica **MAIA**, Juliana **SANTOS**, Juliete **SILVA**, Mirene **FERREIRA**, Ruth **ASSIS**, Sirley **PEREIRA**, Victória **VERAS**¹

Waldir Ferreira de **ABREU**²
awaldir@ufpa.br

Damião Bezerra **OLIVEIRA**³
damiao@ufpa.br

Resumo: *A atividade lúdica na educação, representada por jogos e brincadeiras, pode desenvolver o aprendizado da criança na sala de aula. O lúdico se apresenta como ferramenta de ensino para o desempenho e o desenvolvimento integral das crianças, proporcionando momentos de alegria, aprendizado e comprometimento com o aprender. O artigo é resultado das atividades de iniciação científica desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância e Filosofia – GEPEIF/CNPq/UFPA, vinculado ao projeto de extensão, coordenado pelos professores Waldir Ferreira de Abreu e Damião Bezerra Oliveira: O lúdico como recurso didático na formação da criança. Tem como objetivo discutir a importância do lúdico no processo de desenvolvimento da criança, sobretudo na Educação Infantil, e apresentar as atividades lúdicas desenvolvidas com as crianças das escolas dos rios Quianduba e Ajuá, em uma oficina sobre o lúdico.*

Palavras-chave: *Ludicidade. Desenvolvimento. Criança.*

¹ Alunos(as) do curso de Pedagogia do Campus Universitário de Abaetetuba – UFPA e bolsistas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância e Filosofia – GEPEIF/UFPA/CNPq.

² Doutor em Ciências Humanas e Educação pela PUC/RIO, Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Infância e Filosofia – GEPEIF/UFPA/CNPq.

³ Doutor em Educação ICED/UFPA. Professor de filosofia da Educação da UFPA

Abstract: *The play activity in education, represented by plays and games, can develop a child's learning in the classroom. The playful poses as a teaching tool for performance and full development of children, providing moments of joy, learning and commitment to learning. Article and results of undergraduate research activities developed by the Group of Studies and Research in Education, Childhood and Philosophy - GEPEIF / CNPq/UFPa coordinated by professors Waldir Ferreira de Abreu and Damião Bezerra Oliveira and the bond extension project: The playful as teaching resource in the education of children. Aims to discuss the importance of playfulness in the process of child development, especially in kindergarten and provide recreational activities developed with the school children and the rivers Quianduba and Ajuai in a workshop on playful.*

Keywords: *Playfulness. Developing. Child.*

Introdução

O artigo discute a ludicidade como instrumento de grande relevância para o desenvolvimento infantil. Procura explicar por que as crianças brincam, entendendo o brincar não só como prazer, mas como uma necessidade. Mostra o papel que o brinquedo exerce sobre o desenvolvimento perceptivo, o comportamento e a relação entre as crianças, principalmente as da educação infantil.

Enfatiza a importância das brincadeiras durante o processo de desenvolvimento cognitivo da criança, destacando-as não só como uma atividade prazerosa, mas fundamentalmente necessária que proporcionará os conhecimentos culturais que viabilizarão a sua integração, a inclusão, a socialização, bem como, o amadurecimento e o conhecimento do seu próprio eu. Também ressalta a contribuição do brinquedo como mediador na busca pela apreensão da realidade pela criança. No final, apresenta um conjunto de brincadeiras que foram desenvolvidas com crianças nas escolas dos rios Quianduba e Ajuai, em Abaetetuba, e que pode ser usado pelo professor como atividades socializadoras e de aprendizagem na sala de aula.

1 Porque as crianças brincam?

Esta pergunta pode parecer fácil e a resposta muito óbvia: uma criança brinca porque gosta, porque sente prazer. Mas, esta afirmação não é a única e nem a mais completa, pois existem brincadeiras que pouco estimula as crianças e são encaradas como chatas e sem graça.

A afinidade que as crianças possuem em relação às atividades lúdicas é inegável e, segundo alguns teóricos, como Piaget (2002) e Vygotsky (1998), faz parte da natureza das crianças o lidarem com o mundo de forma lúdica. Desta maneira, não é difícil para nós entendermos tal afinidade, e, mais ainda, não é de se estranhar que as crianças utilizem os brinquedos para, a partir deles, começarem o processo de exploração do mundo, e mais especificamente do ambiente que as rodeia: o ambiente familiar, o ambiente educacional, o meio social etc... É por meio da sua vivência lúdica que a criança interage com os brinquedos, com os objetos em geral e com as pessoas com as quais se relaciona e convive; a partir desta interação ela adquire conhecimento do mundo, o que a torna susceptível à socialização. Ao levarmos em consideração o processo de interação, socialização e exploração do mundo, observamos que cada criança faz parte de um processo natural da vida, e que essa interação constitui uma necessidade humana dela.

Do ponto de vista psicológico, a brincadeira está presente na vida da criança desde o seu nascimento. Piaget (2001), diz que as atividades lúdicas facilitam o desenvolvimento físico e mental da criança, já que o brincar exerce uma ação sobre ela, e ela, por sua vez, exerce uma ação sobre o brinquedo, dando a ele significados.

Sabemos que a brincadeira é uma atividade que as crianças gostam e que é necessária para sua vida, pois, assim como o ato de comer ou dormir, a brincadeira exerce uma função orgânica no desenvolvimento da criança. Também, é por meio da brincadeira que a criança constrói conhecimento sobre o mundo e sobre si mesma. Ao brincar, a criança interage com as pessoas, compartilhando seus valores culturais, éticos e morais.

Com as atividades lúdicas, a criança passa a compreender as regras e os comportamentos e experimenta os mais diversos sentimentos: dor, tristeza, alegria, perda, desejo, prazer. Para a criança, a brincadeira é uma atividade completa, pois favorece as descobertas e os desafios necessários para o seu desenvolvimento.

2 Nem sempre o brinquedo dá prazer à criança

Segundo Vygotsky (2001), não podemos dizer que o brinquedo e a brincadeira são o que dão mais prazer à criança. Outras atividades são mais prazerosas do que o brincar, principalmente quando estamos nos referindo às crianças que se encontram na fase das funções psicológicas elementares. Nesta fase, é mais prazeroso para uma criança estar com a mãe ou colocar uma chupeta na boca. Algumas atividades do brincar envolvem situações em que a criança não se encontra satisfeita, portanto não sente prazer. Um exemplo são os jogos em que ela perde, já que busca sempre resultados positivos.

Na educação, a contribuição do brinquedo para o desenvolvimento da criança vem a ser uma espécie de recurso por meio do qual se obtém resultados importantes em relação à experiência que a criança passa a adquirir no seu cotidiano, que pode ser positiva ou negativa.

Dessa forma, o brinquedo vem como necessidade de educar e trabalhar o seu desenvolvimento intelectual de maneira mais prazerosa. Para o brinquedo ser considerado uma atividade educativa, temos que compreender primeiramente as necessidades das crianças, e, a partir destas, trabalhar o lúdico.

Para Vygotsky (1991), só o brinquedo, como imaginação em ação, é na verdade a primeira possibilidade de ação da criança numa esfera cognitiva capaz de contribuir para que ela ultrapasse essa dimensão perceptiva motora do comportamento. “É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências

internas e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos” (VYGOTSKY, 1991, p. 100-101).

Vemos, então, que no brinquedo os objetos perdem sua força determinadora e, ao brincar, a criança age independentemente do que vê, ela percebe o objeto não de maneira como ele é, mas como ela desejaria que ele fosse lhe conferindo um novo significado.

Segundo Piaget (2001), ao brincar, a criança apreende o mundo à maneira dela e sem compromisso com a realidade, pois a interação dela com o objeto não depende da natureza deste, mas da função que ela atribui a ele. Isto é o que ele chama de jogo simbólico, em que a criança representa um objeto por outro, atribuindo-lhe novos significados: como tornar um pedaço de madeira em boneco e um cabo de vassoura em cavalo (VYGOTSKY, 1991). Porém, isso não acontece com uma criança muito pequena, pois para ela é impossível separar o significado do que é visto – o significante.

É só na idade pré-escolar que ocorre pela primeira vez essa separação entre significado e significante, a partir daí a criança separa, no seu brincar, o pensamento do objeto, e sua ação vai surgindo das ideias e não das coisas. Entretanto, a criança não realiza essa separação de uma só vez, porque é extremamente difícil para ela, é somente com auxílio do brinquedo que ela vai conseguindo concretizar essa separação.

O que foi dito sobre a separação do significado dos objetos aplica-se igualmente às ações da criança. Por exemplo, quando uma criança bate com os pés no chão e imagina-se cavalgando um cavalo, ela está dando mais importância ao significado que está conferindo à ação do que à própria ação” (KISHIMOTO, 2001, p. 62).

Vemos então que no brinquedo, a criança separa significado de significante sem saber o que estar fazendo, atingindo assim uma definição funcional dos conceitos ou de objetos, e as palavras passam a se tornar parte de algo concreto. Dessa maneira, as maiores

aquisições de uma criança são conseguidas por meio do brinquedo, e essas aquisições tonar-se-ão no futuro seu nível básico de ação real.

Portanto, vemos que a imaginação criadora da criança surge com o brinquedo que serve como o primeiro instrumento de enfrentamento da realidade, ampliando as possibilidades de ação e compreensão do mundo. O conhecimento que ela começa a adquirir deixa de estar preso ao aqui e agora, e o mundo inteiro passa a estar presente dentro do pensamento, já que é possível a ela imaginá-lo e representá-lo por meio de gestos, sons e palavras. No entanto, é importante ressaltar que o imaginário não se confunde com o real, ele apenas é um instrumento utilizado pela criança para compreender o real e se conscientizar dele. Essa capacidade que o brinquedo proporciona à criança de simbolizar e de brincar com a realidade por meio da fantasia e de símbolos é que permite a ela viver em uma nova dimensão da realidade: a dimensão simbólica, que a possibilita a interiorização do mundo.

3 O brinquedo e sua influência na forma de comportamento humano

O papel que o brinquedo exerce na forma do desenvolvimento das crianças é indispensavelmente importante, visto que elas vivem no mundo de faz de conta no qual a criatividade e a imaginação de situações são características. De acordo com Froebel, não existe nenhum mecanismo tão importante como o brinquedo no desenvolvimento da infância, já que, nas palavras dele:

A brincadeira é a atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típica da vida humana enquanto um todo... Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, paz com o mundo... O brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação. (FROEBEL, 1912, apud KISHIMOTO, 2001, p. 55).

O brincar aparece como uma situação em que a criança se encontra livre para agir da forma que deseja. É assim, quando brinca de casinha, de professora, de mãe e filha, de super-heróis... Ela se comporta segundo os padrões do adulto, ou melhor, tenta se comportar de forma a superar os obstáculos da vida real, como: se vestir, comer sem deixar cair, tomar banho sozinha, lavar as mãos, escovar os dentes etc. Uma das formas de exemplificar isso é quando brincando de boneca a criança repete o que muitas vezes sua mãe diz a ela.

É na brincadeira, que criando uma situação imaginária, a criança assume um papel e, a partir daí, cria um comportamento segundo observa no seu cotidiano. Assim encontramos mais um fator além da imaginação no ato de brincar, que é a imitação, pois, quando se brinca, essas duas características estão interligadas, sem deixar de mencionar algumas regras do comportamento, que vêm do próprio relacionamento humano.

É importante que se destaque que, implícita ou explicitamente, é a partir do brincar com situações de fatos cotidianos que a criança começa involuntariamente a perceber como os grupos sociais se comportam, e, assim, aprende, nos relacionamentos humanos, que tipo de atitude tomar tanto na infância como na adolescência, na juventude ou na idade adulta; pois, no brinquedo, ela se comporta além do comportamento de sua idade.

A existência permanente de uma alternância entre distanciamento e adesão da realidade é o que permite à criança que brinca dois tipos de movimentos opostos: a libertação e a imersão do real. Tanto um quanto outro movimento se modificam à medida que a criança vai desenvolvendo sua capacidade de brincar dentro das condições histórico-culturais de que dispõe (LIBRANDI DA ROCHA, 1994, p. 63).

Entender o importante papel que o brinquedo exerce no presente e no futuro da criança deve ser fundamental para pais e educadores, a fim de que incentivem essa prática na infância. O

educador deve envolver, necessariamente, a criança em brincadeiras, sejam elas as mais variadas, como um processo de inclusão e de socialização para o seu desenvolvimento integral.

4 Brincando e aprendendo a brincar

As oficinas realizadas nas ilhas aconteceram dentro de sala de aula com os alunos da educação infantil e do ensino fundamental. As turmas foram divididas por série e planejadas da seguinte maneira:

Na ilha de Quianduba, as crianças foram organizadas em duas turmas: a turma da educação infantil ficou em uma sala e a turma do ensino fundamental ficou em outra sala. Os bolsistas da Universidade Federal do Pará, do Campus de Abaetetuba, que fazem parte do projeto, se dividiram em dois grupos de três bolsistas, e cada grupo ficou responsável por uma turma em que foi realizada a oficina.

Na ilha de Ajuai, as crianças foram divididas em três turmas de alunos, por série e idades, e em cada turma três bolsistas ficaram responsáveis para socializar e contribuir com os conhecimentos adquiridos no decorrer de seus estudos, mostrando para as crianças como seriam realizadas as atividades. Aproveitamos e passamos para as crianças a importância do brincar e interagir com os demais.

Apresentamos aqui um conjunto de brincadeiras que desenvolvemos com as crianças que participaram da oficina sobre o lúdico, realizada nas Escolas dos rios Quianduba e Ajuai - município de Abaetetuba.

1. ESQUILO SAI DA TOCA

Faixa etária: crianças até 08 anos.

Objetivo: mostrar a criança a importância do trabalho em grupo, da organização, da concentração e da atenção.

Material: um apito ou sino.

Metodologia: os jogadores são numerados e agrupados de 3 em 3. De cada três, dois formarão a toca (mãos dadas e levantadas), e o terceiro será o esquilo. As tocas formarão um círculo com bastante

distância entre uma e outra. No centro haverá um ou dois esquilos sem toca. A cada 5 minutos haverá troca de papéis: um da toca será esquilo e o esquilo será a toca.

Ao sinal de iniciar, os esquilos procurarão trocar de tocas, e então o esquilo do centro se apropriará de uma das tocas. O esquilo que ficou sem toca irá, por sua vez, para o centro. O jogo prossegue assim até que todos os jogadores tenham oportunidade de serem esquilos.

2. OS PEIXES

Faixa etária: crianças até 08 anos.

Objetivo: desenvolver a concentração e a atenção, além dos conhecimentos sobre animais aquáticos (marinhos).

Material: giz ou caneta piloto.

Metodologia: os jogadores, aos pares, ocupam os círculos de mais ou menos 50cm de raio feito no chão e escolhem em segredo nomes de peixes. Dois jogadores ficam fora dos círculos: são as baleias.

As baleias de mãos dadas passeiam pelo campo e dizem nomes de peixes. Os pares, cujo nome foi citado saem do círculo e acompanham o passeio das baleias. Em dado momento, as baleias dizem: - O mar está calmo. Os peixes que ainda estão nos círculos saem imediatamente a passeio. Quando as baleias falarem: - O mar está agitado! – todos correm, procurando se colocar num dos círculos, inclusive as baleias. O par que ficar sem círculo será agora as baleias. Os outros escolhem novos nomes e tudo recomeça.

3. ATRAVESSAR O REGATO

Faixa etária: crianças até 08 anos.

Objetivo: prática esportiva que pode melhorar o equilíbrio.

Material: giz ou caneta piloto.

Metodologia: os jogadores formam uma coluna e, à distância de 3 a 5 metros, traçam-se duas linhas paralelas proporcionais ao tamanho dos jogadores.

Cada jogador pula por cima do “riacho”. Quem não consegue atingir a outra margem cai n’água e fica molhado. Precisa ir sentar-se

ao sol para secar a roupa. Quando todos tiverem pulado, aumenta-se a largura do riacho e os que conseguiram atravessá-lo da primeira vez, tentarão novamente. O jogo prossegue assim, até que todos os jogadores tenham caído na água. Será vencedor, o último que ficar seco.

4. O RABO DO BURRO

Faixa etária: crianças até 08 anos.

Objetivo: desenvolver a noção de espaço e coordenação motora sem o uso da visão.

Material: giz (ou caneta piloto) e um lenço para vendar os olhos.

Metodologia: formação livre.

Desenha-se no chão ou no quadro-negro um burro de tamanho razoável sem, porém, colocar-lhe o rabo. Em seguida, o primeiro candidato é levado até perto de onde está desenhado o burro. Seus olhos são vendados e dá-se uma ou duas voltas para que ele perca a noção de lugar. Em seguida ele terá de desenhar o rabo do burro.

Caso seja no quadro-negro, não poderá se orientar pelas bordas do quadro. A plateia não poderá auxiliar. Em seguida, outro concorrente tentará. Será vencedor o concorrente que mais se aproximou do lugar certo do rabo do burro.

5. CENTOPEIA EM AÇÃO

Faixa etária: crianças até 08 anos.

Objetivo: trabalhar o equilíbrio, a união do grupo e uma boa coordenação motora.

Material: giz ou caneta piloto.

Metodologia: dividem-se os jogadores em dois grupos com igual número de participantes. Marca-se uma linha de saída e, a 10 metros desta, a linha de chegada. Os jogadores formam colunas segurando um na cintura do outro e todos de cócoras. O primeiro jogador – cabeça de centopeia – segurará as mãos do que está atrás de si.

Dado o sinal, a centopeia sairá de sua linha e deverá dirigir-se à linha de chegada avançando aos pulos, sem se erguer. É necessária

uma boa coordenação motora para que todos pulem juntos e assim avancem mais rapidamente. Cada jogador que transpuser a linha de chegada desliga-se da centopeia. Será vencedor o partido cujo último jogador transpuser por primeiro a linha de chegada.

6. A REDE

Faixa etária: crianças até 08 anos

Objetivo: trabalhar a união do grupo, coordenação motora e o reflexo rápido.

Material: giz ou caneta piloto.

Metodologia: duas colunas de jogadores, rede e peixes se defrontam atrás de linhas paralelas, a uma distância de 10 metros. Na linha da rede, os jogadores dão-se as mãos, sendo em menor número. Na coluna dos peixes, os jogadores estão livres.

Dado o sinal de iniciar, as duas colunas avançam para o centro, e quando a rede perceber que há possibilidade, os dois jogadores extremos dão-se as mãos, formando a rede. Os peixes que neste momento estiverem no interior da rede tornam-se prisioneiros e vão para o aquário, no campo inimigo.

Os peixes não podem escapar pelas extremidades da rede, mas sim passar por entre as “malhas” (entre os braços dos jogadores que formam a rede).

No momento em que o círculo se fecha, nenhum jogador pode mais escapar. Será vencedor o peixe que por último for capturado.

7. SACOS AMBULANTES

Faixa etária: crianças até 08 anos.

Objetivo: trabalhar o equilíbrio, noção de competitividade honesta e atenção.

Material: um saco e uma corda para cada jogador.

Metodologia: traçam-se duas linhas paralelas, a uma distância de 10 metros. Atrás da linha de partida ficam os jogadores. Todos devem entrar no saco e amarrá-lo na cintura.

Dado o sinal, partem todos os jogadores em direção à linha de chegada, podendo somente caminhar, nunca pular. Se algum jogador pular, voltará à linha de partida, reiniciando a caminhada.

Será vencedor o jogador que por primeiro atingir a linha de chegada. Se houver empate, haverá nova disputa entre os concorrentes, até que o vencedor seja um só.

8. CARNEIRINHOS FUJÕES

Faixa etária: crianças até 08 anos.

Objetivo: trabalhar o equilíbrio, a atenção, a coordenação motora, os reflexos de percurso normal e de costas, sem visão.

Material: garrafas plásticas ou hastes de madeira e um apito.

Metodologia: as crianças (carneirinhos) ficam tranquilamente dentro do aprisco, de gatinhas. As garrafas devem ser colocadas a uma distância que permita a passagem das crianças entre uma e outra. Fora ficará o pastor.

A um sinal do juiz, os carneirinhos resolvem fugir do aprisco. Saem, então, de gatinhas e passam por entre as garrafas. Quando o pastor vê suas ovelhas fugindo, trila o apito e então os carneirinhos devem voltar para o aprisco, sempre de gatinhas, desta vez, porém, de costas e sem poder olhar para trás. A ovelhinha que derrubar uma garrafa voltará para o aprisco e não poderá tentar nova fuga. Os demais tentam nova fuga, e assim prossegue até que reste um ou dois carneirinhos que serão considerados vitoriosos.

9. O GUARDA

Faixa etária: crianças até 08 anos.

Objetivo: desenvolver na criança a coordenação motora, a capacidade de defesa, as estratégias de direção e mira.

Material: uma garrafa plástica e uma bola.

Metodologia: os jogadores formam um círculo mantendo uma distância de meio metro entre um e outro. No centro fica a garrafa e um jogador (o guarda).

Um jogador que estiver com a bola tenta derrubar a garrafa. O guarda deve defendê-la. Pode fazê-lo, utilizando-se de todos os meios, menos tirar a bola das mãos de um jogador. Estes, por sua vez, não podem se movimentar dos seus lugares, mas podem fazer passes com a bola, escolhendo ângulos mais fáceis e vulneráveis, em que o guarda não esteja tão atento. No momento em que um jogador conseguir derrubar a garrafa com a bola, o guarda será substituído por ele, e o jogo prossegue.

10. PINGUIM MALUCO

Faixa etária: crianças a partir de 3 anos.

Objetivo: coordenação, noção espacial, atenção, concentração.

Material: não há necessidade.

Metodologia: todas as crianças começam a imitar um pinguim e ao sinal do educador param. Uma criança é apontada e deverá fazer um movimento para que todos a imitem. Logo a seguir todos voltam a imitar o pinguim.

Nesta atividade todos participam ativamente e pode-se mudar, imitar outros bichos.

11. ELEFANTE/ GIRAFA

Faixa etária: crianças até 3 anos.

Objetivo: desenvolver os reflexos, a coordenação motora, a agilidade flexibilidade e audição.

Material: não há necessidade.

Metodologia: os brincantes devem estar organizados em forma de círculo. O animador deverá ir para o centro do círculo para dar o comando: “elefante” ou “girafa”. Se o comando for “elefante”, os brincantes deverão executar o gesto de elefante; se for “girafa”, os brincantes farão o gesto de girafa.

Quando o animador disser “elefante”, todos os brincantes devem ficar com as mãos na altura dos ombros esticadas para frente. Quando o animador disser a palavra girafa, os brincantes devem colocar as mãos para o alto esticando os braços. O brincante que

errar o comando irá para o centro animar a brincadeira e quem estava animando assumirá seu lugar.

12. IDENTIFICAÇÃO

Faixa etária: crianças de 1 a 3 anos.

Objetivo: desenvolvimento do pensamento simbólico, reconhecimento de imagens, enriquecimento de imagens, enriquecimento do vocabulário e identificação.

Material: livros e revistas ilustradas com gravuras atraentes e com perfeita nitidez.

Metodologia: por meio de diálogo com a criança, procura-se levá-la a reconhecer e a identificar os nomes das coisas. O adulto, por exemplo, mostra à criança gravuras de diferentes objetos, e pronuncia seus nomes, um a um, lenta e claramente. Pode também pedir à criança que distinga cada um dos objetos, perguntando-lhe: onde está o carro? A bola? O triciclo? Etc.

Considerações Finais

Os jogos e as brincadeiras são agradáveis, motivadores e enriquecedores. São elementos que podem fazer parte de nossas atividades pedagógicas, por possibilitarem o aprendizado de várias habilidades e também auxiliam no desenvolvimento sociocultural das crianças.

Podemos dizer que, por meio das atividades lúdicas, vivenciamos diversão, prazer, mas é principalmente aprendizado. A vivência de atividades lúdicas permite a valorização da cultura e da identidade dos que delas participam, sem desconsiderar os fatos, mas é atribuída às situações reais. Conseqüentemente, estas situações estimulam momentos de criatividade individuais e coletivas; crescimento intelectual e moral.

Finalizando, podemos pensar em como os brinquedos e as brincadeiras são coisas que deveriam ser levadas “a sério” no ambiente

educacional. Cada um de nós possui um conhecimento amplo, além de muito rico, dos jogos da nossa infância. Socializá-los com a educação para as atuais gerações é uma tarefa muito importante: significa não somente o resgate da cultura lúdica, a sua preservação e continuidade, como também mostra a valorização da prática do lúdico no seu aspecto educacional.

As experiências com as crianças foram muito importantes, pois elas aceitaram bem os brinquedos e as brincadeiras realizadas durante os dois dias que passamos em cada ilha, se divertiram com os brinquedos confeccionados por elas, muitos deles feitos com materiais reciclados. Ficaram entusiasmadas com a nossa presença, pois representamos a novidade e a alegria. Para as crianças, fizemos a diferença, foi possível notar por meio das emoções e da sensibilidade que cada criança sentiu ao construir seu próprio brinquedo em sala de aula, já que saíram da mesmice. De forma entusiasmada, sempre perguntavam se nós iríamos voltar novamente para fazermos brinquedos com elas.

Acreditamos que a oficina que realizamos foi importante na medida em que pode contribuir para nossa formação como alunos de pedagogia e para o nosso aprofundamento no entendimento da atividade do brincar e do próprio brinquedo como um instrumento de socialização, desenvolvimento e ligação entre o imaginário e o real na criança. Esperamos que esse artigo possa despertar nos pais e nos professores o interesse em voltar a ser criança, e que voltem a brincar com seus filhos e com seus alunos. Para nós, como alunos de iniciação científica, essa atividade foi relevante e significativa, uma vez que experimentamos, na prática, o fazer pedagógico.

REFERÊNCIAS

ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Damião Bezerra; MEDEIRAS, Wanderleia Leitão. **Brincadeiras e brinquedos cantados**: elementos imprescindíveis na educação de crianças. 2ª ed. Belém: GEPEIF, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchuda. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBRANDI DA ROCHA. **Podemos brincar**. In: BROUGERE, GAILES. **Brinquedo e Cultura**. São Paulo: Cortez, 1997.

REIDMANN, Adriana *et al.* **O direito de Brincar**: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta ABRINQ, 1992.

SANTOS, Santa Marli Pires; CRUZ, Dulce Regina Mesquita da. **Brinquedo e Infância**: um Guia Para Pais e Educadores em Creche. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991.